

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ANA PATRÍCIA DIAS

**A FACE PERVERSA DA TERCEIRIZAÇÃO: a reprodução das
desigualdades e dos conflitos entre os trabalhadores**

**JOÃO PESSOA
2011**

ANA PATRÍCIA DIAS

A FACE PERVERSA DA TERCEIRIZAÇÃO: a reprodução das desigualdades e dos conflitos entre os trabalhadores

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador:
Prof. Dr. Artur Perrusi (UFPB)

Co-orientadora:
Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares (UFPB)

JOÃO PESSOA

2011

D541f Dias, Ana Patrícia.

A face perversa da terceirização : a reprodução das desigualdades e dos conflitos entre os trabalhadores / Ana Patrícia Dias. - - João Pessoa : [s.n.] , 2011.
209f. : il.

Orientador : Artur Perrusi.

Co-orientadora : Maria Augusta Tavares.

Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA.

1. Sociologia. 2. Divisão do trabalho. 3. Reestruturação produtiva. 4. Terceirização. 5. Precarização.

UFPB/BC

CDU: 316(043)

ANA PATRÍCIA DIAS

A FACE PERVERSA DA TERCEIRIZAÇÃO: a reprodução das desigualdades e dos conflitos entre os trabalhadores

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Artur Perrusi (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares (Co-orientadora)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof^a. Dr^a. Ana Elizabete Simões Mota Fernandes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof. Dr. Adriano de Léon
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*À **Lindalva Macêdo Dias**, a minha mãe, e **Dival Dias**, o meu pai, por me possibilitarem viver e construir a minha história de vida referenciada em valores e ensinamentos indispensáveis ao homem e por tudo o mais que guardo comigo.*

AGRADECIMENTOS

De tudo ficaram três coisas: a certeza de estarmos sempre começando, a certeza de que é preciso continuar, a certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar; e que devemos fazer da interrupção um novo caminho; do medo uma escada; do sonho uma ponte; da procura, um encontro (FERNANDO SABINO).

“Como uma andorinha só, não faz verão”, digo que a construção desta pesquisa, distante de ser uma empreitada meramente individual, constitui-se em um empreendimento resultante de um conjunto de relações estabelecidas entre o sujeito do estudo e o coletivo de mestres, professores, amigos e colegas que, com sabedoria, experiência de vida, afeto e amizade compartilharam comigo o período de construção deste trabalho. Aqui deixo registrada a minha gratidão e o meu carinho por todos vocês.

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), representada pelas professoras doutoras Teresa Cristina Matos e Flávia Pires, pela oportunidade da formação.

Ao Prof. Dr. Artur Perrusi, por viabilizar as condições objetivas que me permitiram concluir este estudo.

À Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Tavares, a minha “orientadora” que, com responsabilidade, profissionalismo, sabedoria, atenção e rigor assumiu e reconduziu, ao meu lado, a reelaboração deste trabalho, permitindo que o barco não naufragasse. Aqui reputo todo o meu apreço, admiração e gratidão pelo ato solidário e por toda a colaboração. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Adriano de León, pela atenção dispensada durante a minha passagem pelo doutorado.

À Nancy Azêvedo, secretária do PPGS, que me foi muitas vezes solícita.

À Gekbed, por todo o apoio, presteza e carinho dispensados no decurso desta empreitada. Agradeço também à Dona Geni e ao Sr. Bento, pela dedicação, pelas inúmeras recepções e o afeto incondicional que me

dispensaram todas as vezes que aportei na cidade do João Pessoa. Obrigada pela generosidade!

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na instância do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, onde leciono, pelas flexibilidades no exercício das minhas funções, bem como pela concessão do meu afastamento durante dezoito meses. Também quero agradecer a solidariedade dos meus colegas de Departamento e, especialmente, aos amigos que estiveram sempre solícitos em agilizar as minhas demandas, como a Prof^a. Lígia Portela, o Prof. José Jackson Reis e o Prof. João Diógenes. Obrigada por toda a presteza!

Ao Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, onde realizei estágio doutoral, especialmente na pessoa do Prof. Dr. Hermes Costa, meu orientador, pela recepção, compromisso e dedicação dispensados durante os meses que permaneci sob sua tutoria. Não poderia deixar de agradecer ao apoio de Acilino, Cláudio e Izaac e ao bom convívio com Tereza Cristina, Clara e Bertulino, companheiros que compartilharam comigo momentos extraordinários durante essa experiência singular em minha vida.

A todos os trabalhadores contratados que laboram na Caixa Econômica Federal, especialmente a força de trabalho terceirizada, por se disporem a contribuir com este estudo. Agradeço também ao Presidente do Sindicato dos Bancários de Natal/RN, Liceu de Carvalho, por me permitir consultar o acervo necessário, e aos gerentes da Caixa Econômica Federal – Ednaldo Alves, Pedro Borja, Vicente Ferreira, Valdete Fernandes, Yara Souto e Maurício Machado, por todas as informações prestadas, bem como por viabilizarem e autorizarem a minha entrada nos Pontos de Vendas deste Banco.

À UFRN, que também teve um papel fundamental na minha formação, bem como aos professores com quem convivi durante o período de graduação e mestrado. Faço aqui uma menção especial aos meus verdadeiros mestres: o Prof. Dr. José Willington Germano, o Prof. Dr. João Emanuel Evangelista, o Prof. Dr. Alípio de Souza Filho, o Prof. Dr. Antônio Spinelli, a Prof^a. Dr^a. Brasília Carlos Ferreira e a Prof^a. Dr^a Ilza Leão, o meu sincero respeito, admiração e carinho por todos vocês.

Aos colegas do Grupo de Estudo do Trabalho (GET), da UFRN, especialmente a Zéu Palmeira Sobrinho, Marcone Gomes e Francisco das Chagas, pelas oportunidades de aprendizagem.

Os últimos agradecimentos reservei especialmente às minhas principais fontes de afeto – a minha família e o meu namorado, que compartilharam o peso maior dessa trajetória: as ausências, o cansaço, as negativas e as oscilações de humor.

À família Dias, a entusiasta desse projeto, Dival e Dalva, meus pais; João, Gerson e Adilson, meus irmãos; Gracia, Darlene, Márcia, Ceiça e Débora, minhas irmãs; Handson, Márcio e Vinícius, meus sobrinhos; Kamylla, Gaia e Bianca, minhas sobrinhas; Marco e Liceu, meus cunhados; e Rosário, Neide e Débora, minhas cunhadas; sou grata pelos momentos de alegria e descontração que sempre compartilhamos. A presença de todos vocês em minha vida imprimiu o conforto e a paz de espírito necessários nesse processo de construção deste estudo, que, amiúde, é tenso e desgastante. Obrigada pelo amor, carinho e compreensão.

A Francisco Sales, companheiro que se inscreve na história desse meu processo de busca pelo título de doutora. Meu divã dos momentos mais conturbados e angustiantes que se processaram nesse percurso. Obrigada pelo apoio dispensado desde o princípio, pelos diálogos produtivos e concessões de textos que ajudaram a focar melhor este trabalho.

[...] Através da divisão do trabalho, já está dada desde o início a divisão das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e, com isso, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários; e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas da propriedade. Quanto mais a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação (Karl Marx).

RESUMO

Este estudo versa sobre os processos de terceirização no segmento bancário da economia brasileira, no qual essa estratégia do capital aparece tanto sob o manto da terceirização direta como da indireta, assim como alcança desde as atividades de apoio dos bancos até as nucleares. Trata-se de uma investigação direcionada à terceirização da força de trabalho, cujos trabalhadores laboram no espaço físico da Caixa Econômica Federal. Nela se objetiva analisar historicamente como o capital, por meio dos seus incrementos produtivos, a exemplo da terceirização, imprime novas formas de dominação ao trabalho, de modo a reproduzir a divisão entre os trabalhadores e consequentemente manter a ordem capitalista, na Caixa Econômica Federal, no período compreendido entre os anos de 2001 a 2009. A pesquisa empírica se desenvolveu nos Pontos de Vendas do referido Banco e se valeu do recurso técnico da entrevista como meio de obter dados junto aos sujeitos da pesquisa. Além do aporte bibliográfico pertinente à temática, dados secundários – como os Relatórios do Balanço Social da Caixa Econômica e o Jornal Luta Bancária – também subsidiaram esta pesquisa. A análise da terceirização da força de trabalho bancária conjugada a uma reflexão histórica a despeito da categoria trabalho e da divisão social do trabalho constata que as contradições do modo de produção capitalista vigente se reproduzem por meio da reestruturação produtiva ocorrida no final do século XX. Isto porque tal fenômeno coloca em movimento pretéritas práticas de trabalho precário, como a terceirização, capaz de provocar ainda mais a cisão e o conflito entre os trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Divisão Social do Trabalho. Reestruturação Produtiva. Terceirização. Precarização.

ABSTRACT

This study is related to the outsourcing process within bank sector from Brazilian economy, focusing on workforce outsourcing whose contract is the worker. It is noteworthy that this capital strategy is applied both direct and indirect approach within support and core activities. In this context, this study aimed to analyze historically how the capital through its productive improvement, such as outsourcing, led to new ways of work control in order to reproduce the worker division and keep the capitalism within Caixa Econômica Federal – CEF, during 2001 and 2009. Regarding the methodological aspects, it was carried out a literature review, including the analysis of secondary data such as CEF's Social Report and "Luta Bancária" newspaper. Besides that, outsourced workers and managers were interviewed at selling place of CEF. The analysis of the outsourcing of workforce coupled with the historical study on the work category and the work social division, it was observed that contradiction of current capitalism production manner has been reproducing through the production restructuring occurred in the late twentieth century. This is because that phenomenon sets in motion preterit precarious working practices such as outsourcing, can cause further division and conflict among workers.

Key words: Work. Social division of the work. Productive restructuring. Outsourcing. Precariously.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	O balanço do número de bancários durante os anos de 1990	150
Gráfico 2	Rede Física da Caixa Econômica Federal	164
Gráfico 3	Variedade da Rede Física da Caixa Econômica Federal	165
Figura 1	Modelo conceitual básico da Rede de Processos	168
Gráfico 4	Indicadores de desempenho econômico da CEF no período de 2001 a 2009	172
Gráfico 5	Movimento do Emprego Bancário no intervalo de 1990 a 2002, no RN	173
Gráfico 6	Indicadores do corpo funcional e de empregos de 1990 a 2008	174
Figura 2	A morfologia ocupacional dos Pontos de Vendas da CEF	180
Gráfico 7	Tempo de serviço da força de trabalho terceirizada na CEF	185
Gráfico 8	Distribuição dos trabalhadores por faixa etária	189
Gráfico 9	Estado civil dos trabalhadores terceirizados da CEF	191
Gráfico 10	Remuneração dos Trabalhadores: efetivos e contratados	192
Quadro 1	As condições de trabalho oferecidas às categorias de trabalhadores	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATM	<i>Automatic Teller Machine</i>
BACEN	Banco Central
BNH	Banco Nacional de Habitação
BANDERN	Banco do Estado do Rio Grande do Norte
BDRN	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios-econômicos
CCQ	Circulo de Controle de Qualidade
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CEF	Caixa Econômica Federal
CPD	Centro de Processamento de Dados
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Investimentos Diretos no Exterior
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPTU	Imposto Territorial Urbano
MPC	Modo de Produção Capitalista
MPF	Ministério Público Federal
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PADV	Plano de Adesão à Demissão Voluntária
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
OCDE	Organização e Cooperação de Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PBQT	Programa Brasileiro de Qualidade Total
PRC	Programa de Racionalização e Competitividade
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do

	Sistema Financeiro Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual
PV	Pontos de Venda
RERET	Representação de Retaguarda das Agências
UPED	Unidade de Processamento de Dados

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	AS METAMORFOSES DA CATEGORIA TRABALHO	31
1.1	O TRABALHO: A GÊNESE DO HOMEM SOCIAL E DA SOCIEDADE	33
1.2	O TRABALHO SOB DIFERENTES SISTEMAS SOCIAIS	41
2	O LEGADO DA DIVISÃO DO TRABALHO: DA REVOLUÇÃO TÉCNICA DA PRODUÇÃO À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL	63
2.1	A DIVISÃO DO TRABALHO NA MANUFATURA: PARA ALÉM DE UM MECANISMO TÉCNICO DE PRODUÇÃO	68
2.2	DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO À REPARTIÇÃO ESPACIAL DO TRABALHO	84
3	A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DAS PLURAIS FORMAS DE TRABALHO À DIVISÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES	99
3.1	DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL À EMERGÊNCIA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	101
3.1.1	O caso brasileiro: antecedentes históricos	114
3.2	DAS DISTINTAS MODALIDADES DE OCUPAÇÕES À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	120
3.3	A TERCEIRIZAÇÃO: A PRÁTICA DE GESTÃO QUE APROFUNDA A DIVISÃO SOCIAL ENTRE OS TRABALHADORES	129
4	O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO NOS BANCOS: RUMO À TERCEIRIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, À REPRODUÇÃO DA DIVISÃO ENTRE OS TRABALHADORES E À INSTALAÇÃO DOS CONFLITOS	141
4.1	AS MUTAÇÕES NO SISTEMA BANCÁRIO	142
4.1.1	Os bancos: rumo à terceirização dos serviços	153
4.2	A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA PÚBLICA SOCIAL	161

4.3	O PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE: A REESTRUTURAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DA CIDADE DO NATAL/RN	166
4.4	A RECONFIGURAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA REALIDADE DO BANCO PÚBLICO SOCIAL	177
4.5	PERFIL DOS TRABALHADORES E CONDIÇÕES DE TRABALHO: O RETRATO DAS DESIGUALDADES E DOS CONFLITOS	184
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
	REFERÊNCIAS	209
	APÊNDICE	216

INTRODUÇÃO

Gênese, delimitação, objetivos e justificativa do estudo

O processo de construção do conhecimento vem acompanhado não só de um impulso espontâneo, como também de uma percepção ingênua e obscura da realidade. Essa visão intuída se reproduz no pensamento comum do homem, influenciando sua percepção de mundo e seu agir na práxis da vida cotidiana. Este mesmo movimento, certamente, perpassa a proposta de uma investigação que se constrói a partir de uma visão caótica do fenômeno e da aparente independência em que se manifesta aos olhos sensíveis do pesquisador. Esse horizonte superficial tende a se desmistificar a partir do momento em que o todo caótico vai gradativamente se tornando um concreto pensado.

Tal movimento, que nem é linear e tampouco indispensável ao saber, constitui-se em etapas que se interpõem no decurso da pesquisa e, por conseguinte, possibilita ao investigador alcançar uma melhor compreensão, uma reflexão mais sublimada e um elevado nível de lapidação no que tange ao objeto de estudo. Essa construção, paradoxalmente, é um empreendimento não somente coletivo, mas, igualmente, solitário.

Na solidão, ou melhor, nos momentos de introspecção que são inerentes à busca do conhecimento, um conjunto de emoções invade o íntimo do ser num movimento espiral, que, como um pêndulo, leva à pesquisadora ao passado sem que a deixe perder a referência do presente, para que assim possa refletir e melhor projetar o futuro.

O ontem vem à tona no compasso da memória viva, como uma experiência vivida e hoje refletida em um nível de abstração que só o conhecimento pode proporcionar e que a imaturidade da juventude por várias razões ofuscou. Aqui, a memória possibilita reencontrar o tempo da primeira experiência profissional, o estágio na Caixa Econômica Federal (CEF), da

cidade do Natal; os primeiros contatos com as estratégias de descentralização do capital, particularmente a terceirização da força de trabalho, as precárias condições de trabalho; as experiências flexíveis; a reestruturação produtiva e a força de trabalho contratada por tempo determinado. Os Pontos de Vendas da Caixa Econômica Federal da cidade do Natal tão logo se tornariam o campo empírico em que se construiu o objeto de estudo – a estratégia da terceirização da força de trabalho e a reprodução da divisão social entre os trabalhadores.

A trajetória profissional despretensiosamente colocava a investigadora diante das categorias que transversam o objeto da investigação. Desde sempre, elas permeavam o espaço físico em que se laborava. Isto porque as metamorfoses do mundo do trabalho alteravam a tessitura do corpo social e forjavam conturbadas alterações nos setores produtivos e de serviços quando a autora deste estudo, no esplendor da sua juventude, experimentava suas primeiras experiências de trabalhos assalariados.

Deste modo, o retorno ao passado desbrava um baú cheio de sentimentos, angústias, medos, inseguranças, mas também de oportunidades. Ele é parte da sensibilidade, percepção e pesares das experiências vivenciadas por trabalhadores terceirizados e que ficaram latentes por décadas, mas que vai alcançando o horizonte da socialização, possibilitado por diálogos silenciosos entre a pesquisadora e os trabalhadores concretos e reais.

As vozes dos trabalhadores oferecem características próprias a esta proposta de estudo. O desabafo do que vivem e sentem no cotidiano do trabalho demarca as condições de trabalho a que estão submetidos. Os mecanismos de reprodução das desigualdades, a exemplo do desemprego, da discriminação e da precarização das condições de trabalho, estão na trama da vida desses trabalhadores que se evidenciam nesta pesquisa.

A aproximação com o tema a respeito da terceirização da força de trabalho e o trabalhador terceirizado foi proveniente da experiência vivida como estagiária e como força de trabalho terceirizada na Caixa Econômica Federal, em um contexto marcado por mudanças expressivas na esfera do trabalho em

que se colocou em dúvida, inclusive, sua centralidade (GORZ (1982), OFFE (1986), HABERMAS (1987) e RIFKIN (1995)).

O encontro com o dilema da precarização das condições de trabalho e do desemprego – experimentados durante os anos de 1990 a 2000 – suscitou novos problemas que aqui são tratados. O presente estudo se encaminha para investigar novas questões sobre a estratégia da terceirização, de modo que às inferências de um momento anterior sejam somados outros aspectos que possam contribuir para a elaboração do conhecimento sobre a natureza da cisão entre os trabalhadores e a reprodução da divisão social e dos conflitos entre eles.

Esse interesse na temática tomou forma de estudo quando a pesquisadora cursava o mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A vida profissional acabara por promover um embate teórico com a experiência profissional vivida. Assim, emergia um sujeito de pesquisa que se confundia com o próprio objeto de estudo, situação que marca as ciências humanas e levanta acalorados debates no que diz respeito à neutralidade científica.

Nesse caso específico, a história de vida da pesquisadora se soma à trajetória intelectual que se persegue e à produção acadêmica que se constrói. Essas aproximações foram determinantes para o desenvolvimento da atual pesquisa, que se propõe a correlacionar os processos de terceirização e a cisão entre os trabalhadores com o advento da sociedade capitalista e a divisão social do trabalho.

Outros fatores contribuíram para que se enveredasse por uma reflexão a respeito dos processos de terceirização e da divisão entre os trabalhadores, como, por exemplo, a evidente carência dessa abordagem no segmento bancário no Brasil, ainda que se faça mister registrar que reflexões sobre terceirização já tenham redundado num considerável número de produções nas Ciências Humanas no país. Nesse sentido, visto que a literatura disponível sobre esta temática no ambiente de bancos seja quase inexistente, este trabalho pode oferecer um panorama de sua prática nesse segmento da economia.

Outra dimensão relevante deste estudo vem do fato de que, ao se privilegiar a terceirização da força de trabalho, pode-se obter uma melhor compreensão não somente da dimensão da terceirização no seio do banco, como das condições objetivas ofertadas por essa estratégia do capital. Além do entendimento geral das relações que se instituem entre os trabalhadores contratados e os técnicos bancários, características que possam oferecer um perfil do contingente dos trabalhadores também ganharão proeminência.

De um modo geral, aqui se procura demonstrar historicamente como o capital, por meio de seus incrementos produtivos, imprime novas formas de dominação ao trabalho, tendo em vista a manutenção da ordem capitalista. Os processos de terceirização, considerados como um desses mecanismos, configuram-se em uma das estratégias do capital que se direcionam não somente para conter a crise que se coloca nos quatro eixos das sociedades capitalistas a partir dos anos de 1970, como ainda para reproduzir a cisão entre os trabalhadores. Isso é o que se intenciona analisar no setor bancário da economia brasileira, especificamente nos Pontos de Vendas da Caixa Econômica Federal da cidade do Natal, no período de 2001 a 2009.

Nesse sentido, sustenta-se como tese ou hipótese central deste estudo que os processos de terceirização, que reforçam a divisão do trabalho, permitem deslocar a contradição capital/trabalho para os conflitos e as disputas entre os próprios trabalhadores, tanto no plano interno das empresas capitalistas, a exemplo da Caixa Econômica, quanto no mercado de trabalho em nível mundial.

Desta forma, pode-se inferir que a força de trabalho terceirizada se articula à reestruturação produtiva do banco, consoante as contradições próprias do modo de produção capitalista. Isso, por sua vez, justifica as desproporções existentes nas condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores contratados e aos trabalhadores efetivos.

Para responder à contento à pergunta de partida, que se desdobrou em outras questões de pesquisa, foram selecionados alguns assuntos como meio de delimitar o problema de pesquisa e respaldar teoricamente o estudo, quais sejam: o trabalho, a divisão social do trabalho, a reestruturação produtiva e a

terceirização. Essas categorias embasarão o estudo cuja análise é condição à reconfiguração do objeto de pesquisa, no caso a estratégia da terceirização e a reprodução da divisão social entre os trabalhadores. Tais categorias serão compreendidas somente como mediadoras da apreensão dos elementos constitutivos do objeto a ser conhecido. Isto porque somente a identificação e análise do complexo de fenômenos – as mediações – que integram a realidade dos processos de terceirização conduzirão à apropriação e à compreensão do objeto demarcado.

Em seguida, perseguiu-se um vasto levantamento bibliográfico a partir de obras que se correlacionassem com o objeto de estudo e oferecessem suporte à investigação. A sustentação teórica inicial foi encontrada no clássico Karl Marx, seguida da produção teórica e empírica da Sociologia do Trabalho, tanto em nível internacional como nacional. O diálogo estabelecido com a visão dos estudiosos e pesquisadores da temática em pauta conduziu a uma melhor delimitação do objeto, bem como suscitou novas indagações no sentido de auxiliar na resposta do problema central, quais sejam:

- Como o trabalho assume a condição maldita de mercadoria e deixa de se confundir com o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza?;
- Como se personifica a dominação do capital sobre o trabalho, desde a gênese do sistema de produção capitalista até os dias correntes?;
- Como se configura a crise estrutural do capital e quais as modificações que dela decorrem?;
- Como vai se consolidando a reprodução da divisão social entre os trabalhadores e a tensão entre eles no interior da Caixa Econômica Federal?

Em boa medida, o trânsito entre o processo de abstração do conhecimento e as indagações levantadas demandou o estabelecimento de metas a serem perseguidas, permitindo que as questões-problema acima suscitadas perdessem a condição de perguntas e se afirmassem como objetivos a serem alcançados. Desta forma, as questões de pesquisa se transformaram nos seguintes objetivos:

- 1) Investigar como se processam historicamente as mudanças na categoria trabalho, de modo a apresentar o hiato que vai se forjando entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, até demarcá-lo com suas disjunções no interior da sociedade capitalista;
- 2) Apreender como se personifica a dominação do capital sobre o trabalho, desde a gênese do sistema de produção capitalista até os dias correntes;
- 3) Entender a crise estrutural do capital e as modificações que dela decorrem, no sentido de mostrar que a reestruturação produtiva, ao mesmo tempo que centraliza riqueza, descentraliza a produção e fomenta a emergência de uma pluralidade de estratégias de exploração do trabalho, a exemplo dos processos de terceirização;
- 4) Compreender como o uso maciço da estratégia da terceirização da força de trabalho, sejam elas atividades de apoio ou as nucleares, no seio da Caixa Econômica Federal, reconfigura o espaço físico de trabalho e fomenta não somente a reprodução da divisão social entre os trabalhadores, como ainda forja um ambiente de trabalho tenso e conflituoso.

A pesquisa: métodos da exposição e da investigação

O objeto de estudo – a estratégia da terceirização e a reprodução da divisão social entre os trabalhadores – para ser compreendido em sua essência, deve ser analisado tendo como referência o contexto econômico, político e social ao qual está inserido. Como ele deve ser compreendido a partir das bases reais que determinaram sua existência, torna-se indispensável a recuperação da sua historicidade.

Nesse sentido, a estratégia da terceirização, como uma das alternativas do capital para conter sua crise estrutural, decorre de um conjunto de medidas político-econômico-sociais destinadas a responder às demandas da base material da sociedade capitalista e do movimento da própria sociedade. Desta forma, a terceirização adota as características próprias da realidade em que se

desenvolve – no caso, as peculiaridades que o desenvolvimento capitalista assume no Brasil.

A opção teórico-metodológica que aqui se referenciou para apreender o objeto de estudo é de base ontológica, que visa à apreensão da realidade, compreendida como uma totalidade concreta. Esta, por sua vez, constitui-se na “síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX, 1983,p.218). Diga-se que é um todo constituído de partes que se constrói e se reconstrói pelo movimento da sociedade.

Com base nesse método, entende-se que as questões de pesquisa levantadas neste estudo – para alcançarem um melhor nível de respostas – devem considerar que a estratégia da terceirização é socialmente determinada. Assim, à medida que o objeto de estudo se apresenta capaz de desvelar uma realidade concreta das formações econômico-sociais em que se desenvolve, ele traduz a dinâmica das relações de classes desenvolvidas no interior da sociedade brasileira, especificamente no seio da Caixa Econômica Federal. A referida instituição, de um lado, cria uma casta de profissionais com acesso a melhores condições de trabalho, remuneração e perspectiva de carreira profissional; e, de outro lado, um contingente de trabalhadores contratados por tempo determinado, sob condições precárias de trabalho e vulneráveis ao desemprego.

Atente-se que, embora o objeto aqui demarcado se apresente como um recorte do real, ele é parte da totalidade concreta. Esse fenômeno está imerso em um cenário de múltiplas determinações, cujo momento histórico é demarcado pelo contexto da realidade do capitalismo contemporâneo e de suas metamorfoses. De qualquer modo, esse todo refletirá no singular objeto de estudo.

Tal pesquisa se caracteriza como um estudo de caso. Essa opção se deu em razão de se ter o propósito de conhecer em profundidade situações concretas de trabalho e a vivência dos trabalhadores no espaço do labor, a partir da trama que ronda suas vidas: a precarização do trabalho, a discriminação e o risco do desemprego.

As plurais formas de exploração do trabalho e a flexibilidade de suas relações são as impressões desse momento histórico. Considerando que as produções e pesquisas na área da sociologia do trabalho tenham enfatizado timidamente a questão da terceirização e o trabalhador terceirizado no ambiente bancário, julgam-se, assim, oportunos e necessários, estudos específicos que possam trazer à tona situações próprias da estratégia da terceirização. Daí o destaque no estudo de caso, pois ele possibilita uma compreensão profunda da unidade no contexto do múltiplo. É óbvio que a parte não se sobrepõe à totalidade, mas também o seu estudo não é menos relevante que outros de alcance mais abrangente, o que não sofre desmerecimento na qualidade de proposta de pesquisa qualitativa e estudo investigativo.

Este estudo também adotou um conjunto de procedimentos no intuito de aproximar ainda mais a pesquisadora do objeto de investigação e dos objetivos traçados, caminho imprescindível para desvelá-lo em sua essência. Fontes secundárias e primárias o subsidiaram, a exemplo do Relatório Balanço Social da Caixa Econômica Federal, o jornal impresso Luta Bancária, bem como entrevistas semi-estruturadas.

Os relatórios forneceram um conjunto de indicadores econômicos e sociais necessários à compreensão das mudanças que se processaram na Caixa na transição do século, o panorama da dinâmica funcional do Banco, bem como demonstraram o leque de relacionamentos estabelecido entre a instituição e seus “colaboradores”. Além disso, ofereceram em perspectiva histórica e abrangente informações relativas à origem do banco, sua natureza e as metas que objetiva alcançar na primeira década do século corrente¹. O jornal impresso Luta Bancária, de construção do Sindicato dos Bancários, da base da capital do Rio Grande do Norte, ou seja, da cidade do Natal, de circulação local e tiragem semanal, subsidiou a pesquisa através de dados precisos e recortados sobre a terceirização na Caixa, especificamente a terceirização da atividade-fim, esta que o referido órgão político critica ao

¹ Não se localizam no site da Caixa Econômica Federal os Relatórios do Balanço Social anterior ao ano de 2003.

assumir a campanha, juntamente com o Ministério Público Federal, acusando-a de “interposição fraudulenta”.

Por meio de recursos técnico-metodológicos foram obtidos dados primários relevantes ao desenvolvimento da pesquisa. Entrevistas semi-estruturadas foram uma das opções utilizadas para tal propósito. Um roteiro de perguntas pré-estabelecidas e ordenadas foi construído e aplicado de igual maneira aos sujeitos da pesquisa, o que possibilitou a comparação das informações. Assim, por meio de comparações se evidenciaram as diferentes condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores do quadro próprio do Banco e os contratados por tempo determinado. A utilização desse recurso técnico tanto ofereceu elementos qualitativos quanto quantitativos sobre as situações de trabalho experimentadas pelos que vendem sua força de trabalho.

Campo empírico, sujeitos da pesquisa e amostragem

O ambiente bancário, particularmente o da Caixa Econômica Federal (CEF) da cidade do Natal, se constitui no campo empírico deste estudo, que tem como demarcação temporal o período de 2001 a 2009. A pesquisa se desenvolveu no interior dos seus Pontos de Vendas e tomou como eixo de reflexão uma das estratégias de exploração do trabalho, qual seja, a terceirização. A prioridade, nesse caso, restringiu-se à terceirização da força de trabalho, cujos trabalhadores laboram nas dependências físicas do Banco.

A terceirização da força de trabalho, nesse Banco, abrange uma pluralidade de contratados, a saber: os de serviços gerais, seguranças, telefonistas, auxiliares de processamento de dados, técnicos em informática, recepcionistas, operadores de fotocópia, porteiros, carregadores e ascensoristas. Somam-se a estes também os menores aprendizes e os estagiários. No geral, eles constituem os sujeitos da pesquisa. Trata-se de sujeitos concretos e reais que estão imersos numa sociedade de livre concorrência, em que a categoria trabalho se converteu em um meio de produzir riquezas para uns e explorar outros.

Totalizando um universo de seiscentos e sessenta e seis (666) trabalhadores que estão na condição de contratados por tempo determinado – em comparação aos técnicos bancários² que somam duzentos e oito trabalhadores (208) – e, sendo impossível entrevistá-los em sua abrangência, selecionou-se uma pequena parte deles, considerada representativa nesse universo, para realizar as entrevistas. Nesse caso, as entrevistas foram realizadas com cento e trinta e cinco trabalhadores (135), representados na seguinte ordem: 6 menores aprendizes, 24 estagiários, 95 trabalhadores terceirizados e 10 técnicos bancários.

A partir das informações obtidas por meio das fontes bibliográficas e dos dados primários e secundários, iniciou-se o processo de seleção, tabulação e análise das informações. A apreensão dessas informações está distribuída nos capítulos que compõem esta proposta de trabalho.

Estrutura do Trabalho

“As metamorfoses da categoria trabalho” foi a denominação que se atribuiu ao primeiro capítulo. Nele se objetivou recuperar historicamente a categoria trabalho e apresentar suas peculiaridades nas distintas formações sociais, até demarcá-la com suas contradições no seio da sociedade capitalista.

A análise de como se personifica a dominação do capital sobre o trabalho, desde a gênese do sistema de produção capitalista até os dias correntes, foi objeto de análise do segundo capítulo. Para tanto, iniciou-se a reflexão a partir da manufatura e os seus mecanismos técnicos de produção, no sentido de fixar como a organização capitalista foi forjando a subsunção do trabalho ao capital e deslocando as contradições que lhes são inerentes para as relações que envolvem os trabalhadores.

²Faz-se mister esclarecer que a pesquisa envolveu somente os técnicos bancários admitidos por meio do concurso realizado no ano de 2004, pois a admissão deles tem relação direta com a extinção da terceirização do setor de Retaguarda da Caixa Econômica Federal.

No terceiro capítulo se retoma parte da discussão sobre a crise estrutural do capital e as modificações dela decorrentes, na tentativa de mostrar que a reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que centraliza riqueza, descentraliza a produção. Aborda também o processo de descentralização que fomenta o revigoreamento de uma pluralidade de formas de exploração do trabalho, na qual a terceirização passa a ser utilizada como um vantajoso instrumento dessa política de flexibilização.

No último capítulo se analisam, de um modo geral, as principais mudanças ocorridas no setor bancário da economia brasileira, no intuito de realçar, sobretudo, o processo de reestruturação na Caixa Econômica Federal, que tem como foco principal a utilização da estratégia da terceirização da força de trabalho. Nele, também se esboça a estrutura ocupacional que se delineou no interior do espaço físico deste banco, posicionando quem são os trabalhadores do quadro permanente da instituição e quem são os trabalhadores contratados, e apresenta-se o perfil desses trabalhadores e as condições de trabalho a que estão submetidos.

Nas considerações finais, destacam-se as principais inferências que este estudo pôde alcançar.

O contexto do objeto de estudo: o cenário de pretéritas contradições

Partindo da premissa de que a sociedade é uma realidade dinâmica, e pensando-a como um objeto vivo, admite-se o óbvio: o término do século XX deixou sua marca destrutiva na realidade construída pelos homens. Postos de trabalho foram eliminados, suprimiram-se direitos trabalhistas, sindicatos fragilizaram-se, a pobreza foi acentuada e a individualidade humana exacerbada. As mudanças atingiram as várias esferas da sociedade, alcançando outras dimensões que invadiram a própria subjetividade humana.

Chega-se a um novo século com uma sensação vigente de espanto e perplexidade. Logo, a realidade presente é palco de um frenético movimento

que parece não apontar para um projeto de superação das condições atuais. Se o século XX foi breve, extremo e, ainda assim, vangloriado pela exaltação do sistema capitalista em razão das suas décadas auríferas, como ressalta Hobsbawm (1995), o terceiro milênio desponta com o ranço de um tempo “maldito”. Não se sabe aonde se vai, ainda que se tenha ciência aonde se chegou.

Há uma confusão associada a uma sensação de irrealidade e vazio. A incerteza, a ausência de projetos universais emancipatórios, a individualidade e o fragmentário estampam a mutante vida cotidiana. Embora não haja motivos, em princípio, para se pensar que o dia de amanhã será melhor, em razão das mesmas forças históricas do imperialismo que trabalharam na transformação e na modelagem da sociedade do lucro perdurarem operando na contemporaneidade, é razoável supor que tais forças não devem prosseguir *ad infinitum*.

O “novo” parece oferecer sustentabilidade ao arcaico capitalismo. A atual configuração mundial e seus “novos” ou renovados termos se recompõem no seio de uma geografia de crises, reproduzindo as velhas contradições inerentes à sua forma de organização. Mesmo em um momento histórico assinalado pelo império do capital financeiro e da abundância da produção de bens e serviços, presenciam-se populações inteiras acometidas pelo mal-estar provocado por situações de carências múltiplas que envolvem a despossessão social, política e psicológica³, o que aumenta o quadro de incerteza sobre as condições de vida dos homens.

O detalhe é que falar em crises não significa nenhuma novidade na história, no desenvolvimento e na consolidação do modo de produção capitalista, pois tal sistema não somente é marcado por uma sucessão de crises econômicas, como também por alternância entre prosperidade, depressão e recessão. Esse fato, portanto, não conota nenhum acidente de percurso, mas “é expressão concentrada das contradições inerentes ao modo

³Essa expressão foi cunhada por John Friedmann e Leonie Sandercock, especialistas em planificação urbana, em artigo intitulado *Os desvalidos*, publicado em maio de 1995, pelo Correio da UNESCO.

de produção capitalista, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (PAULO NETTO, 2007, p.157).

O processo de reestruturação da economia capitalista marcou profundamente a segunda metade do século XX, pois suas duas últimas décadas foram trágicas. Não foi sem razão que assim foram denominadas: década “perdida” e década “maldita”. Esse período desembocou numa onda de instabilidade e de crise que tem como referência histórica, segundo Harvey (1992), o ano de 1973.

Assim, vão-se as décadas de capitalismo promissor e triunfante. O amarelo reluzente não ofusca mais a realidade cinza que atormenta as economias capitalistas, que se manifestam por meio do desemprego em massa, da pobreza crescente, da miséria acentuada e da instabilidade permanente.

A realidade que se percebe na experiência da vida cotidiana é chocante e temerosa. Seu espetáculo é corriqueiro, porém lastimável. Nele encontra-se, paradoxalmente, uma ínfima parcela de homens trilionários e uma quantidade alarmante de miseráveis; uma reduzida quantidade de pessoas habitando arranha-céus de luxo e uma grande parcela da população sem teto; um grupo privilegiado com acesso às mídias digitais e outros cidadãos sem nem saber o que pode significar realizar uma ligação ao telefone; uns possuidores do ensino clássico, com direito a *Máster in Business Administration* (MBA) e domínio de línguas estrangeiras; e outros sem ter acesso à escola, sem ter domínio da sua língua materna e nem da decodificação da escrita, ou seja, analfabetos.

Ainda predominam nesse cenário aqueles que manipulam, ostentam e adquirem bens e serviços, em contraste aos que não manipulam, não ostentam e jamais vão adquirir certos bens e serviços. Do mesmo modo se localizam os que estão integrados à sociedade, via o trabalho clássico e, portanto, desfrutam de alguns benefícios sociais; em detrimento daqueles que estão submetidos à condição de subemprego ou desemprego e, naturalmente, têm dificuldades de atingir seus objetivos, satisfazer suas necessidades e assegurar melhores condições de vida.

Talvez uma das mais visíveis contradições identificadas no curso desse processo de mutações que marcam a transição do século XX para o XXI se encontra na esfera do trabalho, isto é, do trabalho abstrato, subsumido ao capital, que condiciona os homens ao misterioso e fantasmagórico mundo das mercadorias.

É na dimensão do trabalho abstrato e, particularmente no contexto do “capitalismo flexível”, que se localiza a reflexão em evidência. Esse momento é calcado no ideário neoliberal, na reestruturação econômica, na flexibilidade dos processos e mercados de trabalhos e na ampliação de empregos no intitulado “setor de serviços”.

Esse período se contrapõe à era de predomínio do regime taylorista-fordista e, conseqüentemente, do keynesianismo e seus mecanismos de intervenção e obrigações estatais em que o Estado, como elucida Harvey (1992), empenhava-se por garantir o pleno emprego e controlar ciclos econômicos combinados a políticas fiscais e monetárias dirigidas para investimentos do setor público.

A era do “capitalismo flexível”, ao contrário, é marcada pela redução do Estado-nação e pela prevalência de mais mercado. Enquanto o Estado passava a atuar na regulação das atividades de capital corporativo e no interesse da nação, o capital se mundializava fragilizando formas tradicionais da economia nacional. O trabalho regular e industrial foi profundamente reduzido. Práticas flexíveis de gestão foram adotadas nos vários setores da economia, assim como formas pretéritas de trabalho ganharam vigor. Tudo isso implicou níveis altíssimos de desemprego “estrutural” e de subemprego.

Intensificaram-se, nesse caso, sistemas de trabalhos domésticos e familiares. O capital acentuou, em plena era da acumulação flexível, formas pretéritas de trabalho. O trabalho regular, que predominava mediado por contratos de trabalho por tempo indeterminado, sofreu retração e tem sido substituído cada vez mais por ocupações “atípicas”. Essa tendência tem mostrado que

[...] a sociedade do capital e sua lei de valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time,

terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (ANTUNES,1999, p.119).

Observa-se que esses sistemas de trabalho alternativos existem cada vez mais imbricados com formas tradicionais e relativamente estáveis de trabalho. Eles passam a ocupar o lugar central no vigor da “acumulação flexível”, constituindo-se em estratégias indispensáveis à reprodução do capital.

Assim, expande-se, na sociedade do capital, o trabalho assalariado e precarizado, ao mesmo tempo em que é reduzido o trabalho regular e industrial. O setor de serviços é ampliado e a ele é agregado um maior número de jovens e mulheres que vendem sua força de trabalho por um determinado tempo. Os eventuais ocupantes desses setores, dependendo de sua posição e vínculos na esfera do trabalho, podem assumir a condição de população *flutuante*, de *latente* ou de *estagnada*. Essa composição da superpopulação relativa, ainda que tenha sido empregada por Karl Marx (2006) em plena era da industrialização inglesa, serve de analogia para se verificar a condição de alguns trabalhadores no momento de ampliação do setor de serviços.

Essas alterações têm implicação direta com a atual morfologia do mercado de trabalho, que Harvey (1992) expressa a partir da posição que os trabalhadores ocupam na composição do trabalho, quais sejam trabalhadores centrais e periféricos. Tal estrutura se plasma nas instituições de serviços, como se acusa na Caixa Econômica Federal, que, em dimensão micro, acaba por reproduzir a realidade polarizada e estratificada que se desenha na totalidade do mercado de trabalho.

1 AS METAMORFOSES DA CATEGORIA TRABALHO

Neste capítulo intenta-se recuperar historicamente a categoria trabalho com o propósito de apresentar suas metamorfoses, mostrar o hiato que vai se forjando entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, até demarcá-lo com suas disjunções no interior da sociedade capitalista.

Esse percurso se faz oportuno para se perceber que a mudança ontológica da categoria trabalho e sua subsunção real ao capital se correlaciona com a metamorfose da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, com a expropriação do trabalhador dos seus meios de produção. Tudo isso será melhor compreendido ao se fixar o trabalho no contexto das diferentes formas de organização societal, uma vez que essa atividade eminentemente humana nem sempre desfrutou do mesmo significado e valor que predomina nos dias atuais.

Essa constatação, por sua vez, suscitou o levantamento da seguinte questão: Como o trabalho assume a condição maldita de mercadoria e deixa de se confundir com o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza? Ora, sendo o trabalho a categoria fundante das atividades econômicas e da constituição do ser social e, por conseguinte, o elemento insuprimível de qualquer sociedade, sua apreensão requer o resgate de sua historicidade.

Nesses termos, no que se refere especificamente a esta pesquisa, importa recuperar sua inserção na formação social capitalista, no intuito de que o trabalho seja compreendido enquanto trabalho determinado a partir de suas relações sociais de produção.

Desta maneira, no seu sentido mais geral, o trabalho poderá ser apreendido enquanto categoria válida para qualquer forma de sociedade humana. Entretanto, estabelecido isso, é possível se entender que o trabalho humano é a base de toda a vida social, já que é uma atividade dirigida a um determinado fim e produtor de coisas que têm forma útil à vida humana, isto é, criadora de valores de uso.

Esta posição de centralidade que demarca o trabalho não decorre tão-somente da forma histórica que assumiu o trabalho abstrato, mas, sobretudo, do caráter fundante que possui o trabalho na construção e reprodução do ser social, bem como na construção do “mundo dos homens”. Não sem razão, “o

trabalho é pressuposto de toda existência humana e o primeiro ato histórico do indivíduo homem” (MARX; ENGELS, 1984, p. 39), assim como a sociedade é a “unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza” (MARX, 1987, p. 175).

O trabalho, portanto, como se localiza no apêndice de *A humanização do macaco pelo trabalho*, é “a condição fundamental de toda vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem”, o que possibilita inferir que o trabalho, então, seria a própria essência do processo de hominização dos seres humanos (ENGELS, 1979, p. 215).

Foi a assimilação do trabalho na qualidade de categoria-chave do “mundo dos homens”, isto é, do trabalho concreto, que precedeu o trabalho abstrato. Logo, constituindo-se por excelência na categoria que possibilita a mediação ontológica e a-histórica do ser social, foi apropriado como fonte construtora das bases materiais da reprodução do ser social e naturalmente reconhecido como pressuposto da humanização e liberdade do próprio homem.

O detalhe é que no seio do Modo de Produção Capitalista – MPC –, em razão de desdobramentos históricos processados num vasto decurso temporal, a categoria trabalho, em vez de progredir na qualidade de fonte natural de liberdade dos homens, desdobrou-se na síntese da exploração deste. Assim, em lugar de se manifestar como elemento edificante da humanização e do desenvolvimento do ser social, “ascendeu” à condição de medida de valor, convertendo-se no instrumento fundamental de autovalorização do capital e transformando-se em mercadoria. Ao contrário de prevalecer como manifestação das forças vitais do próprio trabalhador, converteu-se na potência econômica da classe dominante.

O trabalho, pois, convertendo-se em trabalho abstrato, condiciona os homens ao misterioso e fantasmagórico mundo das mercadorias, como também reforça a permanência e reprodução da organização social pautada na propriedade privada.

Logo, essa condição acaba por naturalmente reafirmar – ao invés de renegar – o caráter central do trabalho para a manutenção do sistema do lucro, mesmo nesse momento em que a ele se associe a crise estrutural do capital.

Nesse caso, veja-se que antes de o trabalho significar fonte de valor da sociedade capitalista, constitui-se, sobretudo, na base da essência humana, como também da sociedade. Desta forma, o trabalho se traduz no complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio com a natureza e no conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. Pois, independente de qualquer acepção que tenha assumido o termo trabalho e as formas que têm adquirido no curso da história, principalmente no interior do sistema de produção capitalista, nada suprime a sua condição de categoria ontológica fundante.

1.1O TRABALHO: A GÊNESE DO HOMEM SOCIAL E DA SOCIEDADE

Como já anunciado nas linhas acima, o entendimento da categoria trabalho é pressuposto para se compreender não somente a sociedade com suas transfigurações, mas também o ser humano social. Não há como dissociar o trabalho, fundador do “mundo dos homens” e, como tal, indispensável à sobrevivência humana, do seu próprio mediador: o homem trabalhador, que dele necessita e depende, mais do que se imagina à primeira vista, para garantir os seus meios de subsistência, sobreviver materialmente e se reproduzir na qualidade de homem.

Foi a prática do trabalho que permitiu ao homem se constituir como humano e se distinguir dos demais animais na cadeia zoológica. O trabalho promoveu o salto ontológico capaz de retirar a existência humana das condições especificamente biológicas. Daí o trabalho se traduzir na categoria promotora do desenvolvimento da essência e da capacidade de reprodução do homem, pois, mediado pelo trabalho, o homem se tornou

[...] um ser que se particulariza porque é capaz de realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar as atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se e sociabilizar-se (PAULO NETTO, 2007, p. 41).

Desse modo, depreende-se que a existência do ser social é condicionada pelo trabalho, pois não há vida social sem trabalho. Com isso, quer-se também ressaltar que a vida social vai para além do trabalho, até

porque esse é uma categoria social que só pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, pela fala e pela sociabilidade, ou seja, pelo conjunto das relações sociais.

É óbvio que a especificidade do trabalho humano não estaria somente no fato de surgir como “resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, portanto, idealmente” (MARX, 2006, p. 212). Mas, no fato de essa vontade que determina a transformação da natureza ser subordinada a um processo mais amplo, como, por exemplo, à necessidade dos seres humanos produzirem seus próprios meios de vida⁴.

Dirigido, portanto, pela consciência, atributo fundamentalmente humano, o trabalho é uma propriedade da espécie humana. “O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos” (BRAVERMAN, 1987, p. 53).

O atributo da consciência, pois, torna o trabalho humano diferente do trabalho dos outros animais. Enquanto o trabalho humano possui como mecanismo regulador o pensamento, que tem origem no complexo sistema nervoso central, o trabalho dos demais animais tem uma natureza instintiva. É por isso que as atividades desenvolvidas por esses últimos “são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos”, como sustenta Braverman (1987, p.50).

Ademais, enquanto se verifica que no âmbito da espécie humana predomina uma maior variedade de funções e, portanto, uma maior divisão delas, percebe-se que no contexto do gênero animal tal separação

[...] foi atribuída pela natureza e impressa no genótipo sob a forma de instinto, [...]. Em todas as demais espécies, a força diretriz e a atividade resultante, instinto e execução, são indivisíveis. A aranha tece sua rede de acordo com uma incitação biológica e não pode delegar esta função a outra aranha; ela desempenha essa atividade porque é de sua própria natureza. Mas quanto a homens e mulheres, quaisquer padrões instintivos de trabalho que possam ter possuído nos inícios de sua evolução, há muito foram atrofiados ou afogados pelas formas sociais. Assim, nos seres humanos,

⁴ Ressalta-se que se pode distinguir os homens dos animais por tudo o que se deseje, “mas eles próprios começam a se distinguir dos animais quando começam a produzir seus meios de vida” (MARX; ENGELS, 1984, p.27).

diferentemente dos animais, não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo (BRAVERMAN, 1987, p. 53).

O trabalho humano, pois, constitui-se naquele que supera a atividade meramente instintiva, é a força que, por sua vez, criou não somente a espécie humana, como também o mundo tal como se conhece. É por meio do trabalho que o homem se faz partícipe do seu próprio processo de construção e, ao se distinguir na cadeia zoológica dos demais animais, atua na natureza e a modifica para atender às suas necessidades de subsistência e se objetivar nos produtos de sua atividade transformadora. Logo, o homem é parte da natureza e, como tal,

[...] é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, em parte, dotado de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como disposição e capacidades, como instintos; em parte, como ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, é um ser que padece, condicionado e limitado, tal qual o animal e a planta; isto é, os objetos independentes dele; entretanto, esses objetos são objetos de seu carecimento, objetos essenciais, imprescindíveis para a efetuação e confirmação de suas forças essenciais (MARX, 1987, p.180).

Marx, desse modo, faz alusão à dependência humana no que concerne à natureza. É por meio da natureza imediata e sensível, segundo o autor, que o homem localiza não somente sua sensibilidade com outro homem, mas, sobretudo, o seu próprio conhecimento, uma vez que as forças essenciais, particulares, sensíveis e humanas encontram sua efetivação somente nos objetos naturais. Desse processo histórico, no entanto, o homem deixa de ser somente uma “entidade biológica” e se confirma como ser humano capaz de conscientemente elaborar respostas ao ambiente natural e consequentemente assegurar sua sobrevivência na qualidade de ser social.

Decorre disso que, devido à riqueza objetivamente prosperada da essência humana, a riqueza subjetiva vai sendo parcialmente cultivada e, em parte, construída, “tanto para tornar humano o sentido do homem, como para criar o sentido humano correspondente à riqueza plena da essência humana e natural” (MARX, 1987, p. 178).

Nesse processo, o ouvido se torna musical e o olho percebe a beleza da forma, ou seja, os sentidos humanos adquirem a sensibilidade do prazer e se

confirmam como forças humanas. Com isso, o homem, com todos os sentidos desenvolvidos, garante-se no mundo objetivo.

O ser social, portanto, vai ser a síntese do complexo de várias objetivações, sendo o trabalho uma delas. À medida que esse ser se desenvolve, “mais ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho” (PAULO NETTO, 2007, p. 43) e vai se constituindo, em cada etapa de seu desenvolvimento, no conjunto de atributos e possibilidades de sua sociedade. Desta forma, não é possível conceber a existência social sem ter o trabalho como pressuposto.

Diga-se que é no curso do processo de socialização e do seu desenvolvimento que cada ser social vai se apropriando de forma singular das objetivações existentes no meio em que vive e, deste modo, vai forjando o processo de construção da sua individualidade. Isso porque

[...] a subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar [...] (PAULO NETTO, 2007, p. 47).

Nesse sentido, o intercâmbio com a natureza constitui-se na condição *sine qua non* à objetivação do objeto e exteriorização do sujeito, pois como afirma Lessa (2006), exteriorizando-se por meio da objetivação da sua prévia ideação, novos conhecimentos são adquiridos pelos indivíduos e novas habilidades são descobertas. Logo, a individualidade que deu início ao processo de objetivação não é a mesma que a finaliza, o que implica tanto uma alteração do sujeito (homem) como do objeto (natureza).

Isso implica que o trabalho, ainda que em sua forma mais elementar, constrói continuamente novidades objetivas e subjetivas na medida em que as leis da natureza são reorganizadas sob novas disposições. É por isso que a partir dele surgem, para o homem social, condições reprodutivas distintas dos processos naturais, pois o trabalho permite conexões, processos, objetividade, que tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo representam algo distinto das condições naturalmente existentes.

Aqui, no entanto, condiz destacar a relação a despeito da objetivação/exteriorização e os seus efeitos para a constituição da essência do

ser social. Esses elementos são enfatizados e diferenciados por Lukács – ao recuperar o pensamento de Marx sobre essa questão – nos seguintes termos:

[...] no ato do trabalho, há distinção entre o momento da objetivação (a *Vergegenständlichung* da qual Marx falava em seus Manuscritos de 1844, associando *Vergegenständlichung* a *Entgegenständlichung*, objetivação e desobjetivação) e o momento de exteriorização (*Entäusserung*); o primeiro traduziria as transformações estabelecidas no mundo dos objetos para torná-los conforme o objetivo pretendido; o segundo, as reverberações destas atividades na constituição da subjetividade, as qualidades especificamente subjetivas que se exprimem no objeto criado (LUKÁCS apud COSTA, 2007, p. 21).

Deste modo, tem-se o início do processo de reprodução do ser social. A distinção entre as categorias objetivação/exteriorização apresentada pelo autor oferece a compreensão de que o trabalho não somente possibilita qualitativamente a construção do novo frente à tensão dialética gerada entre o sujeito da ação e o objeto no que diz respeito aos processos naturais, mas que também o trabalho é essencial para a constituição da subjetividade do ser social.

É dessa relação que o ser social, a partir de uma ação conscientemente orientada para alterar uma determinada realidade, vai se constituindo em um complexo distinto do mundo natural. Pois, no processo de objetivação, o homem age na realidade natural existente e a converte em um mundo dotado de novos sentidos, ou seja, edifica uma nova forma de ser: a sociedade. Nesse ato, como faz entender Lessa (2006), ele opera a síntese entre prévia ideação (teleologia) e a realidade natural (causalidade dada), o que culmina em uma realidade posta (ser social).

O indivíduo, por conseguinte, é o ser social, e a exteriorização de sua vida – mesmo que de súbito não apareça como uma exteriorização de vida coletiva – significa, como endossa Marx (1987, p. 176), “uma exteriorização e confirmação da vida social”. Isto porque, ainda conforme o autor, “a vida social e genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica [...]”.

Nesse sentido, parece ficar patente que o ser social somente evolui a partir de um duplo movimento, quais sejam: pelo processo histórico de

reprodução e pelo desenvolvimento da singularidade em individualidade. Assim, sua existência pressupõe a inter-relação com a realidade objetiva. Isto porque “o homem e a totalidade social são pólos ontológicos do mesmo processo de desenvolvimento humano, sendo a unidade entre esses dois pólos indissolúvel” (COSTA, 2007, p. 38).

O ato do trabalho, portanto, é uma atividade ideal-consciente. Não há trabalho dissociado do conhecimento de idéias e visões de mundo. O ser que trabalha constrói um conjunto de novos objetos, representações, padrões e modos de viver, isto é, ele edifica a sociedade que condiciona e modela sua visão de mundo e maneiras de se relacionar e conviver no interior dela. Desta forma,

[...] todas as expressões do homem, a começar pelas fundamentais como o trabalho e a linguagem, até objetivações do mais alto valor, são sempre necessariamente posições teleológicas. A relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do homem com o mundo é uma inter-relação na qual se tem uma ação inovadora, transformadora, permanente do sujeito sobre o objeto e do objeto sobre o sujeito, na qual nem uma nem outra componente pode ser concebida isoladamente, separada do par positivo, isto é, de modo autônomo (LUKÁCS apud COSTA, 2007, p. 38).

Nesse processo, frente às novas possibilidades que surgem no ato da atividade transformadora que tem como base a ação dos homens, há, certamente, a evolução tanto do indivíduo como da sociedade. Assim, tanto o homem como a sociedade se produzem e se reproduzem em determinados tempo e espaço.

Desta forma, toda ação posta em prática pelo ser social é conscientemente orientada para uma finalidade, ou seja, para a satisfação de sua necessidade. É dessa relação, por sua vez, que se inicia a reprodução social do ser que se distingue do mundo natural e dele se afasta mediante a atividade do trabalho. É a partir da atividade vital, conforme Marx (1984) sinaliza na Ideologia Alemã, que ele produz os seus meios de sobrevivência e, indiretamente, sua própria vida material e, nesse processo dinâmico, cria novas necessidades e novas atividades.

É tendencioso, nesse caso, que devido à evolução das formas de trabalho e o seu distanciamento gradativo da sua forma primária, a produção do sujeito não reflita de forma tão intensa a impressão pessoal de sua

individualidade nos produtos do trabalho. Nesses termos, há que se considerar que em sociedades que anteciparam a organização capitalista, como, por exemplo, no sistema artesanal, não havia limites à exteriorização dos traços subjetivos individuais do homem nos produtos do trabalho.

Essas impressões tão particulares da produção humana, por sua vez, tendem a desaparecer do produto do trabalho em razão do advento da manufatura, que incrementou não somente a divisão social do trabalho, como também inseriu, ainda que de modo pouco consequente, novas técnicas proporcionadas pelo avanço da ciência, o que acabou por gerar a

[...] desantropomorfização do trabalho iniciado como uma forma em si não ainda conseqüente,[...], o momento da exteriorização vai pouco a pouco desaparecendo destas objetivações. Mas também neste caso somente tendencialmente, já que, embora a presença objetiva da exteriorização habitualmente apareça nos últimos atos laborativos executados por trabalhadores singulares, a projeção geral de um tipo de produto, o seu “estilo”, pode, todavia, expressar a marca de uma exteriorização (LUKÁCS apud COSTA, 2007, p. 30).

Devido a esse movimento, tem-se a compreensão de como o processo de desenvolvimento do trabalho na produção manufatureira tende a diminuir a marca da personalidade do produtor e colocar limites, mas não eliminar por completo, a exteriorização dos traços subjetivos individuais do ser social nos produtos do trabalho. Essa dinâmica, por conseguinte, inclina-se à despersonalização do produto em termos das expressões individuais do seu criador, tendo em vista que os produtos vão traduzir – em menor proporção – a exteriorização do sujeito individual.

Desse processo, pode-se inferir que também surgiu o estranhamento do homem no que tange à relação que ele instituiu, no curso da história, com a natureza, com outros homens e consigo próprio. A rigor, quanto mais o ser social se desenvolve mais diversifica suas objetivações. Nesse processo de desenvolvimento, por sua vez, ainda que a criação de suas objetivações se correlacione com a atividade do trabalho, elas vão se distanciando do ser social e ganhando autonomia face ao seu criador.

A exteriorização da vida do homem acabou por condicioná-lo à alienação de todos os seus sentidos, assim como o tornou estúpido e unilateral. Com isso, um objeto só lhe tem sentido de pertencimento, como

alerta Marx nos Manuscritos Econômico-filosóficos, “quando é imediatamente possuído, comido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por ele” (1987, p. 177).

Desta forma, todos os sentidos físicos e espirituais do homem parecem ter se reduzido a um único: o sentido de ter. Em consequência disso, ainda conforme o autor acima referenciado, ele diminui à absoluta pobreza não somente os seus sentidos, como também as qualidades de humano. É assim, por conseguinte, que vai surgindo o homem carente de um conjunto de exteriorização.

Desse modo, faz-se necessário compreender que, com o processo de desenvolvimento histórico contínuo, a relação entre objetivação e exteriorização sofre mudanças, complexifica-se e retroage sobre os sujeitos históricos. Enquanto a objetivação articulada à divisão social do trabalho retorna aos indivíduos, gerando comportamentos tendencialmente homogêneos, a exteriorização volta incidindo na individualidade deles, propiciando uma variedade de comportamentos singulares e gerando alguns efeitos, a exemplo da criação de múltiplas percepções a respeito da realidade concreta (COSTA, 2007).

Assim, somente a partir do entendimento da essência do homem como produto histórico e o distinguir-se de sua base pelo trabalho, como afirma Lukács (2008), pode-se falar com propriedade sobre o ser social. A essência humana, como enfatiza Marx nas Teses contra Feuerbach, “não é abstrato residindo no indivíduo único. Em sua efetividade é o conjunto das relações sociais” (1987, p. 162). Daí ela só fazer sentido se for concebida a partir da totalidade que envolve o homem e suas relações de produção material e espiritual.

Pelo trabalho e mediado por ele, o homem se autocria, produz os seus meios de sobrevivência, indiretamente constrói sua própria vida material e, certamente, cria novos desejos e necessidades. Ademais, na produção material social da sua própria vida,

[...] os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais [...]. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas

materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido (MARX, 1987, p. 29).

Por sua vez, no modo de produção localiza-se a estrutura econômica da sociedade, que condiz com a existência da totalidade de instituições, ideias e representações a ela associada, comumente denominada de superestrutura, correspondente a instâncias jurídico-políticas e cultural da sociedade. Salienta-se que em cada modo de produção as relações entre essas duas instâncias se apresentam com suas singularidades.

Dessa forma, ainda que distinto em suas configurações e significados no curso do desenvolvimento societal, o trabalho no passado, assim como no presente, associado a um conjunto de dispositivos, correlaciona-se com o homem-trabalhador de acordo com as particularidades assumidas em cada momento histórico.

Assim, o sentido que tem o trabalho na sociedade contemporânea e a relação que estabelece com o trabalhador se diferencia da concepção de trabalho existente na sociedade primitiva, do trabalho que foi preponderante no Mundo Antigo, bem como daquele que caracterizou o curso da Idade Média. Vê-se a seguir como se configura o trabalho em diferentes formas de organização societal.

1.2 O TRABALHO SOB DIFERENTES SISTEMAS SOCIAIS

Todas as distintas organizações sociais que surgiram no curso do desenvolvimento histórico das civilizações repousam no singular trabalho humano. O mundo em que transcorre a vida humana, ainda que assuma o caráter de coisa ou objeto quando se transfigura em uma realidade objetiva, é produto da atividade humana e, por conseguinte, torna-se condição da existência e é parte do viver do homem.

As formas, por sua vez, assumidas pelo trabalho, entram igualmente em consonância com o “progresso” da formação econômica das diferentes formas de sociedades e seus modos de produção, quais sejam: tribal, antigo, feudal e burguês moderno, conforme classificação atribuída por Marx (1987, p. 30).

Na sociedade primitiva, cuja organização social se pautava e se movimentava por meio da estrutura de parentesco e pela ausência de classes sociais, o trabalho se constituiu parte indissociável do conjunto das atividades próprias dessa formação social, porque ele se associava aos ritos e mitos, às festas, às artes, enfim, ao conjunto da vida social, econômica, política e religiosa dela. Não cabe, pois, separar o trabalho da totalidade das atividades nesse tipo de sociedade.

Essa sociedade, que também recebeu a denominação de “comunismo primitivo”, era composta de aldeias que, ainda que se vinculassem entre si, desfrutavam de autonomia. Ademais, nela vigorava um igualitarismo interno, o usufruto dos recursos básicos naturais era coletivo, a propriedade limitava-se a objetos estritamente pessoais, as atividades dos seus membros eram comuns e seus resultados partilhados por todos, além de o relacionamento entre as aldeias se processar numa situação de não-exploração.

Essa corresponde à fase não desenvolvida da produção. A sua riqueza não se situava na acumulação, mas na própria vida e na forma como os primitivos se relacionavam com a natureza e desfrutavam o seu dia-a-dia. A terra representava o grande *habitat* e se constituía na fonte da vida, pois dela provinha tudo o que o homem necessitava para subsistir, a exemplo das frutas e dos próprios animais, visto que esse povo se alimentava da coleta de vegetais, da caça, da pesca, da criação de gado e da agricultura. Por meio da terra, conforme relato do antropólogo Marshall Sahlins (2000), o homem primitivo tinha suas necessidades materiais e sociais plenamente satisfeitas.

O fato de as comunidades primitivas dispensarem poucas horas do dia às atividades que se relacionam ao trabalho, como a caça, a pesca e a coleta de frutas, encontra significado com o modo como os primitivos lidavam com a natureza. Nessas sociedades, não se encontrava a ideia fixa de produzir excedente para acumular riqueza. O valor da vida se fundamenta muito mais no cumprimento das obrigações rituais, nas festas, no descanso e no lazer, do que propriamente nas atividades que se associam ao trabalho.

A estrutura dessa sociedade se restringia à extensão da família: no topo se localizavam os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo

e, por fim, os escravos⁵. As atividades que eram vinculadas à produção se limitavam a alcançar os meios necessários à sobrevivência de todos os seus membros e eram desenvolvidas por meio de uma divisão natural do trabalho, ou seja, de uma repartição de atividades entre gêneros: de um lado, os homens eram os responsáveis pela caça e, de outro, as mulheres respondiam pela coleta de frutas e pela preparação dos alimentos.

Destaca-se que a divisão do trabalho nessa forma de organização social possuía uma base puramente fisiológica. Elementos como a questão de gênero, faixa etária e força física eram os atributos que definiam e diferenciavam as atividades que homens e mulheres desenvolviam. Nela, portanto, pode-se anunciar que, embora se identifique a divisão por ramos de atividades – expressa na caça, na coleta de alimentos e no preparo da comida –, não se localiza a cisão dos homens tal como vai aparecer na organização social no interior do capitalismo.

Especificamente nessa estrutura social primitiva, que expressa um dos estágios de desenvolvimento da sociedade, o que pode significar o trabalho? Uma atividade eminentemente desenvolvida para suprir as necessidades dos grupos humanos. O detalhe é que, nessa organização social particular, ele jamais poderá ser compreendido como um elemento autônomo e independente das outras atividades existentes, pois o trabalho se torna possuído de sentido e significado se for encarado como parte integrante da totalidade das atividades caracterizadoras dessa formatação social, o que o distancia do trabalho dotado de valor econômico.

Contudo, não tardaria para que o trabalho fosse se desvinculando das demais esferas que integram a sociedade e alcançasse autonomia. O aperfeiçoamento paulatino dos instrumentos de trabalho ainda no seio desta sociedade, o aprimoramento das habilidades do homem, o desenvolvimento do pastoreio e da agricultura acabaram por promover expressiva transformação na relação que se estabelecia entre o homem e a natureza, isto é, no trabalho, que, por conseguinte, culminaria na dissolução desse tipo de organização social.

⁵ Cabe salientar que, embora latente, a escravidão se fazia presente no interior da família, fenômeno que gradativamente foi evoluindo devido ao crescimento da população, à demanda por novas necessidades e à extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca. (Consultar MARX, Karl; ENGELS, F. A ideologia alemã).

Tais mudanças permitiram que seus membros passassem a produzir bens que ultrapassavam e extrapolavam suas necessidades imediatas de sobrevivência, possibilitando o surgimento do “excedente econômico”, que naturalmente

[...] opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida, mas, sobretudo, aparece na história a possibilidade de acumular os produtos do trabalho (PAULO NETTO, 2007, p. 57).

A possibilidade real da acumulação dos *produtos do trabalho* vai abrindo espaço para o desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade do trabalho e, devido a ela, dois efeitos ganharão notoriedade: primeiro, o avanço do artesanato, que juntamente com uma maior divisão na distribuição do trabalho, vai se especializando e produzindo bens que, não sendo consumidos pelos membros da comunidade, se destinarão à troca. Depois, abre-se o risco da exploração do trabalho humano e, em decorrência disso, há a divisão no interior da comunidade entre os produtores diretos e os apropriadores dos produtos do trabalho excedente.

Com efeito, desenvolve-se gradativamente o comércio e as relações de troca são instituídas entre as comunidades. Em tempo, vão-se construindo e aprimorando os mecanismos que permitirão a efetivação real da acumulação e exploração do trabalho, o que estrangulará a comunidade primitiva substituída pelo escravismo que avançará nesse sentido, marcando a sociedade antiga.

A sociedade antiga subsistiu por meio do escravismo, que esteve na base da civilização greco-romana. Essas civilizações, no entanto, deram largos passos em comparação à sociedade primitiva, pois se organizaram incrementando a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, diversificaram a produção de bens, desenvolveram o comércio entre distintas sociedades e formalizaram a exploração do trabalho por meio da escravidão.

Nelas, as relações sociais iam demarcando o que, *a posteriori*, caracterizaria por completo a sociedade capitalista, isto é, o antagonismo entre as classes sociais que, naquele momento histórico, traduz-se entre a polarização de uma parcela ínfima de proprietários de terras e escravos, principais expoentes da economia daquele período, mas não os únicos trabalhadores, pois somava-se a esses outros diferenciados grupos de

trabalhadores, a saber: os camponeses, os artesãos livres, os comerciantes e os mercadores.

Naquele momento histórico, ser possuidor de terras e escravos significava muito mais do que simplesmente possuir riquezas, era possuir acima de tudo prestígio social, o que possibilitava sublimar a condição de homem cidadão, ou seja, de homem que, dispondo da liberdade dos seus movimentos e ações, podia dedicar a vida, sobretudo, aos assuntos da *polis*, isto é, às atividades que dizem respeito ao bem comum.

Nessas sociedades, o escravo era propriedade particular do seu senhor e, em decorrência disso, podia ser trocado, doado, alugado e vendido. Na verdade, ele tinha uma dupla utilidade para seu proprietário: podia atuar diretamente como produtor de bens ou também servir como o próprio produto a ser consumido no mercado de trocas, prática que se aplicava não somente para ele, mas ainda que se estendia para o universo da sua prole.

Assim, os escravos, na qualidade de mercadoria de propriedade privada do seu senhor, tinham negados “a posse dos meios de produção, o controle sobre o trabalho ou sobre os produtos desse trabalho e de sua própria reprodução” (BOTTOMORE, 2001, p. 132).

Esses trabalhadores estiveram presentes em atividades que se dispersavam entre o campo e a cidade, chegando inclusive a trabalhar ao lado de homens livres. Eles desenvolviam várias atividades: trabalhavam arduamente no campo e, na cidade, desenvolviam atividades nas oficinas de artesanato, quer como artesãos ou criados domésticos.

Seu trabalho era realizado sob coerção e o excedente da sua produção lhe era subtraído mediante a violência. Castigos como ficar presos em gaiolas apertadas e ser enterrados vivos eram algumas das punições que se aplicavam a eles quando não realizavam o trabalho a contento.

Desta forma, reconhece-se que o aparecimento real do “excedente” por meio do trabalho não somente é sinalizador de que é compensador possuir escravos, como se torna indicativo do surgimento do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas, isto é, dos meios de trabalho, dos objetos de trabalho e da força de trabalho que, em sua totalidade, forjará o aumento da

produtividade do trabalho e desencadeará uma estrutura social baseada na exploração de uma classe social sobre a outra⁶.

Ademais, torna-se relevante destacar que, ao lado da propriedade comunal, naquele momento histórico já tinha início o desenvolvimento da propriedade privada móvel e, posteriormente, da propriedade privada imóvel, e decorrente desse avanço,

[...] a oposição entre a cidade e o campo, e mais tarde a oposição entre os Estados que representam o interesse das cidades e os que representam os interesses do campo; e encontramos no interior das próprias cidades a oposição entre o comércio marítimo e a indústria. As relações de classe entre cidadãos e escravos estão agora completamente desenvolvidas (MARX; ENGELS, 1984, p. 31).

Todas essas transformações, acrescidas do aparecimento da propriedade privada que se iniciou muito prematuramente em Roma, como atesta a Lei Agrária de Licínio, conforme os autores acima, confluem para o desenvolvimento de relações regidas pelo domínio de uma classe sobre a outra. Essa situação posta, por conseguinte, vai se operar numa

[...] constante contradição. Cada progresso na produção é, ao mesmo tempo, um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para outra (ENGELS apud MARX; ENGELS, 1963, p. 140).

A rigor, todas as mudanças objetivas que passam a demarcar o trabalho se correlacionam com as distintas formas de organização social. Nesse sentido, o trabalho parece ir se distanciando da sua forma originária, concreta, isto é, do trabalho como criador de valores de uso, como trabalho “útil” que, como tal, é indispensável à existência do homem.

O trabalho, como alude Marx, é eminentemente expressão da relação orgânica do homem com a natureza. Aquele põe em movimento suas forças essenciais, particulares e sensíveis no intuito de transformar a natureza em

⁶ Conforme MARX e ENGELS (1984), verifica-se que entre os plebeus romanos encontram-se pequenos proprietários de terra e, depois, o início de um proletariado, que mesmo ocupando uma posição intermediária entre os cidadãos e os escravos, não representou mais do que uma espécie de lumpemproletariado.

objetos úteis à vida humana. Dessa forma, o trabalho possibilita o salto ontológico do homem, agregando-lhe o componente social.

Trata-se do trabalho direcionado particularmente para um fim proposto e condicionado para produzir valores de uso, coisas úteis e necessárias. É o momento em que qualitativamente se efetiva o trabalho concreto, distinguindo-se naturalmente do trabalho abstrato. É evidente que não se trata de uma forma puramente instintiva de trabalho, mas dele em sua forma natural, humanizadora, uma vez que o

[...] trabalho é, antes de mais nada, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento (LUKÁCS, 1979, p.87).

Nesse caso, não dá para confundir o trabalho humano com o de outras espécies animais; entre tantas características que os diferenciam há uma inconfundível no homem e que, portanto, torna-o bem diferente da melhor aranha ou exímia abelha no ato da execução da atividade prática. Trata-se do recurso da consciência. Ora, pode-se até reconhecer que

[...] uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade (MARX, 2006, p. 211).

No processo de trabalho, o homem, ao contrário de outras espécies, dirige uma atividade no intuito de criar valores de uso. O trabalho é uma atividade, como afirma Lukács, *teleologicamente direcionada*, ou seja, visa a um objetivo proposto pelo sujeito que já o tinha antecipado idealmente na sua consciência. Essa *prévia ideação* é condição indispensável à efetivação do trabalho que só se concretiza em absoluto na atividade da práxis, quando o homem, dotado dessa capacidade, atua na matéria natural e a transforma em produtos e artefatos que se objetivam, transcendem o universo do trabalho e

vão se constituindo, em cada etapa de desenvolvimento, no conjunto de atributos e possibilidades de uma sociedade.

É na luta, no entanto, pela transformação da natureza, efetuada através do processo de trabalho, que os homens fundam entre si determinadas relações. Daí esse contínuo processo de produção da vida material, via processo de trabalho, engendrar subdivisões entre os indivíduos, à medida que esse processo é condicionado pelo modo como o trabalho é exercido.

A estrutura do processo de trabalho, entendido aqui enquanto processo pelo qual as matérias-primas ou outros insumos são transformados em produtos possuidores de valor de uso, foi caracterizado por Marx em três momentos fundamentais: (1) o objeto sobre o qual se trabalha; (2) os meios com os quais se trabalha e (3) a atividade orientada a um fim ou o próprio trabalho (MARX, 2006).

O primeiro desses elementos, o objeto sobre o qual se trabalha, é apresentado em dois tipos distintos: a terra (a matéria-bruta) e a matéria-prima. Assim, o primeiro tipo desse objeto apareceria na forma, segundo Marx (2006, p. 212), “[de todas] as coisas que o trabalho desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos preexistentes por natureza”, ou melhor, seria a substância que provém diretamente da natureza e da qual o trabalho nada mais faz do que dela beneficiar.

O outro tipo, a matéria-prima, seria a substância já transformada por trabalho anterior, já que, para esse autor, “o objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2006, p. 212). Dessa feita, a coisa em seu contexto mecânico, ao ser mediada pela atividade humana – o trabalho, adquiriria uma nova dimensão.

Todavia, a materialização da coisa em objeto humanizado se apresentaria ainda de forma mais clara no instrumento de trabalho. Para Marx (2006), este seria uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho, servindo-lhe para dirigir sua atividade sobre esse objeto.

Logo, o meio de trabalho serviria como condutor da atividade do homem sobre o objeto, levando-o (esse homem) a se utilizar das “propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar, como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo” (MARX, 2006, p. 213).

Marx (2006) vai ainda distinguir, nos meios de trabalho, um sentido estrito e outro amplo: o primeiro seria as coisas que o trabalhador interpõe diretamente entre ele e o objeto sobre o qual labora (terra ou matéria-prima); o segundo compreenderia todas as condições materiais que, sem intervirem diretamente no processo de transformação, seriam indispensáveis para a sua realização. Desse modo, os meios de produção estariam constituídos pelo objeto sobre o qual se aplica a atividade humana e pelos meios de trabalho no seu sentido mais amplo. Dito de outra forma, o objeto e os meios de trabalho seriam o que se apresenta de forma mais concreta nas forças produtivas.

Porém, o elemento mais significativo do processo de trabalho seria aquele representado pelos meios de trabalho em seu sentido estrito, à medida que determinarão o tipo de atividade que os trabalhadores realizarão para a fabricação dos produtos, indicando, desse modo, a relação que se estabelecerá entre os produtores diretos e os meios de produção. Isso é tanto mais evidente quando Marx (2006) afirma não ser o que se faz, mas como se faz e com que instrumentos de trabalho, o que distinguirá as diferentes épocas econômicas.

Isto posto, vem-se a confirmação de que é, mediante os meios de trabalho, que a atividade humana efetiva a transformação do objeto de trabalho, ou seja, o processo de trabalho realizando-se no produto. Este apresenta um valor de uso à medida que, ao transformar a natureza, o trabalhador adapta esse produto às suas necessidades de subsistência. Daí

O processo de trabalho [...] em seus elementos simples e abstratos, é a atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2006, p. 218).

A antiguidade clássica, nesse sentido, vai se constituir em uma fase de desenvolvimento da humanidade em que ao trabalho se agregam alguns elementos que acabam por alterar a sua composição, tais como: a polarização entre classes, a apropriação de produtos excedentes e a exploração do trabalhador. O trabalho, por conseguinte, recebe certa classificação e representação, sendo assimilado a uma atividade de menor ou maior valor representativo. Logo,

[...] en la Antigüedad, por la completa submisión del hombre al dominio de la fuerza naturaleza, la vida activa solo puede ser concebida como humana cuando se emancipa del puro mundo naturaleza latu sensu. La vida activa, como elemento diferenciador de lo humano, contradictoriamente, es contemplación e inclusive passividad co relacion a la actividade productiva⁷ (RIEZNIK, 2003, p.17).

Nessa situação particular, excetuando o trabalho do homem cidadão, que se dedicava ao trabalho intelectual próprio dos homens que podiam se dedicar à política, à contemplação e à teoria, todas as demais atividades de caráter manual eram consideradas atividades pouco valorizadas e até indignas, que em muito pouco se diferenciavam da atividade animal, como bem se pode extrair das palavras de Aristóteles, quando afirma que naquela sociedade

[...] a utilidade do escravo é semelhante à do animal. Ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida. A natureza faz o corpo do escravo e do homem livre de forma diferente. O escravo tem corpo forte, adaptado naturalmente ao trabalho servil. Já o homem livre tem corpo ereto, inadequado ao trabalho braçal, porém apto para a vida de cidadão (ARISTÓTELES, 1985, p. 125).

Essa, no entanto, é a concepção de trabalho que vai perdurar durante a antiguidade clássica, o que não alteraria substancialmente a concepção do trabalho em muitas cidades da Europa Ocidental, durante parte da Idade Média, assimilação que prevalece até o momento em que o trabalho não sucumbe formalmente ao capital.

A Idade Média perdura em toda a Europa por um período correspondente a mil anos, isto é, ela se estende, embora haja controvérsias no que tange à precisa demarcação temporal, do século V depois de Cristo até o século XV. O declínio da escravidão, decorrente de fatores como a queda do Império Romano e as invasões bárbaras que destruíram grande quantidade das forças produtivas, além de fatores como a decadência da agricultura, a diminuição da indústria devido à escassez de mercados, a redução do comércio e o decréscimo da população rural e urbana, ofereceram as condições ideais para o desenvolvimento da propriedade feudal.

⁷ A antiguidade, pela completa submissão do homem ao domínio da força da natureza, a vida ativa só pode ser concebida como humana quando se emancipa do puro mundo natural. A vida ativa, contraditoriamente, é contemplação e inclusive passividade com relação a atividade produtiva (RIEZNIK, 2003, p.17, tradução nossa).

O feudalismo transgride o modo de organização da sociedade antiga. Ao contrário do escravismo, a sociedade feudal vai se solidificar por meio de diferentes estamentos, a saber: a nobreza, o clero⁸ e os servos. Nela, a tradição aparece como um dos principais elementos definidores do conjunto das relações estabelecidas entre os distintos estratos, uma vez que o critério da hierarquização se estabelece com base no conjunto dos valores culturais definidos pela tradição.

Na propriedade da terra se fundamentava sua estrutura social, que se caracterizava por uma vasta extensão territorial constituída de feudos, propriedades agrárias que em sua maior parte pertenciam ou era controladas pelos nobres que sujeitavam os produtores diretos, ou seja, os servos, a ela. Essa disposição da organização feudal, ou melhor,

[...] a estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada a ela conectada davam à nobreza poder sobre os servos. Essa estrutura feudal, como toda a antiga propriedade comunal, era uma associação contra a classe produtora dominada; o que variava era a forma de associação e a relação com os produtores diretos, já que as condições de produção haviam mudado (MARX; ENGELS, 1984, p. 34).

Ora, como a base da economia era essencialmente agrícola, a terra se constituía no principal meio de produção e, em torno dela, desenvolveram as relações sociais envolvidas nesse contexto, que desde então se caracterizavam pelo poder que uma classe exercia sobre a outra, ou seja, que a classe feudal exercia sobre os servos.

Nessa realidade, a terra era dividida entre a parte que pertencia ao senhor e a parte que o servo podia ocupar e usufruir, desde que recompensasse aquele com tributos, impostos e taxas⁹. Quanto aos pastos, os bosques, os prados e os baldios eram usados coletivamente. Ainda não sendo suficiente a complexa variedade de tributos pagos pelos servos, esses ainda

⁸ Recorde-se de que a sociedade feudal, além de se caracterizar pela solidariedade entre as famílias senhoriais e pelo cumprimento irrestrito de compromissos mútuos, contou com a forte presença da igreja, que sancionava os compromissos definindo o lugar das classes servis nessa sociedade.

⁹ A corvéia, o censo, a talha, as banalidades estavam entre algumas das obrigações, impostos, taxas e tributos que os servos deviam ao senhor. Cabe ressaltar ainda que as obrigações feudais variavam por região e por época.

[...] pagavam aos senhores multas em dinheiro quando eram condenados por delinquência nas cortes por estes mantidas, taxas para terem a permissão de casar uma filha e um imposto mortuário mais ou menos pesado (BOTTOMORE, 2001, p. 354).

Nessa combinação, o que se colocava em prática, na verdade, era uma rede de vínculos pessoais que se constituía num conjunto de direitos e obrigações para com o senhor e deste para com os seus servos. Esse pacto de lealdade consistia na trama proteger/servir. A rigor, os servos estavam subordinados aos senhores feudais e aqueles que não dispusessem de um senhor eram considerado desprotegido perante a lei, uma vez que não eram juridicamente livres.

Essa relação específica entre os senhores feudais e os camponeses expressa a ordem interna do Modo de Produção Feudal, quando esse se assentava na relação polarizada entre eles. Seu maior antagonismo, contudo, manifestava-se na contradição entre esses estamentos. Os camponeses, nesse caso, não sendo juridicamente livres, estavam privados de direitos de propriedade, além de que eram obrigados, por meio da coerção não-econômica¹⁰, a ceder o produto do seu trabalho quando extrapolasse o necessário à subsistência familiar ao seu senhor, que gerenciava a justiça nos limite dos seus feudos (BOTTOMORE, 2001).

A organização espacial da produção na propriedade feudal dividia a terra basicamente em três partes distintas, a saber: uma parte para a plantação de outono, outra para a plantação da primavera e uma terceira fração para o *pousio*, isto é, para o descanso. Essa repartição das distintas glebas funcionava como uma espécie de rodízio, ou seja, enquanto parte delas produzia havia sempre uma fração em descanso.

Essa disposição da terra acaba por oferecer certa noção de como se organizava o trabalho no interior do feudalismo. De algum modo, essa organização já definia e ordenava o trabalho no seu interior. Eram, pois, os servos que imprimiam ritmo a essa realidade. Além de trabalharem nas terras

¹⁰ Entenda-se que a coerção não-econômica implica que não há negociações de mercado entre os senhores feudais e os camponeses para produzir um nível de renda determinado pela oferta e pela procura de terra, mas que os rendeiros são obrigados a pagar a renda por causa da força superior exercida pelo senhor de terra (Consultar BOTTOMORE, 2001).

que lhes pertenciam, eram obrigados a laborarem não somente nas terras do seu senhor, como também na construção e manutenção de estradas e pontes.

No que diz respeito às forças produtivas, pode-se afirmar que eram insuficientemente desenvolvidas no seio dos feudos. A força de trabalho era reduzida e limitada em razão das pestes e guerras, a tecnologia era elementar e as estradas precárias e perigosas. Essa realidade perdurou por séculos, o que tornava a vida dos servos árdua e sofrida.

Verdadeiramente, eram as classes servis, na qualidade de força de trabalho direta, que trabalhavam nessa sociedade. Os senhores feudais não somente exerciam formas não-econômicas de coerção sobre aqueles para obter a extração da renda, como também – junto com o clero – sobreviviam do trabalho daqueles. Note-se que o privilégio do senhor feudal não provinha necessariamente da propriedade da terra, mas do direito e poder que esse tinha de cobrar tributos feudais de quem vivia sob seus domínios.

Essa oposição se traduziria em sérios conflitos que, na maior parte dos casos, eram latentes, mas, algumas outras vezes, apareciam às claras, a exemplo das revoltas camponesas que eclodiram no final da Idade Média, quando os senhores feudais

[...] para compensar a redução do excedente econômico de que se apropriavam trataram de acentuar a exploração dos produtores diretos; e também entre os senhores instalaram-se conflitos que derivaram em verdadeiro banditismo, configurando um cenário de confrontos sociais que invadirá o século XVI (PAULO NETTO, 2007, p. 71).

Tão logo o feudalismo se desenvolveu, surgiu a separação entre as cidades. Esse contexto que se formatou demandando tanto a necessidade de associação contra a nobreza rapace quanto a necessidade de locais de trocas, acabou por provocar, segundo Marx (1984), o surgimento das *corporações*. Desta feita, nas cidades, a estrutura feudal passou a corresponder a corporações de ofícios, assim como a propriedade consistiu, particularmente, no trabalho de cada indivíduo.

Essas associações de trabalhadores de distintos ofícios tinham uma ordenação rígida, possuíam mecanismos de controle da profissão e se plasmavam com a seguinte configuração: no topo, localizava-se o mestre; no

plano intermediário, situava-se o oficial e, na base dessa hierarquia, encontrava-se o aprendiz. Logo,

[...] os pequenos capitais economizados pouco a pouco pelos artesãos isolados e o número estável destes numa população crescente desenvolveram a condição de oficial e de aprendiz, engendrando nas cidades uma hierarquia semelhante à do campo (MARX; ENGELS, 1984, p.34).

Dessa forma, entende-se que a propriedade principal no curso do feudalismo se compunha, ainda segundo os referenciados autores, da seguinte forma: “de um lado, na propriedade territorial à qual estava ligado o trabalho dos servos e, de outro, no trabalho próprio com pequeno capital dominando o trabalho dos oficiais” (Idem, ibidem, p.34). Logo, toda a estrutura que se vinculava a cada uma dessas formas de propriedades era dependente das condições restritas da produção, do limitado e rústico cultivo da terra e da indústria do tipo artesanal.

Não demandaria muito tempo para que essa realidade sofresse bruscas alterações. A partir do século XI, quando a sociedade feudal começa a se estabilizar, mudanças expressivas vão acontecer. A economia é acometida por um surto de prosperidade e a sociedade passou a produzir riquezas em maior escala, gerando um comportamento consumista entre os nobres, que passavam a vestir roupas luxuosas, a adquirir produtos exóticos trazidos de outras geografias pelos comerciantes e a construir grandes castelos com muralhas de pedras.

Nesse contexto, assiste-se ao crescimento das cidades. Nelas, o trabalho e a produção econômica vão gradativamente se especializando e, com isso, o campo e a cidade vão se cindindo. Enquanto os feudos se dedicavam cada vez mais à agricultura e à pecuária, as cidades se tornavam centros produtores de artesanato, ou seja, locais de comércio.

Ademais, algum progresso tecnológico sucedeu; emergiram da massa das aldeias, mercados locais e regionais destinados à troca de produtos agrícolas e manufaturados; as rotas comerciais internacionais foram ampliadas, graças às Cruzadas; surgiu uma nova classe social, a burguesia (representada por mercadores, banqueiros, donos de oficinas de artesanatos), a qual demandava maiores necessidades de consumo e, com efeito, estimulava o comércio e a produção.

Essa situação de desenvolvimento da sociedade feudal, embora tivesse perdurado por séculos, foi interrompida com a crise que vai caracterizá-la no século XIV. A fome generalizada em razão do comprometimento das colheitas, juntamente com a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), dizimaram parte da população europeia e, além disso, comprometeram a produção, devido ao esgotamento das terras cultivadas, o que quase paralisou a economia feudal. Atente-se para o fato de que a burguesia ia destruindo paulatinamente

[...] as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais [...]. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês [...] (MARX; ENGELS, 2001, p.48).

Com efeito, uma nova dinâmica se justapõe a essa realidade por volta do século XV, permitindo que a economia europeia voltasse a se expandir e logo mais entrasse em uma fase de transição. O desenvolvimento das cidades e do comércio, a formação dos Estados nacionais, as invenções mecânicas, a expansão marítima, os interesses individuais, as revoluções burguesas e o mercantilismo emplacaram uma nova maneira de se pensar a sociedade, de se conceber o trabalho e de se produzir bens materiais.

Nesse contexto, um novo modo de produção originado das ruínas da sociedade feudal vai se gestando – a organização capitalista. Nesse tipo de organização social, o trabalho deixou de ser concebido como uma verdadeira maldição, como algo vil, desqualificado e despossuído de valor em si, como assim significou no curso da Idade Média. Isso porque o sentido maior da vida humana naquele modo de organização social se centrava na meditação e contemplação, que significava a possibilidade de aproximação do homem com Deus e, portanto, da salvação.

Com o Modo de Produção Capitalista, o trabalho sofre alteração e seus processos mudam, desdobrando-se na fonte de valor e riqueza material para aqueles que vão se tornar os proprietários dos meios de produção. Nele, o processo de produção se transforma no processo do próprio capital, o camponês antes independente se torna refém do capitalista ao se tornar trabalhador assalariado, desaparece a relação entre mestre e oficial, assim

como o escravo deixa de ser instrumento de produção pertencente ao seu empregador.

O capitalismo transforma o trabalho em uma configuração particularmente específica. Esse sistema organizacional constrói uma classe trabalhadora despossuída dos seus próprios instrumentos de trabalho, que, por conseguinte, só poderá existir se for capaz de vender sua capacidade subjetiva do trabalho. Com essa forma de organização societal, erigiram-se não somente novas formas de organização do trabalho, como também novas classes sociais e novas condições de opressão. Afinal, a emergência dessa forma de organização social provoca

[...] o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem à época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas (MARX; ENGELS, 2001, p. 48).

Logo, toda essa instabilidade aludida pelo autor como uma marca da sociedade de natureza capitalista vai se perpetrar nas relações e nos processos de trabalho. Atente-se que a ocupação vai ser submetida à incerteza e à instabilidade, resultando na ampliação da insegurança do emprego e do trabalhador. Com efeito, origina-se a “transformação constante de parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados” (MARX, 2006, p. 736).

Nesse aspecto, Marx (2006) chama a atenção para a composição da superpopulação relativa que esse momento produz, condição essa que contempla todos os trabalhadores que se encontram desempregados ou parcialmente desempregados. Para o autor, a superpopulação relativa pode existir sob os mais distintos matizes, a saber, pode assumir a condição de população *flutuante*, isto é, que ora está desempregada, ora está empregado; também de *latente*, que contempla aqueles que migram da área rural para zonas industriais; ou *estagnada*, conceito que diz respeito aos trabalhadores

que jamais encontram um emprego fixo e, em razão disso, perambulam entre uma ocupação e outra¹¹.

Ora, o tema referente ao trabalho e seus desdobramentos foi abordado por Marx, sobretudo, no quadro de sua principal obra, *O Capital*. Nesta, ele afirma que o trabalho em geral seria o ponto de partida da análise de todo o processo de trabalho. “Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2006, p. 211). Contrário a isso, seria uma abstração.

Com efeito, somente partindo do trabalho, sob as determinações em que este se organiza no modo de produção capitalista, pode-se compreender a especificidade dessa sociedade em relação às outras formações sociais. Todas as sociedades anteriores a esta produziam por meio de processos de trabalhos, malgrado as diferentes formas de organização da produção. Aquelas formas não estavam relacionadas ao processo de valorização, mas nem por isso excluía o processo de trabalho, confirmando-o, portanto, como eterna necessidade do homem. A característica específica do modo de produção capitalista é que nele o processo de valorização se sobrepõe ao caráter utilitário (valor de uso) da produção de mercadorias, ou melhor, o processo de fabricação de mercadorias é apenas um meio para a criação de valor excedente (processo de valorização).

Visto desse ângulo, sob relações capitalistas de produção, o trabalho só se exerceria depois de transformado em força de trabalho, em mercadoria específica desse tipo de sociabilidade que o capitalista, ao adquirir no mercado, utiliza junto aos seus meios de produção para obter valores de troca. Ou seja, para a teoria marxista, o trabalho apareceria enquanto elemento básico com o qual se alimenta a reprodução do ser social capitalista, já que o valor enquanto mais-valia seria o elemento fundante do capital.

Por conseguinte, o processo de trabalho seria a própria expressão das contradições que perpassam as relações capitalistas de produção, uma vez que esse apresentaria uma dupla natureza: de ser um processo, ao mesmo tempo, tanto de fabricação de mercadorias que apresentam um valor de uso, quanto de valor excedente. Nesse caso, atente-se para o

¹¹ Para uma melhor compreensão sobre esse assunto, consultar a discussão sobre Formas de Existência da Superpopulação Relativa, em Karl Marx, *O Capital*, Volume 2.

[...] fato de que a forma de valor de uso sob a qual existe o capital ao final do processo de produção é a do produto e esse produto apresenta-se, quer sob a forma de meios de produção, quer sob a forma de meios de subsistência, ambos, pois, existem igualmente como capital, e, por conseguinte, em oposição à capacidade viva de trabalho (MARX, 1978, p. 16).

Os escritos de Marx tendem a refletir a forma de existência do trabalho e a maneira como os produtos do trabalho são apropriados pela classe dominante. Ao analisar a atividade laboral desenvolvida no processo de produção de bens materiais sob o capitalismo, Marx mostra a existência de dois fenômenos peculiares ao processo de trabalho, em relação ao seu terceiro elemento, a força de trabalho: (1) o controle do capitalista sobre o trabalhador e (2) o fruto do trabalho não pertencer ao produtor direto, mas sim ao capitalista. Isso devido ao fato de o capitalista comprar ao trabalhador não o seu trabalho, mas a sua força de trabalho. Dessa forma, a utilização dessa força de trabalho pelo capitalista aparece como simples valor de uso.

Isso estabelecido, o autor vai chamar a atenção para o fato de que o capitalista

[...] compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre as coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (MARX, 2006, p. 219).

Assim, a força de trabalho aparece como uma mercadoria especial na sociedade capitalista, à medida que tem a qualidade de produzir mais trabalho do que o necessário para reproduzi-la¹². Logo, essa capacidade de trabalho ativa se traduz naquela capacidade de trabalho determinada que consiste na fração de valor de uso em que o capital se manifesta no processo de produção.

Entretanto, é necessário assinalar que, embora todo produto represente um valor de uso, pois do contrário não se justificaria a sua produção, nem todo valor de uso pode ser definido como mercadoria. Como se sabe, o enfoque dado por Marx à produção capitalista é o de um processo que contém dupla

¹² O tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho é aquele que contempla todos os produtos necessários à conservação e à reprodução do trabalhador numa dada sociedade.

determinação. De um lado, essa forma de produção é processo de trabalho, ou seja, momento de transformação de matérias-primas em valores de uso, que tem a finalidade de atender ao consumo intermediário ou final. Por outro lado, ela é também processo de valorização, isto é, o momento de apropriação de um trabalho excedente cujo suporte material é dado pelo processo de trabalho em sua materialidade. Desta feita, tal

[...] como a mercadoria é a unidade dos valores de uso e de troca, o processo de produção, que é processo de produção de mercadorias é a unidade imediata dos processos de trabalho e de valorização. Do mesmo modo que as mercadorias, isto é, as unidades imediata dos valores de uso e troca, saem do processo como resultado, como produto, nele entram na qualidade de elementos constitutivos. De um processo produtivo nunca pode resultar algo que não haja entrado nele sob a forma de condições de produção (MARX, 1978, p. 10).

A rigor, o processo de trabalho no modo de produção capitalista reveste-se de uma característica própria, que é, como vimos anteriormente, a de produzir mais-valia¹³, a fonte do lucro capitalista, ou melhor, o meio de valorizar o capital. Com isso, as duas dimensões contidas nesse processo seguem a lógica da valorização, de maneira interdependente, no interior do mesmo movimento.

Sob o modo de produção capitalista, o processo de valorização do capital tem primazia sobre o processo de trabalho, imprimindo a este último a racionalidade própria do sistema produtor de mercadorias, à proporção que “o processo de trabalho é apenas o meio do processo de valorização” (MARX, 1978, p. 54). Demonstra-se com isso que todo o processo de produção do capital em geral é sinônimo de processo de trabalho. Isso implica que, em todas as suas formas, o processo de trabalho igualmente consiste no processo de trabalho ao capital, até porque

[...] a autovalorização do capital – criação de mais-valia – é, pois, a finalidade determinante, predominante e avassaladora do capitalista, impulso e conteúdo absoluto de suas ações; e nada mais, em realidade, senão o impulso e a finalidade racionalizados do entesourador. Trata-se de um conteúdo absolutamente mesquinho e abstrato, que de certo ângulo, revela o capitalista submetido exatamente à mesma servidão em relação ao capital, embora de outra maneira que o operário, no pólo oposto (MARX, 1978, p. 21).

¹³ Chama-se mais-valia ao valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho.

Entretanto, no capitalismo o processo de trabalho não se reduz a um esquema mecânico entre sujeito e objeto, mas a uma relação entre sujeitos que se estabelece em função de um objeto concreto, a saber, a obtenção de valores de troca. Nesse sentido, efetivamente o que o capitalista produz tem valor de uso. Isso, no entanto, não significa dizer que o capitalista produza mercadorias objetivando o progresso do todo social.

Na verdade,

[...] produz-se aqui valores de uso (mercadorias) somente porque e na medida que sejam substratos materiais, portadores do valor de troca. [E para isso o capitalista objetiva duas coisas]. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para os quais adiantou seu dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia (MARX, 1978, p. 155).

Desse modo, os produtos resultantes do trabalho não são mais do que incorporadores de valores de troca produzidos no âmbito das relações de produção capitalistas.

Com efeito, por não existir invariavelmente uma separação estanque entre processo de trabalho e valorização do capital – e pelo fato de o processo de trabalho expressar as contradições que permeiam o capitalismo –, infere-se daí que essa constante necessidade de valorização do capital pressupõe constantes modificações no processo de trabalho, tanto em seus aspectos tecnológicos quanto nas formas de organização do trabalho. Esse exame permite compreender que as transformações das condições materiais de produção, via inovações tecnológicas, são submetidas invariavelmente ao imperativo da valorização do capital. Além disso, permite – a partir das mudanças do processo de trabalho – apreender as mudanças ocorridas no padrão de acumulação do capital.

Com isso, depreende-se que a dominação do trabalho vivo pelo capital expressa-se, ao longo da história desse tipo de sociabilidade, em graus de intensidade e formas variadas. Essa maneira própria de produzir que assume o modo de produção capitalista se manifesta ao longo de sua evolução através

de diferentes formas históricas. Cabe ressaltar que cada uma delas baseia-se em princípios tecnológicos e organizacionais específicos.

Assim, a partir das formas mais elementares de compreensão do processo de trabalho no capitalismo, Marx analisa as metamorfoses sofridas por esse processo ao se subordinar ao capital. Desse modo, parece importante retomar a análise desse processo histórico de subordinação do trabalho ao capital, tentando apreender a racionalidade própria de cada uma dessas formas do ponto de vista do processo de valorização capitalista.

Desde a cooperação simples ao surgimento da grande indústria, as relações e os instrumentos de produção modificaram-se, de modo a garantir um controle real e efetivo sobre o processo de trabalho, a partir das necessidades apresentadas pelo movimento de acumulação e pelo estágio e nível dos conflitos sociais, assegurando uma maior lucratividade ao capital.

É, portanto, no contexto do capitalismo, que o trabalho vai se submetendo gradativamente a divisões que tencionam o aumento da produtividade e, principalmente, da dominação de uma classe sobre a outra. A rigor, a imposição de técnicas organizacionais para alcançar níveis de produtividade é uma realidade que se faz presente desde os primórdios do capitalismo, quando a manufatura promoveu o aprofundamento do movimento de divisão técnica do trabalho que, por conseguinte,

[...] condiciona la división de la sociedad em clases y, con ella, la división del hombre. [...] Además, como la división del trabajo es, em su forma ampliada, división entre trabajo y no-trabajo, así también el hombre se presenta como trabajador y no trabajador ¹⁴[...] (MANACORDA apud RIEZNIK, 2001, p. 26).

Estando, pois, a divisão social do trabalho correlacionada às metamorfoses que se processaram na categoria trabalho, e particularmente na sua subsunção ao capital, não se deve dissociá-la da necessidade que tem o capital para produzir valor de troca porque essa é a condição para se compreender todas as disjunções provenientes dessa técnica, particularmente a cisão que vai se instituindo entre os trabalhadores, o que vai contribuindo para a instituição de ambientes de trabalho propícios a situações de conflito.

¹⁴ condiciona a divisão da sociedade em classes e, com ela, a divisão do homem. [...] Ademais, como a divisão do trabalho é, em sua forma ampliada, divisão entre trabalho e não-trabalho, assim também o homem se apresenta como trabalhador e não trabalhador (MANACORDA apud RIEZNIK, 2001, p. 26, tradução nossa).

A nova ordem estabelecida reconfigura o trabalho, o trabalhador e as formas de convivência social, submetendo tudo e todos à estrita esfera econômica. Ademais, suas relações se firmam sob o paradigma das relações contraditórias entre o capital e o trabalho, em que esses polos se enfrentam continuamente no processo produtivo que constitui a base material da sociedade.

Segue-se com essa reflexão no capítulo seguinte, no intuito de apresentar não somente como a subsunção do trabalho ao capital foi se processando no curso da história, mas também como a divisão social do trabalho vai assumindo diferentes expressões, ao mesmo tempo em que cinde a classe dominada, colocando trabalhadores uns contra os outros.

2 O LEGADO DA DIVISÃO DO TRABALHO: DA REVOLUÇÃO TÉCNICA DA PRODUÇÃO À SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

A partir das páginas precedentes se percebe que a categoria trabalho está na base de todas as sociedades. Com isso, parece ficar mais do que patente que o trabalho não é tão somente pressuposto do ser social e da sociedade, mas também o é para o Modo de Produção Capitalista – MPC. Neste caso, o trabalho assalariado.

Indubitavelmente, adentra-se o século XXI com a preponderância desse modo de organização societal, que vem passando por uma complexa evolução desde o século XVI, com o despontar da manufatura e suas técnicas de produção. Esse modelo de produção pautado extensivamente na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho assalariado e na divisão do trabalho é o espectro que triunfa entre os quatro eixos do planeta. Todas as nações, na aparência imediata dos fatos, parecem ter sucumbido à sua lógica.

O período manufatureiro, que altera a divisão social do trabalho em relação às outras formas de organizações sociais, manifesta as primeiras impressões de concentração de riqueza e poder na figura do capitalista. Naquela época, o capital afetado por circunstâncias diversas, a saber, a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, expressões de existência gerais daquele momento, imprimiam suas primeiras revoluções no principal instrumento de produção: o trabalhador de ofício, que se transformava na base técnica de acumulação da riqueza e na forma especial de existência do capital. Naquele momento, o capitalista ia colocando sob sua autoridade não somente o trabalhador, como também as

[...] condições de trabalho (entre as quais se encontram, além das condições objetivas do processo de produção – isto é, os meios de produção – as condições objetivas da manutenção e eficácia da força de trabalho, isto é, os meios de subsistência) – condições de trabalho que se tornaram autônomas – sobre o próprio operário (MARX, 1978, p. 20).

Com isso, o trabalhador, na qualidade de instrumento do trabalho e já em determinadas condições históricas, em cooperação com outros e concentrado em um único espaço, deixava de ser independente e passava a trabalhar sob o controle e a direção do capitalista, que, gradativamente o ia

modelando às suas necessidades prementes. Tal alteração certamente confluiria não somente para as constantes mudanças de rumo nas relações que envolvem simultaneamente trabalhadores e capitalistas, mas também capital e trabalho.

Isso porque, nessa forma histórica do capitalismo, processam-se mudanças tanto no trabalho quanto no trabalhador. O trabalho vai se instituir como trabalho assalariado, significando dispêndio de força humana, que é condição indispensável à formação de capital e à manutenção desse sistema que se assegura pela criação da mais-valia. O trabalhador se converte em força de trabalho viva, ou seja, em mercadoria dotada de uma propriedade bem peculiar: a de ser criadora de valor.

Essas alterações foram algumas entre tantas outras mutações que se processariam nas técnicas de produzir mercadorias, nos espaços físicos da produção, na organização do trabalho e no jogo em que capital e trabalho estão envolvidos. Do período manufatureiro em diante, não somente a produção de mercadorias tomaria novas dimensões e proporções, como também a forma de acumulação do capital se alteraria e, por conseguinte, as relações entre trabalhadores e capitalistas. É evidente que todas essas mudanças decorreram de um movimento histórico anterior e de revoluções econômicas que aniquilam antigas formações da produção social e a forma dos homens se relacionarem com o trabalho.

Assim, perante determinadas condições históricas, a nova sociedade econômica passa a dominar extensivamente todo o processo social de produção e a transformar qualquer produto em mercadoria, inclusive o trabalhador. Tão logo o produto do trabalho apareça sob a forma de mercadoria, a divisão do trabalho surge desenvolvida e, com isso, “já se terá concluído a dissociação entre valor-de-uso e valor-de-troca” (MARX, 2006, p. 200).

Essa sociedade se formata provocando a acentuação de um quadro de tensão que envolve não somente nações e trabalhadores, mas tudo e todos. Ora, há de se convir que todas as mudanças instituídas pelo capital confluíram para subjugar o trabalho aos seus ditames. Isso, portanto, assegurado, todo um cenário de contradição e barbárie se projetava em paralelo, principalmente o antagonismo entre trabalhadores e capitalistas, que logo se desdobraria em

sérios conflitos entre as duas classes sociais distintas que passaram a se confrontar entre si.

Assumindo, por conseguinte, o controle sobre o trabalho e fixando-lhe a subordinação, o capital nele imprime mudanças em qualquer tempo para se salvar na qualidade de sistema lucrativo. Vislumbra-se, no decurso do século XX, algumas mutações não somente no conjunto de práticas de controle do trabalho, como também na organização do trabalho no sentido de promover os interesses do capital e, conseqüentemente, a expansão e a preservação do sistema capitalista.

Isso não implica dizer que as mutações operadas pelo capital na organização do trabalho seja um dado exclusivo do século XX. No século XIX, a maquinaria inaugurava fisicamente a indústria moderna, um processo que já se arrastava desde o século XVI com o advento da manufatura, o que provocou mudanças na organização do trabalho e no modo de produzir mercadorias, quando

[...] o instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência [...]. No sistema de máquina, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção (MARX, 2006, p. 442).

A maquinaria, nesse caso, revoluciona completamente o ambiente de trabalho e as condições objetivas deste, quando comparadas à organização do processo de trabalho social na manufatura. No século XX, o trabalho se organiza fundamentado em um princípio administrativo que ganha materialização com a consolidação do regime taylorista, que logo encontrou aperfeiçoamento no interior da fábrica fordista, o que marcou mais uma vez todo um conjunto de mudanças no modo de produzir mercadorias.

Consolidando-se inicialmente nas empresas automobilísticas estadunidenses no início do século XX e ganhando notoriedade em outras geografias durante o segundo pós-guerra, o taylorismo-fordismo se constituiu na primeira referência de organização do trabalho racionalmente pensada.

Nas três últimas décadas desse século, outras alterações na disposição do trabalho se processariam devido a inconsistências do próprio sistema do lucro, o que forjou a utilização de um novo modelo de acumulação

do capital de natureza flexível, o toyotismo. Esse regime de acumulação que se baseia na flexibilização das formas de organização do trabalho e da produção vale-se da aplicação de equipamentos de base microeletrônica, da incorporação da relação intrafirmas e interfirmas e das técnicas organizacionais de inspiração japonesa.

Nesta transição em que o século XXI emerge, os trabalhadores parecem se ressentir a despeito das consequências que as contínuas metamorfoses operadas pelo capital na organização do trabalho provocam. Com isso, o mercado de trabalho – juntamente com a sociedade – se reconfiguram. Formas pretéritas da utilização da força de trabalho ganham vigor e notoriedade em plena era da “acumulação flexível”, que entra em

[...] confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual entre setores como entre regiões geográficas [...] (HARVEY, 1996, p. 140).

Com isso, os incrementos da “acumulação flexível”, principalmente a flexibilidade dos processos de trabalho e as inovações tecnológicas, acrescidos do movimento que o referenciado autor denomina de “compressão do espaço-tempo”, estreitam os horizontes espaciais, permitindo a exploração da força de trabalho em qualquer geografia passível de lucro, mesmo aquelas sem tradição industrial, mas que se tornam focos de “acumulação flexível”. Isso, portanto, vai potencializando o poder dos grandes empregadores e permitindo que eles exerçam pressões mais fortes de controle de trabalho sobre a força de trabalho que se enfraqueceu pelo surto do desemprego estrutural e pela retração do trabalho industrial.

Essa força de trabalho distribuída em todos os quadrantes do mundo passou não somente a conviver com o aumento do desemprego, como também com o subemprego e com a precarização do trabalho. Com efeito, ela passou a migrar para empregos amplamente criados nos setores de serviços e a se associar a modalidades pretéritas de trabalho, quais sejam: o trabalho parcial, o trabalho a domicílio e o trabalho terceirizado, que representam algumas

variantes, entre outras formas, em que o trabalho se apresenta dominado pelo capital na contemporaneidade.

Essa situação, portanto, é reveladora do desenvolvimento de uma pluralidade de condições heterogêneas de trabalho, o que permite a Antunes (1999) ressaltar que, atualmente, em nível mundial, quase um terço da força de trabalho humana apta para o trabalho ou se encontraria exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, terceirizados, ou já vivenciara o desemprego estrutural.

Essas modalidades de trabalho são permeadas por processos em que o novo e o velho cumprem uma unidade dialética, isto é, a lógica do capital produz formas no interior do processo de sociabilidade capitalista, principalmente nas periferias do sistema, em que o moderno processo de acumulação flexível convive com a produção tipicamente não capitalista, até porque

[...] o desenvolvimento capitalista não significou a destruição das formas de organização que não são características desse modo de produção, embora isso não justifique a idéia de que modos de produção diferentes e autônomos coexistam nesta sociedade. [...] (TAVARES, 2004, p.150-151).

Atualmente, as alterações ocorridas na relação capital/trabalho permitem a acentuação de pretéritas formas de trabalho, inclusive a informalidade, que também implica precarização e, muitas vezes, está subordinada aos condicionantes estruturais do capital. Ora, numa breve retrospectiva no curso da história, localizam-se não somente as frequentes mudanças operadas no conteúdo, na composição e na base técnica do trabalho, mas, fundamentalmente, a preservação do sistema em que todas essas mudanças estão assentadas: na organização capitalista.

Assim, persegue-se neste capítulo o objetivo de responder à seguinte questão: Como o capital, por meio de seus incrementos produtivos, imprime novas formas de dominação ao trabalho, tendo em vista a manutenção da ordem capitalista? Sustenta-se que as mudanças operadas no padrão produtivo e na gestão da produção, impressas no processo de reestruturação produtiva, vão permitir que a divisão do trabalho se dê em condições inimagináveis anteriormente. Isso possibilita que, por meio de processos de trabalhos flexíveis, a exemplo do uso maciço da terceirização, formatem-se

ambientes de trabalhos propícios a disputas e conflitos entre os trabalhadores que estão inseridos no mercado de trabalho por meio de distintos contratos trabalhistas.

Para que se possa compreender como se personifica a dominação do capital sobre o trabalho desde a gênese do sistema de produção capitalista até os dias correntes, inicia-se com a análise da manufatura e os seus mecanismos técnicos de produção, no sentido de fixar como a organização capitalista vai forjando a subsunção do trabalho ao capital e deslocando as contradições que lhes são inerentes para as relações que envolvem os trabalhadores.

2.1A DIVISÃO DO TRABALHO NA MANUFATURA: PARA ALÉM DE UM MECANISMO TÉCNICO DE PRODUÇÃO

Historicamente o que constituiu o marco inicial da produção capitalista foi “a atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista”, conforme salienta Marx (2006, p. 375).

Isso, por sua vez, significou dizer que o tipo de trabalho que passou a caracterizar o modo especificamente capitalista de produzir mercadorias não era mais o trabalho isolado, próprio da produção artesanal, mas, pelo contrário, o trabalho coletivo, fundado na cooperação entre diversos trabalhadores, que passaram a trabalhar juntos num mesmo processo de produção ou em processos de produção distintos, porém conexos.

Esse tipo de cooperação no processo de trabalho se desenvolveu em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios. Ao contrário daqueles, essa cooperação vai pressupor não somente o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital, mas também o emprego coletivo dos trabalhadores no mesmo processo de trabalho.

Esse novo traço da organização capitalista, ainda que revolucionasse as condições do processo de trabalho, não significou uma mudança substancial na base técnica do processo de trabalho, uma vez que a diferença entre a produção capitalista e a produção artesanal se manifestou meramente no plano

quantitativo. Ou melhor, no aumento significativo da escala média de produção e na quantidade de operários dirigidos por um mesmo patrão, não implicando necessariamente alteração dos métodos de produção, isto é, na sua base técnica.

Essa mutação que torna cooperativo o processo de trabalho registra a existência do capital na qualidade de material de trabalho e meios de trabalho. Nesta fase, em que nem a divisão do trabalho e muito menos a maquinaria desenvolveram papéis tão relevantes no processo produtivo, ocorrerá a subordinação formal do trabalho ao capital. Com isso, o capital subsume o processo de trabalho sem necessariamente acarretar modificações significativas na sua configuração técnica, ainda que se presenciasse “o revolucionamento nas relações de diversos agentes da produção, na índole do trabalho e na modalidade real do processo de trabalho total”, segundo advertência de Marx (1978, p. 52).

Dessa forma, devido à escala que se efetua na produção, criaram-se necessidades de atividades de coordenação e direção por parte dos capitalistas. Essa exigência se deu não somente por critérios técnicos advindos da produção, mas, fundamentalmente, pelo caráter antagônico inerente às relações entre trabalho e capital. Na verdade, a dimensão desse conflito determinou o emprego da supervisão/controle do capital sobre os operários, de forma que atendesse aos objetivos do processo de valorização capitalista.

Dessa feita, já nessa forma mais elementar de cooperação, o seu uso capitalista implicou a perda – embora não total, por parte do trabalhador direto – do controle que este detinha sobre a produção, desencadeando o processo de separação das atividades de concepção e de execução, o que continuou a sofrer alterações com o advento da manufatura, que vai promover o aprofundamento da divisão técnica do trabalho e a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Edificada a partir do artesanato e originada por meio de um duplo processo, isto é, da concentração de trabalhadores de ofícios diversos e independentes e da divisão sistemática do trabalho, a manufatura assentou-se sobre dois pressupostos distintos: no parcelamento do trabalho e na especialização do trabalhador.

O resultado dessa combinação tornou o trabalhador coletivo o elemento motriz da produção e o mecanismo vivo do período manufatureiro, transformando-o no trabalhador parcial, especializado, limitado, “imbecilizado” e determinado hierarquicamente segundo o grau de destreza e de força utilizados na consecução das diversas operações parcelares. Logo, a divisão do trabalho se constituiu numa espécie de cooperação característica do MPC.

O efeito dessa nova síntese incidiu diretamente no aumento do produto social do trabalho. Isto porque a produção de uma mercadoria passou a demandar a decomposição e a especialização de diferentes operações por parte dos trabalhadores, imprimindo uma nova dinâmica à produção. Essa mudança, ao mesmo tempo em que proporcionou a aceleração do ritmo da produção devido à fragmentação das operações, forjou a redução do tempo necessário à confecção de uma mercadoria, o que permitiu o aumento da produtividade por meio da intensificação do trabalho.

Com a especialização ocorreu uma diminuição do tempo necessário para se passar de uma etapa de trabalho a outra, reduzindo as interrupções do processo produtivo. Além do que, a manufatura permitiu ainda um controle maior do tempo de trabalho por parte do capital, implicando o aumento da continuidade, da regularidade e, conseqüentemente, da intensidade do trabalho.

O aumento da produtividade advindo dessa realidade manifestou-se, aos olhos de Smith (1981), como um dos benefícios, ou melhor, um grande progresso econômico trazido pela técnica da divisão sistemática do trabalho, uma vez que, por meio dessa, se processou não somente o aperfeiçoamento das forças produtivas, como também o crescimento da produção e do comércio mundial.

A divisão sistemática do trabalho, segundo o referenciado autor, é o elemento distintivo que separa uma “sociedade aperfeiçoada” de uma “sociedade rústica”. Ela, por sua vez, origina-se a partir da disposição natural que possuem os homens para trocar, permutar e “comercializar” uma coisa por outra. Isto porque esses são incapazes de se bastar na individualidade.

Tal técnica do trabalho, estimulada pela necessidade que os homens têm de estabelecer a troca, promove a transformação da sociedade e forja o crescimento do comércio mundial, que parece ser, na apreensão do autor,

condição indispensável para o desenvolvimento da humanidade. Ora, tudo que decorria da divisão sistemática do trabalho tendia a ser, para Smith, sinônimo de vantagens, inclusive a multiplicação da produção de todas as diferentes técnicas, uma vez que vai provocar

[...] numa sociedade bem governada, aquela opulência universal que se estende às classes mais baixas do povo. Todo operário tem uma grande quantidade de seu próprio trabalho disponível, além de suas necessidades, e todo outro operário, estando exatamente na mesma situação, fica capacitado a trocar grande quantidade de seus próprios bens por uma grande quantidade, ou o que dá no mesmo, pelo preço de uma grande quantidade dos bens dos outros. Fornece-lhes abundantemente o que eles precisam, e estes o abastecem com o que precisar, e uma abundância geral difunde-se por todas as classes sociais (SMITH, 1981, p. 6).

Vivenciando a realidade inglesa do século XVIII e, o que é lógico, imerso em um contexto em que a Revolução Industrial despontava, Smith, com a atenção dirigida à descoberta de leis que impulsionavam o sistema de mercado¹⁵ e empolgado com o crescimento da produtividade, acreditava que, por meio da divisão social do trabalho, uma sociedade poderia alcançar a abundância geral e todas as classes sociais se beneficiariam com isso.

Como bom representante da burguesia em ascensão e entusiasta do progresso econômico, Smith parece limitar sua reflexão a despeito da divisão do trabalho ao tocante à produtividade, até porque em sua reflexão estava a busca do autor por compreender a origem da riqueza das nações. Fixado, portanto, nessa dimensão, parece não se localizar entre as preocupações do autor nenhuma tentativa de correlacioná-la com as contradições que o próprio sistema do capital ia engendrando. É óbvio que não se trata de deixar de reconhecer que a divisão do trabalho tenha provocado crescimento da produtividade, como assim o apontou, mas isso foi somente um dos aspectos forjados no conjunto das transformações que se sucedia na sociedade.

A dimensão contraditória proveniente dessa técnica produtiva vai ser profundamente analisada por Karl Marx (2006), que certamente a analisa em um contexto do capitalismo mais avançado. Para esse autor, que se destinou a analisar o capitalismo, a compreender as forças que o constituíam e aquelas

¹⁵ Fundador da Ciência Econômica, defensor da doutrina liberal que tem como princípio a auto-regulação do mercado, Adam Smith localizou na produtividade a grande fonte de produção do valor.

que conduziram à sua superação, a divisão do trabalho estava distante de significar um recurso técnico desenvolvido simplesmente para operacionalizar o bom funcionamento da produção, como se tentou fazer crer.

Ora, a própria manufatura, como ressaltou Marx, ao incrementar os seus artifícios produtivos, estabelecia conscientemente a redução do tempo de trabalho necessária à produção de mercadorias e, por conseguinte, toda a lógica da exploração, da contradição das forças produtivas e das relações sociais de produção. A divisão manufatureira do trabalho

[...] cria a subdivisão qualitativa e a proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção; cria, assim, determinada organização do trabalho social e, com isso, desenvolve ao mesmo tempo nova força produtiva social do trabalho. [...] é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou de expandir o valor do capital, o que se chama de riqueza social, à custa do trabalhador individual (MARX, 2006, p. 420).

Marx, desta forma, apresenta a outra face que a divisão do trabalho gera na manufatura: a construção de subdivisões nas relações de trabalho e, naturalmente, uma original organização de trabalho, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista e a deformação do trabalhador individual. Ademais, ainda que o autor ressalte a existência histórica da divisão social do trabalho em todas as formas de produção e organização da sociedade, afirma que somente na sociedade de cariz capitalista ela se denuncia como um fator indispensável do desenvolvimento econômico, constituindo-se “como meio civilizado e refinado de exploração” nas bases históricas dadas.

Para além de um mecanismo de produção cujo objetivo é o aumento da produtividade das mercadorias, a divisão do trabalho se converteu no recurso capaz de submeter formalmente o trabalho ao controle do capital. Afinal, como objetivamente operou o capital no seio da manufatura para submeter o trabalho ao seu domínio? Apropriando-se dos meios de produção, criando o método do trabalho parcial, aprimorando o trabalhador parcial, produzindo o trabalhador assalariado, aperfeiçoando e diversificando as ferramentas de trabalho, desenvolvendo a hierarquia na força de trabalho, construindo uma escala de salários e instituindo a divisão do trabalho.

A divisão do trabalho na manufatura inicialmente vai coincidir com a decomposição da atividade do artesão. O processo de produção passa a ser dependente da força, habilidade, rapidez, enfim, da virtuosidade do trabalhador individual e da perfeição de suas tarefas. O ofício continua sendo a sua base de produção, pois é a habilidade profissional do artesão que fundamenta todo o seu processo. Somam-se também a toda essa mudança as alterações das ferramentas de trabalho que, além de simplificadas, foram adaptadas às funções particulares de cada trabalhador parcial, o que criou as condições reais para a existência da maquinaria, ferramenta de que se fazia uso esporádico.

Em que pese a fragmentação do trabalho e a especialização do trabalhador para o controle da totalidade do processo de trabalho, o trabalhador conservou um considerável grau de domínio sobre o processo de trabalho. Isso se deu

[...] uma vez que a habilidade artesanal constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador (MARX, 2006, p. 423).

Entretanto, embora a manufatura tenha representado uma significativa mudança na organização do trabalho, não operou em igual medida uma transformação na configuração técnico-material do processo de trabalho. Esse estágio apresentou ainda sérios obstáculos à expansão da acumulação, já que do ponto de vista da valorização do capital, a extração de sobretrabalho ocorreu baseada na mais-valia absoluta e na disciplina do trabalho que, por sua vez, determinaram uma elevação da intensificação e da produtividade do trabalho¹⁶. Isso levou Marx a concluir que a interdependência direta dos trabalhos, na manufatura, acarretou uma intensificação do processo de trabalho nunca antes vista.

Defronte a essas alterações que objetivamente promoveram a subsunção formal do trabalho ao capital, desde já se chama a atenção para dois aspectos que desse processo decorreram. Primeiro, as consequências

¹⁶ Com a especialização ocorreu uma diminuição do tempo necessário para se passar de uma etapa a outra, reduzindo as interrupções do processo de trabalho. Além do que, a manufatura permitiu ainda um controle maior do tempo de trabalho por parte do capital, implicando o aumento da continuidade, da regularidade e, conseqüentemente, da intensidade do trabalho.

que tudo isso gerou para os trabalhadores, dentre as quais inicialmente se destacam: a sua subserviência e a perda da sua força de trabalho individual para o capital; segundo, a cisão que daí decorreu entre duas classes sociais distintas, o que naturalmente se desdobraria em sérios conflitos e níveis de tensão entre elas.

A indisciplina dos trabalhadores parciais já era uma realidade que se fazia manifesta durante o período manufatureiro. Apontava Marx (2006), citando Dr. Ure, que quanto mais astuciosos fossem os trabalhadores, mais difíceis estariam para lidar e menos aptos seriam para participar de um mecanismo coletivo. Nesse caso, ocupados em maior quantidade na manufatura, eles tentavam resistir às manobras do capital, que gradativamente introduzia a máquina no processo produtivo e tentava a todo custo ajustar suas habilidades parciais aos novos instrumentais de trabalho.

Essa tendência provocou resistência por parte dos trabalhadores. Ora, sendo sua habilidade manual a estrutura material de que o capital dependia inicialmente e o fundamento da manufatura, o inevitável se estabelece: a luta entre capitalista e trabalhador. Com efeito, tanto aumentava a resistência por parte dos trabalhadores em relação ao capital como aumentava a pressão deste para conter a insubordinação e a indisciplina daqueles. A indisciplina dos trabalhadores era algo real naquele período, pois “faltava ‘ordem’ na manufatura, baseada no dogma escolástico da divisão do trabalho”, segundo ratifica Marx (2006, p. 423).

Constituindo-se em uma das características mais distintivas do sistema econômico da sociedade moderna, a divisão do trabalho vai se traduzir de forma diferenciada na transformação da manufatura na grande indústria. Ela própria, a divisão do trabalho na manufatura, vai pressupor o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade e, embora ambas apresentem conexão, diferenciam-se em grau e substância, como é possível vislumbrar quando se constata que

[...] a divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho. A conexão, dentro da manufatura, dos trabalhos parciais se realiza através da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista que emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de

um capitalista; a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si. Na manufatura, a lei de ferro da proporcionalidade submete determinadas quantidades de trabalhadores a determinadas funções; na sociedade, o acaso e o arbítrio desempenham livremente seu papel na distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos de trabalho social [...] (MARX, 2006, p. 410).

Como se pode perceber, o processo de divisão do trabalho vai sofrendo modificações decorrentes dos processos reais demandados pelo aumento da produção de mercadorias e sua difusão no mercado. Tal divisão vai se apossando da esfera econômica da sociedade, lançando por toda a parte a base para o desenvolvimento de especialidades e expressando, de modo sutil, a relação classista no que concerne à compra e à venda das mercadorias, à propriedade dos meios de produção e à força de trabalho.

Bottomore, por sua vez, partindo de uma leitura de Marx, apresenta a classificação da divisão social do trabalho nos seguintes termos:

Primeiro, há a divisão social do trabalho entendida como o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente uma das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar, existe a divisão do trabalho entre os trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. Embora esta divisão do trabalho na produção e a divisão de trabalho na troca sejam mutuamente relacionadas, suas origens e seu desenvolvimento são de todo diferentes (2001, p.112).

Nesse caso, fica explícita a distinção que Marx estabelece entre a divisão do trabalho em geral e a divisão do trabalho individual, bem como os aspectos que se associam a cada uma delas. Assim, em primeira instância, compreendida como um sistema complexo, a divisão social do trabalho em geral se relaciona mais diretamente com o processo de trabalho em si e tudo o mais que dele resulta. Em seguida, a divisão do trabalho individual aparece mais próxima do processo de produção e das relações em que capital e trabalho estão em confronto direto.

Seja no âmbito da sociedade de um modo geral ou no interior de uma oficina, infere-se que a divisão social do trabalho vai ser a expressão da relação entre as classes. Ela, como diz Marx (2006), demanda a autoridade incondicional do capitalista sobre o trabalhador e, portanto, pode servir de referência para se compreender não somente as relações sociais que se instituem no processo de produção entre um e outro, mas também as próprias relações que envolvem os capitalistas entre si.

Isso porque, no mercado de trabalho, instituída a relação de classe, capitalistas e operários se defrontam de forma diferenciada: um demarcando posição na qualidade de comprador de trabalho vivo e o outro se posicionando como vendedor dessa força de trabalho. Esse antagonismo que se estabelece entre os dois reflete-se tanto no processo de circulação como no da produção de mercadorias.

Nesse sentido, é conveniente assinalar que não se trata de uma relação instituída entre um simples comprador e um vendedor, mas de um capitalista e um operário que, na esfera da circulação, enfrentam-se como comprador e vendedor de mercadorias, ao passo que no processo de produção, devido à natureza polar que diferencia os tipos de mercadorias que vendem entre si, o operário aparece como o valor de uso do capitalista. Isto é, como um fator vivo incorporado ao capital, capaz de criar e multiplicar a riqueza desse.

Dado o desenvolvimento da divisão do trabalho e a penetração dela em todas as esferas da sociedade e nos vários setores de trabalho, percebe-se o fosso que se construiu quando comparada à divisão do trabalho que predominou em sociedades tradicionais que possuíam modo de produção e de vida diferentes.

Diferentemente daquelas sociedades que de algum modo experimentaram a divisão do trabalho, na sociedade capitalista ela vai apresentar uma condição específica e particular, uma vez que a produção de mercadorias nesse tipo de organização social é destinada ao intercâmbio, ao contrário daquelas que lhes antecederam, em que predominava a produção de valores de uso voltada essencialmente para o consumo.

Nessa perspectiva, a divisão do trabalho apareceria mais desenvolvida na forma capitalista da cooperação baseada no uso da maquinaria. A singularidade representada pela introdução e difusão da utilização de máquinas

significou uma profunda modificação na base técnica de produção. Historicamente, essa revolução industrial expressa o processo de constituição de uma base técnica mais adequada às exigências da valorização do capital (aumento da capacidade de gerar mais-valia através do crescimento da produtividade e da intensidade do trabalho).

Esse revolucionamento das forças produtivas resultou da utilização do princípio mecânico na produção, isto é, em acionar a ferramenta parcelar da manufatura por meio de transmissor impelido por força motriz, de modo que, com a introdução de forças motrizes mais potentes, como o vapor, foi possível a aplicação desse princípio e a substituição progressiva da força humana ou da utilização das forças naturais, conferindo ao trabalho maior rendimento, uniformidade e continuidade.

Dessa forma, a produção baseada no sistema de máquinas provocou uma simplificação e homogeneização do trabalho operário, reduzindo a dependência do capital à sua força e habilidade, e levando o operário a um processo de crescente desqualificação. Com efeito, esse processo de homogeneização e mudanças na hierarquia desse trabalhador coletivo acarretou, de um lado, a formação de duas categorias de operários não-qualificados: o operador de máquina e seu auxiliar. Por outro, um grupo bem mais reduzido de pessoal altamente qualificado (operários de manutenção, técnicos e engenheiros), passou a concentrar os conhecimentos técnicos relativos ao processo produtivo.

Assim, na maior parte dos casos, a divisão do trabalho no interior das unidades produtivas foi definida, fundamentalmente, pela configuração do sistema de máquinas distribuídas em função da estrutura de especialização herdada da manufatura. A utilização capitalista das máquinas visava reproduzir a especialização própria da fase anterior à grande indústria, isto é, a fábrica tendeu a reproduzir a especialização manufatureira, fazendo do trabalhador parcelar o operador de um tipo particular de máquina.

A rigor, Marx evidencia que a racionalidade própria ao uso capitalista da maquinaria foi determinada pela busca incessante de geração da mais-valia, ou seja, do sobretrabalho, e não pela preocupação de aliviar a intensidade do trabalho humano. Com isso, as novas forças produtivas dotarão o capitalismo de um suporte técnico-material mais apropriado à produção de mais-valia em

larga escala e à acumulação capitalista, através da combinação de mecanismos de mais-valia absoluta e de mais-valia relativa.

O desenvolvimento ulterior desse estágio do capitalismo será marcado, posteriormente, pela criação das técnicas de organização e gestão do trabalho e da produção – baseados nos princípios tayloristas e fordistas que se mesclam com outros, a exemplo do neofordismo, do neotaylorismo, do kalmarianismo e, mais recentemente, do toyotismo –, que nortearão o processo de racionalização industrial das primeiras décadas do século passado até os dias correntes (ANTUNES, 1999).

Com o desenvolvimento da racionalização produtiva, os conhecimentos que o homem sozinho acumulava e desenvolvia na atividade do trabalho foram apropriados pelo capital. Isso porque a divisão do trabalho no seio desse tipo de organização abortou, para concentrar em capital, todo um conjunto de instintos e capacidades dos trabalhadores em detrimento do desenvolvimento de suas habilidades parciais e do conhecimento especializado. Além disso, o capital provocou a cisão entre o trabalho manual e o intelectual. Tal separação constitui a condição histórica pela qual uma determinada categoria de trabalhador, que personifica o capital, exerça controle e vigilância sobre outra graduação de trabalhadores, cuja força de trabalho produz a riqueza dos capitalistas.

Essa conversão própria do capital, exercida com consciência e vontade, se tornou a condição para que o capitalista controlasse em sua totalidade o processo produtivo e colocasse em oposição à classe de trabalhadores, permitindo que, em proveito do capital, um trabalhador comandasse e exercesse supervisão direta sobre o outro até se tornarem “inimigos”. Esse processo, que por sua vez se efetua sob direção do capitalista, tem como fim “a produção de trabalho excedente, a apropriação de trabalho não pago, que se objetiva como mais-valia (MARX, 1978, p. 9).

Dessa feita, é imprescindível para o capital a criação do “trabalhador supervisor”, cuja função seja a de comandar a força conjunta dos trabalhadores manuais. Esse trabalhador forjado pelo capital conforma, a partir da função que desempenha, a manobra de que esse se utiliza para se apropriar da produtividade do trabalho.

A rigor, esse “supervisor do trabalho”, que não se confunde com o trabalhador coletivo, torna-se uma espécie particular de trabalhador assalariado. Tal trabalhador, além de se traduzir “na expressão da oposição como inimigos do trabalho intelectual e do trabalho manual, encarna a personificação do capital no processo de trabalho”, como observa Lessa, remetendo-se a Marx (2007, p. 159). Logo,

[...] esta espécie particular de trabalhadores assalariados não se encontra mais perto ou mais distante da manipulação do objeto de trabalho, sua função é o controle dos trabalhadores no processo produtivo. Não executa nenhuma das subfunções do trabalhador coletivo; pelo contrário, exerce uma função exclusiva, a de superintendência, que organiza o trabalho de forma a reverter gratuitamente ao capitalista o ganho de produtividade da força social do trabalho frente ao trabalhador individual (LESSA, 2007. p. 159).

Tão logo o capital define condições e posições distintas para os diversos trabalhadores, coloca-os também em níveis diferenciados de exploração. Parece, portanto, ficar patente que a exploração dos trabalhadores pelo capital – e, nesse caso, remete-se ao contexto em que o trabalho intelectual e o trabalho manual foram separados –, realiza-se por intermédio da manipulação do capital para com as várias categorias de trabalhadores, uma vez que aquele cria as condições para que um segmento de classe cumpra a missão de controlar diretamente um outro.

Algo de curioso também se destaca nessa seara. Apesar das distintas posições que o capital forja no seio da classe trabalhadora ao criar uma variedade de funções, o que possibilita a constituição de diferenças entre os trabalhadores, no que diz respeito à relação que estabelece com o objeto de trabalho e a produção da riqueza social, há um aspecto que coloca todos num mesmo patamar de igualdade, qual seja: todos são assalariados e, quando em conformidade com as conveniências do capital, são explorados de alguma forma, seja como produtor direto de mais-valia e reproduzidor do capital ou simplesmente como valorizador do capital. É relevante considerar que “essa relação se reproduz sob condições cada vez mais propícias para uma das partes - os capitalistas, e mais desfavoráveis para a outra – os assalariados” (MARX, 1978, p. 42).

Dessa maneira, considerando as metamorfoses que a própria divisão do trabalho instaura no âmbito da organização do trabalho no sistema capitalista, assiste-se não somente à intensificação da divisão entre o trabalho manual e o intelectual, mas também a separação entre o trabalhador braçal e o trabalhador intelectual. O trabalho que em antigas sociedades era concebido pela junção das habilidades manuais e espirituais dos trabalhadores se dissocia e, por meio dessa mudança, impõe a separação entre cada um, colocando-os em situação de oposição.

Há de convir que naquelas sociedades não havia separação entre o trabalho manual e intelectual, pois esses se fundiam como elementos indissociáveis do processo de trabalho. Logo, as mãos e o espírito dos trabalhadores constituíam um par inseparável do conjunto do trabalho. Nelas, o trabalhador não apenas era detentor dos seus meios de produção, como também seus esforços físico e espiritual não se opunham um ao outro, ao contrário, estavam completamente subordinados às etapas naturais do trabalho, num jogo em que aparecem unidos e direcionados para produção de valores de uso. Igualmente, a autoridade coercitiva do capital com o fim de extrair trabalho excedente não se fazia presente nem a exploração extensiva do homem pelo homem, ainda que houvesse relações pessoais de dominação e dependência. Desta forma, o comando do trabalho estava no próprio trabalhador, que na atividade do labor respondia por si mesmo.

Contrariando aquelas organizações tradicionais, a divisão social do trabalho no seio do capitalismo contribui incessantemente para tornar mais consistente a existência da sociedade baseada na cisão entre classes, na fragmentação dos trabalhadores e na manutenção da pobreza social da maioria da população. Favorece igualmente para colocar em confronto e competição não somente capitalistas e trabalhadores, mas também os trabalhadores entre si e os próprios capitalistas. Isso era algo que Marx contundentemente alertava quando afirmava que

[...] a divisão social do trabalho faz-se confrontarem-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses, do mesmo modo que no reino animal a guerra de todos contra todos, o *bellum omnium contra omnes*, preserva

mais ou menos as condições de existência de todas as espécies (2006, p. 411).

Aqui se tornam claras, portanto, as consequências em potencial que a divisão social do trabalho gera para os capitalistas e a sociedade como um todo. Os conflitos se tornam seu desdobramento mais imediato e coloca todos perante uma situação de competição e guerra ininterrupta, apresentando-se, em algumas circunstâncias, de forma velada, e em outros momentos, em situação de tensão declarada. Entretanto, quaisquer que sejam as circunstâncias em que se manifesta, decorre da lei de ferro e fogo do capital.

Essa é a tendência que se espalha na totalidade da sociedade e em todas as relações orquestradas pelo capital. Como é perceptível desde o seu princípio, a divisão do trabalho se consagra no estopim da fragmentação e segmentação, tanto no que concerne à produção de mercadorias quanto no que tange aos trabalhadores. Não se pode esquecer que, com a emergência da divisão social do trabalho, igualmente eclodiu o sistema do trabalho parcial, surgiu o trabalhador parcelar, fragmentou-se a produção, despontou o conhecimento especializado, surgiu a hierarquia dos salários e também dos trabalhadores, que logo passaram a ser classificados de hábeis ou inábeis ou de qualificados ou não-qualificados.

Seguindo essa lógica, com o incremento da divisão do trabalho

[...] já está dada desde o início a divisão das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e, com isso, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários; e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas da propriedade. Quanto mais a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda essa fragmentação. O próprio trabalho só pode existir sob pressuposto dessa fragmentação (MARX, 1984, p. 103).

A persistência da divisão do trabalho nos processos de trabalho potencializa a fragmentação que vem se intensificando e confluindo para que o capital continue a se reproduzir e a perpetuar sua dominação. Ora, no interior do capitalismo, toda a organização do trabalho deve associar técnica de produção e de dominação patronal sobre os produtores de mercadorias, tendo em vista que sua finalidade “nada mais é do que o aumento do capital em si; e

tal finalidade, alheia aos trabalhadores, só pode ser realizada por eles, sob coerção” (GORZ, 1980, p.11).

Assim, dominar o sistema de trabalho, controlar os trabalhadores, convertê-los em instrumentos técnicos do labor são pressupostos de um nível histórico e determinado de produção. Isso porque não há prevalência do capital sobre o trabalho sem que seus processos apareçam como propriedade particular do capitalista que, a qualquer tempo, renova e revoluciona as forças produtivas materiais – como se verifica nos dias correntes quando a microeletrônica sustenta o regime de acumulação do capital e garante uma divisão de trabalho em condições inimagináveis –, de modo a continuar se autovalorizando e se garantindo como sistema de exploração.

Essa constatação, portanto, leva-nos a ratificar que a vitória do capital – talvez mais do que nunca e ainda que de forma contraditória e conflituosa, até porque seu objetivo não é humanitário –, permanece nas relações que envolvem capital e trabalho. Não há limites para o capital. Todos são atingidos e engolidos pelo sistema, sejam os trabalhadores, os pequenos empreendedores e até os capitais menores, restando predominantemente os capitais possuidores das condições objetivas de compor os grandes grupos econômicos.

Alteraram-se, por conseguinte, as técnicas produtivas de acumulação do capital, os espaços físicos das atividades econômicas são transformados, mudanças ocorrem nas condições e tipos de trabalho, mas permanece a divisão social entre os trabalhadores, acometidos por todo um processo de segmentação, diferenciação e estratificação.

Como se pode acusar, na transição do século XX para o XXI, todo um conjunto de modificações tecno-organizacionais de base flexível se fez sentir no âmbito da produção em nível mundial, o que provocou a acentuação da utilização de formas pretéritas de contratação da força de trabalho, quais sejam: o trabalho em tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar e o trabalho terceirizado.

O detalhe é que esses tipos de ocupações, e aqui se faz referência particularmente ao trabalho terceirizado, ao se apoiar na flexibilidade da força de trabalho, permite ainda mais a reprodução da segmentação e a diferenciação entre os trabalhadores e, por consequência, constrói ambientes

de trabalhos propensos a conflitos entre eles. Esse cenário parece se fazer presente em vários setores de atividades que se utilizam da prática da terceirização da força de trabalho.

A exemplo, a Caixa Econômica Federal (CEF), campo empírico desta investigação, no desempenho das atividades cotidianas, estabelece uma teia de relações com vários trabalhadores, a saber: empregados concursados, estagiários, menores aprendizes e, principalmente, os trabalhadores terceirizados. Cabe então salientar que a divisão do trabalho e dos trabalhadores, reforçada pelos processos de terceirização da força de trabalho, objeto deste estudo, é um fato que se localiza no contexto das mudanças que atingiram o âmbito do trabalho em sua totalidade.

Essa realidade, por sua vez, concorre para forjar uma configuração de trabalho complexa e sujeita a desenvolvimentos contraditórios. Isso quando se tem em vista que a disposição da força de trabalho terceirizada no seio desse banco demanda posição e condições de trabalho bem distintas, quando se compara esses com os trabalhadores concursados.

No interior desse banco, transcorridos alguns séculos que o separa do período manufatureiro, percebe-se que entre as plurais formas de trabalho nele existentes, tais como: o trabalho por meio de concurso público, o trabalho terceirizado, o estágio de trabalho e a experiência do primeiro emprego, reside também a separação entre o trabalhador contratado por tempo indeterminado e o trabalhador contratado por tempo determinado.

Com efeito, entre essas duas categorias de trabalhadores interpõem-se não somente a diferenciação, a segmentação e a estratificação entre eles, mas vislumbra-se também o uso indiscriminado e perverso que o capital faz da força de trabalho, ao colocá-la em situação de oposição. De um lado, um grupo é contratado por tempo indeterminado e, conseqüentemente, torna-se possuidor de um conjunto de direitos sociais e de representação de classe: esse é bancário. De outro, há um grupo que é contratado por tempo determinado, carente de direitos sociais e que não possui referência de classe, exceto ser estigmatizado como “subcontratado”.

Chegando, portanto, ao nível de desenvolvimento que alcançou o sistema de acumulação capitalista, a divisão social do trabalho se lançou para todas as esferas da sociedade, bem como se espalhou para todos os ramos de

atividades econômicas. Ela, que tem sua gênese na manufatura e se consolida na indústria moderna – com a hegemonia do taylorismo-fordismo que, na qualidade de regime de acumulação, acentuou a fragmentação do trabalho e reproduziu a separação do saber – persiste de forma ainda mais extensiva nesse momento de prevalência do regime de “acumulação flexível”, do mercado financeiro e da desregulamentação do mercado de trabalho.

Sua existência, que se correlaciona com o modo capitalista de produzir, ainda continua a possibilitar a reprodução desigual entre nações, povos, trabalhadores e ocupações. Veja-se como esse artifício do capital foi criando um fosso espacial entre países centrais e periféricos e permitindo que os limites das economias nacionais fossem ultrapassados pelo desenvolvimento do comércio internacional. Esta situação oferece vazão a uma divisão espacial do trabalho.

2.2 DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO À REPARTIÇÃO ESPACIAL DO TRABALHO

O jogo do capital e seus mecanismos estratégicos de controle produtivo e reprodução do sistema capitalista, ao controlar a esfera do trabalho, imprimiram todo um conjunto de mudanças na forma de produzir mercadorias e regular o trabalhador. Isso culminou em um desenvolvimento assimétrico entre a força de trabalho que se polarizou entre trabalhadores qualificados e trabalhadores não-qualificados, bem como entre os países que integram a economia mundial, que se dividiram entre países do centro e os países da periferia.

A propensão à desigualdade, por isso, eclodiu como um registro intrínseco desse processo de racionalidade econômica que não somente separou os homens em detentores dos meios de produção e operários do trabalho, mas também as nações, que se cindiram entre países desenvolvidos e atrasados.

Essa vocação assimétrica inerente ao sistema do capital indubitavelmente desvirtuou o trabalho da sua função positiva, libertadora. O trabalho se transformou no elemento de acumulação de riqueza somente de uma parcela restrita da população mundial, assim como penetrou na economia

dos mais variados países do globo. Isso forjou níveis hierárquicos entre os países e instituiu divisão espacial do trabalho, que nos marcos da sociedade capitalista conforma uma repartição geográfica própria do trabalho abstrato.

Essa polarização da sociedade consubstanciada não somente pela divisão técnica do trabalho, bem como pela divisão internacional do trabalho, implica processos diferenciados na repartição geográfica do trabalho. Desse modo, a divisão internacional do trabalho, que acompanha as distintas fases de desenvolvimento da sociedade capitalista, é expressão, conforme Pochmann (2001), do grau de assimetria geográfica no que diz respeito à utilização da força de trabalho.

Desta forma, como algo específico e particular do Modo de Produção Capitalista, o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho, segundo o autor supracitado, pode ser acompanhado a partir de três momentos distintos de evolução do próprio sistema e compreendido respectivamente pelas denominações de primeira divisão internacional do trabalho, segunda divisão internacional do trabalho e a terceiriza divisão internacional do trabalho.

O primeiro estágio de evolução do sistema do capital, que encontra consonância com a primeira divisão internacional do trabalho, é marcado pela emergência da Revolução Industrial (1780 – 1820). Naquele momento, a Inglaterra, como referência de país industrializado, demarcava posição de país hegemônico na economia mundial, constituindo-se até os anos de 1914 não somente como o centro financeiro internacional, mas também como o principal país a investir no exterior.

A posição privilegiada desse país lhe garantiu o monopólio da industrialização, possibilitando-lhe estabelecer uma relação dicotômica com as demais nações, que passavam a ocupar não somente os lugares de periferia no conjunto da economia mundial, como ainda tentavam compensar a importação dos produtos manufaturados ingleses pela exportação de seus produtos primários.

Tendo como prioridade a produção de produtos manufaturados, a Inglaterra se tornava praticamente dependente da importação de alimentos e matérias-primas, ou seja, dos produtos primários da economia. Isso, por sua vez, se refletiu na disposição da força de trabalho nesse setor de atividades. Ora, visto em analogia a países como Estados Unidos, Alemanha, França,

Espanha, Japão, Brasil, entre outros, que garantiam um percentual acima de 30% da força de trabalho instalada na agricultura, a Inglaterra conformava somente 9% de sua força de trabalho nesse setor da economia (MORRIS & IRWIN apud POCHMANN, 2001, p.20).

Uma segunda divisão internacional do trabalho se processaria tão logo ocorresse uma segunda revolução industrial e tecnológica advinda do segundo pós-guerra. Nesse cenário, os Estados Unidos assumem a condição de potência hegemônica em um panorama internacional completamente desconhecido, e a Revolução Russa de 1917 difunde um modo de produção distinto do capitalismo – o socialismo –, que pautado em uma estratégia de desenvolvimento anti-sistêmica, distanciava-se do quadro de relações internacionais de crescimento econômico pró-sistêmico, que predominava até então (POCHMANN, 2001).

No interior dessa realidade, emerge uma segunda divisão internacional do trabalho constituída de um bloco de países semiperiféricos engajados tanto na proposta de desenvolvimento da economia planejada como da economia de mercado. A existência da bipolaridade nas relações internacionais entre a ex-URSS e os Estados Unidos, associada a um período de relativa estabilidade tecnológica, possibilitou que alguns países da África, da América-Latina (destaca-se o Brasil entre eles) e do Leste Asiático progredissem, de forma completa ou não no processo de industrialização, e passassem a alcançar o patamar de países da semiperiferia.

Nesses termos, atente-se para o Brasil, que embora juntamente com os países como a Coreia, México, Argentina, Espanha, etc., incluía-se na categoria de os “Novos Países Industrializados” – NPI’s –, desenvolve uma industrialização que comumente é associada ao fordismo periférico ¹⁷, isto é,

¹⁷ É interessante observar que Lipietz (1988, p. 14) chama a atenção dos leitores para o caráter contraditório da expressão “fordismo”. Segundo esse autor, “tal como conceitualizado pelos autores dos anos setenta (inclusive ele) dizia respeito a economias nacionais desenvolvidas e relativamente autocentradas”. “(...) É um conceito que pretende levantar alguns aspectos de algumas realidades, com intuito de propor uma lógica. (...) é apenas um nome que designa o conceito baseado no caráter evocativo do nome de Henry Ford, cujas práticas, e alguns escritos, antecipavam aquilo que passamos a chamar de “fordismo”. Essa evocação (...) é bastante enganosa: a realidade econômica dos países capitalistas avançados do pós-guerra é bastante diferente daquilo que H. Ford recomendava”.

[...] trata-se de um fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis. Permanece periférico no sentido de que, primeiramente, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação qualificada e, principalmente, da engenharia, permanecem em ampla medida, exteriores a esses países (LIPIETZ, 1988, p. 97).

A emergência desses países à condição de semiperiferia do sistema os permitiu ultrapassar a condição de agro-exportadores para produtores e até exportadores de produtos manufaturados. Isso, por sua vez “[...] foi absolutamente importante para a estabilidade do sistema capitalista mundial, impedindo, de certa forma, o aprofundamento ainda maior da polarização entre países ricos e pobres”¹⁸, conforme Pochmann (2001, p. 25). Essa alteração, ainda segundo o autor, oferece uma dinamicidade tanto na repartição do trabalho no mundo, bem como na pauta de exportação do conjunto dos países do centro, da semiperiferia e da periferia.

Esse cenário de relativo desenvolvimento alcançado pelos países semiperiféricos certamente provocou no âmbito de seus territórios a formação de alguns segmentos sociais com melhores níveis de renda e consumos compatíveis, inclusive com segmentos sociais de países do centro do capitalismo. Contudo, essa oxigenação na renda e no consumo ficou distante de alcançar plenamente todos os trabalhadores, ficando esses privilégios assegurados somente a uma restrita parcela da população daqueles países. Tal situação se acentua ainda mais a partir do final dos anos de 1960, em razão do acirramento da competição entre os capitais, que foi se construindo no curso do segundo pós-guerra.

Já uma terceira divisão internacional do trabalho se formata entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, prosseguindo até os dias atuais num contexto marcado por transformações que ocorreram na base de

¹⁸ A título de informação, em um quadro comparativo entre os anos de 1970 e 1998, a pauta de exportação dessas economias, no que diz respeito aos produtos primários, apresenta-se da seguinte forma: economia do centro (a exportação de produtos primários em 1970 era 22,9% e foi reduzida, em 1988, para 14,4%); economias periféricas (a exportação de produtos primários em 1970 era 94,2% e foi reduzida, em 1988, para 82,1%); economias semiperiféricas (a exportação de produtos primários em 1970 era 72,5% e foi reduzida, em 1988, para 47,6%). Consultar POCHMANN (2001).

sustentação do sistema do lucro. Acontecimentos de grande envergadura vão demarcar esse período. Por um lado, assiste-se ao esgotamento do padrão industrial norte-americano, a retração do ciclo de expansão industrial, ao desmoronamento do Sistema Financeiro Internacional fundado no acordo de Bretton Woods, à derrocada do bloco soviético e ao solapamento das políticas keynesianas. Por outro lado, presencia-se também o advento da globalização, da revolução microeletrônica, da informatização dos mercados e da prevalência do capital financeiro.

Essas transformações refletiram substancialmente na divisão internacional do trabalho que acabara por ser comandada pela esfera financeira. Ademais, o eixo da competição capitalista passou a ser nutrido não somente pela concentração de atividades com maior conteúdo tecnológico, bem como pela produção de valor intangível.

Decorre disso que o centro do capitalismo mundial, por ser mais adiantado no que concerne ao processo de reestruturação produtiva e por ter contado com uma maior expansão dos Investimentos Diretos no Exterior (IDE) em relação aos países periféricos e semiperiféricos, influenciou a divisão internacional do trabalho.

Essa reviravolta na economia forjou um comércio internacional mais centrado entre empresas do que entre nações. Como corolário, o comércio entre firmas se acirrou devido à expansão de empresas multinacionais para várias geografias internacionais, ao deslocamento de determinados processos produtivos, especialmente para países semiperiféricos, e à criação das corporações transnacionais com forte poder para decidir seus investimentos de produção.

Nesse sentido, oportunidades de investimentos lucrativos e a competição por custos rebaixados se tornaram os focos das corporações transnacionais. Essas corporações, em alianças com governos nacionais e por meio de redes de subcontratação, passaram a deslocar partes da cadeia produtiva, geralmente as operações de montagens menos complexas e rotineiras, para geografias passíveis de atrações e compensações financeiras. Isso pode significar que

a simples atração de empresas estimuladas pelos baixos custos impede que a diferença de renda que separa o centro

do capitalista da periferia e da semiperiferia seja reduzido. Entretanto, as partes mais complexas do processo produtivo terminam, em grande parte das vezes, não sendo externalizadas pela grande empresa, considerando que as corporações transnacionais especializam-se mais do que modificam por completo seu mix de produção (POCHMANN, 2001, p.30).

Adotando, portanto, a conduta de explorar geografias passíveis de lucro onde lhes for convenientes, é possível vislumbrar que as corporações transnacionais, ao deslocar parte dos processos produtivos com menor grau de complexidade para outras áreas geográficas, conformam uma divisão espacial do trabalho por meio de ações que levam a uma diferenciação quanto ao uso da força de trabalho, ao valor da remuneração salarial e à qualidade das ocupações. Isso reforça ainda mais o grau de assimetria entre países pobres e ricos.

Nesses termos, pode-se inferir que

a Nova Divisão Internacional do Trabalho parece referir-se mais à polarização entre a produção de manufatura, em parte dos países semiperiféricos, e à produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção gerada no centro do capitalismo. Nas economias semiperiféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, da migração proveniente da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão-de-obra a mais barata possível, além do uso extensivo de matéria-prima e de energia, em grande parte sustentada em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos (POCHMANN, 2001, p.34).

Essa polarização que persiste entre países ricos e pobres, no que concerne ao tipo de atividade desenvolvida, permite a determinadas nações imporem limites tanto à dinâmica da qualidade das ocupações quanto à distribuição de renda na totalidade dos países. Desse modo, enquanto os países do centro do capitalismo são referências de concentração de maior participação relativa do total do emprego qualificado e melhores rendas, a periferia e a semiperiferia do sistema representam um adicional de maior concentração de ocupações não-qualificadas e menores níveis salariais.

Nesse sentido, faz-se oportuno ratificar que

o movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos, “novos países industrializados”, que haviam

ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996, p.33).

Na contemporaneidade, portanto, a posição como cada país se coloca frente à economia mundial tem consonância com o papel que vem exercendo no curso histórico do seu desenvolvimento. O desbravamento de novos continentes como necessidade de expansão do capital colocou alguns deles, principalmente aqueles que primeiro saíram revolucionando e dominando as técnicas de produção de trabalho, em posição de destaque quando comparados com os países que atuaram como exportadores de produtos primários e importadores de produtos manufaturados – como seguiram os países da África e os países latino-americanos. Ressalta-se a posição do Brasil nesse processo, mesmo estando hoje situado entre as economias em situação de desenvolvimento.

Essa realidade permitiu que

muitos países e certas regiões dentro de países, na África, na Ásia e na América Latina fossem contraditoriamente incluídos no movimento de mundialização do capital pela marginalização. Além de haver uma polarização entre centros e periferia, ainda há uma hierarquia no interior da tríade (Estados Unidos, Alemanha e Japão), o que aprofunda brutalmente as distâncias, deixando claro que a viabilidade de um se sustenta na inviabilidade do outro [...] (TAVARES, s/d, p.20).

Com isso, torna-se patente que, desde os primórdios do capitalismo, a correlação entre as forças do mercado no que tange ao comércio, ao movimento de capitais e à força de trabalho não se processou de forma homogênea no curso do desenvolvimento das inúmeras nações. O advento da grande indústria, de acordo com Karl Marx (2006), realçada com a divisão social do trabalho, permitiu que determinados países economicamente desenvolvidos atribuíssem aos países menos desenvolvidos ou subdesenvolvidos funções distintas e papéis bem definidos no interior do sistema do lucro, normalmente de dependência em relação àqueles e de importador dos seus produtos manufaturados.

Essa lógica de funcionamento do sistema capitalista, no entanto, vai engendrando uma geografia internacional fracionada, fragmentada, desigual e

contraditória no que concerne ao nível de desenvolvimento, à produção de riquezas, à polarização entre os trabalhadores e à geração de postos de trabalho entre cada país. É por isso que

não causa surpresa constatar que a evolução histórica do capitalismo nos últimos dois séculos produziu uma recorrente assimetria na repartição do trabalho no mundo. Apesar de encontrar-se subordinada ao desenvolvimento das atividades produtivas, a capacidade de absorver uma maior ou menor quantidade de trabalhadores não depende exclusivamente do grau de expansão de cada país, mas do padrão de desenvolvimento nacional e de sua forma de inserção na economia mundial (POCHMANN, 2001, p.13-14).

Ora, enquanto uma reduzida parte das nações alcança distintos graus de desenvolvimento e se torna hegemônica no que tange ao controle do mercado internacional, um número bem expressivo de nações apresenta dificuldade em se desenvolver e, conseqüentemente, torna-se dependente, dominado e explorado pelos países economicamente desenvolvidos.

Essa relação assimétrica, além de se configurar em um quadro de múltiplas formas de dominação entre um país e outro, produz uma recorrente desigualdade na distribuição do trabalho pelo mundo. A polarização entre as geografias econômicas, no entanto, parece ser uma tendência natural quando o desenvolvimento econômico se orienta por uma economia de mercado. Isso, contudo, viabiliza a hegemonia de algumas poucas nações no contexto global e a dependência de outras em relação ao capitalismo internacional. É impossível, inclusive, imaginar justas proporções entre um país e outro quando se vive sobre a primazia de uma organização social tão contraditória como o sistema capitalista.

Assim, não provoca espanto constatar que entre as nações do centro e da periferia se justapõe todo um hiato de diferenças entre elas, particularmente no que tange à qualidade dos postos de trabalho e níveis salariais. Isto, portanto, vai culminar na constituição de uma realidade ainda mais plural e complexa no seio daquelas que não contemplam o centro da economia desenvolvida. Com efeito, as desigualdades e, por extensão, os conflitos que dessa formatação social decorrem, tendem cada vez mais a se reproduzirem e a se ampliarem, conforme a lógica do sistema.

Ora, qualquer que seja o patamar de desenvolvimento em que se encontram as diversas nações, deve-se compreendê-las não somente como parte integrante de um sistema mundial de relações econômicas, mas, sobretudo, entendê-las em suas especificidades e em sua realidade nacional. Nesse caso, torna-se conveniente lembrar que as fragilidades que cada uma delas apresenta decorrem de sua história, de suas contradições internas e de seu enquadramento no sistema capitalista mundial. Somente fixando cada país no contexto de sua realidade entendem-se as funções e as posições que vem ocupando no conjunto da sociedade sem fronteiras, principalmente no que tange à geração de postos de trabalho e às condições objetivas que a eles se atrelam.

Nesse sentido, Pochmann (2001) endossa que a repartição do trabalho no mundo e a capacidade que possuem as nações de absorver e liberar força de trabalho depende não somente do nível de expansão de cada país, mas também do modelo de desenvolvimento que priorizou e da maneira como está inserido na economia global. Ainda ressalta que a qualidade dos empregos existentes nos diversos países tende a se correlacionar não apenas com o desenvolvimento tecnológico e a organização do trabalho, como também com as condições impostas pela regulação do mercado de trabalho. Essa condição, por conseguinte, vai gerar

[...] a conformação de espaços regionais de divisão do trabalho. Por meio da ação das corporações transnacionais e dos blocos comerciais (UE, Nafta, Ásia, Mercosul) reforçam-se também sinais de regionalização na repartição do trabalho, contendo dinâmicas espaciais diferenciadas quanto ao uso e à remuneração da mão-de-obra (POCHMANN, 2001, p.31).

Ora, como a capacidade geradora de postos de trabalho e a qualidade deles em cada país estão associadas aos condicionantes históricos das distintas realidades, parece se tornar no mínimo compreensível o porquê da economia mundial se estruturar a partir da polarização entre as nações, isto é, enquanto algumas delas, diga-se um número ínfimo, colocam-se no contexto da economia global na condição de centro, uma parcela bem mais expressiva dos países se coloca na condição de semiperiferia ou periferia. Essa situação vai incidir também nas distintas disparidades salariais entre as diversas localidades da sociedade, visto que, “a simples atração de empresas

estimuladas pelos baixos custos impede que a diferença de renda que separa o centro capitalista da periferia e semiperiferia seja reduzida”, conforme alude Pochmann (2001, p.30).

Com isso, considerando a prevalência da divisão espacial do trabalho no seio da organização da sociedade capitalista, percebe-se que enquanto o centro da economia mundial figura um papel de comando dos excedentes das cadeias produtivas, bem como da produção e propagação das novas tecnologias, a periferia desenvolve atividades secundárias no conjunto do poder mundial.

Nesse sentido, como a divisão espacial do trabalho está diretamente relacionada à circulação internacional do capital e sendo os negócios financeiros decididos pelo centro do capitalismo mundial,

[...] a periferia seria uma conformação derivada de sua capacidade de pagamento de recursos externos absorvidos domesticamente. Sua condição geral de economia especializada, tradicionalmente voltada para atividades de exportação, refletiria o comando de quem tem o poder de definir a circulação do capital, que, em última instância, se encontra preocupado com a possibilidade de retorno dos recursos investidos e com o cumprimento dos contratos estabelecidos (POCHMANN, p. 2001, p.17).

Desse modo, tendo em vista o nível de conformação dos países periféricos no interior do sistema capitalista, não há dúvidas de que o curso do desenvolvimento das economias, de um modo geral, implicou processos de diferenciação entre as nações. Isso porque as relações que se estabeleceram entre centro, semiperiferia e periferia culminaram não somente numa reprodução desigual entre as nações, mas, sobretudo, numa constante disputa pela apropriação dos excedentes econômicos gerados pela própria divisão internacional do trabalho, que expressa distintas fases de evolução no contexto da sociedade, isto é,

[...] primeiramente como relação dicotômica entre bens manufaturados e produtos primários, para, posteriormente, expressar uma relação entre produtos industriais de maior e de menor valor agregado e alto e baixo coeficientes tecnológicos e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e bens manufaturados (POCHMANN, 2001,p.18).

Logo, os processos de evolução da divisão internacional do trabalho vão forjando um contínuo fosso entre as várias nações. É oportuno lembrar que o

comando do capital, desde os seus primórdios, esteve sob a influência direta, primeiramente, de um único país – a Inglaterra – que, durante o século XIX, exerceu controle isolado do comércio mundial, já que detinha o monopólio da industrialização e fazia dos países subdesenvolvidos os potenciais importadores de seus produtos manufaturados. No século posterior, destacam-se algumas outras nações, principalmente os Estados Unidos, que ao internalizarem a sua lógica de produção e consumo, atingiram um progresso industrial necessário a se elevarem também à condição de potências econômicas.

Na qualidade de potências econômicas, países como os Estados Unidos, Japão, França e Alemanha passaram a dividir – juntamente com a Inglaterra – o comércio internacional por um período que se prolongou até a eclosão da crise no sistema de acumulação nos anos de 1970¹⁹. Devido à crise, as pretéritas potências econômicas foram abaladas, o que possibilitou que uma nova divisão internacional do trabalho se interpusesse entre as nações, num contexto agora marcado pela proeminência da esfera financeira e pela retração da expansão produtiva.

O detalhe é que, mesmo nesse momento em que a nova divisão espacial do trabalho estava marcada pela proeminência da esfera financeira, as arcaicas potências, a partir de novas combinações – e de alianças estratégicas e, ainda que abaladas economicamente, inclusive pelo prolongamento da crise que adentra a primeira década do século XXI –, são capazes de interferirem no direcionamento dos investimentos estrangeiros da economia mundial e, com efeito, influenciar a nova divisão espacial do trabalho.

Atente-se ainda para o fato de que a canalização da maior parte dos recursos estrangeiros investidos após a crise econômica deflagrada nos anos de 1970, segundo dados apontados por Chesnais (1996), restringiu-se praticamente aos três “polos” da tríade, isto é, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, bem como à área da Organização e Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma realidade que igualmente se estendeu para os investimentos realizados no âmbito tecnológico. Isso,

¹⁹Trata-se da crise proveniente da “saturação” da dinâmica produtiva que o capitalismo vinha desenvolvendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Essa crise, cujo marco histórico é o ano de 1973, é considerada por alguns estudiosos como uma crise de superacumulação.

contudo, tem permitido a influência desses “polos” no direcionamento da mundialização do capital, mesmo que se seja cômico de que não haja nenhuma perspectiva de dominação estável por parte de algum deles no âmbito da economia mundial,.

Frente a essa realidade, Pochmann (2001) é contundente ao afirmar que dois condicionantes acabaram por favorecer essas nações capitalisticamente desenvolvidas. Primeiro, o processo de reestruturação empresarial, que possibilitou a fusão entre empresas e, portanto, revigorou-as, a partir da forte concentração do capital, assim como também a nova revolução tecnológica, que assumiu a condição permissiva de estabelecimento de vultosos negócios entre empresas do mundo todo por meio de redes de comunicação. Depois, a expansão dos Investimentos Diretos no Exterior (IDE), que admitiu a concentração maciça de aplicações nos países centrais, embora se reconheça que o fluxo de recursos estrangeiros em alguns poucos países em situação de desenvolvimento também tenha avançado, ainda que de forma débil quando se compara aos países que compõem a tríade ²⁰.

Com isso, assistiu-se ao ressurgimento de uma nova fase de concentração e centralização de capitais, o que, por sua vez, contribuiu para a formação de oligopólios mundiais que, de acordo com Chesnais (1996), passaram não somente a controlar alguns dos principais mercados produtivos, como o de produção de computadores e de automóveis, como também determinados segmentos de serviços, quais sejam: os de processamento de dados, o petroquímico e o de material de saúde.

Os oligopólios, que têm seu crescimento sustentado por meio dos investimentos estrangeiros realizados no exterior para aquisições e fusões de firmas em dificuldades financeiras, compõem-se de um reduzido número de grandes grupos que, ao mesmo tempo em que colaboram entre si, contraditoriamente estabelecem concorrência. Logo, eles constituem a forma de organização característica das relações que envolvem fortes grupos

²⁰ A título de informação, o fluxo de investimentos externos diretos nos “novos países industrializados”, durante as décadas que se estendem de 1960 a 1980, foi expressivamente inferior aos recursos aplicados nos três pólos da tríade. Há de convir que a concentração de recursos permaneceu nos países que sempre desfrutaram de um melhor desenvolvimento econômico, muito embora os fluxos de investimentos nos países em desenvolvimento tenham aumentado no curso da década de 1990. Isso em razão da recessão que acometeu os países da OCDE e da efêmera redução das aquisições/fusões. Maiores detalhes a respeito desse panorama, consultar CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**, 1996.

industriais que se combinam tanto por meio da cooperação quanto da competição. Essa forte característica dos oligopólios é definida por Chesnais como o “espaço de rivalidade”.

Tal espaço, hostil por natureza, foi construído tendo como referência a difusão mundial desses grupos oligopolistas, de seus investimentos cruzados intratriádicos²¹ e da concentração internacional, fruto das aquisições e fusões realizadas para esse propósito. Todavia, ele não se caracteriza tão somente pelo elevado grau de concentração, mas também pela interdependência e rivalidade que se estabelece entre si. Isso possibilita, contudo, que esse espaço seja demarcado não somente por

[...] um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre grupos. Estes reconhecem sua mútua dependência de mercado, de modo que as relações que constituem oligopólio são, em si mesmas e de forma inerente, um importante fator de barreira à entrada de outros, sobre o qual virão depois se desenvolver outros elementos. (CHESNAIS, 1996, p.93).

Como é possível vislumbrar, não somente a oposição se constitui em algo real no espaço em que os principais grupos econômicos se entrelaçam, mas também a cooperação entre eles. Ora, como os oligopólios são dependentes do mercado e desejam a todo custo garantir uma maior participação econômica nesta esfera, a possibilidade de inserção de novas empresas a esta estrutura, que delimita um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação, pode significar algum tipo de ameaça à condição que ocupa. Eis o motivo pelo qual eles unem forças para coibir qualquer agregação de novos concorrentes fora da área da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Assim, com largas vantagens competitivas em relação a pequenas e médias empresas não pertencentes às estruturas oligopolistas, esses grupos que operam em escala global vão se constituindo nos grandes atores privados da economia mundial. Sua natureza contraditória e operacional concentra produtividade e direciona investimentos estrangeiros a ponto de exercer relativo controle econômico sobre o mercado e, com estratégias variadas,

²¹ Entenda por investimentos cruzados aqueles aplicados predominantemente na área da OCDE, cujo processo tem sido dominado pelas fusões/aquisições sobre os investimentos fomentadores de novas capacidades.

seguir na contínua busca por valorização do capital e na reprodução da divisão espacial do trabalho.

Essa tendência que parece seguir *ad infinitum* é alimentada pelas estratégias que acabam por revigorarem os fortes e restritos grupos econômicos, assim como o próprio sistema do capital. Como ressalta Chesnais (1996), os maiores grupos de cada setor estabelecem acordos de cooperação concernentes à tecnologia por meio de densas redes de alianças que se estabelecem no interior dos próprios oligopólios, situação que acaba por revelar a estrutura fechada dos fortes grupos.

A tecnologia, nesse caso, devido às mudanças processadas a partir dos anos de 1970, constituiu-se numa dimensão central de atuação internacional, bem como em um distinto fator de competitividade entre as nações. Logo, os investimentos dispensados pelos grandes grupos para o âmbito tecnológico, assim como para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), oferecem o suporte necessário para a solidificação das grandes corporações e a marginalização dos países não desenvolvidos. Isso porque a maior parte desses, no interior da economia mundial, está excluída dos acordos de cooperação tecnológica acordados entre as grandes companhias representantes dos países desenvolvidos.

Com isso, dotados dos mecanismos que os tornam naturalmente mais competitivos e fortalecidos, em analogia às empresas de países periféricos, os fortes grupos industriais, geralmente pertencentes à área da OCDE, diversificam seus negócios e, aliados a um mix de outros operadores, como firmas de engenharia, bancos internacionais, organismos multilaterais, entre outros, fixam-se temporariamente em regiões passíveis de lucro, sendo capazes de superar

todos os impedimentos legais e extra-econômicos que lhes dificultam a liberdade de movimento[...] derrubam todas as barreiras legais ou tradicionais que o impedem de adquirir, a seu arbítrio, tal ou qual tipo de capacidade de trabalho, ou apropriar-se, à vontade, deste ou daquele gênero de trabalho (MARX, 1978, p.44).

Dessa forma, os fortes grupos econômicos exploram lugares carentes de tradição industrial desenvolvida, aplicam suas competências tecnológicas e, por conseguinte, potencializam a matemática de redução de custos, da

desigualdade e da exploração. Apoiados em novas formas de acumulação do capital e gerenciamento de produção – emergência do paradigma flexível –, os grupos transnacionais se utilizam de complexas modalidades de terceirização, estratégia que, por sua vez, permitem não somente a concentração do capital num contexto de descentralização da produção, mas também possibilitam a reprodução das diferenças nos níveis de empregos e da remuneração salarial.

Veja-se, nesse caso, como o capital, utilizando-se da estratégia da descentralização, que emerge com os primórdios da divisão social do trabalho e se acentua com o fenômeno da Reestruturação Produtiva, recorre ao recurso da terceirização, que, por sua vez, possibilita o deslocamento de suas contradições para as relações que envolvem os trabalhadores tanto nos espaços físicos do trabalho, quanto no mercado de trabalho em nível mundial. Com isso, as contradições vão se traduzir em todo um cenário de conflitos e disputas entre os vendedores da força de trabalho. Adianta-se com essa reflexão no capítulo que segue.

3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DAS PLURAIS FORMAS DE TRABALHO À DIVISÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES

Como se verificou no capítulo anterior, a natureza do modo de produção capitalista, expressa na subsunção real do trabalho ao capital e no seu caráter tipicamente contraditório, evidencia que sua estrutura concorre tanto para o aprofundamento da divisão social do trabalho como para a intensificação das contradições que se associam à sua prática, promovendo um desenvolvimento desigual e combinado. Isso equivale ratificar que o mundo do trabalho assalariado não é homogêneo e tampouco unificador.

Subsumido ao capital e constituído como fonte de riqueza material, o trabalho desponta na indústria moderna atrelado a uma base técnica revolucionária que se renova no tempo e no espaço, imprimindo alterações na forma e nos processos de trabalho. As modificações nos meios de produção acompanham o desenvolvimento histórico da sociedade de cariz capitalista que, ofensivamente e à sua maneira, enquadra e modela instituições e trabalhadores para fins de acumulação do capital. Basta um surto de desequilíbrio no tocante aos ganhos de rentabilidade para que um conjunto de medidas e novos experimentos sejam colocados em movimento no sentido de fazer fluir o crescimento de ganhos necessários à sua manutenção.

Os desequilíbrios, que em sua melhor expressão significam crises, inerentes ao próprio sistema, retornam em cada momento de depressão econômica. As três últimas décadas do século XX, assim como o final da primeira década do século XXI, retrataram mais uma vez esse momento delicado. Isto porque foram marcadas por mais uma crise do capital, que confluuiu para impulsionar um complexo de transformações no intuito de promover acomodações de Estados nacionais, de empresas de setores produtivos e de serviços, bem como de trabalhadores, à nova ordem mundial.

Despertada nos anos de 1970 nos países *capitalisticamente* desenvolvidos, a crise se alastrou nos anos posteriores, quando um ímpeto de transformações atingiu os países dos quatro quadrantes do mundo. Um conjunto

de medidas foi deliberado no sentido de garantir a manutenção do sistema e reequilibrar índices de riquezas de países que já apresentavam debilidades em razão de, entre outros fatores, retração nos lucros, elevado nível de concorrência e o advento da terceira revolução tecnológica. Tudo isso corroborava para comprometer a base de valorização do capital tanto nos países de capitalismo central quanto nos periféricos.

No refluxo desse cenário, o capital passou a atacar por meio da reestruturação produtiva, que chegou ressoando como demiurgo para conter a situação de crise que assolou as economias do planeta e suas instituições mantenedoras da lógica capitalista. Sustentada por uma base produtiva de cariz flexível, tendo o toyotismo no Japão como uma das experiências mais completas de inovações produtivas flexíveis, a reestruturação se desenvolveu impulsionada pela mundialização do capital. Ela se alastrou nas corporações projetando os experimentos de natureza flexível, que tão logo tomaram conta do mercado de trabalho em sua totalidade.

Com o advento da reestruturação produtiva, uma série de transformações mescladas com práticas que inscreveram o período de fortalecimento da indústria de base taylorista-fordista foi associada ao trabalho produtivo. Uma nova lógica de pensar a produção de mercadorias, coadunada a novos princípios de organização da produção, bem como a pretéritas formas de utilização da força de trabalho, transcendeu a geografia do Japão e se espalhou em diversos países e setores econômicos.

Nessa perspectiva, retomar-se-á, neste capítulo, parte da discussão sobre a crise estrutural do capital e as modificações que dela decorrem, no sentido de mostrar que a reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que centraliza riqueza, descentraliza produção e fomenta o revigoramento de uma pluralidade de formas de exploração do trabalho. A terceirização, nesse caso, passa a ser utilizada como um vantajoso instrumento dessa política de flexibilização.

3.1 DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL À EMERGÊNCIA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Nas últimas três décadas do século passado se observou, nas economias centrais, uma série de transformações no processo de produção capitalista, com rebatimentos importantes nos países periféricos, em particular nos da América Latina. Tais mudanças, que tomaram a forma de uma profunda reestruturação industrial, apresentaram-se como respostas à crise estrutural do capital que se expressa no modelo fordista de desenvolvimento adotado pelos países capitalistas centrais, tendo como objetivo último restabelecer o dinamismo e a estabilidade econômica e social vivenciada por esses países no segundo pós-guerra.

Em que pese o sucesso desse modelo de acumulação, que foi dominante ao longo do século XX durante a sua fase áurea, principalmente nos anos 1950 e 1960, o fordismo²² progressivamente passa a mostrar seus limites, até mesmo do simples ponto de vista organizacional, sem falar dos seus limites sociais.

O fordismo se apropria do que se convencionou chamar de “revolução taylorista” ou taylorismo. Essa forma de organização científica do trabalho idealizada por Frederick Taylor, disseminada nos EUA e, parcialmente na Europa, nos anos vinte do século passado, surge a partir do segundo grande ciclo da expansão industrial capitalista, oriunda das grandes transformações engendradas pela Segunda Revolução Industrial²³. Esta exigiu a introdução de novos instrumentos de trabalho, bem como a redefinição do processo de trabalho para atender às exigências da produção, impulsionando a constituição de um novo padrão industrial e tecnológico.

Essa revolução tratava “[...] de no processo de trabalho, tirar das coletividades operárias seu *Know-how*, que foi depois sistematizado pelos

²² Segundo Lipietz (1988, p.50), “após a Segunda Guerra Mundial, o regime de acumulação intensiva, centrado no consumo de massa, pôde generalizar-se justamente porque um novo modo de regulação, *monopolista*, havia incorporado *a priori* na determinação dos salários e dos lucros nominais, um crescimento do consumo popular em proporção aos ganhos de produtividade”.

²³ A Segunda Revolução Industrial foi marcada pela descoberta da eletricidade, do motor à explosão, da química orgânica, dos materiais sintéticos, da manufatura de precisão, etc.

engenheiros e técnicos através dos métodos da “organização científica do trabalho” (LIPIETZ, 1988, p. 50-51), ou seja, uma das características principais do taylorismo foi a sua capacidade de expropriar os conhecimentos técnicos acumulados pelo trabalhador.

O método fundado por Taylor tinha dois objetivos principais: primeiro, generalizar mais rapidamente o método de trabalho aparentemente mais eficaz, elevando assim a produtividade do trabalho; segundo, através do conhecimento preciso do tempo de cada operação, controlar com maior rigor o ritmo de trabalho dos operários²⁴. Entretanto, faltava a incorporação daquele conhecimento sistematizado ao sistema automático de máquinas, que ditava o modo operacional aos operários expropriados de sua iniciativa, e isso foi possível graças ao fordismo. Logo, a linha de montagem vai ditar a operação requerida e o tempo necessário para a sua efetivação.

As principais características do *regime de acumulação* adotadas pelo modelo fordista eram a sua grande produtividade e seu alto coeficiente de capital fixo *per capita* (acumulação intensiva), bem como um crescente consumo de massas.

Em relação ao primeiro aspecto, é importante observar que os investimentos em capital fixo só se sustentavam à medida que o fordismo obtinha altos ganhos de produtividade²⁵. À medida que esses ganhos foram decrescendo, o modelo começou a ruir. Quanto ao aspecto do consumo de massa, pode-se considerar como sendo, um dos pilares mais importantes do regime fordista, uma vez que garantia a legitimidade do sistema.

Isso remete à questão do *modo de regulação* que caracterizava o fordismo, em que se destaca o papel do Estado. Assim, o que prevaleceu foi a

²⁴ Estudando o comportamento dos trabalhadores, Taylor percebeu que era possível fixar tempo para alcançar produtividade. Braverman (1987) descreve uma situação em que Taylor ensina a um trabalhador holandês a carregar 47 toneladas de ferro gusa em detrimento de 12,5 toneladas por dia. Detalhe: o trabalhador cede às orientações do seu mentor colocando à disposição sua capacidade de se adaptar aos novos princípios de gestão do trabalho.

²⁵ É oportuno salientar que durante aproximadamente 25 anos, ou seja, entre o pós-guerra e o início da crise do capital, os países da OCDE alcançaram considerável aumento de produtividade e de capital fixo *per capita*. De acordo com Lipietz (1988), embora cada país tenha experimentado ritmos de crescimento diferenciados, é correto afirmar que eles conseguiram um crescimento excepcionalmente alto, longo e regular.

regulação monopolista dos salários, ou seja, através de acordos coletivos constringentes para o conjunto dos empregadores de um ramo e de uma região de produção, um salário mínimo foi fixado pelo Estado, cujo poder aquisitivo cresceu no decorrer do tempo, bem como um sistema de previdência social, financiado por contribuições obrigatórias, passou a garantir para todos os assalariados uma renda permanente (LIPIETZ, 1988). Com isso, foi possível que o crescimento geral da produtividade se refletisse na elevação do poder aquisitivo dos assalariados.

Não tardaria para que o regime da acumulação intensiva apresentasse debilidades. A partir dos anos de 1960, os ganhos de produtividade, em não compensando o aumento da composição técnica do capital, implicaram rebaixamento da taxa média de lucros. Tal crise assume “então a forma de uma estagnação (e não de uma queda radical da produção) convivendo com uma inflação (e não com uma queda de preços) (LIPIETZ, 1988, p.58).

Desta forma, o aumento da produtividade operado através do desenvolvimento de máquinas e equipamentos cada vez mais sofisticados, que levaram a um aumento substancial da taxa de capital fixo per capita, gerou uma crise de rentabilidade desse modelo.

Como se pode observar, as raízes dessa crise podem ser encontradas nos próprios princípios tayloristas nos quais o modelo se baseou. A rigor, ao expropriar a iniciativa dos trabalhadores e ao repassar a tarefa de aumentar a produtividade para os setores de Organização e Métodos, sob responsabilidade dos engenheiros e técnicos, o aumento desta produtividade só foi possível através do desenvolvimento de máquinas mais complexas, operadas por trabalhadores cada vez menos qualificados. Tal situação gerou o aumento da taxa de capital fixo per capita, que a partir de determinado momento já não foi compensado pelo aumento da produtividade, levando à crise de rentabilidade.

Diante dessa crise, a resposta do capital foi, num primeiro momento, a internacionalização da produção. Esse movimento visou à “busca de ganhos de produtividade através da ampliação da escala de

produção, e a procura por regiões oferecendo salários mais baixos” (LIPIETZ, 1988, p. 88).

Esse “extravazamento” dos sistemas produtivos por fora das fronteiras nacionais só foi possível, do ponto de vista do processo de trabalho, porque o fordismo permitia uma segmentação, uma repartição em três níveis: 1) a concepção, a organização dos métodos e a engenharia tornadas autônomas; 2) a fabricação qualificada, exigindo uma força de trabalho adequada; e 3) a execução e a montagem desqualificadas, não exigindo, em princípio, nenhuma qualificação (LIPIETZ, 1988, p. 89).

Dessa forma, à antiga divisão horizontal do trabalho entre setores (primário e secundário) se sobrepôs uma segunda divisão, vertical, entre níveis de qualificação dentro de um mesmo ramo industrial.

A adoção dessa estratégia pôde seguir duas lógicas diferentes, dependendo da forma como se articulou com o regime de acumulação central: a “taylorização primitiva” e o “fordismo periférico”²⁶.

O primeiro, o taylorismo primitivo, é compreendido como

[...] um deslocamento de determinados segmentos de circuitos de ramos/setores, para Estados que gozam de uma alta taxa de exploração (salário, duração e intensidade do trabalho), cujos produtos são reexportados principalmente para o centro (LIPIETZ, 1988, p. 92).

As regiões mais representativas dessa estratégia eram as zonas francas da Coreia e Taiwan, assim como os “Estados-feitorias” da Ásia (Singapura, Hong-Kong), onde a participação das mulheres no total dos empregos chegava a 80%, e cuja lógica objetivava extorquir a mais-valia máxima de uma força de trabalho que ninguém estava preocupado em reproduzir regularmente, em função da reserva inesgotável dessa força de trabalho.

²⁶ Lipietz chama a atenção para o fato de que o “conceito de fordismo periférico não ‘cola’ perfeitamente a nenhuma realidade empírica”, pois, continua o autor, “nenhum país, salvo talvez a Coreia, na segunda metade dos anos setenta, pode ser designado como um “fordismo periférico”. Indica ainda que nem “a França, nem a Itália, nem o Japão foram realmente fordismos, mas o conceito de fordismo permite salientar uma parte do que foi a história econômica desses países nos anos de 1950-1970” (1988, p. 15).

Quanto ao fordismo periférico²⁷, o seu surgimento está condicionado à existência de um mercado capaz de absorver pelo menos parte da produção, pressupondo o consumo das classes médias modernas locais e o acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens de consumo popular duráveis. Nesta categoria podem ser incluídos os “Novos Países Industrializados” (NPI’s), como a Coréia, México, Brasil, Espanha etc.

No entanto, a internacionalização da produção não se constituiu em saída para a crise de rentabilidade do fordismo. Isso porque se, por um lado, esse processo de internacionalização, que objetivava resolver os problemas da rentabilidade por meio da redução do custo da força de trabalho e da ampliação da escala de produção, num primeiro momento se mostrou satisfatório, por outro, essa solução fez com que o problema surgisse pela demanda e pelo colapso do consumo.

Vale mencionar que esse processo de internacionalização da produção, principalmente por meio da adoção do “taylorismo primitivo” na periferia do capitalismo, ao provocar a diminuição do número de postos de trabalho e a estagnação dos salários nos países desenvolvidos, levou à crise de consumo das economias centrais, que não foi compensada pelo aumento do consumo ocorrido na periferia. Isso, por sua vez, explica o processo de reestruturação industrial ocorrido naqueles países.

Nesse sentido, a estagnação dos rendimentos agravada ainda por situações conjunturais, como a crise do petróleo, considerada uma das causas da recessão econômica que levou ao esgotamento do padrão de consumo fordista, dá a devida compreensão das mudanças e transformações na configuração do processo de trabalho promovidas no âmbito das economias centrais, de modo que, ao novo modelo

²⁷ É preciso assinalar que o fato do modelo fordista se desenvolver em certos países periféricos não implica dizer que outros regimes de acumulação vigentes desapareçam. É perfeitamente possível a convivência de um modelo fordista periférico com outro regime de acumulação que se apóie no latifúndio.

econômico requerido pelo grande capital, correspondeu outro paradigma produtivo, tecnológico e organizacional.

Desse modo, as implicações decorrentes do processo acima descrito sobre a acumulação manifestaram-se de duas formas: a primeira, por meio da inflação do salário direto, que refletiu negativamente sobre a taxa de mais-valia e, a segunda, pelo endividamento do Estado que, por apresentar um caráter cumulativo, repercutiu de forma negativa no aprofundamento da crise, pois são nas fases depressivas que mais crescem as demandas pelos serviços públicos.

Com o esgotamento dos ganhos de produtividade provocado pela crise do padrão de acumulação, rompe-se o pacto entre os “parceiros” sociais envolvidos, levando as classes dominantes desses países e os partidos social-democratas no poder a optarem, cada vez mais, por uma regulação da economia e da própria sociedade pelas leis do mercado, em detrimento da ação social preventiva e reguladora do Estado.

A rigor, o significado histórico das transformações ocorridas nesse tipo de ordenamento sócio-político sinaliza para prerrogativas de caráter antidemocrático, postas pelo recente desenvolvimento da ordem capitalista, à medida que indicam o revigoramento, décadas depois, do arcaico liberalismo, agora travestido com nova roupagem. Isto significa que a metamorfose sofrida pelo capitalismo restaurou “o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (PAULO NETTO, 1993, p. 77).

Porém, não é somente a crise do Estado de bem - estar social, que tem início na passagem da década de sessenta à de setenta do século XX, o elemento explicativo da crise global contemporânea e da ofensiva neoliberal em curso, mas também a falência dos padrões societários configurados pelos países do chamado socialismo real.

A falência dos Estados socialistas ofereceu ao arsenal do neoliberalismo a comprovação da insustentabilidade de uma economia planejada, enquanto que a crise do *Welfare State* ofereceu o argumento para colocar em dúvida a

eficiência estatal na indução do crescimento econômico e na promoção do bem estar social (PAULO NETTO, 1993).

A teoria neoliberal, neste caso, erigiu o mercado como a única instância apta para coordenar racionalmente quaisquer dilemas sociais, sejam eles de natureza econômica ou política. Tal teoria, ao tomar o mercado como a realidade empírica central, passou a considerar

[...] que qualquer mecanismo de coordenação consciente da atividade econômica – quer se expresse por meio de uma direção centralmente planejada como foi o caso do socialismo real, quer através de uma regulação socialmente dirigida do mercado através do chamado Estado de bem-estar social – é incapaz de promover, com eficiência, a produção e distribuição da riqueza (TEIXEIRA, 1998, p. 231).

Logo, há de convir que à medida que a crise se mostrou como de caráter estrutural, atingindo diretamente a relação entre capital e trabalho, ela também se refletiu sobre o aparelho estatal, fundamentalmente não somente no que tange ao financiamento do processo de acumulação como ainda na efetivação de políticas necessárias à reprodução da força de trabalho, exigindo uma profunda mudança tanto no nível da organização do processo produtivo quanto na forma de intervenção do Estado.

O novo padrão daí emergente requereu um completo reordenamento das funções estatais, de modo que, com a adoção das políticas de cunho neoliberal, o Estado agora redefinido assumiu a função de criador das condições sistêmicas de valorização para os setores de ponta, objetivando melhores condições de competir no mercado internacional, o que, por sua vez, significou garantir infra-estrutura básica, força de trabalho qualificada, recursos científicos e tecnológicos, subvenções, condições de mercado etc., para os grandes grupos financeiros e industriais transnacionais agora detentores de um poder maior sobre a definição das políticas e ações estatais (MOURA, 1996).

Com a crise do padrão fordista do capital, a reestruturação da produção se impôs enquanto um imperativo necessário ao combate à rigidez que

caracterizava esse modelo de desenvolvimento²⁸. Tais inovações foram vistas como possibilitadoras de incrementar a flexibilização do sistema produtivo, além de mostrarem-se indispensáveis à recuperação da capacidade de crescimento da economia.

De fato, é no quadro de enfrentamento da crise do padrão de acumulação anterior que a revolução tecnológica e informacional aparece como uma resposta global do sistema à crise do modelo de acumulação, engendrando, entre outros elementos, um novo e intenso ciclo de globalização econômica. Essa “revolução” ampliou consideravelmente o poder dos oligopólios, provocado pelas fusões entre grandes grupos econômicos.

Tal processo que ocorre no plano da organização industrial – marcado por um caráter global – deve ser entendido inserido num “dado estágio de desenvolvimento do capitalismo, que se caracteriza por um aprofundamento da concentração do capital e de uma nova forma de organização das empresas, pela financeirização e pela fragmentação” (MARQUES, 1996, p. 136).

Daí as interpretações dadas ao papel desempenhado pelas inovações tecnológicas e às políticas de desregulamentação na nova conjuntura serem, num primeiro momento, a de facilitar a mundialização²⁹, e, num segundo momento, a de conformar as novas normas de produção. Assim, o eixo condutor do processo de acumulação aparece projetado na propriedade inerente dos meios de conhecimento, objetivado na utilização da automação e da informática.

Nesse momento, o modelo japonês, o toyotismo, por ser portador de um modo de extração de ganhos de produtividade, demonstra uma maior tendência à universalização. Esse modelo, ao se apresentar mais flexível e modulável³⁰, assenta-se em novos métodos de organização do trabalho distintos dos padrões fordistas. Na verdade, a flexibilização se constitui no fator

²⁸ Para a tendência tecnicista, “(...) a crise do regime de acumulação intensiva, instalada desde 1945, resulta do fato de que as instituições do fordismo, em vez de impulsionar a regulação que lhes são próprias, transformaram-se num obstáculo ao processo” (FARIAS, 1996, p. 43).

²⁹ Para Marques (1996, p. 136), a mundialização, diferentemente do entendimento dos organismos internacionais, como o BIRD e o FMI, que a apresentam como “a fase atual da economia mundial em que o mundo se apresenta sem fronteiras e as grandes empresas sem nacionalidade”, corresponderia a um fenômeno que ocorre, sobretudo, na reorganização do capital industrial. Desse modo, a economia mundial passaria a ter uma dependência ainda maior das empresas transnacionais.

³⁰ Teixeira (1996) observa que tais características só eram possíveis graças à linearização do processo produtivo, assentada na multifuncionalidade dos trabalhadores.

imprescindível do modo de produção toyotista, conforme Coriat (1994). Esse elemento é o responsável pelo incremento das relações intrafirmas e interfirmas no processo produtivo.

Harvey (1989), em uma análise da transição, intitulou essa fase do capital de “acumulação flexível³¹”. O autor, nesse sentido, endossa que a flexibilização vai se manifestar nos processos e no mercado de trabalho desse momento histórico, isto é, na totalidade dos aspectos que envolvem o mundo do trabalho e suas relações.

Em confronto com a rigidez da organização do trabalho, o regime flexível se combina com o aparecimento de novidades nos setores produtivos, no abastecimento de serviços financeiros e no mercado de trabalho. Além disso, conta com intensas inovações comercial, tecnológica e organizacional. Todos esses incrementos ao modo de acumulação imprimiram mudanças desiguais tanto no interior das organizações, como na geografia mundial, visto que regiões carentes de desenvolvimento industrial passaram a ser alvo da expansão e exploração do modo de produção capitalista (HARVEY, 1989).

Esse processo ainda é o que se vivencia, e como já destacado anteriormente, acentuou-se desde o princípio da década de 1970, quando uma crise de sobreacumulação, acompanhada do surto de financeirização, se estabeleceu nas economias capitalistas. Todavia, na contramão da crise, o capital passou a se utilizar de estratégias aprimoradas que, em alguns aspectos, remonta a práticas torpes e cruéis, semelhantes às que contam a história do processo de acumulação primitiva do capital, analisado por Marx em sua obra clássica.

Esse fato é retratado por Harvey (2004) ao observar a permanência de características da acumulação primitiva na geografia histórica do capitalismo contemporâneo. O autor se vale de algumas situações correntes no mundo, a

³¹ É oportuno salientar que Harvey (1989) alerta para o caráter provisório de tal expressão. Para ele, não está muito claro se os novos sistemas de produção e o conjunto das mudanças nos processos de trabalho podem endossar o registro de um novo modo de regulamentação, em razão do risco de se confundir mudanças efêmeras com transformações mais profundas na vida político-econômica. Por outro lado, o cenário que se coloca na atualidade é suficiente para que o autor sustente a hipótese da passagem do fordismo para o regime de acumulação “flexível”. Na falta de uma melhor atribuição ou entendimento do momento histórico, reproduz-se a expressão cunhada por Harvey, advertindo para as considerações do próprio autor. Trata-se, portanto, de um processo de transição.

exemplo da expulsão de camponeses, nas três últimas décadas, ocorridas no México e na Índia; a privatização de bens compartilhados, como a água; a privatização de indústrias nacionais, entre outros, para mostrar que o processo de acumulação no contexto atual continua acontecendo pela via da espoliação.

Para o autor, alguns mecanismos da acumulação, no domínio do capital financeiro, foram aprimorados para operar com mais força do que no passado. Esses mecanismos se traduzem através das

valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (HARVEY, 2004, p.123).

Na atual conjuntura, assiste-se ao aprimoramento de práticas arcaicas de enriquecimento, como também se conta com a criação de mecanismos originais que acabam por se somar ao processo da “acumulação via espoliação”. Segundo Harvey, esses novos mecanismos que recaem, entre outros, na ênfase aos direitos de propriedade intelectual, na biopirataria; “na pilhagem de estoque mundial de recursos genéticos”; na destruição de recursos ambientais globais e na mercadificação da natureza em todas as suas formas são indicadores de uma nova onda de “expropriação de terras comuns”. Isso, conseqüentemente, aproxima-se ou encontra alguma similaridade com o fraudulento cercamento das terras comunais e a expropriação dos camponeses, na Inglaterra.

Harvey (2004) ainda ressalta a capacidade do conjunto desses mecanismos liberarem uma totalidade de ativos, inclusive a força de trabalho, a custo muito baixo e algumas vezes até a custo zero, possibilitando que o capital sobreacumulado deles se aproprie para tirar vantagens, isto é, aumentar sua margem de lucro. Ora, são esses ativos liberados e submetidos à lógica do capital que são reapropriados para fins de acumulação.

É interessante ressaltar que, em situações de demandas efetivas estagnadas, o capital não somente se utiliza do declínio do valor da força de

trabalho, mas ainda da redução do valor da variedade de insumos como terra, matérias-primas e insumos intermediários criados por ele e liberados como ativos. Esses insumos, mesmo a custo reduzido, são tão valorizados quanto o acesso a mercados em ampliação para fins de ganhos e expansão do capital.

É essa criação de ativos e o rebaixamento dos seus custos que têm nutrido o regime de “acumulação flexível”, confluindo para que o capital invista em empreendimentos lucrativos a partir da desvalorização do valor da força de trabalho, dos insumos, terras e assim por diante.

Esse processo de “acumulação flexível” concebido como “transição” possui

condicionantes macroeconômicos e sociais derivados de uma nova fase de mundialização do sistema capitalista, hegemônico pela esfera financeira, cuja fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam não só a economia, mas a sociedade em seu conjunto, e, desta forma, generaliza a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007, p. 29).

No âmbito do trabalho, a flexibilização vai se aplicar a sua totalidade de processos, quais sejam: jornadas móveis de trabalho (como o banco de horas), remuneração por meio dos salários flexíveis (envolve parte fixa e variável através de um conjunto de artifícios que funcionam como meio de complemento de renda, como prêmios por metas alcançadas, produtividade etc.), redução da jornada de trabalho (muito comum em situação de crise, representando o encolhimento proporcional de salários como forma de garantir o emprego e evitar a demissão), utilização de técnicas de gestão de cariz toyotista e alterações nos vínculos e regimes de trabalho. Ela também se articula com a totalidade do mercado de trabalho, dos sindicatos e das leis trabalhistas, demarcando o recente processo de reestruturação pelos quais passaram as organizações produtivas e de serviços.

Segnini (1998), remetendo a Oliver e Wilkinson, ressalta que há distintas experiências no processo de flexibilização, empregadas a diferentes situações produtivas. Estas podem ser agrupadas nas seguintes tipologias: temporal, numérica e funcional. A flexibilidade temporal consiste no melhor

aproveitamento do tempo de trabalho, possibilitando ajustes tempestivos entre a quantidade de trabalho requerido e as variações da demanda. Esse tipo é utilizado em demasia no setor industrial, que intensifica o trabalho através das técnicas japonesas como o *Just in time* e o *kanban*.

A flexibilidade numérica, por sua vez, se relaciona com a possibilidade da empresa adequar as oscilações da demanda com a quantidade de trabalhadores inseridos no processo. Essa forma de flexibilização, que possibilita a admissão e demissão dos trabalhadores, contempla, sobretudo, a terceirização e subcontratação de empresas terceiras. Essa é uma prática que tem sido comumente utilizada nos setores de serviços da economia, entre os quais se destaca o setor bancário.

Já a flexibilidade funcional consiste na possibilidade de um mesmo trabalhador realizar, com competência³², funções diversas com conteúdos diferentes, todas as vezes que a demanda por produtos ou serviços assim o solicitar. A polivalência, nesse caso, é um requisito indispensável ao trabalhador, principalmente àqueles que ocupam funções-chave no interior de uma empresa, pelo alto custo que representam.

No que concerne aos trabalhadores, a flexibilização vai colocá-los em situação de vulnerabilidade social. E mais, cobra-lhes um comportamento ajustável às flutuações do mercado e às alterações nos processos de trabalho. Conforme relatório técnico da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1986), a flexibilização do trabalhador implica a capacidade dos indivíduos, na vida econômica, e em particular no mercado de trabalho, de renunciar a seus hábitos e de se adaptar a novas

³²Embora não seja propósito deste estudo adentrar na discussão das competências, ainda assim convém esclarecer que seu entendimento diz respeito a um conjunto de habilidades, conhecimentos, criatividade e responsabilidade necessária ao desempenho do trabalho. O trabalhador deve possuir a capacidade de agir, intervir e decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis. Isto porque, em tempos de *acumulação flexível*, a qualificação recai em um sistema de capacitação e treinamento por meio da multiquificação ou polivalência do trabalhador. MANFREDI, Sílvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. In: **Educação e Sociedade**. Campinas; CEDES, n. 64, 1998).

circunstâncias. Nesse sentido, percebe-se que nenhuma estrutura e nenhum trabalhador escapa da flexibilização.

Nesse sentido, a “acumulação flexível” ou o “pós-fordismo” e, em especial, o toyotismo – denominações que sintetizam as transformações no mundo do trabalho – buscou uma nova forma de regulação, assentada fundamentalmente na flexibilização do processo produtivo, na intensificação do trabalho, no modelo cooperativo de organização dos sindicatos etc., para tentar superar a crise de acumulação do padrão anterior.

Com a introdução dessas inovações, ao mesmo tempo em que se elevaram os ganhos de produtividade dos capitalistas, operou-se em sentido contrário a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, de modo que o impacto ocasionado por tais experiências da acumulação flexível – em especial, a japonesa – à classe trabalhadora, teve em comum a flexibilização dos direitos trabalhistas, de modo a dispor da força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor.

Assim, para a efetiva flexibilização do processo produtivo, tornou-se necessária a flexibilização do trabalho, uma vez que o “toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependendo das condições de mercado” (ANTUNES, 1995, p. 28).

Com o surgimento do novo padrão de desenvolvimento ampliou-se a diferenciação entre os trabalhadores, levando a uma situação em que os “beneficiados” pelo processo de reestruturação dispõem de um alto nível de formação escolar e técnica, garantias no emprego, com uma relativa estabilidade, pequena diferenciação salarial e pouca rigidez na definição dos postos de trabalho, trabalho em equipe, contratações coletivas (Suécia e Itália), discussão e negociação sindical quanto a processo de trabalho e inovação, enquanto que os “precarizados” do processo, por se situarem à margem dessas garantias, tiveram o seu trabalho desqualificado, regidos por relações muitas vezes precárias e não padronizadas (MATTOSO, s/d, p. 524).

Nesse contexto, a reestruturação produtiva – muito mais evidente nos países centrais – aponta para uma descomunal reconcentração do capital que, por conseguinte, deve ampliar o poder financeiro, comercial e produtivo dos

grandes grupos internacionais. Contudo, vale salientar que, se nos países centrais a implantação de tais modelos mostrou nitidamente o seu caráter excludente com o aprofundamento das desigualdades sociais, para os países periféricos a transposição mecânica dessas experiências tem se apresentado como um verdadeiro desastre, à medida que a nova fase do capitalismo, em sua ação globalizante,

[...] está causando um verdadeiro flagelo, sucateando precocemente capacidade produtiva e infra-estrutura [...]. Por outro lado, o debilitamento do Estado, que já era acentuado com a “crise da dívida”, aumentou ainda mais, com as políticas de ajustes neoliberais, desregulamentações, privatizações, exaustão da capacidade de planejamento e incapacitação da política econômica. A esses Estados nacionais pouco têm restado fazer para escapar de uma “reação passiva”. Isso tudo está agravando sobremodo a atual crise social (CANO, 1996, p. 134).

Nesse sentido, a forma “globalizante” que assume o processo de acumulação promoveu uma transfiguração da sociedade em todos os seus aspectos, assim como reconfigurou o mercado de trabalho em sua totalidade. Os reflexos de todas essas mudanças permitem que se visualize um mercado de trabalho, como salientam Harvey (1996) e Antunes (1999), mais flexibilizado, complexificado e heterogêneo.

Veja-se, nesse caso, a particularidade da realidade brasileira no que diz respeito ao processo de reestruturação produtiva.

3.1.1 O caso brasileiro: antecedentes históricos

No que concerne à aplicação da automação e da informatização na indústria brasileira, esse processo se apresentou de forma mais intensa a partir do início da década de 1990, ainda que a partir dos anos de 1970 tenha ocorrido na economia nacional uma série de políticas de ajuste e modernização tecnológica que presidiram tal metamorfose ³³.

Aliás, dada à singularidade do desenvolvimento de um capitalismo tardio no Brasil, localizam-se alguns surtos de reestruturação anteriores à implementação dos princípios organizacionais do toyotismo serem aplicados com

³³ Essas mudanças foram advindas da crise do modelo baseado na substituição de importações que caracterizou o desenvolvimento industrial nesse período (LEITE, s.d.).

mais força à realidade nacional. Naquele momento de desenvolvimentismo, por exemplo, que marca os anos de 1950, o setor automotivo sofria o impacto das primeiras experiências reestruturantes de base taylorista-fordista.

Uma nova onda de reestruturação se processaria nas décadas de 1980 e 1990, quando o país se ressentia da crise econômica que já assolava os países centrais desde 1970 e, provocado pelo capital, abria sua fronteira, se entranhando gradativamente ao mercado mundial. Não que significasse que o Brasil se traduzisse em uma “ilha de prosperidade”, mas é certo que o modelo desenvolvimentista, marcado pelo populismo dos anos de 1950 e pela versão tecnocrata dos anos de 1970, havia sido relativamente exitoso devido ao período – 1968-1973 – de certo “milagre brasileiro”.

Nessa época, a reestruturação vinculada a um novo padrão produtivo de inspiração japonesa despontava no setor industrial, que passava a incorporar debilmente técnicas de gestão, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), o *kanban* e o *Just in time*. Essas técnicas se difundiriam no setor produtivo nos anos 80 do século passado sem provocar maiores alterações na organização do trabalho.

Estudiosos como Alves (2000) e Leite (2003) vão ressaltar que, nesse período de reestruturação de perfil toyotista, as experiências técnicas dos setores produtivos, especialmente no setor automotivo do país, foram aplicadas de maneira restrita e, em certa medida, também contaram com resistências por parte do patronato no que concerne à adoção de novas práticas de gestão.

Desta forma, somente a partir dos anos de 1990, quando se caminhavam para um “toyotismo sistêmico”, é que as empresas se concentrariam numa política mais efetiva de modernização dos equipamentos, estratégias organizacionais e adoção de novas formas de gestão de base flexível. O investimento na automação microeletrônica, a descentralização das empresas – acompanhada da focalização da cadeia produtiva – e a exigência de flexibilidade, vão marcar o processo de reestruturação na segunda metade da década de 1990, principalmente nos setores mais competitivos.

De todo modo, é importante ressaltar que tal processo tem início induzido por dois fenômenos distintos, mas que devem ser analisados de maneira integrada. São eles, respectivamente, os novos padrões de competitividade internacional exigidos pelo capital e um conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas internamente no país.

Isso significa dizer que, verdadeiramente, não foi só a crise econômica o aspecto relevante da mudança de perfil tecnológico e de gestão da força de trabalho do parque industrial brasileiro, mas igualmente a existência de duas outras motivações básicas: a primeira, o processo de democratização do país, e a segunda, o ressurgimento do movimento sindical combativo.

É nesse contexto marcado pelos aspectos supracitados que os capitalistas são compulsoriamente obrigados não somente a substituir as políticas repressivas da força de trabalho no interior das fábricas por outras mais compatíveis com a flexibilização do trabalho (*just in time*, CCQ, *Kanban*, administração participativa etc.), como também a introduzir paulatinamente novos equipamentos de base microeletrônica, visando aos novos padrões de competitividade e qualidade.

Convém destacar que no início da década de 1990, em razão da abertura econômica adotada pelo governo Collor e pela retração do mercado interno, a modernização forçada assumiu o caráter de uma verdadeira reestruturação produtiva. Pressionadas pela concorrência internacional, muitas indústrias optaram pela adesão ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade³⁴. O objetivo principal era buscar métodos mais eficazes de produção que permitissem à indústria brasileira manter – e até ampliar – sua inserção no mercado internacional.

Vale sublinhar que estudos realizados sobre as mudanças ocorridas na organização industrial ressaltam que

[...] diferentemente de períodos anteriores, em que inovar significava, para muitas empresas, comprar equipamentos e/ou introduzir “pacotes” e “programas” organizacionais ou de motivação, que eram implantados em setores das empresas, muitas vezes por iniciativa deste ou daquele departamento, com resultados heterogêneos, a partir do final dos anos oitenta,

³⁴ Tal programa, criado em 1990 por técnicos do Ministério da Economia e representantes das maiores corporações industriais do país, objetivava a modernização dos métodos de gestão empresarial, como também o treinamento de recursos humanos e o aperfeiçoamento tecnológico (BORGES, 1990).

passamos a encontrar um conjunto cada vez maior de empresas em processo de profunda reestruturação a partir de uma decisão da direção, introduzindo todo um conjunto de inovações articuladas entre si. Esses esforços de reestruturação mais integrados se manifestaram a partir da introdução de algum tipo de Programa de Qualidade Total (LEITE, s.d., p. 574).

Diante do exposto, os investimentos em novas técnicas de organização do trabalho que, em última instância, tendem a aumentar a capacidade de produção e, ao mesmo tempo, a diminuir o custo de produção, além de serem pré-requisitos fundamentais para a introdução de equipamentos e tecnologia mais avançadas, se explicam em decorrência do fato de a indústria brasileira desperdiçar algo em torno de 40 bilhões de dólares, não só pela baixa produtividade, mas também pelos altos custos da produção (BORGES, 1990, p. 50).

É importante assinalar que a introdução dessas novas técnicas organizacionais, mesmo que perspectivem uma maior participação no controle dos processos de trabalho e em novas possibilidades de desenvolvimento pessoal, resultam também num maior controle do capital sobre os operários.

Veja-se que a implementação das novas políticas de gestão da força de trabalho, embora aparentemente se mostrem “humanizadoras” das relações entre capital e trabalho e busquem a diminuição dos conflitos no interior da fábrica³⁵, na verdade, objetivam a modernização da exploração pelo envolvimento cooptado dos trabalhadores. Isso, por sua vez, possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho.³⁶

De outra parte, as mudanças que se processam na organização industrial vêm acompanhadas de uma nova segmentação da força de trabalho, de novos padrões de qualificação, da terceirização e do desemprego estrutural. Dessa forma, tendencialmente são as mudanças relacionadas à redução dos custos da produção – ligadas à descentralização, via a externalização de atividades – que caracterizam o esforço de modernização por parte dos capitalistas. Assim, embora a tendência à terceirização seja dirigida

³⁵ É possível vislumbrar essas mudanças através de uma certa estabilização da mão-de-obra, pelo treinamento do pessoal, pela simplificação das estruturas de cargos e salários e pela diminuição dos níveis hierárquicos (LEITE, s/d).

³⁶ Esse novo tipo de alienação, própria da nova fase do capitalismo, é aquela em que o trabalhador “deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho” (ANTUNES, 1995, p. 34).

predominantemente àqueles setores ligados aos serviços, alguns estudos têm apontado para a crescente participação de empresas terceirizadas nos setores ligados à produção.

Os impactos dessa tendência sobre a força de trabalho, nos setores não essenciais da produção têm apontado para uma crescente precarização das condições do emprego e desqualificação profissional do trabalhador, uma vez que é revelador o fato de os trabalhadores que são submetidos à terceirização terem salários e benefícios sociais mais baixos, jornadas de trabalho mais extensas e estafantes – daí a menor qualificação requerida –, além de menor segurança e maior insalubridade nos locais de trabalho; isso sem levar em consideração que a externalização das atividades pode significar o comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

É interessante salientar que o complexo de reestruturação produtiva intenta implementar, de modo sistêmico, a acumulação flexível no Brasil, possibilitando que a terceirização se revigore “não como mero comportamento reativo, mas como procedimento estratégico das corporações transnacionais que procuram recompor circuitos de revalorização, desenvolvendo novas redes de subcontratação” (ALVES, 2000, p. 202-203).

Entretanto, apesar de tal processo se apresentar ainda de uma forma muito heterogênea, é um fato evidente que os capitalistas brasileiros paulatinamente envidam esforços no sentido de acompanhar os padrões internacionais de modernização do processo produtivo, pelo menos no setor dinâmico da acumulação do capital.

Essa tendência à modernização também se fez acompanhar no setor de serviços, especialmente o bancário. Este setor irrompe com certos ajustes estruturais na década de 1960 em detrimento da Reforma do Sistema Financeiro, em 1964, e da instituição, pelo Banco Central do Brasil, em 1967, em 1967, a Padronização Contábil dos Estabelecimentos Bancários – PACEB.

O Banco Central, ao uniformizar os procedimentos bancários, forja a introdução dos primeiros Centros de Processamento de Dados – CPD's –, representando o primeiro estágio de mudanças no setor por meio da automação bancária, com a implantação dos sistemas automatizados para setores administrativos. Novos momentos de desenvolvimento da automação bancária

se sucederiam em meados dos anos 1970 com a instalação dos sistemas de apoio à discussão gerencial, seguida da instauração dos Bancos Eletrônicos, nos anos 80, que ofereceriam suporte ao atendimento público (BLASS, 1993).

É com a assimilação de práticas e técnicas utilizadas na experiência fabril, resguardada a singularidade do setor, que se processa a reestruturação produtiva nos bancos.

Leila Blass (1993), partindo da compreensão representativa do “banco-fábrica”, ressalta que empresários do setor se referem às mudanças organizacionais nas fábricas para compreender as alterações introduzidas no espaço e no trabalho bancário. A partir do momento em que os bancos registram quedas nos índices de lucros, decorrentes da política de ajuste inflacionário e da política de estabilização econômica, em 1986, adotam medidas de ajustes administrativos inspiradas nas mudanças ocorridas no sistema fabril. Os Programas de Qualidade e Produtividade, o *just in time*, os métodos participativos e a proliferação de processos de terceirização são adaptados aos serviços que os bancos oferecem.

A reestruturação produtiva erigida como contrapartida à crise se assentou na utilização de pretéritas práticas de trabalho que têm sua gênese com o advento da indústria moderna. Os desdobramentos desse processo se fizeram sentir, igualmente, tanto na redução quantitativa da força de trabalho estável quanto na alteração da composição e qualidade do emprego, sendo reveladores do desenvolvimento de uma pluralidade de condições heterogêneas de trabalho.

Desse modo, como destaca Reinecke (1999), o processo de reestruturação produtiva põe em movimento as mais diversas formas (atípicas) de contratação da força de trabalho, quais sejam: o trabalho em tempo parcial, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, a subcontratação ou a terceirização. Essa tendência à flexibilização, por sua vez, é utilizada como mecanismo de pressão para que os governos mais conservadores, de inspiração neoliberal, produzam mudanças no conteúdo das leis trabalhistas, que vão se manifestar na destituição do rigor com que tradicionalmente se revestiam as regras do direito do trabalho.

A rigor, a investida neoliberal no território nacional direcionada à desregulamentação do direito do trabalho, cuja maior expressão é a Lei do Contrato Temporário, de 1997, imprimirá características irruptivas à flexibilidade estrutural do trabalho na sociedade brasileira. Nesse sentido, a nova legislação trabalhista é

capaz de reverter ou diminuir uma série de direitos trabalhistas, consolidados na CLT ou na constituição de 1988, considerados componentes do custo Brasil e causas da suposta rigidez no mercado de trabalho no Brasil (ALVES, 2000, p.245).

Essa nova regulação do trabalho de alcance jurídico-político é indispensável não somente para o pleno desenvolvimento da reestruturação produtiva no Brasil, como também para a reposição da flexibilidade estrutural do mercado de trabalho, cujo desdobramento é o predomínio de uma variedade de contratos de trabalho do tipo flexível. Destarte que tal direcionamento possibilita que cada vez mais o trabalho assalariado se coloque à disposição do capital.

3.2 DAS DISTINTAS MODALIDADES DE OCUPAÇÕES À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

No refluxo do desemprego, tornou-se comum correlacionar o termo “trabalho atípico” ao surto das formas plurais de ocupação. Essa denominação passou a ser frequentemente utilizada pelos estudiosos da área do trabalho, para se referirem aos modelos de ocupação que se contrapunham aos clássicos empregos, predominantes até os anos de 1970, nos países que mais precisamente contaram com o Estado de bem-estar social.

Contrariando a forma clássica de contratação que se caracterizava, entre outros aspectos, pelo contrato por tempo indeterminado, estabilidade e seguridade social, “o trabalho atípico” ganha vigor e se amplia na contemporaneidade, constituindo-se na forma corriqueira de ocupação.

Esses elementos – o contrato por tempo indeterminado, estabilidade e seguridade social – eram os traços comuns dos contratos de trabalho que

marcaram as décadas de pleno emprego. Naquele momento, admitiam-se trabalhadores mais do que se demitiam, tanto em países que contaram com a presença do estado social, predominantemente os de capitalismo avançado, como, em menor proporção, naqueles que tiveram simplesmente arranjos de bem-estar social, como é o caso daqueles países da América Latina, a exemplo do Brasil.

A clássica forma de contratação predominante até o período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) esboçava como padrão de emprego a

do empregado, contratado a tempo completo, por um único empregador, em caráter estável e permanente, usufruindo de melhorias em função de antiguidade e aperfeiçoamento de sua qualificação. Dispunha ademais, de benefícios previdenciários, em casos de doença, acidente e velhice (NASSAR,1991, p,24).

Esse parâmetro típico do trabalho predominante até a década de 1970, distinto em várias características do “trabalho atípico”, ainda se destaca por alguns outros traços bem peculiares, como elucida a referenciada autora ao recorrer a Hugles Puel, quais sejam:

- É assalariado;
- Estabelece liame salarial fechado;
- É estável e permite eventualmente uma carreira;
- É a tempo integral;
- Proporciona a renda familiar essencial;
- O empregador é único;
- É exercido num lugar de trabalho específico.

Isso implica que, nesta concepção de trabalho, o liame salarial demandava a existência de um estatuto, isto é, de um contrato por tempo indeterminado, constituindo-se em um acordo duradouro e dotado de continuidade entre empregador e empregado. O fato de ser estável garantia a permanência do trabalhador, possibilitando a concretização de carreira, acréscimo de remuneração e mudança no conteúdo do trabalho. Para as empresas, os trabalhadores significavam força de trabalho fiel e competente. Além disso, sua política de Recursos Humanos incentivava a integração dos

empregados e estimulava a segurança no emprego. Como o tempo de trabalho era integral, possibilitava a participação consciente do trabalhador no emprego, chegando, inclusive, muitas vezes a confundir os interesses dos trabalhadores com os da empresa. Depois, os salários não eram tão miseráveis, ao menos garantiam as necessidades básicas da família e a possibilidade da reprodução biológica dela. Como a força de trabalho também era vendida a um único empregador, as tarefas eram executadas por uma só pessoa e as atividades eram executadas em local determinado pelo empregador.

Institucionalizado como forma de trabalho protegido pelo Estado, esse era o modelo regular que caracterizava o emprego. Essa forma clássica de contratação, devido à política de flexibilização do trabalho, tem se tornado cada vez mais insustentável. Isto porque, na contramão desse modelo, a estratégia da terceirização ganha vigor, rompendo totalmente com aquele padrão clássico de contratação. Com efeito, substitui-se o contrato de trabalho por tempo indeterminado pelo contrato determinado, fragmenta-se o coletivo de trabalhadores e se aborta qualquer perspectiva de carreira. “ Graças à terceirização muitos assalariados diretos são transformados em prestadores de serviços, trabalhadores autônomos ou pequenos empresários [...]” (TAVARES, 2004, p.105).

Ora, o desenvolvimento e a ampliação de um conjunto de maneiras particulares de emprego que se caracterizam, sobretudo, por contratos de trabalho por tempo determinado, concorreram ainda mais para que a forma regular de contratação atingisse níveis expressivos de redução.

Decorrente disso, o contrato de trabalho que se estabelecia entre as duas partes do pacto laboral sofreu alteração radical do ponto de vista jurídico. Importa enfatizar que as reformas que atingiram o Direito do Trabalho acabaram por oferecer ao capital respaldo jurídico capaz de legalizar as múltiplas formas de contratações e subsumir ainda mais o trabalho ao capital.

As contratações por tempo determinado se alastram pelo globo, constituindo-se numa realidade que atinge tanto os países *capitalisticamente* desenvolvidos quanto os em processo de desenvolvimento; da Europa à América Latina, da Ásia aos Estados Unidos, da esfera produtiva ao setor

financeiro, essa prática é um fato real que, sob a batuta dos processos de terceirização da produção e dos serviços, difunde-se conjugada à amplitude do setor de serviços. Com essa reviravolta, assiste-se à intensificação e à proliferação de variadas formas de contratação, bem como ao desmonte do trabalho socialmente protegido.

Contrapondo-se à forma de contratação predominante, sobretudo durante o pós-Segunda Guerra, e constituindo-se como parâmetro das ocupações a partir das últimas décadas do século XX, o “trabalho atípico” ganha vigor à luz das mudanças operadas pelo capital. Embora essas formas “atípicas” sempre tenham existido conjugadas a situações particulares de exploração que envolviam nas fábricas o trabalho de crianças, jovens e mulheres, eram regimes especiais de contratação, cujo volume consubstanciava uma exceção.

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial no século XIX, pode ser referenciada como local que fez uso de regimes particulares de contratos de trabalho. Em um de seus distritos industriais, a exemplo de Bethnal Green, durante as manhãs de segunda e terça-feira, eram realizados leilões públicos em que crianças, a partir de 9 anos, eram alugadas diretamente às fábricas de seda. A locação implicava contratos de trabalho que tinham validade de uma semana, tempo em que novos leilões se sucediam (MARX, 2006).

Nos dias atuais, como destaca Nassar (1991), as relações “atípicas de trabalho” vão na mira dos princípios norteadores do desenvolvimento da disciplina jurídica ou são uma tentativa de escapar à incidência deles, podendo atingir qualquer setor de ocupação ou tipo de atividade. Isso, portanto, contrasta com a idéia tradicional de emprego em torno do qual se construiu o Direito do Trabalho, visto que o trabalho se constituía em um bem jurídico protegido em todas as suas etapas. Isto porque

- Antes do acesso ao emprego, havia o direito do trabalho como valor a ser concretizado pelos ordenamentos jurídicos de cada nação. Se o

trabalho era um bem, havia o direito de obtê-lo para que o cidadão pudesse viver com dignidade e independência³⁷;

- Uma vez obtido o emprego, a proteção estendia-se desde a admissão, com regras protetoras e impeditivas da renúncia a direitos; durante o curso da relação empregatícia, com os direitos individuais trabalhistas; até a dispensa, com restrições ao poder rescisório do empregador;
- Posteriormente à rescisão, nos casos em que a lei permitia, seguia-se conjunto de normas protetoras no campo da previdência social, que iam desde o seguro-desemprego até a contraprestação de benefícios e serviços (SILVA, 2002, p.128).

Todos os conteúdos que edificaram os Contratos de Trabalho parecem estar sendo solapados, pois todo um conjunto de alterações entrou em contradição com o estilo regular de contratação, impactando na rede protetiva do direito individual do trabalho. Com efeito, vislumbra-se o desenvolvimento de empregos, caracterizados pelo recurso do prazo determinado e pela redução dos salários, a partir da criação do artifício de gratificações como auxílio-alimentação, auxílio-saúde etc.

As medidas definidoras do pacto laboral, seus princípios e normas ordenadores da relação trabalhista, a exemplo do *princípio da continuidade*, fragilizaram-se no decurso do processo de mudanças que marcaram a segunda metade do século XX. Dessa forma, tornaram-se incapazes de garantir, em sua totalidade, a proteção social dos trabalhadores (MORATO, 2003).

Há de convir-se que os critérios orientadores das relações contratuais do tipo regular avançaram significativamente no que se refere à sua aplicação prática, no século passado. Certamente isso conotou uma cruzada relevante quando se buscou minimizar a desigualdade entre os sujeitos do pacto laboral. Contudo, percebe-se que tais elementos normativos presentes no contrato de trabalho, como o *princípio da continuidade*, perderam força frente ao

³⁷ Embora esteja prescrito na Constituição Federal e nos documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que o trabalho seja um bem jurídico protegido em todas as suas fases, tem sido difícil garantir tal proteção aos trabalhadores.

solapamento das formas regulares de contratação, na transição do século XX para o XXI.

Nesse sentido, a força de trabalho volta a ser comprada parcial e temporariamente do ponto de vista jurídico, o que fragiliza a lei da segurança e da suposta estabilidade do trabalhador. Essa mudança de percurso, certamente, impõe um grande desafio para os trabalhadores, forçando-os a se adequarem à atual configuração do mercado de trabalho e às suas variadas formas de ocupações, que se reacenderam, com todo o vigor, em pleno século XXI, minando as leis que os protegiam.

Uma nova síntese, portanto, vai eclodir a partir da predominância da nova base técnica do capital, isto é, da acumulação *flexível*. Com ela, as formas de trabalho regulamentadas e vigentes no período de proeminência da indústria fordista passam a ser violadas. Logo, o “trabalho atípico” se converte no tipo corriqueiro de formas de assalariamento, gerando uma onda de subemprego e dilatando a área de vulnerabilidade da classe trabalhadora.

Consultando a literatura concernente à essa questão, Vassapolo (2005, p.34), oferece duas definições no tocante ao “trabalho atípico”:

- Aquele que se diferencia do trabalho-*standard*, pois lhe falta uma ou mais característica em relação ao trabalho efetivo, em relação à integração organizativa da empresa, à obrigatoriedade do tempo indeterminado, ao regime constante de prestação de serviços, à exclusividade na relação e à oferta da disponibilidade temporal;
- Uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou insuficiência de tutela formativa e contratual. No “trabalho atípico” são incluídas todas as formas de prestação de serviços diferentes do trabalho tradicional, com garantias formais e contratuais por tempo indeterminado.

Encontrando-se em plena fase de expansão, como bem apontam as estatísticas dos níveis de emprego, o “trabalho atípico” se combina tanto com formas inovadoras quanto pretéritas de contrato de trabalho. Conformando uma dinâmica flexível, esse tipo de trabalho tem outros desdobramentos, inaugurando um vetor de discussão e preocupação sobre a precarização, a

desregulamentação e a qualidade do trabalho, cuja complexidade não permite apontar onde começa e onde finaliza cada um desses vetores.

Alguns estudiosos como Reinecke (1999), Vasapollo (2005) e Druck (2007) têm discutido com muita propriedade as extensões do “trabalho atípico”.

Em se tratado da precarização do trabalho, faz-se oportuno destacar que, compreendida como um processo social, ela há muito já transversa todos os segmentos de emprego, inclusive as áreas de emprego estabilizadas, bem como atinge o conjunto dos assalariados. Todos os trabalhadores são afetados por esse processo, mesmo aqueles que se localizam no núcleo central do mercado de trabalho e os que estão inseridos nos níveis de empregos primários. A rigor, a precarização alcança a totalidade dos que vendem sua força de trabalho

porque não existe a sociedade de um lado e os excluídos de outro. Ou os de fora e os de dentro. É um processo que atinge o conjunto dos assalariados na sociedade. Não há o emprego típico de um lado e emprego atípico de outro. Todos os empregos estão ameaçados pelo desemprego ou pela precarização (do trabalho, dos contratos, da saúde) (APPAY, 1997, p.512).

Desse modo, a precarização social se estende para além da vida no trabalho e das formas de inserção no emprego. Ela se desdobra para a esfera familiar provocando adoecimento no trabalhador e empobrecimento da vida familiar, pois quanto mais as condições de trabalho se degradam, quanto mais o estatuto do assalariado se precariza, quanto mais ele oscila entre o desemprego e a condição de precarizado, a vida familiar sofre restrições e privações do viver em uma sociedade de consumo.

Nesse sentido, Appay e Thébaud-Mony (1997) apontam que esse processo de precarização social é proveniente de uma dupla institucionalização da instabilidade, no tocante a uma conjugação entre precarização econômica e precarização da proteção social. Essa duplicidade, por sua vez, se expressa da seguinte forma:

a primeira é constituída pela precarização da estrutura produtiva e da precarização salarial (desemprego em massa, subcontratação, mudanças de estatuto); a segunda, formada pela transformação da legislação do trabalho, redefinindo o

direito do trabalho e das empresas e a transformação do sistema legislativo “fora do trabalho”. No interior dessa dupla precarização – e revelando a intersecção dessa institucionalização da instabilidade – situa-se a saúde no trabalho, considerada como espaço privilegiado que evidencia e denuncia a gravidade dessa forma de dominação (THÉBAUD-MONY ; DRUCK, 2007, p.36).

Interessante destacar que ao estabelecer comparações entre o Brasil e a França no que concerne à precarização, as autoras Thébaud-Mony e Druck (2007, p.58) ressaltam que nesses países tal processo “passou a ocupar um lugar central e estratégico nas políticas de gestão das empresas e nas políticas estatais de (des)regulamentação do mercado de trabalho”. Daí inferirem que as consequências da precarização, ainda que não se apresentem nas mesmas escalas em cada uma dessas geografias em razão de suas peculiaridades histórica, econômica e social, vão no mesmo sentido. Inscreve-se nessa direção o polêmico projeto de lei do Presidente Nicolas Sarkozy, pelo qual a idade mínima de aposentadoria dos trabalhadores franceses passa de 60 para 62 anos, a partir de 2018. O referido projeto foi aprovado em 15 de setembro de 2010.

Com isso, assiste-se ao retorno de formas precárias de sobrevivência que, em algum aspecto, remete ao início da Revolução Industrial, a exemplo do pauperismo – tão denunciado por Karl Marx em *O Capital* – especialmente o inglês, e que volta como um dos espectros que ronda a sociedade do capitalismo flexível, sob a batuta dos *novos leviatãs*³⁸.

Verifica-se como corolário desse processo o rebaixamento do valor da força de trabalho. O salário, em sua maioria, representa uma remuneração mínima, incapaz de possibilitar àqueles que estão submetidos a formas “atípicas de trabalho” uma vida de acesso a bens de consumo, lazer, tampouco garantir a reprodução biológica da família. De trabalhadores respeitados e integrados, são deslocados à inconveniência da precarização e da interinidade.

Essas metamorfoses interrompem uma era marcada por direitos conquistados e assegurados à classe trabalhadora, e ainda “põe em

³⁸Termo retomado por Atílio Boron, que remete às empresas multinacionais consideradas atores políticos de primeira ordem, difíceis de controlar e causadoras de desequilíbrio no âmbito das instituições e das práticas democráticas das sociedades capitalistas.

movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores em domicílio, espalhados nas grandes cidades [...]”(MARX , 2006, p.525).

Essa tendência incide diretamente na qualidade do trabalho³⁹, pois considerando que a avaliação do seu nível está associada, conforme Reinecke (1999), a indicadores como renda, carteira assinada, seguridade social, estabilidade no emprego, filiação política, jornada de trabalho, riscos de acidentes, envolvimento em decisões, entre outros, vislumbra-se à depreciação desses elementos, em razão do processo de reestruturação por que passaram as economias capitalistas e, conseqüentemente, do crescimento de uma pluralidade das formas de ocupações que acabaram por alterar a composição do mercado de trabalho.

Analizando a qualidade do emprego no Brasil a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Reinecke (1998) ressalta a importância do entendimento de seu nível de qualificação para que se possa ter conhecimento de outras dimensões que esse processo alcança.

Ora, os indicadores capazes de medir a qualidade do emprego, que vão além do nível de renda, são relevantes também para se reconhecer o rebaixamento das ocupações, bem como a redução da influência normativa do Direito na atualidade. É nesse compasso da flexibilização e desregulamentação dos contratos de trabalho que vão se alastrando e se intensificando os típicos trabalhos precários, agora não mais como resquício de um tempo marcado pela Revolução Industrial, mas como arranjos indispensáveis do paradigma da era da “acumulação flexível”.

Logo, a redução da forma regular de contratos de trabalho intensifica a proliferação não somente dos trabalhos a domicílio, terceirizados, subcontratados, em tempo parcial e do trabalho informal, tradicionalmente presentes no Brasil (ANTUNES, 1995; REINECKE, 1999; TAVARES, 2004),

³⁹A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizadas nas regiões metropolitanas do Brasil oferecem um quadro mais detalhado sobre a quantidade de emprego e renda, porém um panorama das demais dimensões do nível de emprego é mais difícil de mensurar e avaliar, ainda que em muitos casos essas dimensões sejam analisadas a partir de estatísticas oficiais. Foi pontuado o Brasil, mas essa situação contempla também os países de capitalismo avançado.

mas também de várias outras formas de contratação, como se pode verificar na realidade italiana mediante bolsas de estudo de trabalho, estágios de aprendizado, trabalho *part time*, trabalhos socialmente úteis e, ainda, via formação profissional (VASSAPOLO, 2005).

Dito isso, infere-se que as modalidades “atípicas de trabalho” superaram a lógica de áreas específicas do mercado de trabalho e se expandiram para a totalidade dos setores das atividades econômicas, alastrando-se, inclusive, para os núcleos outrora estáveis de trabalhadores. Nesse sentido, é delicado apontar algum setor não contaminado pela incorporação de formas “atípicas de trabalho”, quando essas deixaram de ser suplementares para se tornarem parte nuclear da dinâmica capitalista, como se confere na lógica do mercado de trabalho.

É preciso admitir que, embora essas modalidades de trabalho não desfrutem de ineditismo e nem logrem de reconhecimento inusitado, adquirem características renovadas nesse contexto de mudanças, expressando ao mesmo tempo a reemergência, a persistência e a ressignificação de pretéritas formas de trabalho.

Nesse caso, dentre as plurais formas de “trabalho atípico” que se propagam na contemporaneidade, enfatiza-se a estratégia da terceirização, expressão por excelência da flexibilização e precarização das relações de trabalho, que reforça e acentua a divisão social entre os trabalhadores.

3.3 A TERCEIRIZAÇÃO: A PRÁTICA DE GESTÃO QUE APROFUNDA A DIVISÃO SOCIAL ENTRE OS TRABALHADORES

A necessidade que tem o capital de construir mecanismos de auto-expansão do mais dinâmico sistema produtivo o conduz a recorrer ao recurso da descentralização da produção e fomentar não somente o desenvolvimento assimétrico entre as diversas nações, como também entre os trabalhadores. Da mesma forma que os países - no contexto da nova divisão internacional do

trabalho - se subdividem entre economias do centro, da semiperiferia e da periferia, os trabalhadores também se apartam entre centrais e periféricos, entre grupos e subgrupos de trabalhadores precarizados, segundo a classificação oferecida por Harvey (1989) diante da reconfiguração do mercado de trabalho.

Harvey (1989), referindo-se a essa classificação, assinala o centro como composto por aquele grupo seletivo de trabalhadores em tempo integral, com segurança no emprego, com perspectiva de ascender na hierarquia da empresa e com direito a programas de reciclagem. A periferia seria dividida em dois subgrupos: o primeiro, formado por trabalhadores com emprego integral, mas com alta taxa de rotatividade (flexibilidade externa); o segundo, pelos empregados em tempo parcial, com contrato determinado, temporários, subcontratados, com menos segurança em relação ao emprego do que o primeiro subgrupo. Acrescenta ainda o autor que seria o segmento dos trabalhadores periféricos, particularmente aquele pertencente ao segundo grupo, que apresentaria uma maior tendência à ampliação (em termos absolutos) em detrimento daquele do centro.

A terceirização, nesse caso, ganha proeminência, pois, quando utilizada como recurso do sistema de produção flexível e aliada a um conjunto de inovações tecnológicas, facilita a descentralização da cadeia produtiva, assim como possibilita o deslocamento de empresas para áreas impulsionadoras de rentabilidade financeira. Medidas drásticas e perversas acompanham os processos de terceirização, pois seu alvo recai sobre os trabalhadores, que se constituem nos penados da onda imperiosa do capital. Como qualquer condenado, eles acabam por pagar um preço pela sua sentença, porque a dívida que o capital lhes impõe é dura: sujeita-os às suas regras, conforma-os à precarização do trabalho, ao sub-emprego e ao eterno risco do desemprego.

Ora, a realidade objetiva das distintas condições de trabalho que se está a presenciar na contemporaneidade, tanto no interior dos espaços físicos em que as atividades laborais são desenvolvidas, quanto no mercado mundial de trabalho, está perseguida por várias formas de terceirização que acaba por colaborar para o aprofundamento e acentuação da precarização das

ocupações, do subemprego e da exploração da força de trabalho. Não que seja pressuposto da terceirização a prática da precarização das condições de trabalho, mas ela tem se estabelecido sob o signo da deterioração das conquistas trabalhistas.

Nesse sentido, para um melhor entendimento da complexidade alcançada pela terceirização, torna-se conveniente ressaltar que não se trata de uma estratégia nova, embora esteja imersa em uma política de gestão produtiva renovada. Na verdade, pode-se dizer que a terceirização acompanha o desenvolvimento histórico das técnicas de produção do sistema do capital e de suas contradições e, em razão disso, vai se combinando às diferentes conjunturas e se apresentando de distintas maneiras no curso do tempo.

É bem verdade que na atualidade ela tenha sido deslocada para o epicentro do modelo de gestão flexível, mas, no século XVI, já era uma prática utilizada pelos artesãos independentes, e logo passou a fazer parte da organização do trabalho artesanal rural. É óbvio que naquele momento a sociedade não contava com uma organização de trabalho administrativamente desenvolvida, mas os mercadores-empregadores da França e da Inglaterra que disputavam o mercado de trabalho já conduziam os artesãos independentes a sucumbirem à prática da subcontratação.

Com o advento da indústria mecanizada, a terceirização vai ganhando contornos bem mais definidos, aparecendo como o autêntico “trabalho a domicílio”. Com efeito, esse tipo de atividade que se desenvolvia nas pobres “casas das patroas” se converteu não somente na seção externa da fábrica, mas também no princípio de decomposição do processo de produção. Seu plano de divisão de trabalho, em oposição ao período manufatureiro, apoiava-se na utilização e exploração da força de trabalho feminina, infantil e nos trabalhadores sem especialização. Acresce-se que nessa realidade

[...] a pobreza despojava o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho – o espaço, a luz, a ventilação, etc.; a irregularidade do emprego aumenta; e finalmente, nesse último refúgio daqueles que a indústria e a agricultura moderna tornaram supérfluos atinge o máximo, por força das circunstâncias, a concorrência entre os trabalhadores (MARX, 2006, p.525).

Com isso, observa-se que o retrato das condições objetivas que caracteriza a terceirização nos primórdios do desenvolvimento industrial – como é possível vislumbrar a partir da citação de Marx –, as precárias condições de trabalho, a vulnerabilidade do trabalhador em razão da instabilidade do emprego e a disputa entre eles, parecem ser as mesmas propriedades que a qualifica nos dias atuais, ainda que se perceba as diferenças entre as distintas fases. É sabido, como pontua Ricardo Antunes (1999), que o mercado de trabalho apresenta-se bem mais complexo, diversificado e heterogêneo, e essa realidade se estende à terceirização, que juntamente com o trabalho informal, em domicílio, em tempo parcial e temporário – resultante da flexibilização produtiva e da flexibilização dos arranjos institucionais de proteção do trabalhador, em franca expansão no mundo capitalista – se tornou, então, a forma contemporânea predominante no mundo do trabalho.

Como dimensão do mercado do trabalho, a terceirização também foi bastante alterada. Na atualidade, ela contempla tanto as atividades de apoio como as atividades nucleares das empresas e tem assumido uma pluralidade de formas, como se percebe na totalidade do mercado de trabalho, quais sejam: contratos de trabalho domiciliar, contratos de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços terceiros, contratos de fornecimento da força de trabalho e a quarteirização, que seria o efeito cascata da terceirização (DRUCK, 1999).

Correlacionada à autêntica forma de trabalho precário, ela nasce com o modo de produção capitalista e com ele se desenvolve, coincidindo desde o princípio com a exploração da força de trabalho, com o sacrifício do trabalhador e com a privação de decentes condições infra-estruturais. Essas diretivas, por sua vez, talvez sejam reveladoras da desqualificação que acompanha algumas das modalidades de trabalho, a exemplo do trabalho terceirizado que, perseguido pela flexibilidade dos processos produtivos, permite às grandes companhias externalizar ou internalizar partes de sua cadeia produtiva.

Redimensionada no contexto do “capitalismo flexível”, a terceirização alcança elevado nível de diversificação e vai coincidir com a estratégia de descentralização da produção, das atividades e serviços sob a falácia da focalização. A máxima que a sustenta é que a empresa deve se fixar no seu negócio principal e transferir o que não compõe a essência das suas atividades para um terceiro especialista desenvolver. Essas empresas subcontratadas devem não somente cumprir os prazos de entrega dos serviços transferidos, mas, sobretudo, assumir o ônus do risco da produção e dos encargos sociais dos trabalhadores (LEIRIA, 1993).

Nesse sentido, é conveniente salientar, como destacam Abreu e Sorj (1994), o caráter de dependência estabelecido nas relações de subcontratação. Para as autoras, essa forte característica transforma esse tipo de trabalho em ocupações ambíguas. Isto porque reúne simultaneamente elementos da relação de assalariamento, como a imposição do que e quando produzir com outras próprias do trabalho autônomo, como negociação de preços, realização do trabalho fora do controle e do espaço da empresa contratante e a livre distribuição do tempo na produção de bens e serviços.

Trata-se de uma lógica que tem permitido às grandes companhias administrarem melhor não somente suas economias de custos, como também dinamizarem ainda mais o processo de divisão social do trabalho nos vários setores de atividades. A terceirização, ao permitir a externalização ou internalização da produção e dos serviços, fomenta a construção de ramos produtivos separados, independentes e especializados, bem como promove a fragmentação do coletivo de trabalhadores em razão de sua própria formatação.

Dessa forma, a terceirização se configura em uma estratégia de descentralização que possibilita reforçar as discrepâncias subjacentes à relação capital e trabalho, aprofundando a divisão do trabalho e as disputas entre os trabalhadores, como se observa nas relações que envolvem trabalhadores contratados e efetivos na Caixa Econômica Federal, locus do objeto que se pesquisa.

Com a liberalização do comércio internacional, a terceirização passa a ser maciçamente utilizada com o desenvolvimento do capitalismo mundial, exercendo um papel relevante junto às corporações internacionais que, amiúde, passam a operar na lógica de aquisições de suprimentos e peças. Com ela, assiste-se ao aquecimento do comércio intrafirma, que se desenvolve recompondo circuito de valorização do capital no plano da economia mundial e instaurando a “hierarquia capitalista” na medida em que redimensiona custos e riscos da produção entre parceiros capitalistas (CHESNAIS, 1996).

Ora, com o processo de externalização da produção o capital pode dispor da força de trabalho por meio de mecanismos que o isenta dos custos sociais respectivos e dos conflitos que enfrenta, quando há vínculo formal entre capital/trabalho. Estrategicamente, transfere-se o risco econômico do capital àqueles que não deveriam assumi-lo. Por isso, é cada vez maior o afastamento dos trabalhadores do produto do seu trabalho. Nesse processo de transferência de responsabilidade, o capital se livra do trabalhador, mas o trabalhador (empregado, desempregado ou precarizado), em hipótese alguma, se livra das determinações do capital. Para os que estão empregados o trabalho não lhes pertence; para os desempregados, além de estarem impedidos de desenvolver seu potencial produtivo, acham-se impelidos do acesso à reprodução da sua força de trabalho.

O detalhe é que esse movimento de descentralização é acompanhado por uma série de procedimentos e ações que permitem às corporações reforçarem tanto o seu poder econômico, explorando regiões particularmente atraentes, quanto exercerem novas formas de domínio sobre o trabalho e o trabalhador. Com essa dinâmica, as corporações estabelecem, ao mesmo tempo, controle sobre as empresas subcontratadas, bem como sobre os trabalhadores que se vinculam a essas formas de contratação. E mais, combinada com novas tecnologias, impõem à classe trabalhadora drásticas alterações, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego.

A implementação da produção flexível, embora se “sustente” no discurso da “horizontalização dos processos produtivos”, não elimina das grandes empresas o poder de pressionar seus parceiros capitalistas. Ora, se o objetivo

das relações de terceirização é “[...] especialmente, estender para os terceirizados, as exigências e meios de coerção ligados às “hierarquias” (CHESNAIS, 1996, p. 106), observa-se que as parcerias naturalmente se processam num quadro organizacional que permite reforçar as desigualdades entre os trabalhadores, a discriminação, a dominação e, conseqüentemente, os conflitos.

Isso é perfeitamente comprovado ao se analisar as relações de subcontratação no interior da Caixa Econômica Federal, pois essa instituição, na qualidade de tomadora de serviços, determina a hora de trabalho, a disposição e a quantidade de trabalhadores terceirizados por setor, fiscaliza a execução dos serviços realizados por eles e define as funções que podem preencher. Nada de extraordinário nisso, nada de diferente daquilo que se pode ouvir a despeito da aplicação da terceirização na realidade de vários países.

Dessa forma, a assimetria se institui como uma das características que vai imperar nas relações entre as empresas parceiras e é uma das características que Coriat (1994) ressalta quando analisa a clássica experiência da subcontratação japonesa, especialmente a relação que a Toyota Motor Company estabelece com os seus parceiros. O autor ressalta que a subordinação, como uma das propriedades inerente às relações de subcontratação, é denunciadora da desigualdade e assimetria que persistem nas relações entre as empresas contratantes e as empresas contratadas. Na verdade, o que parece ficar claro é que as parcerias, longe de representarem uma integração horizontal entre empresas, transformam-se numa certa correlação de forças econômicas entre elas.

Ora, como a terceirização irrompe como uma verdadeira estratégia de descentralização da produção no seio da política de cunho neoliberal, ela se difunde no mercado de trabalho carregando consigo um mix de propriedades que a possibilita aprofundar e reproduzir o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho. Como se trata de uma estratégia utilizada por parceiros econômicos, há certa tendência do mais forte empreender esforços para sempre tirar proveito das diferenças de salários existentes entre um e outro.

Desta forma, quaisquer que sejam as formas de exploração suscitadas pela terceirização, e não são poucas⁴⁰, se fixarão por meio de uma relação contratual assimétrica em que o caráter de dependência, a subordinação e os desníveis salariais estarão presentes. Cabe lembrar que nesse processo o capital também coloca em concorrência a oferta da força de trabalho entre diferentes países, o que fomenta a desigualdade espacial do uso da força de trabalho. Desta forma,

emerge uma nova divisão internacional do trabalho, favorecida por fatores que traduzem as condições de desvantagens do trabalhador em contraposição ao poder incontável do capital nesse momento histórico (TAVARES, 2004, p. 125).

Assim, em função das condições que objetivamente demarcam a terceirização, compreende-se que ela se integra ao movimento da polarização do mercado de trabalho. Esse fato, por sua vez, parece ser inseparável do quadro maior em que se configura o capital. Isto porque algumas dimensões que estruturam as relações de trabalho e, nesse caso, destaca-se o aspecto hierárquico, são simplesmente para proteger os interesses essenciais do sistema, “assegurando sua expansão contínua da extração do sobretrabalho baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho”, consoante afirma Mészáros (2003, p.18).

Dito isso, a terceirização se torna uma das alternativas para conter a crise estrutural do capital deflagrada nos anos de 1970. Posta em prática, ela tanto propicia a valorização do capital como aprofunda a exploração e a desigualdade entre os parceiros capitalistas. Ora, em um mercado de trabalho de concorrência acirrada, o mais comum é que pequenos e médios capitalistas dos setores primários e terciários da economia estabeleçam com o mercado uma aliança de subordinação perante as grandes companhias capitalistas.

Note-se que nesse estágio de desenvolvimento do sistema capitalista em que prevalece a centralização dos capitais, a composição técnica do capital se encontra modificada, refletindo tanto na parte variável como na constante,

⁴⁰ Tavares (2004) evidencia em *Os Fios (In)visíveis da Produção Capitalista* que as estratégias de acumulação flexível permitiram que a terceirização se encarregasse de recuperar formas arcaicas de produção, como as cooperativas de trabalho, o trabalho domiciliar, a pequena empresa e até a informalidade.

isto é, aumenta-se a parte constante do capital em detrimento da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho. Esse momento, por sua vez, não se confunde com a simples acumulação e concentração do capital. Isto porque não se trata mais da concentração dos meios de produção nas mãos de muitos capitalistas individuais e no comando destes sobre um exército de trabalhadores, a qual significa acumulação. O que se tem agora é a

concentração de capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. [...] o capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Essa é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração (MARX, 2006, 729).

Com efeito, os grandes capitais comprimem os pequenos e, esses, por questão de sobrevivência, lançam-se nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou de maneira esporádica ou incompleta. Dessa forma, inflama-se a concorrência entre os capitais que se rivalizam, o que leva, em sua maioria, à falência dos pequenos capitalistas, cujos capitais ou se perdem na guerra da concorrência ou caem nas mãos de capitalistas isolados ou associados.

Em se tratando da terceirização e entendendo-a como estratégia do capital que permite a transferência do risco da produção para um “terceiro parceiro capitalista”, ela participa ativamente do processo de valorização do “sistema metabólico do capital”. Isto porque, quando utilizada, dinamiza e aquece o mercado de trabalho, principalmente em épocas de conjunturas difíceis. É inegável que, em momentos de crises, a terceirização pode funcionar como amortecedora dos impactos que qualquer período desses suscita, fazendo recair os efeitos das flutuações econômicas por meio da exploração da força de trabalho, da redução dos investimentos em capital fixo e em capital variável. Mas, é igualmente verdadeiro que ela também concorre para aumentar o fosso das contradições que são subjacentes à relação capital e trabalho.

Essa estratégia do capital, que movimenta o complexo mercado de trabalho composto de grupos e subgrupos de trabalhadores, combina formas

de exploração que em sua aparência imediata camufla a exploração da mais-valia. Convém lembrar que o capitalista, para se apropriar do capital, deve, em razão das leis coercitivas da concorrência do mercado, revolucionar sempre que possível suas técnicas produtivas e aniquilar, perverter ou reeditar as consideradas arcaicas como possibilidade de extração de mais-valia tanto relativa quanto absoluta. Aliás, “até hoje, o desenvolvimento da mais-valia relativa, mesmo nos casos extremos, não deixou nunca de se conjugar com a manutenção de áreas de mais-valia absoluta” (BERNARDO, 1991, p.127).

Não sem razão o capital recorre ao recurso da terceirização ou da subcontratação. Sendo a força motriz do processo de produção capitalista a apropriação da mais-valia a partir do sobretrabalho, isto é, do excedente do tempo de trabalho socialmente necessário para remunerar um trabalhador, e considerando que somente pelo trabalho ocorre a valorização do capital, porque com ele institui-se a exploração do capitalista sobre a força viva do trabalho, a terceirização, como uma engenhosa artificialidade do capital, concorre para a produção e reprodução das arcaicas práticas que nutrem o “sistema metabólico do capital”.

Nesse sentido, a descentralização da cadeia produtiva vem forjando novas formas de controle e opressão do capitalista sobre o trabalhador, componente imprescindível no processo de valorização do capital e manutenção da organização capitalista.

Importa, então, assinalar que a terceirização é uma estratégia utilizada pelo capital, que lhe possibilita fragmentar e deslocar o lócus da produção para a região que lhe for conveniente, cujo objetivo principal se resume basicamente à redução de despesas empregadas nos elementos variáveis e fixos da produção, tendo em vista o aumento da margem de lucro por parte do capitalista. Essa racionalidade do capital surge da sua necessidade de acumular, à qual não se predispõe a renunciar, tampouco restringir suas ações que sejam minimamente gratificantes para os trabalhadores.

Com isso, estando sob comando do capital e se constituindo parte dele, sustenta-se que a complexificação da terceirização decorrente das mudanças estruturais processadas no mundo do trabalho se reflete tanto nas formas de

contratações da força de trabalho, quanto nas maneiras como os trabalhadores se inserem no mercado de trabalho. Esse processo que vem atingindo cada vez mais a classe trabalhadora tem alcançado as conquistas de proteção do trabalho, forjando a fragmentação entre os trabalhadores e acentuando o nível de tensão entre eles. Isso tem se evidenciado tanto no interior dos espaços físicos em que laboram os trabalhadores com distintos contratos de trabalho, como entre trabalhadores que tendem a disputar vagas no mercado internacional de trabalho.

Ora, por meio da terceirização o capital pode dispor da exploração da força de trabalho de todos os sexos, de qualquer idade e de variadas formações onde ela existir, seja em nível local, como também internacional. Isso naturalmente tem promovido a geração de diferentes formas de inserção profissional e de precariedade no emprego, assim como a coexistência do emprego regular com o emprego de prazo determinado.

Desse modo, partindo da premissa de que a terceirização permite a substituição do contrato de trabalho direto pelo contrato de trabalho indireto e do trabalhador central pelo trabalhador periférico, infere-se que ela instiga a fragmentação e a disputa entre todos os trabalhadores, uma vez que é capaz de coaduná-los em um mesmo espaço físico sob distintas condições de trabalho. Diferenciais quanto aos benefícios sociais, salários, jornada de trabalho, função, plano de saúde, perspectiva de carreira, representação sindical são os maiores problemas que decorrem das experiências de terceirização e que confluem, ao menos na realidade analisada, para acentuar os conflitos e o nível de tensão entre os trabalhadores.

Esse dado não é um simples episódio isolado, mas um fato que se reproduz na totalidade do mercado de trabalho. Enquanto o trabalho estiver subjugado ao capital não há como conciliar interesses e tampouco garantir liberdade e igualdade entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção. Aqueles sempre vão estar a serviço do capital e a disposição do capitalista.

Ora, se o próprio capital se encarrega de colocar os trabalhadores em situação de oposição e de tensão é porque, talvez, encontre no conflito um

mecanismo de autoproteção. Isto porque, dada a forma em que se personifica, ele exporta para qualquer lugar as suas contradições, inclusive para a relação que se estabelece entre os trabalhadores contratados diretamente e os trabalhadores terceirizados, como se percebe no interior da Caixa Econômica Federal, reflexão que será explorada no próximo capítulo.

No limite de tudo isso se localiza, sobretudo, a luta pelo emprego, que tão logo assume a dimensão de um combate. Isto porque a busca pelo sucesso individual ou pela manutenção do emprego “coloca os trabalhadores uns contra os outros, numa competição intraclasses [...]. Principalmente quando o emprego estável passa a ser um privilégio da minoria [...].” (TAVARES, s/d, p.2).

Devido a isso, apresentar-se-á no capítulo seguinte o processo de reestruturação produtiva no interior da Caixa Econômica Federal. Este, ao possibilitar o uso maciço da prática da terceirização, vai reconfigurando o ambiente de trabalho e forjando um quadro de desigualdade, conflito e tensão entre os trabalhadores, cujas jornadas de trabalho o método de cooperação capitalista se encarrega de articular de diferentes maneiras.

4 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO NOS BANCOS: RUMO À TERCEIRIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, À REPRODUÇÃO DA DIVISÃO ENTRE OS TRABALHADORES E À INSTALAÇÃO DOS CONFLITOS

O setor de serviços, face à tendência privatizante da reestruturação produtiva no cenário mundial, vem se notabilizando pelo seu crescimento em diversos ramos da economia, assim como pela adoção de novas estratégias de gestão do trabalho e pela introdução de tecnologias automatizadas voltadas à maximização dos seus desempenhos, como é o caso das instituições financeiras, em particular o setor bancário.

Esse ramo da economia, como enfatiza Blass (1993), manifesta uma forma própria de acumulação capitalista. Isto porque, não sendo produtor de bens materiais, é repassador de recursos excedentes produzidos socialmente. Deste modo, os bancos desempenham papel relevante no processo de reprodução do capital.

Possuindo, nesse caso, como objeto de trabalho a “mercadoria-dinheiro”, a atividade bancária se distingue, de um modo geral, de outros ramos de atividades, uma vez que

o trabalho bancário concretiza os valores de troca criados e viabiliza a apropriação daqueles valores excedentes do capital, transformando-os em capital produtor de juros. É nesse processo fetichizado, de dinheiro gerando dinheiro, que se fundamenta o trabalho bancário. Nele, a mistificação que envolve a produção de mercadorias assume totalmente seu caráter enigmático, porque é na forma mais perfeita do valor – o dinheiro – que a dissimulação do significado do trabalho humano e das relações de produção no sistema capitalista se dá de maneira mais extrema (JINKINGS, 1995, p.17-18).

Detentores de uma atividade bem peculiar, as instituições bancárias têm destaque histórico pela relevante participação na expansão da atividade mercantil. Além disso, adquirem realce na economia mundial a partir da ampliação do sistema financeiro que se desenvolve em concomitância com o capitalismo monopolista.

Atente-se que o crescimento do capital monopolista – juntamente com o processo de globalização da economia – reclama a organização de um sistema financeiro internacional, cuja ação visa provocar a livre circulação e acumulação do capital na sociedade global.

É nesse contexto de metamorfoses no sistema financeiro mundial que se operam as mudanças no setor bancário. Percebe-se que as formas de execução e organização do trabalho bancário foram alteradas de tal forma que não somente os sistemas automatizados de base microeletrônica ganharam proeminência, como também o uso maciço das novas formas de gestão de acumulação do capital, qual seja: a terceirização da força de trabalho.

4.1 AS MUTAÇÕES NO SISTEMA BANCÁRIO

Na presente seção deste estudo se enfocarão, de um modo geral, as principais mudanças ocorridas no setor bancário da economia brasileira, no intuito de realçar, sobretudo, o processo de reestruturação da Caixa Econômica Federal – CEF, da cidade do Natal/RN, o campo empírico desta investigação. O propósito é esboçar a estrutura ocupacional que se formata no interior deste banco após os ajustes que nele se processaram, de modo a alcançar a força de trabalho, ou numa expressão mais afeta ao setor, “os colaboradores” que nele laboram, em particular os trabalhadores terceirizados.

Esse caminho é imprescindível para que se possa sustentar a premissa geral deste estudo, isto é, a de que o capital, ao se utilizar da prática da terceirização da força de trabalho, reconfigura os ambientes de trabalho, como se verifica na Caixa Econômica, forjando um cenário de conflito e tensão entre os trabalhadores.

Desde os anos de 1970, em razão da reorganização do sistema financeiro que se desenvolveu, por um lado, construindo conglomerados financeiros, instituindo múltiplos bancos e criando corretores financeiros de forte poder internacional; e por outro lado, descentralizando atividades e fluxos

financeiros por meio de tecnologias e inéditos mercados financeiros (HARVEY, 1996), os bancos vêm desempenhando um papel proeminente no fortalecimento da internacionalização dos mercados e na reprodução do capital.

Imersos na complexa estrutura alcançada pelo sistema financeiro mundial, as instituições bancárias intensificaram sua movimentação com o uso de computadores e telecomunicações, tornando-se indiferentes ao limite do tempo-espço e se destacando no contexto de mutações que se movimentam, sobretudo, para a *acumulação flexível*.

Tudo isso decorreu do desenvolvimento do sistema financeiro, que se fortaleceu no compasso das mudanças econômicas. A relativa autonomia desse setor alterou o equilíbrio das forças em movimento no capitalismo global, uma vez que imprimiu mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal (HARVEY, 1992).

Nessa trilha, o sistema financeiro foi imprescindível para a mobilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista. Isso implica dizer que “o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 181). Não sem razão, tal esfera representa “o posto mais avançado do movimento de mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996, p.239). Nela, as operações alcançaram uma mobilidade nunca alcançada antes, assim como as instituições e os mercados financeiros se ergueram como força perante os Estados e empresas de capitais pouco competitivos.

Essa esfera, tal como a área produtiva, também se constitui em um campo de valorização do capital. Conquanto, como qualquer outro setor econômico, deve gerar lucro. Um detalhe curioso que já fora identificado por Marx e convém salientar é o fato da origem do lucro da esfera financeira decorrer da esfera da produção. Isto porque é nessa área que são criados os salários e lucros, cuja natureza se alteram quando esses capitais entram na esfera financeira em busca da rentabilidade máxima (CHESNAIS, 1996). O fato é que

a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelos investimentos e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde (CHESNAIS, 1996, p.241).

Essa débil relação entre as dimensões produtiva e financeira é parte funcional do cotidiano da “mundialização do capital”. Essa imbricação tem sido marcada desde o início dos anos de 1990, de acordo com autor supracitado, pelo aumento expressivo das operações puramente financeiras dos grupos industriais. É por isso que a autonomia da esfera financeira é tão somente relativa. Os capitais que nela se valorizam “nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo” (Idem, ibidem, 241).

Nessa perspectiva, analisando a natureza especulativa do sistema financeiro internacional e sua estreita relação com a esfera produtiva, Plihon (apud JINKINGS, 2004), pontua que tal movimento acabou por provocar significativo retrocesso na participação dos bancos no que concerne tanto ao financiamento das economias dos países centrais quanto naqueles situados na periferia do sistema do capital.

Esse fato também é endossado por Chesnais (1996) quando o autor sustenta que, no contexto de finanças liberalizadas e mundializadas, os bancos não conformam mais as instituições dominantes, e sim os grandes investidores internacionais e as organizações financeiras, a exemplo dos fundos de pensão e dos fundos mútuos – que lideram as transações no mercado internacional monetário.

Deste modo, face ao cenário da mundialização do capital, da liberalização econômica e da desregulamentação financeira que marca o atual estágio do capitalismo, um novo sistema monetário se impõe, convertendo o sistema financeiro internacional em um grande mercado de dinheiro. Isso, por sua vez, culminou na desestabilização dos sistemas bancários nacionais, que deixaram de ser pró-ativos no tocante à intermediação de finanças, ao repasse de créditos a serviço do investimento e ao financiamento de economias industrializadas e periféricas.

A rigor, para enfrentar o cenário financeiro de concorrência acirrada que se colocou nos mercados nacionais e internacionais, não ficaria o setor bancário alheio à tendência dos ajustes organizacional e da reestruturação administrativa que já acometiam os distintos setores da atividade econômica. Assim, a partir dos anos de 1980, desencadeia-se o processo de reestruturação dos bancos em diversos países.

O movimento de reestruturação bancária segue praticamente em duas direções. Por um lado, essa dinâmica incita a concentração e centralização de capital no setor, por meio das liquidações, privatizações e fusões. Por outro, redefine seu perfil operacional se concentrando nos mercados de capital, diversificando serviços e adotando novas práticas de gestão, destacando-se a terceirização, nesse contexto.

No Brasil e em outros países da América Latina, os ajustes do sistema financeiro e bancário se desenvolveram referenciados no contexto das metamorfoses da realidade internacional, da difusão do ideário liberal e de todo o processo de desregulamentação, flexibilização e abertura econômica. A adoção das medidas econômicas pautadas na realidade dos países hegemônicos, ao mesmo tempo que possibilitou uma maior penetração de fluxos de capitais estrangeiros na América Latina, vinculou à política financeira dessa geografia à dinâmica daqueles.

Especificamente no Brasil, é significativo o poder do capital privado transnacional, cuja participação e fortalecimento se processaram por meio de aquisições, fusões e/ou incorporações de bancos privados nacionais e instituições estatais.

Apresentando um panorama que tange à evolução do setor financeiro no país, o relatório do Banco Central (2004) – BACEN – aponta que em dezembro de 1997 os bancos estrangeiros no Brasil respondiam por 12,82% dos ativos totais do sistema bancário nacional, ao passo que, ao término de 2003, esses índices já atingiam um percentual de 20,73%.

Conforme reflexão de Jinkings (2006), esse ânimo do capital estrangeiro foi seguido de certo retrocesso dos bancos estatais devido às privatizações e

liquidações dessas instituições⁴¹. Nesse período, o setor estatal, conforme dados do Banco Central (2004), teve um declínio na totalidade dos seus ativos que decresceram de 50,05% para 35,23%. Diga-se que a retração do sistema bancário estatal não foi mais agressiva pelo fato de o Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal responderem por 30% do conjunto de ativos do segmento.

Convém destacar que as mudanças no sistema bancário brasileiro tomam ritmo desde os anos de 1960, devido à Reforma Bancária introduzida pela lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, na qual foi instituída o Conselho Monetário Nacional (CMN), que incumbiu o Banco Central do Brasil da função de executor da política econômico-financeira e de fiscalizador das instituições financeiras.

A reforma bancária nesse período, como assinala Blass (1993), promove as fusões de pequenos e médios bancos comerciais e a formação dos conglomerados financeiros que se originaram das coligações dos bancos com empresas industriais, agrícolas ou de serviços, tais como: financiadoras, corretoras, turismo, entre outros. Nesse contexto, os bancos comerciais tenderam a se especializar, fazendo surgir duas espécies de bancos: os bancos “atacadistas” e os “varejistas”. Os primeiros se caracterizam por concentrarem e privilegiarem clientes que movimentem vultosas quantias, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Trata-se de bancos com reduzido número de funcionários e restritas agências. Ao contrário desses, os bancos de varejo priorizam os depósitos à vista e as poupanças e contam com uma maior quantidade de clientes e agências.

Assiste-se, nesse período, a ampliação dos serviços bancários e a competitividade entre eles. A rede bancária passa a centralizar os serviços de arrecadação de impostos e taxas de cobranças e as agências assumem grande papel no conglomerado financeiro. Com o propósito de atrair clientes, os bancos aprimoram os serviços de atendimento ao público, tornando o cliente uma figura primordial para captação de recursos.

⁴¹ A despeito das privatizações dos bancos, convém salientar que do universo de 32 bancos federais e estaduais que integravam o sistema bancário estatal brasileiro no ano de 1995, sobraram 14 em dezembro de 2003, conforme dados do Banco Central (2004).

Com agências espalhadas em todo o país, os bancos adquirem caráter nacional. Essa ampliação das agências certamente reclama alterações organizacionais que possibilitem um maior controle das atividades desenvolvidas no setor. Isso, por sua vez, demanda a padronização de rotinas e a implementação, ainda que elementar, das primeiras experiências de automação que acomete o setor de retaguarda dos bancos, no final dos anos de 1960.

No decorrer da década de 1970, os bancos aumentam a oferta de serviços e diversificam as operações no mercado financeiro. A arrecadação do Estado, que era realizada pelas coletorias federais e estaduais, é transferida para os bancos comerciais, que passam a executar os serviços de cobrança e pagamento das instituições públicas.

No curso dos anos de 1980 o setor bancário, comparado a outros segmentos da economia do país, alcança taxas de crescimento e resultados expressivos. Esse saldo positivo, por sua vez, descansava, em certa medida, na conjuntura econômica da época, ou melhor,

[...] este fato está associado às especificidades do setor em um cenário econômico recessivo, com taxas de juros elevadas, associada a uma grande instabilidade de preços. Nesse cenário, o papel de intermediadores de recursos para o giro da dívida pública, predominantemente com características de curto prazo, possibilitou aos bancos a obtenção de uma remuneração elevada a baixo risco. Além disso, os depósitos não remunerados, a cobrança e a arrecadação de impostos não possuíam mecanismos adequados de correção de seus valores, fato que também repercutiu favoravelmente para o desempenho do setor no período (VALLE apud CHAVES, 2005, p.45).

Nesse sentido, o quadro inflacionário que atinge o país, associado ao programa de estabilização que tentaria conter o espiral inflacionário (o Plano Cruzado, de 1986), despertava o sistema bancário para a necessidade de mudanças. Apesar do fracasso do Plano Cruzado, era preciso considerar “que enquanto a inflação foi “congelada em zero” pelo governo, houve um grande impacto na receita dos bancos” (CHAVES, 2005, p.46). Embora esse fato não implicasse, no panorama geral, a rentabilidade dos bancos, era necessário alertar o setor para se preparar para uma nova realidade.

Tão logo os bancos se depararam com a retração dos seus lucros devido à queda nos índices da inflação, adotaram medidas de ajuste administrativo. Decorrente disso:

fecharam mais de mil agências em todo o país; demitiram 25% do pessoal empregado nos bancos privados nacionais; cobraram taxas pelos serviços oferecidos; e tornaram-se mais seletivos em relação aos clientes. Entre 1985 e 1986, 109 mil bancários perderam o emprego no setor financeiro brasileiro (BLASS, 1993, p.87).

Nesse compasso, outras medidas se anunciavam no setor bancário. No ano de 1987, apoiados em regulamentações do Banco Central e sob ação do Banco Mundial, surgem os “bancos múltiplos”. Tais bancos aglutinavam em uma única estrutura jurídico-contábil oito carteiras distintas, a saber: banco comercial, de poupança, investimento (para empresas privadas) ou de fomento (empresas estatais), financiamento ao consumidor, rural, imobiliário, cambial e de arrendamento mercantil (BLASS, 1993).

As iniciativas de modernização e reestruturação bancária, que primeiramente atingem os bancos comerciais privados, se acelerariam no início dos anos de 1990. Agora sob efeitos dos novos planos de estabilização econômica, respectivamente, os Planos Collor I e II. Esse processo é acompanhado não somente das primeiras iniciativas do Banco Central de promover o saneamento do setor financeiro, em particular dos bancos estatais, como também da implantação dos programas de controle de qualidade total no setor.

Chaves (2005) apresenta quatro fatores que contribuíram para a introdução dos programas de qualidade no sistema bancário, quais sejam: a tentativa do governo de impor no Brasil uma atmosfera de estabilidade econômica, numa situação de concorrência; a promulgação do Código de Defesa do Consumidor, que demandava maior presteza no fornecimento de bens e serviços; a criação do Programa Brasileiro de Qualidade Total (PBQT) e a influência dos programas de qualidade implantados com êxito nas matrizes dos bancos estrangeiros com filiais no país.

Os programas de qualidades em bancos de médio e grande portes, em sua maioria, fundamentam-se basicamente na:

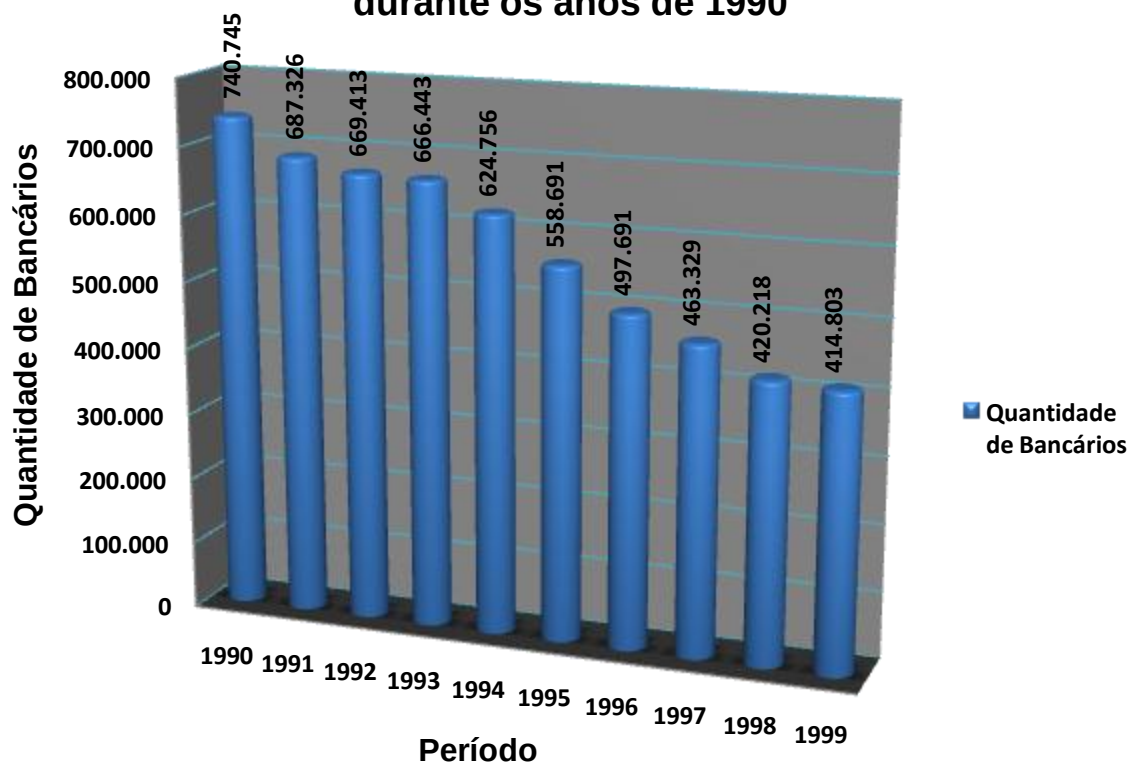
revisão de processos sob a ótica dos clientes e da identificação de deficiências em seus fluxos operacionais; criação do conceito de cliente interno e abertura de novos canais de comunicação com os clientes externos (central de atendimento e pesquisas de *feedback*); programação de ações voltadas aos funcionários (programas de reconhecimento, pesquisas, canais de comunicação); e mudanças nos critérios de seleção de recursos humanos (ELY, 1997, p.99).

Esse cenário é perseguido pelo plano de estabilização de 1994, que se justapõe promovendo o saneamento geral no sistema financeiro do país. Uma onda de privatizações nos bancos públicos estatais, fusões, compras e liquidações de bancos em dificuldades toma conta do setor⁴².

Jinkings (2006) aponta que de 1 milhão de bancários que havia no setor até meados de 1980, restam hoje aproximadamente 400 mil. No gráfico 1 acompanha-se a dinâmica das ocupações na área bancária durante os anos de 1990:

⁴² Em Natal, a capital do Rio Grande do Norte, os bancos, a exemplo do Banco de Crédito Real (Credireal), O Banco Progresso, o Banco Mossoró e o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) tiveram suas atividades encerradas. Registram-se também no Estado as incorporações de bancos. A fusão do Banco Econômico pelo Excel resultou no Banco Excel-Econômico; a do Banco Bamerindus pelo Banco Estrangeiro HSBC, formou o Banco HSBC-Bamerindus; a incorporação do Banco Banorte pelo Banco Bandeirantes; a do Banco Nacional pelo Unibanco; e a do Mercantil de Pernambuco pelo Banco Real (CHAVES, 2005).

Gráfico 1: O balanço do número de bancários durante os anos de 1990



Fonte: Caged-MTB, 2000 (Gráfico elaborado pela autora).

Salienta-se que nesse momento de decréscimo no emprego bancário, não somente foi instituído o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER –, em 1995, assim como o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional no ano de 1997.

Nesse compasso, o Banco Central do Brasil decreta a liquidação extrajudicial de diversos bancos estaduais, dentre eles o Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN – entrando em seguida também em processo de solvência o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – BDRN

O conjunto desses programas acabou por impulsionar de forma mais profunda o processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro. Assim, as medidas adotadas pelos bancos, além da introdução da qualidade total, sustentam-se na intensificação tecnológica e na terceirização da força de

trabalho. Todas essas mudanças, certamente, voltam-se para a redução de custos operacionais e isto, por sua vez, altera drasticamente o espaço físico do banco e o trabalho bancário.

O incremento brutal da informática e da automatização⁴³ implica drásticas modificações no cotidiano social dos ambientes de trabalho bancário. As denominadas máquinas ATM (automatic teller machine), que instituíram a noção de “banco 24 horas”, e o atendimento eletrônico realizado por meio de centrais telefônicas, caixas automáticos, internet e sistemas *home bank*⁴⁴ não somente revolucionaram o tradicional atendimento nas agências bancárias, como ainda transformaram as agências “em lojas informatizadas de produtos e serviços financeiros” (JINKINGS, 2004, p.219).

A magnitude dos investimentos em revolucionárias tecnologias, especialmente em infra-estrutura de telecomunicações e informática, permite aos bancos projetarem a automação do atendimento bancário no vasto território brasileiro. Os postos e máquinas de auto-atendimento espalhadas por todas as cidades deixam à disposição dos clientes um conjunto de serviços que outrora se realizava tão somente nas agências bancárias.

Percebe-se que um leque de operações passa a ser realizável nos terminais de auto-atendimento. O investimento em sofisticadas tecnologias eletrônicas permite que os clientes, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, realizem determinadas operações bancárias – como consulta de saldos, aquisição de extratos, retiradas de dinheiro, transferências de valores, pagamentos, depósitos de cheques e dinheiro, impressão de talonários de cheques e empréstimos pessoais.

Desde já, chama-se a atenção para o fato de que a “sofisticação” e a comodidade do auto-atendimento dá azo à lógica da “terceirização indireta” que

⁴³Com base em Leila Blass (1993), cabe ressaltar que a automação bancária não é um dado recente no contexto dos bancos. Sua gênese remonta à década de 1960, com a reforma do sistema financeiro, quando o Banco Central instituiu a Padronização Contábil dos Estabelecimentos Bancários e criou as bases técnico-contábeis para a introdução das primeiras experiências dos Centros de Processamento de Dados, (os CPD's), que cresceram vertiginosamente a partir de meados da década de 1980. A autora mostra que com o desenvolvimento da automação e a incorporação de revolucionárias tecnologias e softwares que continuaram em progressão durante os anos 70, 80 e 90, o trabalho bancário foi alterado e o banco virtual foi instituído.

⁴⁴ Significa Sistemas Eletrônicos que permitem a conexão do computador do cliente à do banco.

se engendra nesse processo. Atente-se que o auto-atendimento não somente possibilita a transferência de parte do serviço que o bancário outrora realizava para o cliente, como ainda promove novas formas de sociabilidade entre o cliente e o banco. A pessoalidade tão somente existente entre o cliente e o trabalhador bancário é substituída pela relação cliente/máquina.

A rigor, a introdução de determinadas ferramentas de gestão, a exemplo da qualidade total, repercute no perfil e na qualificação dos trabalhadores. Com efeito, exige-se da força de trabalho bancária mais peripécia para vender os diversos serviços dos bancos, tais como: cartões de crédito, seguro de vida, de saúde, de carro e aplicações financeiras. Nesse bailar, os bancários se viram compelidos a se requalificar para assumirem técnica e socialmente a função de “bancários-vendedores”.

A necessidade de requalificação dos trabalhadores de bancos se torna uma exigência frente às mudanças nas condições de trabalho. Os ajustes no setor demandaram a exclusão dos trabalhadores menos qualificados ou daqueles que não se ajustaram aos princípios da qualidade total e da excelência do atendimento. Nesse aspecto, convém endossar que

[...] o elevado nível de qualificação do funcionário nas funções de atendimento ao cliente tornou elemento fundamental nas estratégias mercadológicas bancárias, voltadas para acirrada disputa por frações do pequeno segmento da população [...]. A flexibilidade numérica e funcional foi, desde então, implantada na organização do trabalho bancário, alterando as exigências quanto à qualificação dos funcionários inseridos em diferentes formas de relações empregatícias (SEGNINI, 1998, p.98-99).

Nesse sentido, a disputa por clientes *víps* tornou imperativa a criação de serviços diferenciados e atendimentos personalizados pelos bancos. Eis o porquê dos bancos investirem maciçamente na qualidade do atendimento que se direciona, sobretudo, aos clientes que se traduzem em potenciais investidores.

Todas essas metamorfoses acabaram por demandar alterações nos espaços físicos dos bancos. O moderno *layout* das agências bancárias não somente tende a distribuir e fixar os funcionários em espaços estratégicos e funcionais para a captação de potenciais investidores, como também se inclina

a segmentar a clientela, uma vez que restringe quem deve passar ou não pela porta giratória. Atente-se que

[...] é comum a presença de um funcionário (temporário, estagiário) ou segurança realizando uma espécie de “triagem” dos clientes, estimulando-os a, primeiro, procurarem o auto-atendimento para, somente se não for possível ser atendido dessa forma, adentrar no espaço tradicional de atendimento bancário (CHAVES, 2005, p.126).

As agências dispõem de espaços específicos para os serviços de auto-atendimento, de comercialização de serviços e de assessoria financeira. A atual estrutura é imprescindível para o desenvolvimento dos trabalhos que se desenvolvem nesse ambiente, sejam as atividades relacionadas à área comercial, particularmente de atendimento aos clientes, sejam as que se vinculam à área operacional, isto é, aquelas dos serviços da Retaguarda.

Paralelo ao uso sofisticado da microeletrônica e da automação bancária, outras medidas ganham destaque e redimensionam as atividades das instituições financeiras: as terceirizações.

4.1.1 Os bancos: rumo à terceirização dos serviços

Como já dito no capítulo anterior, a origem da terceirização entra em consonância com a própria fragmentação da produção que desponta junto com as fábricas modernas, sendo o setor têxtil referência emblemática de sua emergência. Como estratégia do capital pela qual se materializam distintas formas de exploração, nasce com o modo de produção capitalista e com ele se desenvolve, caracterizando-se, inicialmente, pela produção por encomendas solicitadas por fabricantes ou comerciantes.

No Brasil, segundo Colli (2000), a terceirização tem sua gênese no final do século XIX, a partir do *façonismo*⁴⁵, atividade relacionada ao ramo de

⁴⁵ Originado da palavra de origem francesa *à façon*, caracteriza-se pela execução de uma atividade sem que o prestador de serviços seja detentor da matéria-prima. Trata-se de um processo de trabalho domiciliar comumente utilizado na França e Itália, que se desenvolve em pequenas e médias empresas.

produção têxtil, correspondente a um sistema de trabalho que se confunde com a prestação de serviços⁴⁶. No período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), tal prática adentra na lógica desenvolvimentista do país. Parte da produção do setor automobilístico, naquele período, foi transferida para uma rede de empresas de autopeças⁴⁷.

Nos anos de 1980, sua utilização ganha notoriedade no campo da administração, tendo como destaque a experiência da indústria de celulose, a Riocell, conforme aponta Leiria (1993). A partir da década de 1990, tal processo toma novas proporções devido às transferências de atividades referentes tanto a área de apoio quanto àquelas mais diretamente ligadas às atividades nucleares para determinadas empresas.

Esse processo que se inicia no âmbito privado da economia, logo alcança o setor público da administração, que, provocado pela Reforma do Estado, adota medidas de ajuste fiscal, tais como: os programas de incentivo à aposentadoria e à demissão voluntária, o congelamento de salários e a suspensão de concursos públicos.

Especificamente no setor bancário brasileiro, a terceirização se alastra a partir do Governo Collor. Primeiramente, ela acontece nas atividades de apoio, a exemplo dos serviços de limpeza, vigilância e serviços de valores. Em seguida, alcança as atividades mais diretamente ligadas à dinâmica dos bancos, tais como: compensação e microfilmagens de cheques, digitação, tratamento de papéis contábeis, entre outros. Essas atividades, que devido ao seu grau de relevância recebem a classificação de atividade-meio e atividade-fim, são transferidas para empresas subcontratadas sob a alegação das instituições financeiras se concentrarem na sua atividade principal. No caso do setor bancário, o atendimento ao cliente se transforma na tarefa primordial.

⁴⁶ Implanta-se no país na cidade de Americana (SP), pela iniciativa de um vendedor de sedas que adquiriu da indústria Pavezzi doze teares que estavam sem utilidade e os colocou para funcionar, acordando a prestação de serviços com a Tecelagem Ítalo-Brasileira.

⁴⁷ Nesse período, estabeleceu-se no entorno da montadora de automóveis um complexo industrial constituído por uma rede de empresas de autopeças, que forneciam componentes e peças para as empresas transnacionais que chegavam ao Brasil.

Esse argumento empresarial que se vale da questão do direcionamento na atividade principal para justificar o uso da terceirização tanto se aplica ao ramo industrial quanto aos serviços. Particularmente no setor bancário, resguardada as diferenças em relação a outros setores da economia, a terceirização tem se apresentado sob o manto de múltiplas formas de exploração, a saber: empresas criadas pelo próprio grupo econômico; força de trabalho temporária, estágios, franquias e contratações de terceiros (BLANCO,1994).

O primeiro tipo de terceirização se refere à criação de uma empresa pelo próprio grupo econômico, cujo objetivo se volta tanto para o controle das atividades de digitação e compensação de cheques, como para a prestação de serviços nos ambientes dos Centros de Processamento de Dados – CPD's. Trata-se em sua essência de um mecanismo que tende a “burlar direitos trabalhistas sob a máscara da diminuição tributária” (BLANCO, 1994, p.77).

A força de trabalho temporária consiste em outro tipo de exploração do trabalho bastante utilizada nos bancos, principalmente em períodos de aumento no volume de títulos para ser processado, preparado e digitado. Trata-se, tomando como base a Lei 6.019 de 1974, de um contrato de trabalho por tempo determinado que não deve exceder o prazo de três meses, salvo em situações autorizadas pelo Ministério Público do Trabalho e Previdência Social. Ao trabalhador temporário deve ter garantido todos os direitos nos mesmos termos contratuais daquele que foi substituído⁴⁸.

Já os estágios, enquadram-se em uma forma particular de trabalho precarizado. Óbvio que não se trata da transferência de atividades para uma empresa terceira, mas para um estudante, que significa um trabalhador menos oneroso para a empresa. Na prática, os estagiários-estudantes tendem a desenvolver atividades pouco relacionadas com a sua área de formação.

⁴⁸ É oportuno lembrar que a lei de fornecimento de mão-de-obra teve suas instruções normativas alteradas nos anos de 1997 e 2004, o que ampliou o tempo do contrato de 3 meses para 6 meses e definiu que o trabalhador temporário pode atuar tanto nas atividades meio como nas atividades finalistas da tomadora de serviços. O enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, de 1993, entende como ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta porque estabelece vínculo com o tomador dos serviços, exceto em situações de trabalho temporário e em caso de contratação de vigilância, de conservação, limpeza e serviços especializados correlacionados à atividade meio do tomador.

As franquias, por sua vez, destacam-se por recolherem os considerados “lixo bancário”, ou seja, os serviços de arrecadação que não oferecem grandes lucros aos bancos, tais como: tributos, pagamento de pequenas contas, condomínios, captação de pequenas poupanças, etc. Registre-se que essa deslocalização dos serviços bancários, a partir do ano de 2000, estendeu-se para o espaço das Casas Lotéricas e, logo mais, alcançou os supermercados, lojas de departamentos, farmácias, etc., o que permitiu a essas instituições retirarem consideravelmente do ambiente das agências os pequenos correntistas.

Por último, a “contratação de terceiros” corresponde à transferência de atividades para um terceiro executar⁴⁹. Este tipo de terceirização levanta fervorosas discussões no tocante ao sigilo bancário. Isto porque a terceirização no banco não se restringe somente aos serviços de apoio, mas contempla as atividades nucleares da instituição, tais como os serviços de microfilmagem, compensação de cheques, conferência, preparação de papéis contábeis, autenticações, etc. Esse tipo de terceirização tem se alastrado no setor bancário, como também “nos setores mais modernos e dinâmicos da indústria brasileira”(DRUCK, 1999, p.156).

É por isso que o sigilo bancário passa a ser uma questão proeminente na reflexão desse tipo de terceirização. Alega-se, portanto, que a abertura de espaço pelos bancos para não-bancários executarem atividades eminentemente bancárias pode ser comprometedor da segurança das informações pessoais de sua clientela (BLANCO, 1994).

É Interessante destacar que a terceirização das atividades nucleares, quando observada no setor bancário, vai de encontro aos fortes argumentos dos apologistas dessa prática. Na Caixa Econômica, em vez dessa estratégia garantir, por meio da focalização (prioridade na atividade principal), uma maior especialização e qualidade dos serviços, como advoga os defensores da

⁴⁹ Para Carelli (2003), há certa tendência em se confundir a terceirização legal com a intermediação da força de trabalho. Segundo o autor, a terceirização legal, que implica o repasse de atividades para empresas especialistas e detentoras de tecnologias próprias, é praticada como concessão de força de trabalho. Isso, para o autor, implica uma compreensão distorcida a respeito do que pode significar, de fato, a terceirização.

terceirização, transforma-se numa prática que busca, sobretudo, a redução operacional de custos.

Mais recentemente se localizam, além desses aludidos tipos de terceirização bancária, outras iniciativas da mesma natureza intencionadas à redução operacional de custos. Outro tipo de experiência terceirizante apareceria sob a denominação de “gestora externa de fundos”. Logo, os bancos passam também a delegar a uma terceira empresa a responsabilidade de administrar serviços financeiros, como fundos de investimento.

Nesses termos, torna-se pertinente salientar que o fenômeno da terceirização no setor bancário não é tão somente marcado por aquilo que se designa de terceirização direta, ou seja, pela transferência de atividades, sejam elas meio ou fim, para empresas subcontratadas. A terceirização indireta, isto é, a disponibilização de serviços externos ao ambiente das agências, que podem ser acessados por meio de terminais eletrônicos, cuja operação é realizada pelos próprios clientes, integra-se à “trama da terceirização”, conforme expressão cunhada por Colli (2000).

Veja-se que no contexto da terceirização indireta permanece o propósito claro das instituições bancárias de não somente transferirem parte dos serviços para os devidos clientes dos bancos, como também para retirarem das dependências das agências o pequeno correntista.

Note-se que boa parte dos serviços de atendimento ao público foi, de algum modo, indiretamente terceirizado por meio de variados terminais de auto-atendimento. Leve-se ainda em consideração os serviços que podem ser acessados via internet. Esses artifícios eletrônicos permitem que os bancos se utilizem do trabalho vivo de sua clientela, uma vez que essa passa a

alimentar o sistema com as informações e registros necessários à prestação de determinado serviço – tarefa antes afeta ao caixa bancário –, o cliente passa a produzir parte do serviço que ele próprio está a consumir, substituindo – de forma indireta – a força de trabalho do bancário (CHAVES, 2005, p.66).

Dessa forma, pode-se afirmar que o usuário de bancos assume a condição não somente de um consumidor dos serviços bancários, mas de um autêntico “prossumidor”⁵⁰, isto é, aquele que produz e consome o serviço.

Nessa perspectiva, cabe destacar a relevância dos correspondentes bancários não somente para a expansão desse tipo de terceirização, mas ainda para a redução do fluxo de clientes no interior das agências, principalmente os de baixa renda. Desse modo, os bancos, de uma só vez, atendem às demandas dos pequenos correntistas, permitindo-lhes utilizar os serviços bancários por meio dos seus correspondentes bancários, bem como seleciona o perfil de clientes que devem freqüentar as agências.

No ano 2000, a partir da Resolução n.º 2.707, de 30 de março, o Conselho Monetário Nacional – CMN – aprova e o Banco Central do Brasil edita e autoriza os bancos múltiplos e comerciais, a exemplo da Caixa Econômica Federal, a contratarem empresas para assumir a função de correspondente bancário em todo o território nacional (CHAVES, 2005).

Os Correspondentes bancários, embora não se caracterizem como empresas pertencentes ao banco, com este celebram contrato de prestação de serviços para atender, entre outras, as seguintes demandas bancárias: recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas; recebimento de depósitos; aplicação e resgate em fundos de investimentos; recebimento de papéis conveniados; encaminhamento de serviços de empréstimo; análise de crédito e cadastro e execução de cobrança de títulos.

Atente-se que os empregados dos correspondentes bancários não possuem qualquer vinculação com os bancos. Isso, por sua vez, permite que os bancos reduzam seus investimentos tanto em capital fixo quanto em capital variável, arcando com os franqueados tão somente o compromisso de disponibilizar os sistemas de informações capazes de conectar em rede os correspondentes.

Destaca-se, nesse processo, o pioneirismo da Caixa Econômica Federal, transformando a estrutura das Casas Lotéricas, que prestam serviços

⁵⁰ Termo cunhado por Alvin Toffler e tomado por Chaves (2005, p.66).

de jogos lotéricos desde 1991, em correspondentes bancários. A nova estrutura, a partir do ano 2000, passa a recolher depósitos em conta corrente e poupança, relançamento do Bolão Federal, venda de bilhetes da Lotomania, recolhimento de taxas de água e luz, carnês de habitação, IPTU, pagamento de aposentadorias do INSS, benefício do PIS e recolhimento do FGTS.

No ano de 2001, tal banco projeta ampliar sua rede de atendimento no intuito de oferecer cobertura aos 5.561 municípios do território nacional. Especificamente o Rio Grande do Norte, naquele momento, contou com 54 Casas Lotéricas, sendo 36 situadas em Natal, capital do Estado, e as demais, ou seja, 18 distribuídas no interior do Estado. As novas lojas passaram a ter um formato simplificado, exigindo do franqueado um investimento de cinco mil reais, à época.

Decorrente de tal objetivo, uma segunda etapa de expansão dos ditos correspondentes chegaria a essa instituição viabilizado pelos denominados “Caixa Aqui”. Por meio deles, o mesmo banco planeja expandir seu atendimento e chegar ainda mais próximo à população de baixa renda, apostando no aumento de mais de 10 mil estabelecimentos em vários Estados da Federação, particularmente nos mais flagelados, até o ano de 2006. Desta forma, a instituição alcança a maior rede de atendimento do país, abrangendo

todos os 5.561 municípios brasileiros, com mais de 17 mil pontos de atendimento entre agências, lotéricas e correspondentes CAIXA AQUI. Quase 3,5 mil novos correspondentes CAIXA AQUI e lotéricas foram instalados nos últimos 30 meses. Com uma antena parabólica conectada *on line* à rede da Caixa, pequenos comércios, mercados, mercearias, quitandas e panificadoras se tornaram correspondentes CAIXA AQUI, realizando serviços que só eram possíveis quando se viajava em média 24 quilômetros para uma cidade de maior porte (BALANÇO SOCIAL, 2007).

De um modo geral, pode-se inferir que a estrutura dos correspondentes bancários altera substancialmente o modo de atendimento do sistema financeiro do país. Tal expansão na forma de atendimento ganha ainda mais impulso com a adesão de outros bancos a esse sistema, como o Bradesco e o Banco do Brasil.

Veja-se que a empresa Brasileira de Correios e Telegráfos – ETC – abre processo licitatório no ano de 2002 com o fito de criar o “Banco Postal”, cujo objetivo era transformar as agências postais em correspondentes bancários. Nessa concorrência, o Bradesco obteve o direito de utilizar 5.320 postos dos Correios distribuídos na geografia nacional.

Nesse diapasão, o Banco do Brasil também cria o “Banco Popular do Brasil”, que inicia sua operação no término de 2003, estimando credenciar, até o final de 2004, quatro mil e quinhentos novos correspondentes, conforme matéria publicada no Jornal Tribuna do Norte (em 08/11/2003). De acordo com os dados disponíveis no Portal do Banco do Brasil, essa rede tem sido reforçada ano a ano, alcançando, no final de 2008, cerca de mais de 10 mil pontos de atendimento distribuídos em todo o país (em www.bb.com.br/portalbb/atendimento).

É conveniente endossar que, na atualidade, não se pode compreender as metamorfoses sofridas no âmbito do setor bancário sem que se faça referência à sua rede de atendimento. Como se pode perceber, são inúmeros os conglomerados que sucumbiram a esse nicho de mercado. Por exemplo,

O Banco do Brasil possui 12,6 milhões de clientes. Não disputou o Banco Postal, pois fez parceria com duas redes de supermercados. O Bradesco tem 11,8 milhões de clientes (tinha 5,5 milhões em 1995); com as 5.500 agências do Correio deve alcançar mais 3,5 milhões de clientes da classe C e D e ultrapassá-lo. O Unibanco reserva sua marca para 4,6 milhões de clientes, entretanto, alcança 10,2 milhões, considerando 2,2 milhões clientes do Ponto Frio, e 3,4 milhões da Fininvest. O Itaú certamente tem mais de 6,5 milhões de clientes (dado de 1999) em sua rede composta por 2.029 agências, 851 postos de atendimento bancário e 11.375 caixas eletrônicos, sendo que 86% da suas agências estão localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, a “nata” do mercado brasileiro. O HSBC, o Santander e a Nossa Caixa, cada qual possui cerca de 3,1 milhões de clientes. São bancos médios (COSTA apud CHAVES, 2005, 143).

Nesse aspecto, infere-se que a forte tendência à terceirização bancária, sob o manto da transferência direta ou indireta de serviços, transformou este setor em um dos mais terceirizados da economia brasileira, destacando-se o caso da Caixa Econômica Federal. Isso, por sua vez, tem modificado substancialmente as relações laborais entre o vasto e diversificado contingente

de trabalhadores que a esse processo se associa, sejam os trabalhadores diretamente contratados pelos bancos, ou melhor, os trabalhadores efetivos, ou os trabalhadores que, no espaço físico dos bancos, trabalham por meio de empresas subcontratadas, isto é, os trabalhadores terceirizados.

De certa forma, a tendência ao incremento de novas gestões da força de trabalho no espaço bancário vem propiciando a reemissão pelo capital de pretéritas formas de contratação, a exemplo da prática da terceirização e, como corolário dessa lógica, a reprodução da divisão social entre os trabalhadores, o que possibilita a criação de ambientes de trabalho tensos, contraditórios e sofridos. Afinal, como esse processo foi se consolidando, particularmente no seio da Caixa Econômica Federal?

4.2 A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA PÚBLICA SOCIAL

Criada em 12 de janeiro de 1861 pelo imperador Pedro II e denominada, primeiramente, de Caixa Econômica Federal e Monte de Socorro, surge com o objetivo de conceder empréstimos, estimular a captação de recursos financeiros, principalmente da população de menor poder aquisitivo, e executar a política social do Governo Federal (CEF: Balanço social, 2007).

Trata-se de uma instituição financeira sob a forma de empresa pública que se vincula ao Ministério da Fazenda, auxilia a política de crédito do Governo Federal e está sujeita à fiscalização do Banco Central do Brasil. O seu comando central se instala em Brasília/DF, local onde são definidas suas políticas e estratégias de atuação.

No ano de 1931 inaugura as operações de consignação para pessoas físicas e em 19 de julho de 1934, por meio do Decreto 24.427, assume a exclusividade dos empréstimos sob penhor.

Sua primeira reforma administrativa assina o período que se estende de 1961 a 1969, com dois acontecimentos que marcam sua trajetória: a

concessão para explorar com exclusividade a Loteria Federal e a unificação de 22 Caixas Econômicas Federais, o que a tornou menos burocrática no trato com os serviços que passara a lidar.

Logo mais, assume a execução de algumas políticas sociais do Governo Federal nos segmentos de saneamento e infra-estrutura. Além disso, torna-se não somente agente nacional de financiamento da casa própria, após herdar algumas das atribuições do Banco Nacional de Habitação – BNH –, como também passa a administrar os programas sociais do governo, tais como: o Programa de Integração Social – PIS –, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS –, o Seguro Desemprego, o Crédito Educativo, a renda mínima e o Programa Bolsa Família.

Na verdade, os grandes projetos sociais do Poder Executivo passam pela CEF, sendo o mais recente o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciativa do governo que visa alocar investimentos públicos em infra-estrutura urbana, logística e energética para promover o desenvolvimento sustentável do país.

Dentre seus objetivos, localiza-se o de

promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando prioritariamente no desenvolvimento urbano, nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social [...] (CEF: BALANÇO SOCIAL, 2007, p.4).

Na qualidade de banco público social, esta instituição procura estreitar relações com a sociedade brasileira, patrocinando atividades sintonizadas com os seus objetivos estatutários, priorizados, a saber, a partir das seguintes políticas:

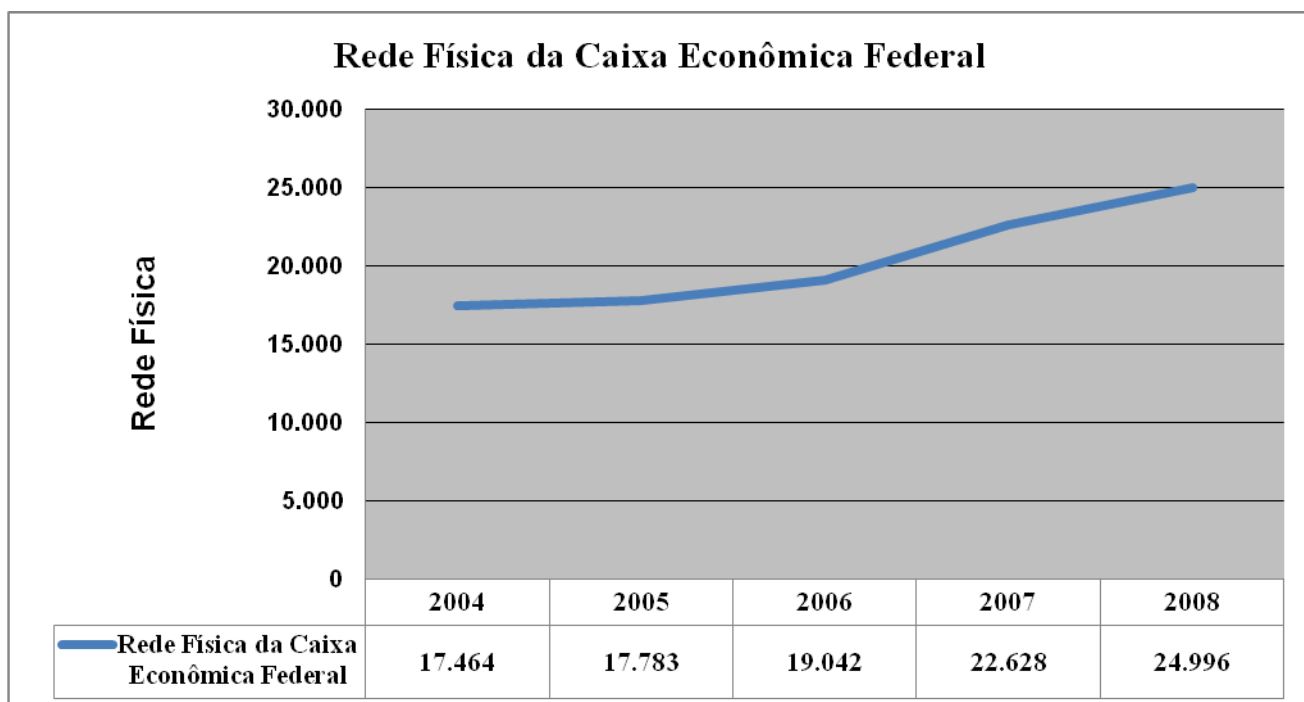
- Inclusão social: projetos de sustentabilidade que apresentem interesses sociais em consonância com os seus objetivos;
- Desenvolvimento humano: projetos que propiciem o desenvolvimento humano, a participação sociocultural, a geração de emprego/renda em benefício das comunidades carentes;

- Valores nacionais: projetos que valorizem o resgate e a manutenção das riquezas culturais;
- Descentralização: projetos que promovam a variedade das manifestações artísticas, culturais e desportistas;
- Transparência: projetos embasados na qualidade, na ética, na relação custo/benefício e que promovam resultados efetivos para a sociedade (CEF: BALANÇO SOCIAL, 2007).

Após 148 anos de atuação no mercado, a Caixa se desenvolveu e se disseminou para todos os municípios brasileiros, alcançando, inclusive, o patamar de maior banco público da América Latina. Note-se que a base de clientes deste banco cresceu no ano de 2008 em 8,8% comparado ao ano de 2007, alcançando o quantitativo de 47 milhões de clientes (CEF: Balanço Social, 2008).

Essa expansão, em parte, decorreu da ampliação de sua rede física, que vem evoluindo significativamente a partir de 2004, conforme os dados adiante sinalizam:

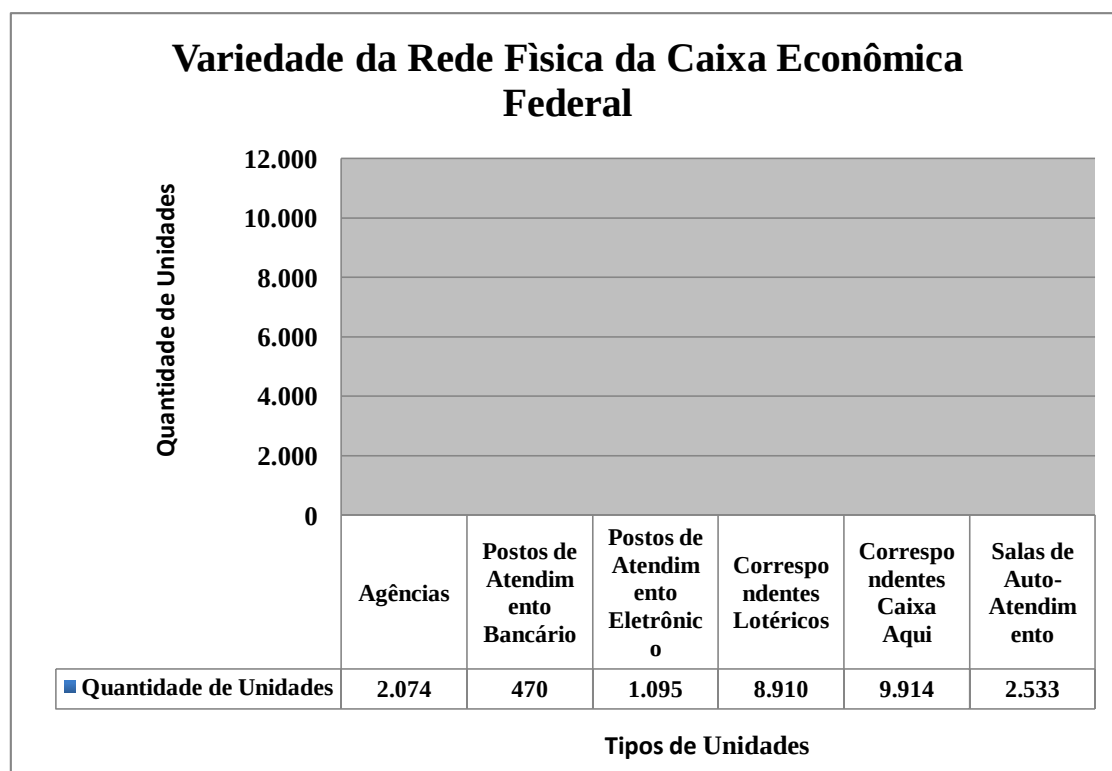
Gráfico 2 : Rede Física da Caixa Econômica Federal



Fonte: CEF: Balanço Social, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 (Gráfico elaborado pela autora).

Com uma rede física integrada por agências, postos de atendimento, casas lotéricas, correspondentes bancários e salas de auto-atendimento, a CEF, como já assinalado nas páginas precedentes, amplia seu atendimento, alcançando o vasto território brasileiro. O gráfico 3 oferece um panorama quantitativo da variedade de suas unidades que se distribui no país.

Gráfico 3: Variedade da Rede Física da Caixa Econômica Federal



Fonte: CEF: Balanço Social, 2008 (Gráfico elaborado pela autora).

Os postos de atendimento bancário correspondem a unidades localizadas em pontos estratégicos que, excetuando os serviços de penhor, oferecem à comunidade os serviços de que uma agência dispõe. As unidades Lotéricas permitem que pessoas jurídicas lidem com serviços relativos a bilhetes das loterias federais. Os correspondentes bancários prestam serviços à comunidade em nome da Caixa e com critérios estabelecidos pela instituição. Empresas do comércio varejistas como mercadinhos, supermercado e mercearias funcionam como tal.

É óbvio que os resultados alcançados decorreram de um quadro mais complexo de mutações no panorama internacional e nacional, o que conduziu a Caixa a diversificar seus objetivos e estabelecer metas a serem perseguidas em médio prazo, quais sejam:

- Ser referência mundial como banco público integrado, rentável, socialmente responsável e com capacidade de renovação;

- Manter a liderança na execução de políticas públicas e ser parceira estratégica dos governos estaduais e municipais;
- Consolidar posição como banco da maioria da população, com relevante presença no segmento de pessoa jurídica e excelente relacionamento com os seus clientes;
- Possuir alta tecnologia da informação em todos os canais de atendimento e se destacar na gestão de pessoas;
- Manter relacionamentos sólidos e inovadores com parceiros competentes e de forte compromisso social.

Como tal instituição atua no setor financeiro e está sujeita tanto as variações do mercado como as diretrizes da política pública do Governo Federal, teve que se reorganizar para não somente se adequar a nova realidade financeira, bem como para alcançar as metas que estabeleceu. Para tanto, coloca em movimento o Programa de Racionalização e Competitividade - PRC.

4.3 O PROGRAMA DE RACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE: A REESTRUTURAÇÃO NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DA CIDADE DO NATAL/RN

A reestruturação produtiva na Caixa Econômica Federal, estabelecida no ano de 1995, consistiu na introdução dos programas de qualidade total, na adoção da automação bancária, no investimento em softwares e tecnologias de ponta, na modernização da estrutura física voltada para alcançar os objetivos do “Projeto 500”⁵¹, no Plano de Adesão à Demissão Voluntária – PADV e, sobretudo, no incremento de novas políticas de gestão da força de trabalho.

⁵¹ A título de informação, as agências bancárias no interior da CEF passaram a ser denominadas de Pontos de Vendas. Nesse sentido, o objetivo do Projeto 500 era modernizar 500 Pontos de Vendas até o ano 2000.

Embora se modernize mais tardiamente, comparando-a aos bancos privados do país, essa instituição não se diferenciou muito das metamorfoses que acometeram o setor bancário em nível nacional. No Estado do Rio Grande do Norte, a Caixa iniciou esse conjunto de inovações com a implementação do famigerado Programa de Racionalização e Competitividade – PRC. Esse banco logo se viu coagido a se reestruturar quando se deparou com o processo da Reforma do Estado e todas as mutações no plano mais geral da economia, na segunda metade do século XX.

Decorrente disso, terminologias a exemplo de qualidade total, racionalização, competitividade, terceirização, rede de processos, indicadores de *performance* e gestão por resultados adentraram na filosofia da Caixa.

Os indicadores de *performance* e a rede de processos constituem os grandes destaques do Programa. Enquanto os primeiros correspondem a índices numéricos que possibilitam a Caixa acompanhar o desempenho dos processos, comparando situações – passada e presente – com os objetivos pré-determinados pela instituição, o outro diz respeito a uma organização que preza pela descentralização dos serviços, isto é, consiste em um modelo de gestão que permite ao banco

visualizar as atividades que a compõem, agrupando-as de forma a caracterizar a geração de um “produto” completo. Ou seja: um conjunto de atividades forma um “processo”, o qual gera produtos que são fornecidos a um ou mais clientes, constituídos em “rede” (CEF: GESTÃO POR RESULTADOS, 1999, p.33).

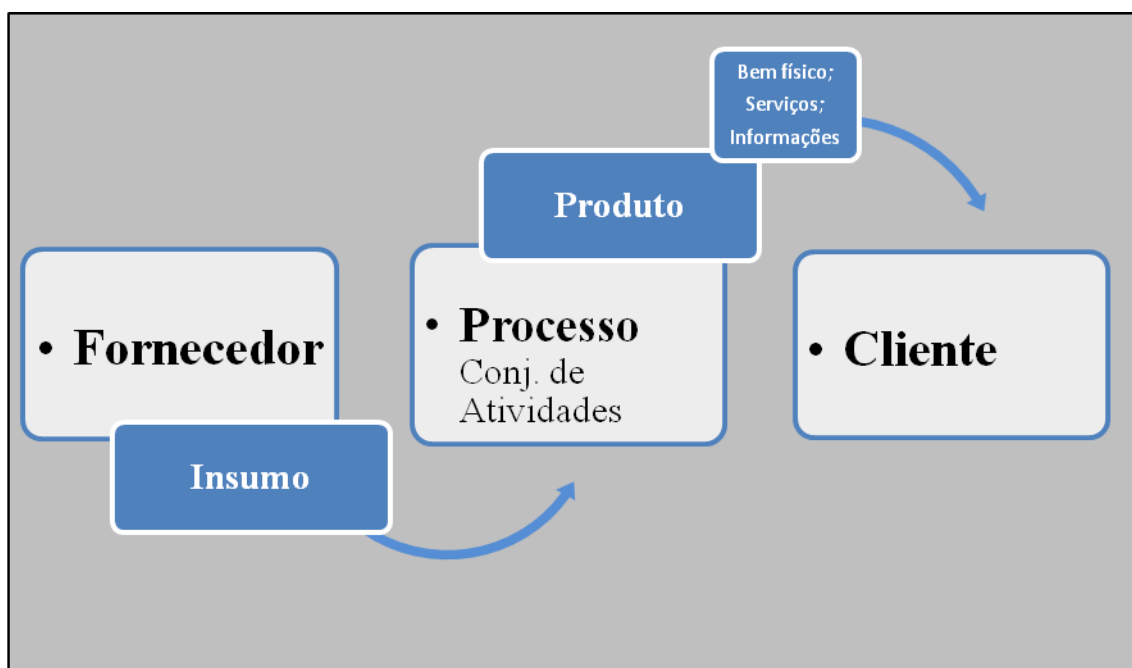
É interessante salientar que o modelo pautado na Rede de Processos, para relembrar Blass (1993), adota terminologias específicas do setor industrial, como se faz perceber na definição do termo. Óbvio que tal constatação não desconsidera as particularidades existentes no setor bancário, mas endossa que expressões próprias da indústria foram adaptadas a esse ambiente. Isso, por sua vez, não inviabiliza à Caixa de perseverar na sua política de gestão que busca estreitar relações com a sociedade brasileira por meio de patrocínios, bem como alcançar as metas traçadas, conforme se elencou nas páginas precedentes. Ainda que para isso ela tenha atuado no

sentido de se modernizar pautada em um projeto político de cunho neoliberal, o que certamente trouxe consequências danosas para a classe trabalhadora.

Particularmente, nesse setor, dois termos específicos da indústria sofrem adaptações, quais sejam: Processos e Produto. O primeiro significa que, por meio da aquisição de insumos adquiridos de fornecedores, é possível agregar valor a determinadas atividades, cujo objetivo é produzir produtos para satisfação do cliente. O segundo se associa ao resultado do processo, isto é, trata-se do negócio do processo que pode ser caracterizado por um bem físico, um serviço prestado ou uma informação (CEF: GESTÃO POR RESULTADOS, 1999).

Desta forma, a reestruturação na CEF, materializada na Rede de Processos, busca conferir à instituição a possibilidade de atingir elevados níveis de competitividade nos vários mercados em que atua. Com sua implantação, instaura-se um modelo de gestão marcado por uma rede de relacionamentos que envolve fornecedores (empresas subcontratadas) e clientes, conforme se visualiza a partir da figura que expressa o seu modelo conceitual.

Figura 1: Modelo conceitual básico da Rede de Processos



Fonte: CEF: Gestão por Resultados, 1999 (Figura elaborada pela autora).

É certo que a adoção desse modelo de gestão, elaborado pela Caixa, estabelece os seguintes critérios:

- Identificação clara dos clientes e produtos por eles adquiridos;
- Nominação dos processos de trabalho para cada um desses produtos;
- Alinhamento e ajuste das atividades dispersas pela estrutura em seu respectivo processo e de acordo com o produto final;
- Identificação da cadeia cliente-fornecedor, conforme se vislumbra no gráfico acima (CEF: GESTÃO POR RESULTADOS, 1999, p. 8).

Atente-se que tal modelo de gestão flexível se referencia no mercado. Isto é, antes da Caixa gerar qualquer produto, ela especula as necessidades reais da sua clientela, desenha suas atividades, contrata fornecedores e assume, tão-somente, o controle do negócio. Um modelo que certamente encontra paralelo com as ferramentas do padrão toyotista.

Ora, todos os serviços desenvolvidos e oferecidos pela instituição possuem caráter estratégico, tático e operacional. Como o seu maior objetivo consiste na redução de custos com o fito de torná-la mais rentável, ela estuda o equilíbrio econômico-financeiro de qualquer operação, delegando aos fornecedores a produção de determinados serviços

É pertinente ressaltar que qualquer que seja o negócio da instituição, a cadeia formada para alcançar as metas traçadas é produto da composição de um conjunto de atividades relacionadas à análise do mercado, a saber: sondagem, desenvolvimento, divulgação, distribuição, controle e venda. Além disso, essa cadeia ainda conta com o suporte tecnológico, com o recurso humano e os serviços administrativos do banco.

A nova estrutura pautada na Rede de Processos conflui para que a CEF elimine zonas de superposição ou indefinição de responsabilidades; estabeleça relação entre clientes e fornecedores internos; institua, com base no conceito de resultados, a estrutura organizacional que melhor oriente suas metas e aperfeiçoe a coordenação e o gerenciamento dos processos descentralizados (CEF,1999).

Nesse sentido, convém salientar que a Rede de Processos é a expressão clara de que a estratégia da terceirização busca transferir os encargos sociais para os seus “parceiros”. Na Caixa, essa estratégia se assemelha àquela tipicamente à brasileira, bem conhecida como “outsourcing tupiniquim” que em vez de predominar a idéia de que todos os parceiros ganham, prevalece a busca desenfreada pela redução de custo, na qual está “embutida uma estratégia de confronto e de enfrentamento”, como assinala Farias (1994, p.43).

Destaca-se também, nesse contexto, a instalação do PADV. Como parte da política da Reforma do Estado que marca a “era FHC”, a proposta de saneamento das empresas estatais se completava na CEF. Como corolário do fechamento de algumas agências no Rio Grande do Norte e o oferecimento do PADV aos bancários, todo um cenário de insegurança até então não vivenciados por eles foi gerado no interior das agências.

O PADV foi oferecido aos bancários em dois momentos. O ano de 1996 foi o primeiro deles, já o segundo ocorreu em 1997. A maior adesão, em se tratando da realidade do Estado do Rio Grande do Norte, aconteceu em 1996, quando dos 855 (oitocentos e cinquenta e cinco) funcionários existentes na CEF, 45 (quarenta e cinco) sucumbiram à “autodemissão”. O “trem da alegria” voltaria a parar na estação CEF no ano posterior, quando ao seu vagão subiram mais 27 (vinte e sete) bancários do universo de 810 (oitocentos e dez) restantes do ano de 1996 (SINDICATOS DOS BANCÁRIOS, 2000).

A força de trabalho efetiva na CEF continuou a declinar no curso da segunda metade da década de 1990, sofrendo uma insignificante alteração no ano 2000, quando o número de bancários se elevava de setecentos e trinta e um (731) para setecentos e quarenta e um (741) em todo o Estado, conforme dados do Sindicato dos Bancários (2000).

Considere-se que, no mesmo compasso das mudanças que objetivamente conduziam o banco à “modernização” e ao “progresso”, a subjetividade dos funcionários era trabalhada para entrar em sintonia com as mutações em curso. A eles cabiam a benevolência de cooperar com a

instituição, mesmo que para isso sacrificasse a possibilidade de vender a sua força de trabalho por meio da “autodemissão”.

A “autodemissão” dos bancários significava, antes de qualquer coisa, uma atitude solidária para com a empresa. Para tanto, as bonificações por tempo de serviços, direitos não financeiros, entre outros adicionais, funcionaram como elementos de persuasão entre os funcionários do banco. Decorrente disso, o sentimento de insegurança, medo e tensão pairou sobre os trabalhadores da Caixa Econômica Federal⁵².

O drama da adesão ao PADV pesou, sim, entre os bancários. Na realidade analisada, tal medida teve um fim traumático: dificuldades em sustentar seu próprio negócio, associada à fragilidade de saúde, parecem ter refletido em atitudes suicidas entre adeptos ao Programa; ex-bancários foram deslocados para o mercado informal, uns passaram a trabalhar como autônomos e outros investiram em negócios próprios. Nesse sentido, parece não haver dúvidas de que todas as modificações provenientes do processo de reestruturação operaram sob um quadro ofensivo e contraditório.

A sensação de arrependimento predomina entre os 72 funcionários que sucumbiram à demissão. Esta ficou muito distante de ser “voluntária”: excetuando-se quatro funcionários que aproveitaram o ensejo para se aposentar, conforme declarado, parte deles lamenta a perda do emprego e o conforto emocional que a relativa estabilidade no trabalho ainda é capaz de proporcionar.

É certo que todos os ajustes se direcionavam para garantir a sobrevivência da empresa, bem como sua permanência no mercado como banco comercial e rentável. Os resultados de todos os incrementos tão logo se manifestariam na forma dos elevados índices de lucros da Caixa. Os

⁵² Interessante destacar que o Banco do Brasil foi a empresa do governo pioneira na adoção do Plano de Demissão Voluntária. Nesse aspecto, salienta-se que enquanto a Caixa Econômica agia mais brandamente no sentido de estimular os funcionários à “autodemissão”, o Banco do Brasil, de acordo com Silva (2006), utilizava-se de mecanismos coercitivos para fazer o funcionário auto-aderir. Talvez esse mecanismo justifique o porquê da redução dos trabalhadores do Banco do Brasil ter sido expressivamente superior ao da Caixa Econômica. Dados do Sindicato dos Bancários do RN mostram que o Banco do Brasil contou com a “autodemissão” de 378 funcionários em detrimento de 72 funcionários da Caixa Econômica Federal.

indicadores financeiros desse banco, descritos a seguir, oferecem um panorama do seu desempenho no curso da primeira década do século corrente.

Gráfico 4: Indicadores de desempenho econômico da CEF no período de 2001 a 2009

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Lucro Líquido	R\$ 4,68 b	R\$ 1,08b	R\$ 1,61 b	R\$ 1,4 b	R\$ 2,07 b	R\$ 2,39 b	R\$ 2,5 b	R\$ 3,9b	R\$ 3,0b

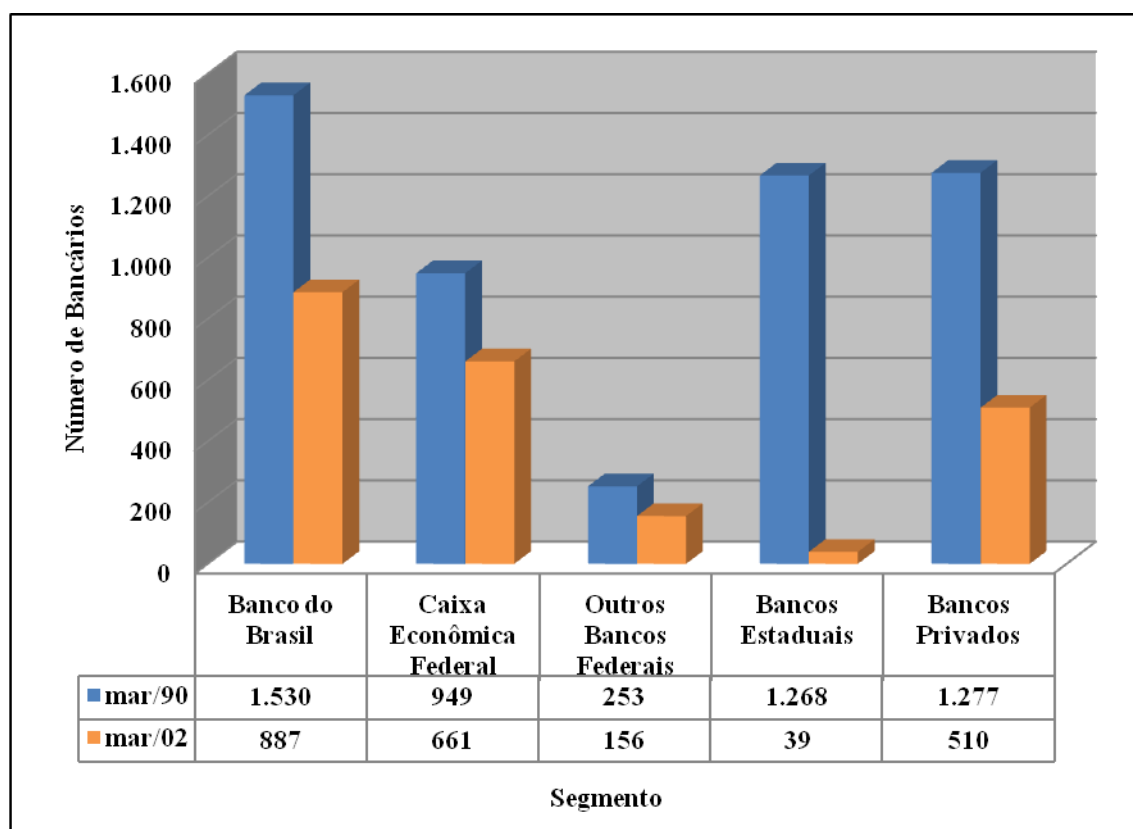
Fonte: Balanço social, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 (Gráfico elaborado pela autora).

Como resultado da reestruturação patrimonial, a CEF se movimenta no curso dos anos de 2000 com margens expressivas de lucro. Atente-se que, em 2008, em meio à crise financeira internacional que eclode nos Estados Unidos, esse banco não reduziu sua margem de lucro. No ano de 2009, ainda sob o impacto do aprofundamento da crise que já havia extrapolado os limites do setor imobiliário norte-americano, a Caixa expandiu sua carteira de crédito, atuando com menores taxas de juros no mercado, o que evitou maior retração no índice de lucro da empresa.

Um dado relevante, podendo inclusive ser paradoxal nesse processo de transição na CEF, é a constatação de que a acomodação dela aos experimentos flexíveis culminou no aumento do emprego formal em seu interior, viabilizado, óbvio, pela subcontratação da força de trabalho.

Isso não implica dizer que a empresa não tenha reduzido o seu quadro efetivo de funcionários. Isso aconteceu, ainda que minimamente, quando se compara com outros bancos públicos e privados do Estado, como demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5: Movimento do Emprego Bancário no intervalo de 1990 a 2002, no RN.



Fonte: Sindicato dos Bancários/RN, 2002 (Gráfico elaborado pela autora).

Observa-se que a Caixa Econômica Federal é o segmento que apresenta o menor decréscimo proporcional do número de funcionários, registrando uma redução equivalente a 30,35% quando comparado ao número de bancários existentes em março de 1990, quando totalizavam 949 funcionários.

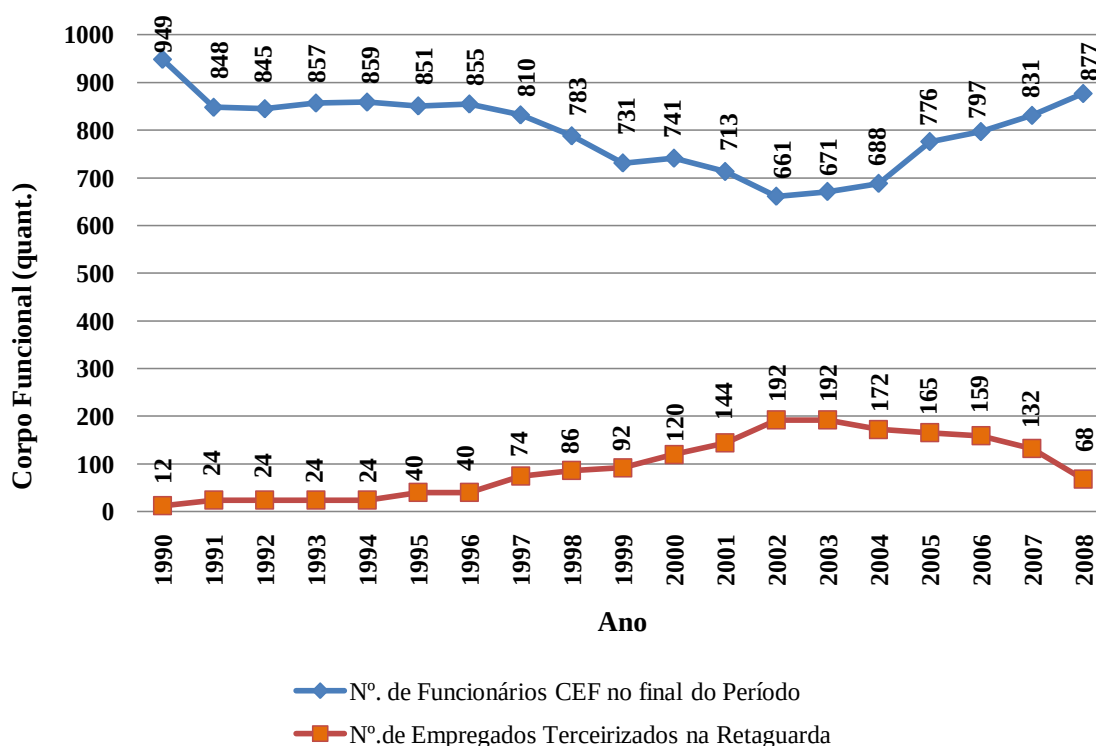
Cabe destacar que enquanto o banco reduzia o seu quadro efetivo de trabalhadores – os bancários –, investia na terceirização da força de trabalho. Isso, por sua vez, possibilitou o crescimento dos níveis de emprego formal no espaço físico da Caixa no momento em que declinava o emprego bancário.

É curioso atentar para o fato de que, a partir de 1989, esse banco iniciava a primeira subcontratação que teve como objeto contratual a locação de força de trabalho para prestação de serviços correlatos à digitação. Em março de 1990, ela mantinha em sua dependência física 24 trabalhadores terceirizados desenvolvendo atividades de entrada de dados, isto é, de digitação, conferência de documentos, protocolo de fitas magnéticas e

operação de dados. Em março de 2002, havia oito vezes mais o número de trabalhadores terceirizados, isto é, 192 distribuídos nas treze agências da capital (DIAS, 2002).

Eis o paradoxo: apesar da retração do emprego bancário, os níveis de postos de trabalho aumentaram na Caixa Econômica Federal até o ano de 2003, aumento esse provocado pelo incremento da terceirização da força de trabalho. Essa dinâmica sofreria alterações a partir do ano de 2004, quando a possibilidade de concurso público chega à porta da instituição, permitindo alterações em seu quadro funcional. O gráfico 6 demonstra de forma ampliada a dinâmica do corpo funcional e do (des) emprego na instituição.

Gráfico 6: Indicadores do Corpo Funcional e de Empregos de 1990 a 2008



Fonte: CEF/SINDICATO DOS BANCÁRIOS/RN: 2002, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 (Gráfico elaborado pela autora).

Registre-se que a tendência de declínio no nível de empregos na CEF subsistiu durante toda a década de 1990 e adentrou os primeiros anos de 2000, quando o retrocesso nos empregos se transforma em um dos males das instituições bancárias, em particular a CEF. É importante frisar a recuperação

dos empregos do setor, embora não muito expressiva, a partir do ano de 2003 na base de Natal/RN

Percebe-se que no período de recuperação dos empregos, em razão do ajuste de conduta firmado entre a CEF e o Ministério Público Federal, a abertura de concurso público no ano de 2004 viabiliza o aumento do número de funcionários do corpo efetivo e, conseqüentemente, a retração dos empregos terceirizados do Setor da Retaguarda. Observa-se que ao passo que se contratava força de trabalho para integrar o quadro permanente da empresa, decresciam os postos de trabalho terceirizados no ambiente da Retaguarda.

Na verdade, conforme dados extraídos do Jornal Luta Bancária (2003), no ano de 2003, a CEF firmou um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público Federal – MPF –, no qual acordou revisar o modelo de terceirização que se utilizava no setor de Retaguarda. Para isso, atentaria para os seguintes aspectos:

- Ajustar os contratos de prestação de serviços;
- Extinguir postos de serviços;
- Contratar empregados do quadro efetivo, ou seja, admitir técnicos bancários selecionados por concurso público;
- Contratar empresas prestadoras de serviços, ou seja, empresas especializadas em serviços que ofereçam suporte de manutenção e apoio.

É oportuno mencionar que esse ajuste de conduta foi possível devido à denúncia realizada pelo Sindicato dos Bancários do RN junto ao Ministério Público Federal, no qual reclama que a CEF “terceiriza atividades que se ajustam com perfeição ao núcleo da sua dinâmica institucional, isto é, terceiriza atividades-fim”, consoante aponta Dias em pesquisa realizada no setor (2002, p.83-84). Nesse caso específico, é conveniente lembrar que se referencia exclusivamente à terceirização da força de trabalho do ambiente de Retaguarda, uma vez que opera predominantemente com a força de trabalho terceirizada.

Com o entendimento de que a terceirização da Retaguarda é conotativa de interporsição fraudulenta pelo artifício de substituir força de trabalho direta

por indireta, ficou determinado pelo Ministério Público Federal que a Caixa efetuaria ações no período que se estenderia de 2004 a 2007, para extinguir paulatinamente com a terceirização do aludido setor. Essa desativação aconteceria nas seguintes proporções: 10% no ano de 2004 e 30% nos anos de 2005, 2006 e 2007.

Diga-se que embora tenha havido redução da terceirização no ambiente da Retaguarda, chegou-se ao limite do prazo estabelecido pelo Ministério Público sem que a CEF tenha conseguido finalizá-la, situação que se alcançaria no segundo semestre de 2009⁵³. Na verdade, até aquele momento de 2007, seria

improvável a total eliminação da terceirização da Retaguarda, ainda que se tenha iniciado a substituição dos terceirizados por técnicos bancários a partir de 2005. A CEF otimizou alguns processos e automatizou outros no sentido de reduzir o número dos trabalhadores terceirizados. Entenda que a política da CEF é demitir dois trabalhadores terceirizados para contratar um técnico bancário e essa desproporcionalidade compromete o número de autenticações necessárias ao setor, tendo em vista que um técnico bancário não suprirá o número de autenticações que realizam dois terceirizados. Nesse caso, não temos como demitir todos os terceirizados que lidam com as autenticações de papéis, o que nos leva a entrar com o pedido de prorrogação junto ao Ministério do Trabalho para acabar com a terceirização do setor (Entrevista concedida em 2007 pelo Gerente de Retaguarda dos Pontos de Vendas).

Dado o panorama do processo de reestruturação econômica na CEF e sua ênfase na prática da terceirização, seja ela direta ou indireta, percebe-se que uma nova dinâmica foi impressa no seio deste banco. A substituição dos bancários por força de trabalho terceirizada, além da utilização da força de trabalho de outras categorias de trabalhadores que também estão sob o manto da terceirização, engendra outra reconfiguração no espaço do trabalho bancário.

A utilização da terceirização permite a um leque de trabalhadores de categorias profissionais distintas, representadas por órgãos políticos diferenciados e sob a batuta de variados estatutos, dividirem o mesmo

⁵³ Destaca-se, nesse sentido, a atuação do movimento sindical bancário contra a terceirização, mesmo quando tímida frente aos grandes desafios que estão postos.

ambiente de trabalho. Isso, certamente, engendra uma estrutura ocupacional mais complexa, heterogênea e estratificada no espaço físico desse banco, consoante o que se percebe no mercado de trabalho de um modo geral, como aponta Harvey (1989) e Antunes (2002).

4.4 A RECONFIGURAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA REALIDADE DO BANCO PÚBLICO SOCIAL

A disseminação cada vez maior da terceirização no interior da CEF vem alterando, sobremaneira, sua estrutura funcional, impondo relevantes mutações na forma de relacionamento entre bancários efetivos, trabalhadores terceirizados, estagiários e menores aprendizes.

Registre-se que na CEF a terceirização se torna uma prática corriqueira, associada tanto às atividades de apoio quanto às finalistas do setor. Sua prática desenfreada, inclusive, acabou por substituir a força de trabalho direta por indireta. Hoje, por exemplo, não se encontra mais a figura do digitador em seu quadro de funcionários, pois atividades de digitação foram transferidas para os trabalhadores terceirizados e os estagiários.

Atente-se que a força de trabalho terceirizada do setor da Retaguarda assumiu, por mais uma década (1998- 2009), atividades de responsabilidade dos técnicos bancários. Isto porque, a partir de 1998, a CEF investiu maciçamente na contratação de trabalhadores terceirizados para o exercício de atividades correlacionadas à contabilidade bancária, considerada atividade-fim, situação que começaria a se reverter a partir de 2005, quando, por determinação do Ministério Público Federal, deu-se início ao processo de desterceirização⁵⁴ da força de trabalho do referido setor, concluído em junho de 2009.

Certamente, o investimento na Rede de Processos, elemento estratégico da reestruturação do banco, permitiu que a empresa combinasse suas

⁵⁴ Termo criado pela autora – no curso da pesquisa – para indicar o término da terceirização da força de trabalho do setor da Retaguarda.

mudanças com a terceirização da força de trabalho. Isso, por sua vez, possibilitou à instituição dinamizar sua estrutura funcional, estabelecendo uma malha de relações entre um vasto contingente de “colaboradores”, a saber: empregados concursados, estagiários, menores aprendizes e “prestadores de serviços”.

Os empregados concursados pertencem ao quadro permanente da Caixa e seu recrutamento acontece mediante concurso público. Os estagiários são alunos provenientes de escolas públicas ou particulares que cursam o ensino médio e/ou ensino superior. Os alunos do ensino médio tendem a vivenciar a experiência profissional nos pontos de vendas, nos postos de serviços e em salas de auto-atendimento do banco. Normalmente estão uniformizados com um colete azul, destacado com a frase: “Posso ajudar?” Quanto aos estagiários de nível superior, atuam em unidades administrativas da empresa.

No que concerne aos adolescentes aprendizes, são jovens contratados por meio de entidades sociais e comunitárias. Eles recebem assistência, acompanhamento profissional, educação e orientação especializada.

Já os denominados “prestadores de serviços” constituem a força de trabalho de empresas contratada pela CEF para a execução de serviços contínuos e de necessidade permanente da empresa. Esses profissionais desenvolvem atividades nas dependências da instituição relacionadas aos serviços de:

- Limpeza e Conservação;
- Copa;
- Recepção;
- Vigilância Ostensiva;
- Preparo, conferência e digitação de dados;
- Recepção, triagem e movimentação de documentos;
- Operação de telemarketing;
- Operação de máquinas reprográficas e de equipamentos telefônicos;

- Manutenção diversa;
- Combate a incêndios;
- Serviços de informática;
- Outras funções cuja execução seja autorizada pela Diretoria da Caixa.

Considerando-se que não são poucas as atividades desenvolvidas pela força de trabalho terceirizada no espaço físico da tomadora de serviços, constata-se que são significativamente heterogêneos os segmentos de profissionais que no interior da CEF labutam. Note-se que a esses também se somam os funcionários efetivos, estagiários e menores aprendizes.

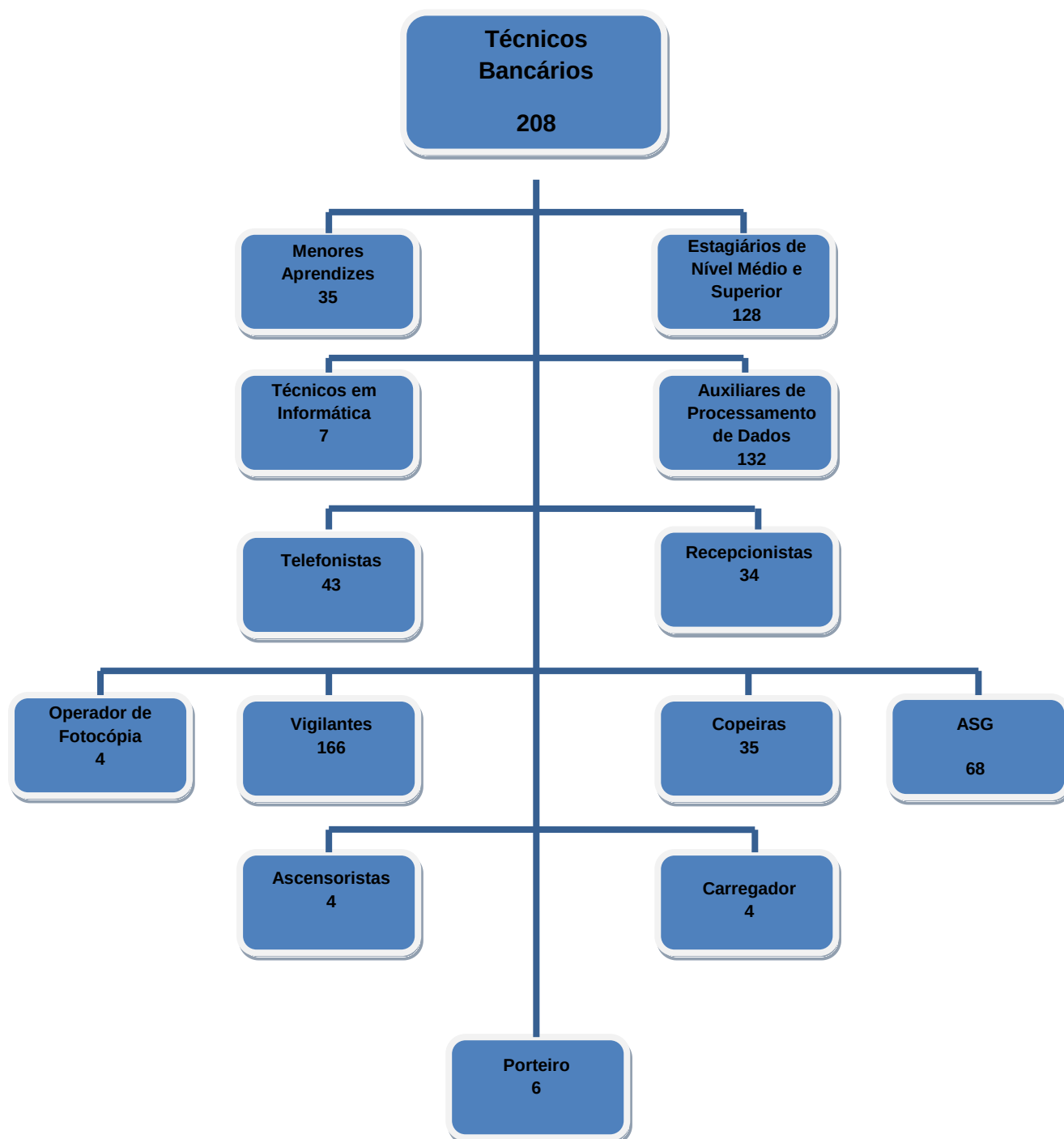
Nesse sentido, há de convir-se que a articulação mais ampla do fenômeno da terceirização com a questão da contradição capital e trabalho, que aqui se analisa, leva ao entendimento de que a utilização dessa prática flexível vai forjando um cenário de trabalho permeado de incompatibilidades entre o vasto universo de trabalhadores.

Aqui, por exemplo, já se pode fazer alusão às distintas formas de contratos de trabalho que vão caracterizar os vários tipos de terceirização no banco, o que reflete em outros aspectos do universo sócio-laboral, como as disparidades salariais, as variadas jornadas de trabalho e os diferentes benefícios sociais que se justapõem entre os variados vínculos empregatícios.

Essa processualidade, por sua vez, revela quão complexa é a análise da terceirização na CEF. Essa estratégia que, de um modo geral, é utilizada no contexto da política da flexibilização do mercado de trabalho, permite que vários segmentos profissionais se coadunem no mesmo espaço de trabalho sob o manto de uma natural e perversa desigualdade. Essa estrutura, por conseguinte, acentua a divisão social entre os trabalhadores que laboram na CEF, fomentando um ambiente de trabalho hostil, polarizado, segmentado e estratificado. Isso, por conseguinte, dá azo para a reprodução, em nível micro, da morfologia que se desenhou no mercado de trabalho como um todo.

Por meio da figura abaixo exposta, tem-se o compacto da distribuição dos autênticos e distintos trabalhadores que laboram no espaço físico da CEF⁵⁵.

Figura 2: A morfologia ocupacional dos Pontos de Vendas da CEF



⁵⁵ Dados fornecidos pelo Superintendente Regional da CEF, o Gerente da Representação de Retaguarda dos Pontos de Vendas (RERET) e a Assistente Regional, nos anos de 2007 e 2008. Organograma elaborado pela autora, conforme dados da pesquisa de campo.

O organograma anterior apresentado dá idéia da formatação ocupacional dos Pontos de Vendas da Caixa Econômica Federal, da cidade do Natal, após os ajustes que se processaram na instituição. Por meio dele, é possível visualizar uma estrutura de trabalho polarizada e estratificada. Nota-se que, de um lado, ou seja, no topo do organograma, encontram-se os bancários efetivos e, abaixo deles, todos os demais trabalhadores.

Ora, considerando que o mercado de trabalho, no âmbito geral, é marcado por certa polarização, na qual se demarca a posição dos trabalhadores como ocupando a condição de central ou periférico (HARVEY, 1992), a pesquisa localizou algo de similar no interior do banco investigado.

O levantamento do quantitativo de trabalhadores no interior da CEF e a forma como esses a ela se vinculam oferecem um panorama da condição que ocupam no dito mercado de trabalho. A rigor, localizaram-se 208 técnicos bancários⁵⁶, destacando-se na posição de melhor referência no banco, em detrimento de 666 trabalhadores que a esses se subordinam na qualidade de subcontratados.

Os terceirizados, infere-se, constituem o polo subordinado dessa relação. Eles são obrigados a executar os serviços dentro dos horários estabelecidos pela Caixa, a cumprir rigorosamente os cronogramas estabelecidos por esse banco, como também se responsabilizam por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham a lhes causar. Não é demais lembrar, nesse sentido, que estudos como os de Chesnais (1996), Corriat (1994) e Hirata (1997) assinalam que a subordinação hierárquica é um elemento que permeia a relação de subcontratação e, nesse caso analisado, também se constata.

Desta forma, ocupando a condição de periféricos, esses trabalhadores se subdividem em grupos e subgrupos, distribuídos na seguinte ordem: 35 menores aprendizes, 128 estagiários e 503 trabalhadores terceirizados. Esses últimos se vinculam a 5 empresas diferentes, ocupando 11 funções, a saber:

⁵⁶ Cabe informar que, no que diz respeito aos trabalhadores bancários efetivos, os números indicados no organograma faz referência somente aos novos técnicos bancários, isto é, àqueles admitidos a partir do concurso público de 2004.

auxiliar de processamento de dados, técnico em informática, telefonista, recepcionista, operador de fotocópia, vigilância, Auxiliares de Serviços Gerais, serviços de copa, ascensorista, carregador e porteiro. Com isso, a morfologia ocupacional que se desenha na CEF se caracteriza não somente pela polarização entre os grupos de trabalhadores, como também pela estratificação e heterogeneidade entre eles. Nota-se que no topo do organograma se localizam os técnicos bancários e, abaixo deles, todos os demais trabalhadores periféricos, que possuem graus de “vantagens” e benefícios sociais consoante a posição que ocupam.

Nesse caso, infere-se que as principais diferenças identificadas entre os trabalhadores do topo, os intermediários e a base, encontram-se nas disparidades salariais e nos vínculos de trabalho oferecidos a cada segmento profissional. Isso, por conseguinte, condiciona-os a usufruírem de modo desigual das “recompensas” existentes nas diversas modalidades de trabalho a que estão submetidos.

Nesse caso particular, informa-se que os técnicos bancários, os anfitriões da casa social, detêm não somente um melhor salário, como também mais vantagens em relação à força de trabalho terceirizada. A título de informação, seu piso salarial corresponde a R\$ 1.447,00 e contam com mais R\$ 657,00 correspondentes a vinte e dois tíquetes-alimentação e à cesta alimentação, além de possuírem o benefício do plano de saúde. Diga-se que seu vínculo de trabalho ainda está de acordo com a forma clássica de contratação, sob o modo de contrato por tempo indeterminado, o que agrega outros direitos em relação à força de trabalho terceirizada.

Abaixo dos técnicos bancários, localizam-se os demais trabalhadores. Salvo os auxiliares de processamento de dados e os técnicos em informática, cujas atividades desenvolvidas se aproximam do que realizam os efetivos do banco, os outros praticam atividades residuais da e/ou na instituição, cobrindo, com diz Chesnais (1996), um lugar de “tampão” na instituição.

Deve-se lembrar de que, ao contrário dos estagiários e dos menores aprendizes, que são diretamente conveniados à CEF, a força de trabalho

terceirizada se vincula às empresas alocadas pelo Banco para prestação de serviços. Nesse sentido, todos eles são contratados por tempo determinado.

As empresas subcontratadas pela Caixa, cujo objeto de contrato é a força de trabalho disponível para realizar as atividades em sua dependência física, totalizam cinco⁵⁷. Praticamente elas dão cobertura aos 11 tipos de contratos de prestação de serviços da instituição. Isso, por sua vez, implica dizer que algumas dessas empresas estabeleceram mais de um tipo de contrato com a Caixa.

Essa lógica que imprime certa diversidade do corpo funcional no seio da CEF se sustenta por meio de distintas formas de contratações. O contrato de trabalho por tempo determinado vigora na relação que se institui entre a CEF e as empresas alocadas e, conseqüentemente, entre as empresas e a força de trabalho terceirizada.

A prevalência dessas formas variadas de contratos de trabalho se reflete nos trabalhadores. Isto porque a dimensão social que o contrato de trabalho alcança passa a ser comprometida, fato que ganha fôlego com o advento das formas de gestão flexível.

Ora, o trabalho contratual protegido característico dos gloriosos 30 anos pós-guerra, principalmente nos países que desenvolveram um Estado de bem-estar social, converge em um bem cada vez mais reduzido. A flexibilização dos contratos de trabalho como tendência mundial alcança, sim, a rede de proteção do trabalhador. Tal flexibilização, de súbito, ataca o princípio da continuidade do trabalho, o que traz algumas implicações para o Direito do Trabalho que, em tese, “evoluiu no sentido de compensar a desigualdade social e econômica do trabalho com vantagens e benefícios (SILVA, 2002, p.54).

aa Nesse caso específico, afirma-se que o modo como os trabalhadores se vinculam à CEF vai ser determinante não somente para qualificá-los no contexto do mercado de trabalho, mas também para mostrar que o

⁵⁷ Informa-se que não se estabeleceu contato direto com os representantes das empresas fornecedoras de força de trabalho. Nesse sentido, resguardam-se os nomes das empresas.

redimensionamento da empresa, priorizado a partir da gestão da força de trabalho flexível, promoveu um ambiente de trabalho tenso e conflituoso.

Nesse sentido, faz-se oportuno apresentar as condições objetivas oferecidas pelas distintas formas de contratos de trabalho existentes no interior da Caixa, no sentido de apresentar a divisão que vai se forjando entre as diversas categorias profissionais.

4.5 PERFIL DOS TRABALHADORES E CONDIÇÕES DE TRABALHO: O RETRATO DAS DESIGUALDADES E DOS CONFLITOS

Como foi possível vislumbrar, a reestruturação na CEF se combina diretamente com a questão da terceirização da força de trabalho, o que permitiu à empresa redefinir o seu quadro funcional e, conseqüentemente, segregá-lo.

Os dados apresentados no organograma (figura 2) indicam que oitocentos e setenta e quatro trabalhadores (874), divididos entre técnicos bancários, estagiários, menores aprendizes e a força de trabalho terceirizada se coadunam no espaço físico da Caixa, a fim de desenvolver as atividades da empresa.

A convivência entre esses trabalhadores, estabelecida por vínculos empregatícios distintos, ou seja, ou estão atrelados à CEF por meio do contrato de trabalho por tempo indeterminado, como é o caso dos funcionários efetivos, ou nela estão amarrados pelo contrato de trabalho por prazo determinado, condição de todos os demais trabalhadores, diga-se: é permeada de contradições.

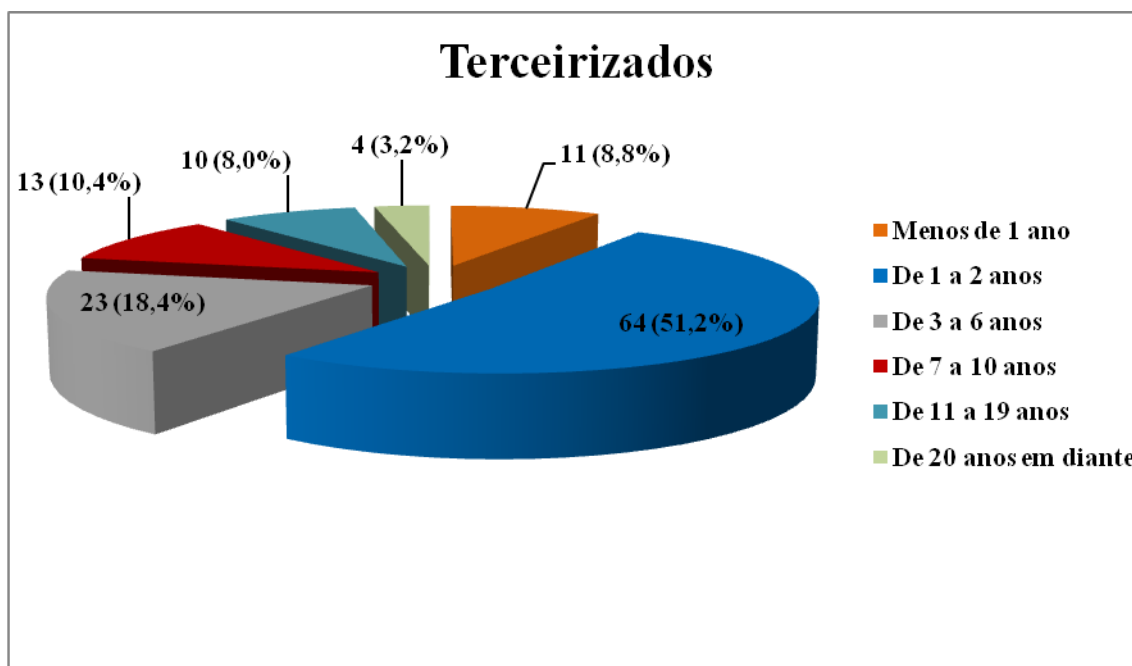
Nesse caso, é oportuno salientar que, salvo os estagiários e menores aprendizes, toda a força de trabalho terceirizada que está alocada na instituição, embora se relacione com ela por tempo determinado, possui registro na carteira de trabalho. Tal registro, ao menos em tese, garante um

conjunto de benefícios a esses trabalhadores, a exemplo do direito ao gozo de férias e o FGTS.

O paradoxo dessa situação é a constatação da “permanência” de alguns desses trabalhadores na CEF para além de dois anos. Legalmente, o contrato entre a tomadora de serviços e a prestadora não pode extrapolar dois anos, salvo após essa concorrer a novo processo licitatório e vencê-lo. Contudo, verifica-se a “continuidade” de parte da força de trabalho terceirizada na Caixa, mesmo quando a prestadora de serviços perde o contrato.

A rigor, os trabalhadores terceirizados são desligados das empresas que finalizam contrato com a instituição e logo são aproveitados pelas novas subcontratadas, normalmente a pedido dos representantes da CEF. O gráfico abaixo pode revelar o tempo de “permanência” desses trabalhadores na instituição.

Gráfico 7 – Tempo de serviço da força de trabalho terceirizada na CEF



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base em levantamento de dados colhidos junto à força de trabalho contratada, entre os meses de fevereiro a maio de 2009.

Como se verifica, há trabalhadores terceirizados sendo objeto de contrato da Caixa Econômica há mais de 20 anos. Óbvio que é uma estimativa inexpressiva, significando somente 3,2% da totalidade dos 125 trabalhadores

consultados na pesquisa, até porque no outro extremo, ocupando um percentual bem superior, ou seja, 51,2% localizam-se os que nela laboram pelo período de até dois anos. Destacam-se ainda os que trabalham na instituição há mais de dez anos, que correspondem a 8,0% dos trabalhadores, bem como os que nela estão entre o período de 7 a 10 anos, que são 10,4% deles. Aqueles que estão entre o prazo de 3 a 6 anos na instituição, equivalem 18,4% da força de trabalho, e os com menos de 1 ano corresponde a 8,8% do universo da amostra.

Nesse sentido, faz-se pertinente elucidar a trajetória de um desses trabalhadores que se encontra trabalhando há mais de duas décadas nos aposentos da CEF:

Olha, eu comecei a trabalhar na Caixa em 1987, iniciei como estagiária, era bem novinha, tinha somente 17 anos. No ano de 1989 acabou o tempo do meu estágio e aí o gerente da Unidade de Processamento de Dados – UPED – , como se chamava à época, perguntou se eu gostaria de trabalhar como digitadora na empresa que a CEF estava contratando e eu disse que sim. Daí, estou como terceirizada na Caixa até hoje. Acompanhei todas as mudanças e ampliação da terceirização. Hoje trabalho no setor da Retaguarda, passei por todas as firmas, pulei de uma para outra, parece-me que trabalhei em 6 delas ou mais. Já tenho 22 anos de casa, é um longo período. Eu parei no tempo, me acomodei aqui. Agora é que acordei, pois vou ser demitida porque a terceirização da Retaguarda vai acabar e os meus dias estão contados aqui (Auxiliar de Processamento de Dados, 2009).

Nesse caso, verifica-se que essa combinação entre o permanente e o transitório marca a situação de toda a força de trabalho da instituição. Ela, por conseguinte, vai se caracterizar por desigualdades reais entre direitos e deveres de todos os trabalhadores perante a Caixa, o que, inclusive, tornam as relações de trabalho tensas e conflituosas entre a totalidade deles.

Ora, o processo de terceirização na CEF conforma uma realidade marcada fundamentalmente pela diferenciação e segmentação no trabalho. Na verdade, estar trabalhador terceirizado constitui uma situação marcada, principalmente, pela discriminação, indiferença, baixa remuneração, insegurança e precarização do trabalho. Talvez, por isso, a idéia de trabalhar na condição de terceirizado seja apenas passageira – por um tempo, até que se obtenha a aprovação em um concurso público federal, que é conotativo de

melhores níveis salariais, perspectiva de construção de carreira profissional e, sobretudo, “estabilidade”. Isso é o que almeja a maioria dos trabalhadores contratados por tempo determinado que a investigação contemplou na Caixa Econômica Federal.

Logo, a constatação a que se chega, a partir dos dados levantados por meio das entrevistas, é que esses trabalhadores mergulham em uma crise de incerteza, instabilidade e vulnerabilidade. Eles oscilam entre tempos de trabalho de curta duração e tempos de desemprego. Situação essa que, resguardadas as devidas diferenças entre um momento histórico e outro, entra em consonância com a existência da superpopulação relativa, que Marx (2006) classificou de população *flutuante*, de *latente* e de *estagnada*, e que se fez presente no processo de industrialização inglesa.

De um modo geral, pode-se afirmar que esses trabalhadores possuem ótimo nível de escolarização. Do universo de 125 entrevistados, 0,8% (1) cursa pós-graduação; 42,4% (53) cursaram ou estão cursando graduação; 46,4% (58) deles concluíram o Ensino Médio; 7,2% (9) estão em processo de conclusão e 3,25% (4) cursaram somente as primeiras séries do Ensino Fundamental.

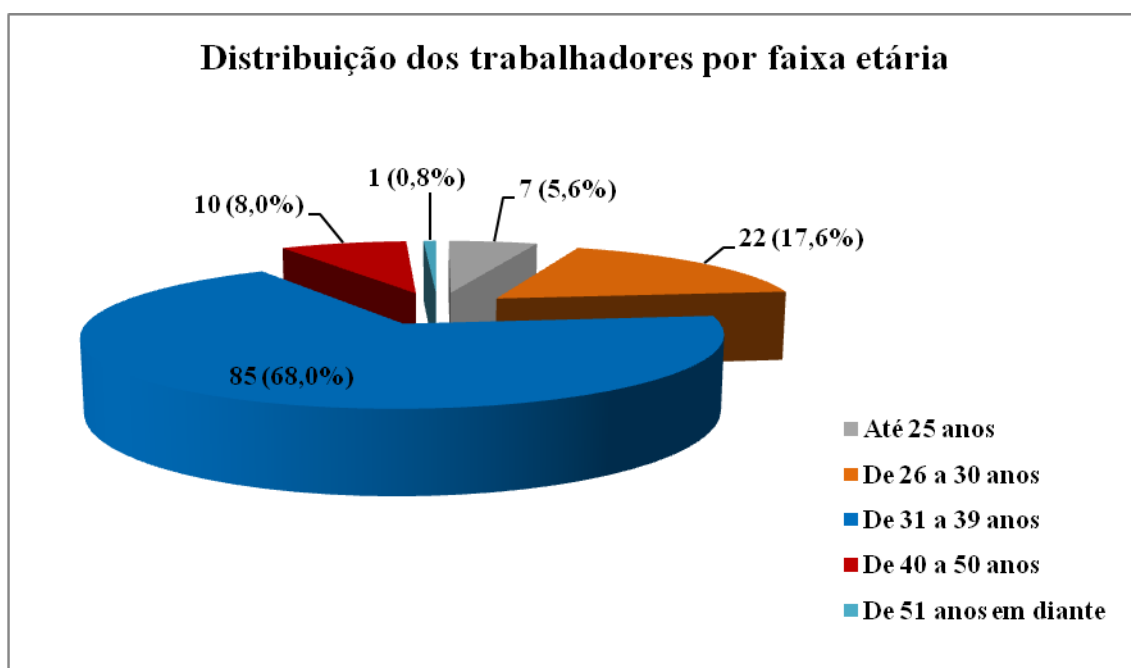
Esses dados a respeito do nível de escolarização dos trabalhadores podem revelar quão relativa é a tese de que um bom nível de escolarização seja o passaporte para a ascensão profissional. “Contudo, é conveniente assinalar que no curso da crise do capital, os diplomados também aumentaram as chances de ficar desempregados ou subempregados, ainda que os menos escolarizados estejam mais vulneráveis ao desemprego” (DIAS, 2009, p.110). É por isso que Castel (1998) e Leite (1996) endossam que uma alta qualificação não é o caminho mais glorioso para obtenção de um emprego condizente ao título que se obteve.

No que diz respeito à questão de gênero, eles são em sua maioria do sexo feminino. Cerca de 52,8% (66) dos trabalhadores são do sexo feminino, em detrimento de 47,2% (59) do sexo masculino, o que é revelador da forte presença da mulher em um ambiente de trabalho que outrora se caracterizou pela prevalência de homens.

A presença do contingente feminino é um traço distintivo desse ambiente de trabalho. Hoje, tendo em vista as intensas mudanças forjadas no mundo do trabalho, é possível compreender que a classe trabalhadora [...] “é tanto masculina como feminina e, portanto, é mais diversa, heterogênea e complexificada (ANTUNES, 1999, p.46). Um dado curioso é que no ambiente da Caixa não se observam diferenças por sexo no que se refere ao conteúdo das tarefas executadas pelos trabalhadores. Aqui, homens e mulheres executam as mesmas atividades e percebem os mesmos salários.

Percebe-se ainda que esses trabalhadores que já não são tão jovens assim, pois a maioria deles, ou seja, 68,% já se aproximam dos quarenta anos. Certamente, esses são aqueles trabalhadores que sentiram (ou sentem) na pele o preço das mudanças operadas pelo capital desde os anos de 1970. Eles correspondem à força de trabalho que ingressou no mercado de trabalho quando as empresas brasileiras, ressentindo-se da crise do capital, iniciavam seus ajustes administrativos. No gráfico 8 se verificam esses dados:

Gráfico 8: Distribuição dos trabalhadores por faixa etária



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, com base nas entrevistas.

Ora, nessa era de incertezas e perspectivas sombrias advindas com o “capitalismo flexível”, adverte-se para o problema dessa juventude, uma vez que se condena a sobreviver dos trabalhos precários, interinos e instáveis. Passam tempos vagando de um emprego para outro, ou melhor, nesse caso específico, fazendo menção ao depoimento citado anteriormente, “pulando de uma empresa para outra”, impedida de construir, como faz lembrar Sennett (1999), uma biografia de vida linear e sustentável. Tal força de trabalho encontrava-se em uma empresa ontem, hoje está em outra e amanhã não se sabe se estará em alguma.

Essa sensação de insegurança permanente e a impossibilidade de planejar o futuro de longo prazo, decorrentes do “capitalismo flexível”, corroem o “caráter” dos trabalhadores, de acordo com Sennett (1999). A insegurança desorienta os trabalhadores adultos e compromete a posição de referência para futuras gerações.

Essa situação parece, inclusive, impossibilitar esses trabalhadores de edificarem uma vida de adultos, tal como a sociedade exige, ou seja, uma vida

de emancipação econômica, de sustentação de si e de uma família. Essa tendência aparece, sim, como um grande desabafo na voz da trabalhadora:

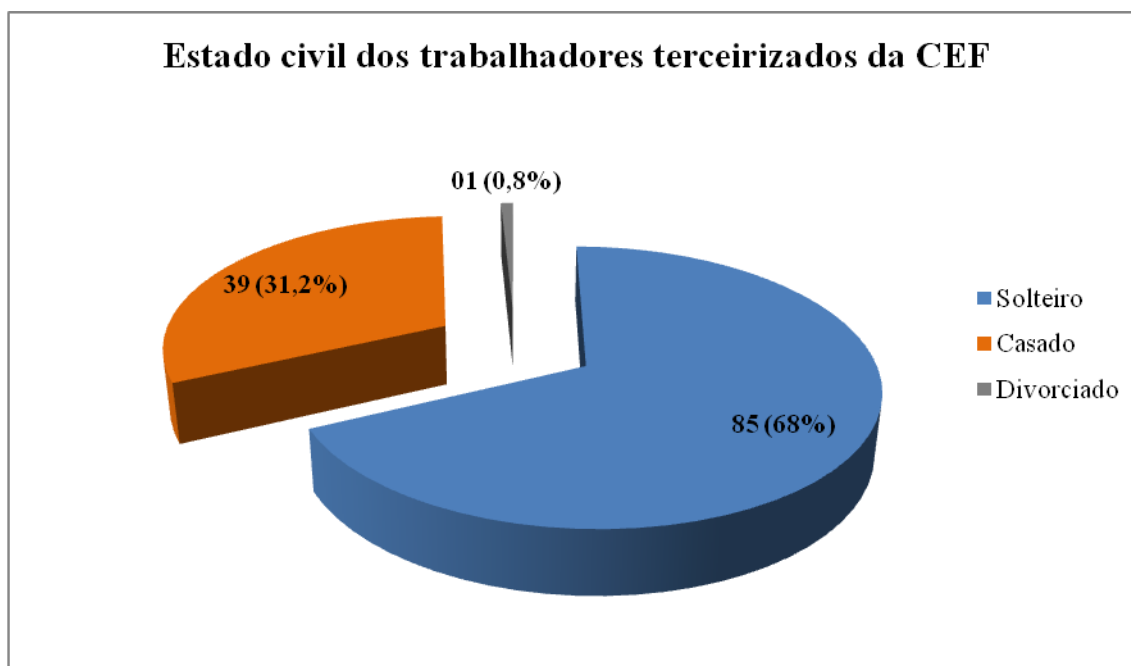
Eu digo que quando não se tem um emprego fixo não se pode programar as coisas nem planejar muito bem a vida. Por isso, evito me comprometer com despesas altas, parceladas em 12 vezes ou mais, e aquisições caras também. Tudo isso porque tenho medo de ficar desempregada. Já planejei comprar um terreno, já programei ter um filho, mas vivo adiando esses projetos porque corro sempre o risco de ficar desempregada e, com isso, não ter dinheiro para pagar o terreno e o bebê desejado passar por privações (Auxiliar de Processamento de Dados, 2009).

Especificamente nessa situação, parece ficar evidente que a condição de permanência transitória do trabalhador compromete projetos e desejos de fórum íntimo. Além disso, pode ser indicadora de uma vida tensa e sofrida porque é simplesmente frustrante estar postergando planos que oferecem sentido à vida de uma pessoa, como, por exemplo, o projeto da maternidade.

O temor incessante da perda do emprego, como se percebe, foi incorporado ao cotidiano desses trabalhadores. A condição de eternos vulneráveis ao desemprego os tornou refém da insegurança quanto à capacidade de adquirir bens materiais necessários à subsistência, como, por exemplo, a aquisição de um terreno, ou à possibilidade de constituir a própria família. O medo de não ser capaz de prover a sobrevivência de um filho posterga, inclusive, a concretização da maternidade.

Talvez o fato desses trabalhadores não conseguirem assegurar uma vida economicamente emancipada em fase adulta justifique o elevado índice dos que se encontram na condição de solteiros, consoante se visualiza no gráfico 9.

Gráfico 9 – Estado civil dos trabalhadores terceirizados da CEF



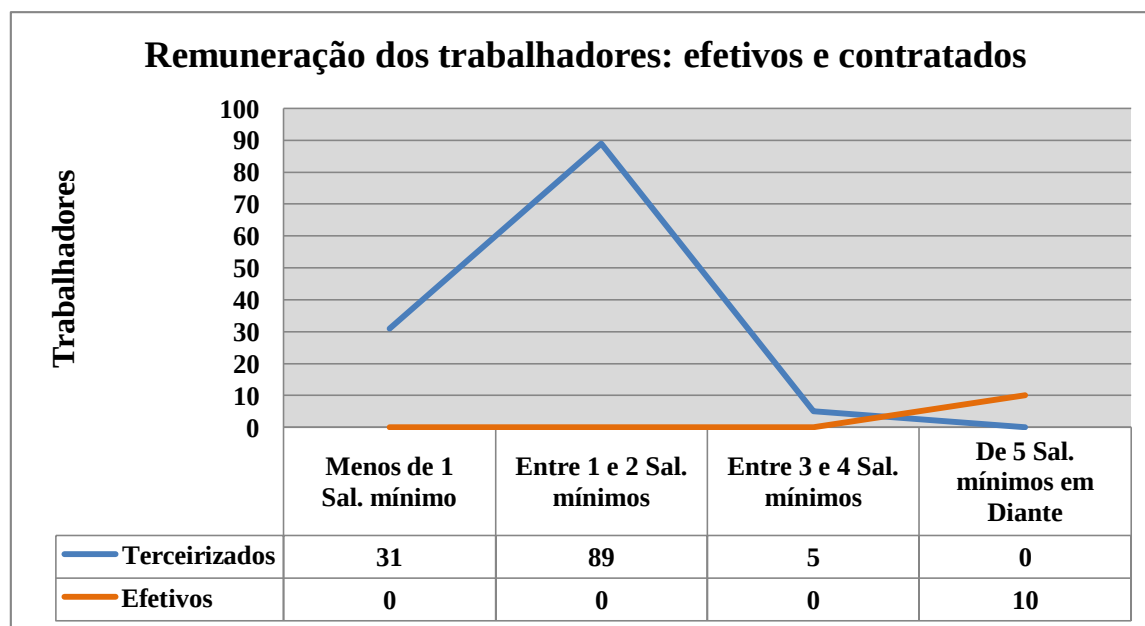
Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas entrevistas.

De fato, parece ser um tanto complexo para a maioria dos trabalhadores terceirizados alcançar a bendita independência financeira, bem como se organizar em família, quando se constata, por exemplo, que percebem rendimentos que variam entre R\$ 380,00 a R\$ 1.200,00.

Sob esse aspecto assinala-se que, ao passo que o capital possibilita trabalhadores de categorias profissionais distintas, sob condições de trabalho tão contraditórias, ocuparem por anos o mesmo ambiente de trabalho, também cria um fosso real entre eles, inclusive os colocando em situação de oposição. Destacam-se, nesse caso, os rendimentos auferidos pelos técnicos bancários que estão na escala de R\$ 1.447,00 a R\$ 3.700,00, no intuito de ir demarcando as diferenças objetivas que se justapõem entre eles, o que contribui para a construção de um ambiente de trabalho tenso e hostil.

Atente-se que na diferença de preço da força de trabalho dessas categorias de trabalhadores encontra-se também a revolta deles, principalmente dos contratados. Esse dado, certamente, conflui para que se compreenda as condições de trabalho oferecidas a cada categoria. No gráfico 10 se analisam os desníveis salariais entre os diversos profissionais:

Gráfico 10: Remuneração dos trabalhadores: efetivos e contratados



*O salário mínimo na época do levantamento correspondia a R\$ 465,00

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas entrevistas.

No que tange à remuneração desses trabalhadores, verifica-se que uma maior concentração dos contratados com salários médios brutos que vão de R\$ 465,00 a R\$ 703,00, isto é, que variam entre 1 a dois salários mínimos, são respectivamente as remunerações dos ascensoristas, auxiliares de serviços gerais, copeira, telefonista, carregador, porteiro, auxiliares de processamento de dados e os vigilantes. Os menores aprendizes e estagiários recebem a quantia mensal que vai de R\$ 380,00 a R\$ 447,00 e são os que ganham menos de 1 salário mínimo. Os contratados que percebem remuneração bruta entre R\$ 1.050,00 a R\$ 1.200,00 dizem respeito aos terceirizados com formação na área tecnológica, isto é, os técnicos em telecomunicações, analista em microinformática e operador de distribuição geral⁵⁸ (uma parcela ínfima, considerando o número dos trabalhadores contratados). O valor salarial dos efetivos, como mencionado anteriormente, inicialmente corresponde a R\$ 1.447,00, podendo alcançar níveis de R\$ 2.800,00 ou R\$ 3.700,00, dependendo da função conquistada. Salienta-se que para os trabalhadores

⁵⁸ Esses trabalhadores são contratados como técnicos em informática, consoante figura 2..

contratados não há variações de salários por meio de aquisições de funções. Eles não têm direito à possibilidade de mobilidade salarial, até porque não possuem perspectiva de construção de carreira .

Essas diferenças salariais, como sustenta Antunes (1999), trazem conseqüências para a organização dos trabalhadores na qualidade de grupo. No caso em relevo, percebe-se que o misto de trabalhadores se dispersam em sindicatos distintos, o que compromete a identidade de classe do específico setor que se analisa. Exceto os bancários efetivos, que em 100% associam-se ao Sindicato dos Bancários do RN, os trabalhadores contratados, isto é, 69,6% (87) deles estão filiados basicamente a dois outros sindicatos, a saber: o Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados e o Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza. Os outros 30,4% (38) contratados não são sindicalizados.

Essas diferenças que objetivamente se instituem entre as categorias de trabalhadores abrangem outros aspectos das condições de trabalho ofertadas aos diversos grupos, a exemplo dos benefícios trabalhistas, tais como: jornada de trabalho, plano de saúde, vale transporte, cesta básica e vale alimentação. O quadro nº 1 oferece um panorama dessa realidade.

Quadro 1: As condições de trabalho oferecidas às categorias de trabalhadores

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	BENEFÍCIOS
Aux. de Processamento de dados	6 h	Vale Transporte Vale refeição (R\$ 95,00) Assistência médica emergencial/ambulatório
Ascensoristas	6h	Vale transporte
vigilantes	6h	Vale transporte
ASG	8h	Vale transporte

		Cesta básica (R\$ 35,00)
Copeira	8h	Vale transporte Cesta básica (R\$ 35,00)
Telefonista	6h	Vale transporte
Técnico em Telecomunicações	8h	Vale transporte Vale alimentação(R\$ 8,00/dia)
Operador de Distribuição Geral	8h	Vale transporte Vale refeição (R\$ 5,50/ dia)
Analista de Microinformática	8h	Vale transporte Vale alimentação (R\$ 8,00/ dia)
Motorista	8h	Vale refeição (R\$ 5,50)
Carregador	8h	Vale transporte Vale alimentação(R\$ 40,00)
Porteiro	8h	Vale transporte Vale alimentação (R\$ 80,00)
Menor Aprendiz	4h	Vale transporte Vale alimentação (R\$ 104,00)
Estagiário	5h	Vale transporte Vale alimentação (R\$105,00)
Técnico Bancário Novo	6h (s/ função) 8h (c/função)	Cesta alimentação e tíquetes- alimentação (R\$ 657,00) Plano de saúde
Coordenador de Operações	8 h	Vale transporte Vale alimentação (R\$ 8,00)

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nas entrevistas

Como já apontado no início do capítulo, a teia de relacionamento instituída entre a Caixa e os seus “colaboradores” é bastante heterogênea. A aproximação com essa realidade revela a complexidade da análise da terceirização bancária e, nesse caso, consoante se vislumbra no quadro anterior, não se pode deixar de denunciar e endossar as condições de trabalho oferecidas por essa modalidade de emprego – precária e instável, uma situação que, óbvio, não é singular aos trabalhadores que prestam serviços à CEF, mas a totalidade dos que se inserem no mercado de trabalho por meio dela.

Contudo, nesse caso em particular, verifica-se que os trabalhadores terceirizados, sejam eles atuantes da área de apoio ou nas atividades nucleares da instituição, excetuando a questão da jornada de trabalho, que varia entre 6h ou 8h, semelhante a dos técnicos bancários, em nada mais se aproximam das condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores efetivos.

Além disso, como já visto anteriormente, da mesma forma que os níveis salariais das categorias se diferenciam, o valor do auxílio alimentação oferecido aos contratados difere significativamente daqueles ofertados aos bancários. Enquanto aqueles trabalhadores percebem ajuda alimentação que varia entre R\$ 35,00 a R\$ 160,00, esses contam com auxílios que totalizam o valor de R\$ 657,00, uma diferença correspondente a R\$ 622,00 para aqueles que são contemplados com R\$ 35,00 desse tipo de ajuda e, R\$ 497,00, para os que se beneficiam com R\$160,00.

Chama-se a atenção, nesse cenário, para um detalhe revelador das condições de trabalho imposta aos terceirizados: o valor da remuneração bruta percebida por parte dos trabalhadores contratados chega a ser inferior àquela que os bancários recebem como auxílio alimentação. É quase impossível, nessa convivência, não se revoltar frente a tantas contradições. Lembre-se: de um lado, estão os trabalhadores contratados; de outro, os técnicos bancários, que em tudo possuem melhores condições de trabalho que aqueles. Não sem razão os trabalhadores contratados estabelecem comparações e externalizam sua revolta, como se verifica na fala da trabalhadora:

Eu trabalho na CEF e faço o mesmo serviço que os funcionários, por isso me sinto uma bancária. Agora sinto muita raiva da CEF, estou para sair daqui, vou ser demitida. Eu estou com raiva da CEF porque ela deveria reconhecer o nosso trabalho e o nosso tempo aqui dentro. Eu tenho 17 anos aqui, ela podia fazer um concurso interno para a gente. Eu me revoltei e agora, no fim do contrato, era para eu iniciar o meu trabalho ao meio dia, mas estou chegando às 13:00 h, não estou nem aí. Depois, vou entrar com um processo na justiça do trabalho requerendo equiparação de salário com o de técnico bancário, pois faço o mesmo trabalho dele⁵⁹. (Auxiliar de Processamento de Dados, 2009)

Ora, ainda que se reconheça que todos eles sejam trabalhadores que vendem sua força de trabalho, a posição e a condição de classe os tornam distantes uns dos outros devido à posição no trabalho e aos valores a ela associados. No caso dos trabalhadores subcontratados, é verdadeiro que possuem menos direitos trabalhistas, normalmente não possuem plano de saúde. Percebe-se ainda no quadro que somente os auxiliares de processamento de dados possuem esse tipo de benefício (atendimento emergencial) e nem todos possuem representação sindical.

Diga-se também que até no plano ideológico as diferenças se fazem sentir: um é bancário e, como tal, é reconhecido socialmente como “bem empregado”, o outro é o subcontratado e, desta forma, é um precarizado. Os bancários, além de tudo, têm seus clubes de lazer, uma carreira profissional e de conquistas trabalhistas. Os trabalhadores terceirizados não os têm. Essa distinção atribuída pela sociedade também aflige os trabalhadores, até porque eles reconhecem que

As pessoas valorizam você pelo que você exerce, pelo que tem, pelo que é. Ser concursado é ser diferente de ser um terceirizado. Ser um funcionário da CEF é mais valorizado, é um olhar diferente. Isso pode ser constatado no status com o que você tem. Imagina, quando diz que se é prestador de serviços, tudo muda. Você sabe, né? Prestador é aquele que tapa o buraco por algum tempo. Só em informar que você é um prestador na CEF, há um desânimo nas pessoas, as pessoas valorizam mais os funcionários. (Técnico em Informática, 2009)

Tal situação mostra que as mudanças operadas pelo capital produzem concomitantemente o emprego qualificado e precário, permitindo que ambos se

⁵⁹ Trata-se da força de trabalho que labora na Retaguarda, setor que será extinto à terceirização, devido ao ajuste de conduta firmado entre a CEF e o MPT, como anunciado anteriormente.

complementem enquanto faces de um mesmo processo. Veja-se que na realidade investigada, localiza-se, de um lado, a força de trabalho contratada por tempo determinado (envolve todos os terceirizados); e, do outro lado, aquela contratada por tempo indeterminado (contempla os técnicos bancários). Desta forma, a precarização do emprego acompanha a manutenção do trabalho desqualificado e destituído de garantias e que, em vez de marginal, plasma-se na totalidade do mercado de trabalho.

Na verdade, o prestígio pelo trabalho se traduz também em um desejo a ser alcançado pelos trabalhadores terceirizados, porque eles se sentem menos prestigiados que os bancários. Ora, no momento em que o trabalho se torna “medida de todas as coisas”, a busca pelo “prestígio do trabalho de ponta é um talismã de sucesso difícil de praticar como projeto de vida para as pessoas que estão abaixo dos níveis da elite” (SENNETT, 2006, p.73) e aí se encontra a massa de população assalariada e, diga-se de passagem, os trabalhadores contratados que aspiram, a todo custo, o trabalho em caráter permanente.

Infere-se, nesse caso, que a instabilidade permanente, a insegurança quanto ao futuro e à precarização do trabalho caracterizam a condição terceirizante. São justamente os desníveis quanto aos direitos sociais, salários, plano de saúde, carreira profissional, sindicatos representativos, entre outros, que tornam os trabalhadores contratados tão diferentes dos bancários, o que naturalmente os colocam em situação de oposição.

Essa situação, na maioria das vezes, traduz-se em atitudes que conotam indiferença, desconfiança e discriminação dos bancários em relação aos contratados. O depoimento do trabalhador reitera esse fato ao endossar que

[...] há sempre desconfiança por parte dos funcionários em relação aos terceirizados. Não somos benquistos na CEF. Eles tratam a gente com indiferença, desprezo. Não se misturam com os terceirizados. Em situação de festas, ficam terceirizados em um local e funcionários em outro. Nós nunca podemos levar nossos acompanhantes às festas, mas eles podem. Somos discriminados nos eventos, nessas coisas. Mesmo em ambiente de lazer fora da CEF, como a associação deles. (Auxiliar de Processamento de Dados, 2009)

Tal questão ainda é ratificada pela maioria dos trabalhadores que, de algum modo, sentem-se discriminados e humilhados, em situações de

piadinhas e insinuações maldosas no dia-a-dia do trabalho, como se observa em suas falas:

Os bancários dizem que não têm mais liberdade de ir a copa almoçar porque sempre está cheio daqueles terceirizados. Se há sujeira nos banheiros, eles sempre atribuem esse fato a gente. Outro dia, sumiu uma comida que um funcionário colocou na geladeira e ele desconfiou de mim. Tudo que acontece de ruim na CEF a culpa é dos terceirizados (Auxiliar de Serviços Gerais, 2009).

Esse tipo de insinuação parece ser ainda mais recorrente junto aos trabalhadores que desenvolvem atividades mais diretamente ligadas ao banco, a exemplo dos auxiliares de processamentos de dados, que afirmaram, em grande parte, que “todas as vezes que há roubo de malotes, desaparecimento de envelopes e falta de caixa, o que é uma situação comum no banco, desconfia-se primeiramente dos terceirizados”. Soma-se a esses o ressentimento do trabalhador de manutenção que diz: “em termos de minha área, que é a de ar-condicionado, desapareceu um objeto lá e o funcionário me acusou de roubo. Isso não aconteceu somente comigo, mas com companheiros de outras áreas” (Operador de Máquinas de Refrigeração, 2009).

Nesse sentido, percebe-se que o fator discriminação se constitui em um grande aliado do capital para fomentar a divisão entre os trabalhadores. Ora, como o domínio capitalista transversa todos os ambientes da atividade laboral, esse impõe formas de trabalho capaz de minar a aliança do contingente de trabalhadores na qualidade de identidade de classe. Isso, por conseguinte, divide a categoria de modo que cada uma reconhece o seu lugar na composição do trabalho. Nota-se essa questão na fala da trabalhadora:

Veja, eu nunca gostei de me misturar. Assim, tem uma festa na CEF, eu, uma copeira velha, entendeu? Eu só vou se for para trabalhar, então não me misturo. Se for para eu me misturar, nunca gostei, eu fico no meu lugar. Eu só vou se for contratada para trabalhar, eu vou muito bem, realizo o meu trabalho e pronto. Mas ir à festa e ficar no meio deles, nunca gostei porque eu sei o meu lugar. Eu me sinto bem, porque me coloco no meu lugar, sempre marquei minha função. Nunca tive olho grande porque o funcionário está no birô e ganha mais do que eu, entendeu? Eu sempre me coloquei na minha posição (Copeira, 2009).

Tudo parece indicar que essa vivência entre os trabalhadores no ambiente bancário condiciona uma situação de segregação muito grande entre eles. Esse tratamento supostamente diferenciado, talvez, inviabilize uma convivência social harmoniosa, assim como a constituição de laços firmes de amizade em que o ambiente de trabalho, que se constitui também em um espaço de socialização, normalmente tende a construir. Além disso, reforça a polarização entre os trabalhadores que se vinculam diretamente à empresa e os que a ela se integram por meio da subcontratação.

Ora, desde que cada um reconheça o “seu lugar”, tudo parece indicar que a convivência entre contratados e efetivos pode se processar dentro de um contexto de relativa tolerância, sobretudo porque cada um, como bem expressou a trabalhadora contratada, deve se colocar no lugar em que é colocado pela relação hierárquica prevalecente. Caso contrário, o ambiente de trabalho fica muito mais tenso, até porque, como acrescenta outra contratada:

Os bancários olham para gente com o olhar meio atravessado. Lembro que na época do PADV, eles diziam que a gente tava se sentindo funcionário e que nós íamos roubar o emprego deles. Aqui tem um problema, aqui se compara prestador de serviços e funcionários o tempo todo. Nós convivemos no trabalho, mas há certa barreira entre o funcionário da CEF e o prestador. (Auxiliar de Processamento de Dados, 2009).

Note-se que os trabalhadores terceirizados são subordinados aos efetivos e recebem tratamentos compatíveis com sua posição na hierarquia do banco. Alertar para essa nociva segregação é uma tentativa de reiterar que o capital se encarrega de não somente colocá-los um contra o outro, como também reproduzir compulsoriamente a desigualdade entre eles, um traço marcante e peculiar da relação que se institui entre capital/trabalho. Observe-se que no âmago dessa questão está também explícita a luta pelo emprego, que, como assinala Tavares (s/d), tão logo assume a dimensão de um combate.

Nesse caso, não há dúvida de que a força de trabalho terceirizada articula-se à reestruturação produtiva do banco, consoante as contradições próprias do modo de produção capitalista. Isso, por sua vez, ilustra as desproporções existentes nas condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores contratados e os trabalhadores efetivos.

É dessa forma que se instala, nessa realidade, um ambiente de trabalho tenso e conflituoso. A terceirização da força de trabalho reacende e reforça a reprodução de pretéritas desigualdades entre os trabalhadores, provocando, inclusive, agressões verbais por parte dos efetivos, conforme declara um trabalhador subcontratado, ao anunciar que

[...] houve uma situação que um determinado funcionário quis me prejudicar. Ele ficava o tempo todo procurando encontrar falhas no meu serviço e quis, inclusive, me agredir. Ele veio pra cima de mim todo agressivo, a sorte foi que o meu chefe estava na sala e pediu para eu me calar. Daí, houve a maior confusão, vários problemas, ele não queria que eu ficasse mais na empresa. Eu me senti muito injustiçado devido à posição que ele sempre se coloca em relação a mim. Notava-se que ele queria mesmo era me prejudicar (Analista de Microinformática, 2009).

Depoimentos como esses reiteram que a dinâmica dessa processualidade em empresas que operam no contexto da lógica do capital, como a Caixa, acaba por instaurar o conflito entre categorias de trabalhadores. Ela cria, sobretudo, relações sócio-humanas diferenciadas, complexas e desiguais, permitindo que todo um processo de cisão se justaponha entre os vários segmentos profissionais.

Uma situação que, certamente, como assinalou Bihr (1999), conduz os trabalhadores, em particular os contratados, à submissão de um conjunto de constrangimentos, a saber: a instabilidade do emprego e da renda, a desregulamentação das condições jurídicas do emprego e do trabalho, a regressão dos direitos sociais e até, como se evidencia, nesse caso específico, a humilhação, a discriminação e a agressão de natureza verbal.

A rigor, esses trabalhadores absorvem de forma muito particular esses condicionantes inerentes às formas de empregos flexíveis. O medo do desemprego, a instabilidade contratual, a baixa remuneração refletem na individualidade de cada um, mas raramente aparecem na superfície da realidade objetiva porque se encontra contida na essência do que pode significar o trabalho para cada um deles.

Esses sentimentos ocultos são reveladores de uma vida marcada por tensão e ansiedade. É um drama que escapa quando se rompe o silêncio dos

trabalhadores concretos e reais que trabalham na Caixa Econômica. É óbvio que os dramas existenciais da classe trabalhadora têm cadeira cativa na história. Marx, em *O Capital*, faz lembrar que, no século XIX, os operários conviveram com baixos salários (para não dizer miseráveis), submeteram-se a condições precárias de emprego, vivenciaram o desemprego, entre outros. Experimentaram, sim, uma vida sofrida, marcada fundamentalmente pela pauperização.

Na atualidade, quando se convive com novas formas de gestão da força de trabalho, observa-se que a pauperização foi “substituída” por requintes de precarização do trabalho e da vida, traduzindo-se num grande dilema que a classe trabalhadora enfrenta. É por isso que eles vivem num nível de instabilidade emocional muito grande, conforme se verifica nos depoimentos a seguir:

Olha, eu vivo sempre ansioso porque aqui se demite o terceirizado como se fosse máquina. Substitui o terceirizado para agradar a interesses de funcionários da CEF ou da empresa. Quando vejo essas coisas, demoro a dormir, fico triste, fico com insônia porque amanhã pode ser eu (Telefonista, 2009).

Sob esse mesmo aspecto, acrescenta outro trabalhador:

O lado ruim de tudo isso é que sempre provoca ansiedade. É sempre inseguro, você está aqui hoje e pode não estar amanhã. Todas às vezes que vai terminar o contrato há sempre aquela pressão. Comentamos entre a gente, qual será a empresa, será uma melhor ou pior, será que vão contratar os nossos serviços ou será que vamos ficar desempregados? Sinto-me mal em saber que eu não tenho estabilidade. Eu fico preocupado, até porque sei que vai chegar a minha vez de ser demitido. (Técnico em Informática, 2009)

Desta forma, as novas formas de gestão da força de trabalho, em particular a terceirização da força de trabalho, colocam os trabalhadores em situação de vulnerabilidade e insegurança. O sentimento que impera entre eles é a sensação de incerteza frente à nova configuração do mercado de trabalho. Essa tendência desalentadora fragiliza a lógica da identidade e pertencimento, além de provocar erosão no planejamento pessoal dos trabalhadores que têm que continuar seguindo em frente, em vez de tentar se estabelecer no quadro dos recursos humanos próprio da instituição.

O trabalhador terceirizado, nessa realidade, caracteriza-se como um bancário sem *filiação*, ou seja, sem vínculo portador de pertencimento. Ele não estabelece uma relação que possibilite reivindicar direitos, organizar-se e participar de lutas. Também não tem o reconhecimento de uma referência pelo trabalho, bem como não constrói uma base para um futuro controlável. Essa condição de desfiliação certamente influi em seu processo identitário, gerando uma gama de sentimentos que pode provocar sensações de discriminação, constrangimento e desvalorização social, como se evidenciou.

Assim, defronte a todo esse processo no interior da Caixa Econômica Federal, ratifica-se que o capital assume a responsabilidade de reemitir formas arcaicas de trabalho, a exemplo da terceirização e, com isso, reproduzir as cisões entre os trabalhadores. Essa tendência própria do sistema, certamente, reflete na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora que, paralisada pela precarização do emprego e pelo risco do desemprego, torna-se segregada e individualista, o que “desloca a luta pela emancipação do trabalho para uma competição intraclasses [...]”, como afirma Tavares, (s/n, p. 14).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de empreender uma análise da terceirização da força de trabalho bancária conjugada a uma reflexão histórica a despeito da categoria trabalho e da divisão social do trabalho serve para mostrar que as contradições do modo de produção capitalista vigente se reproduzem por meio da reestruturação produtiva ocorrida no final do século XX. Isto porque tal fenômeno coloca em movimento pretéritas práticas de trabalho precário, como a terceirização, capaz de provocar ainda mais a cisão e o conflito entre os trabalhadores.

Retomar a essa reflexão histórica contribui para não somente fixar as diferenças que vão sendo forjadas entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, mas, sobretudo, para não se confundir trabalho com trabalho abstrato. O trabalho abstrato, como alude Marx (2006), é uma forma de exploração do homem pelo homem e contempla uma diversidade de trabalho assalariado. Ele, por sua vez, distingue-se por completo do intercâmbio orgânico do homem com a natureza, isto é, do trabalho.

Não há, pois, organização social sem a existência singular do trabalho humano. É óbvio que no sistema capitalista, ao contrário das sociedades que lhe antecederam, o trabalho toma uma configuração particularmente específica, uma vez que se reveste de uma característica própria: o de produzir mais-valia e de valorizar o capital. Nele, o processo de valorização da mercadoria se sobrepõe ao seu caráter de valor de uso, o que permite ao capital se reproduzir na condição de realizador de excedente econômico.

Nessa ordem estabelecida, o trabalho se sujeita a divisões que tencionam o aumento da produtividade e, principalmente, da dominação de uma classe sobre a outra. Como não há separação estanque entre processo de trabalho e valorização do capital nesse tipo de sociedade, técnicas organizacionais são criadas com o objetivo de elevar níveis de produtividade como necessidade de valorização do capital.

A rigor, os incrementos técnicos que alteram as condições materiais de produção são subjugados ao imperativo da valorização do capital. Veja-se que desde a cooperação simples ao despontar da indústria moderna, as relações e os instrumentos de produção se modificaram de modo a garantir um controle real e efetivo sobre o processo de trabalho. Recorde-se da técnica da divisão do trabalho que se transforma em “um método especial de produzir mais-valia relativa ou de expandir o valor do capital” (MARX, 2006, p. 420).

Para além de um mecanismo de produção cujo objetivo é o aumento da produtividade das mercadorias, a divisão do trabalho se converteu no recurso capaz de submeter formalmente o trabalho ao controle do capital. Por meio dessa técnica, o capital se apropriou dos meios de produção, criou o método do trabalho parcial, aprimorou o trabalhador parcial, produziu o trabalhador assalariado, desenvolveu a hierarquia na força de trabalho e construiu uma escala de salários.

Aliás, desde o princípio, a divisão técnica do trabalho cria subdivisões nas relações de trabalho e, naturalmente, uma original organização de trabalho. No seio do capitalismo, tal técnica contribui incessantemente para tornar mais consistente a existência da sociedade baseada na cisão entre classes e na fragmentação dos trabalhadores. Isto porque, com ela, estão dadas todas as contradições e disjunções que vão caracterizar as relações de trabalho.

Com a divisão social do trabalho, as relações sociais entre os sujeitos do pacto laboral adquirem uma existência própria, uma vez que se dá a separação entre classes opostas. Com ela, aparece não somente a fragmentação do trabalho, como também sua divisão hierárquica, correspondente a divisões objetivas de interesses expressivamente distintos entre os trabalhadores e os detentores dos meios de produção.

Ora, quanto mais a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais fragmentada se torna a sociedade. Essa tendência que se espalha na totalidade das relações orquestradas pelo capital não somente cindiu a classe trabalhadora, mas também as nações, que assumiram a condição de países centrais e periféricos.

Essa divisão espacial do trabalho, nos marcos da sociedade capitalista, conforma uma repartição geográfica própria do trabalho abstrato. Convive-se com uma geografia internacional fracionada, fragmentada, desigual e contraditória no que concerne ao nível de desenvolvimento, à produção de riquezas, à polarização entre os trabalhadores e à geração de postos de trabalho.

Essa relação assimétrica, além de se configurar em um quadro de múltiplas formas de dominação entre um país e outro, produz uma recorrente desigualdade na distribuição do trabalho pelo mundo. Desta forma, justapõe-se todo um hiato de diferenças entre as nações do centro e da periferia, particularmente no que tange à qualidade dos postos de trabalho e níveis salariais. Com efeito, as desigualdades e, por extensão, os conflitos tendem cada vez mais a se reproduzirem e a se ampliarem, conforme a lógica do sistema.

Essa dinâmica se reproduz em plena era da “acumulação flexível”. Veja-se que no decurso deste trabalho defendeu-se que o capital, por meio da reestruturação produtiva, utiliza-se de práticas flexíveis, como a terceirização, que possibilita a reprodução de pretéritas divisões no trabalho, inclusive fomenta ambientes de trabalho propícios a disputas e conflitos entre os trabalhadores, como se verifica no setor de serviços bancários, a exemplo da Caixa Econômica Federal, campo empírico desta investigação.

Atente-se que a reestruturação produtiva, alternativa do capital para conter sua crise estrutural desencadeada a partir dos anos de 1970, entre outros elementos, apóia-se na política de gestão da força de trabalho flexível, na qual se evidencia o uso de complexas modalidades de terceirização. Destaca-se que o setor de serviços, como o bancário, no contexto da economia brasileira, foi o que mais se utilizou dessa estratégia.

Na Caixa Econômica Federal, observou-se que o Programa de Racionalização e Competitividade desenvolvido para conter a crise que assolou o setor conjugou-se à estratégia da descentralização, a qual fez uso maciço da terceirização da força de trabalho. Aliás, nesse banco, a questão da descentralização dos serviços se processou tanto pelo manto da terceirização

indireta como da terceirização direta, assim como alcançou tanto as atividades de apoio da instituição como as nucleares. Como se pôde verificar, várias atividades foram transferidas para os “Correspondentes Bancários”, como também várias atividades passaram a ser desenvolvidas pela força de trabalho terceirizada que labora nas dependências da Caixa. Isto, por sua vez, permitiu que tal instituição concomitantemente segregasse não somente a sua clientela, como também a classe trabalhadora que nos seus aposentos labora.

Ora, por meio da terceirização, pode-se afirmar que, de um lado, a CEF restringiu o acesso de sua clientela no interior dos Pontos de Vendas, priorizando os potenciais investidores em detrimento dos clientes de baixa renda. Por outro, fragmentou a classe trabalhadora, uma vez que foi capaz de aglutinar diversas categorias de profissionais, representados por órgãos políticos diferenciados, sob distintas condições de trabalho em um mesmo ambiente físico. Com efeito, entre essas duas categorias de trabalhadores, interpôs não somente a diferenciação, a segmentação e a estratificação entre elas, como também a oposição. De um lado, um grupo é contratado por tempo indeterminado, o que o torna possuidor de um conjunto de direitos sociais e de representação de classe: esse é bancário. De outro, há um grupo que é contratado por tempo determinado, carente de direitos sociais e que não possui referência de classe, exceto ser estigmatizado como “subcontratado”.

Tome-se que tal situação engendrou uma estrutura ocupacional mais complexa, heterogênea, segmentada e estratificada no espaço físico desse banco, o que se assemelha à morfologia que o mercado de trabalho em sua totalidade apresenta. Isso, por sua vez, fomentou um ambiente de trabalho hostil e tensionado. Note-se que a disseminação cada vez maior da terceirização no interior da CEF reconfigurou sua estrutura funcional de tal modo que impactou na forma de relacionamento estabelecida entre os bancários efetivos e os trabalhadores contratados.

Diferenciais quanto aos benefícios sociais, salários, jornada de trabalho, função, plano de saúde, perspectiva de carreira, representação sindical são os maiores problemas que decorrem das experiências de terceirização bancária e que confluem, ao menos na realidade analisada, para provocar os conflitos e acentuar o nível de tensão entre as diversas categorias de trabalhadores. É por

isso que a terceirização reforça as contradições subjacentes à relação capital e trabalho.

Essas distinções amplamente facilitadas pelos processos de terceirização, pode-se inferir, são as maiores responsáveis não apenas pela reprodução das desigualdades entre as categorias de trabalhadores, como ainda pela situação conflituosa que vai sendo forjada no cotidiano do trabalho. Torna-se evidente, assim, que a terceirização certamente reforça a divisão social entre os distintos segmentos de profissionais. Recorde-se que, “quanto mais a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação (MARX, 1984, p.102).

Nesse sentido, a terceirização assume contornos relevantes para a reprodução das contradições inerentes à relação capital/trabalho. Isto porque para além de promover a segregação entre os diversos contingentes de trabalhadores, ela coloca uns contra os outros, o que garante, em tese, a reprodução da desigualdade entre eles. Esse fato constatado no interior da CEF reforça o entendimento de que a terceirização se articula ao Programa de Racionalização e Competitividade da instituição, consoante as contradições próprias do “sistema metabólico do capital”. Lembre-se das desproporções existentes nas condições objetivas de trabalho oferecidas aos trabalhadores contratados e aos trabalhadores efetivos.

Nesse rastro, infere-se que todas as diferenças objetivas que vão demarcando a condição do trabalhador contratado em relação aos bancários efetivos não são casuais. Elas são decorrentes da contradição capital/trabalho. Na verdade, a terceirização da força de trabalho que ganha fôlego na atual conjuntura reacende e acentua a reprodução de pretéritas desigualdades entre os trabalhadores, ocasionando, inclusive, a formação de ambientes de trabalho tenso e conflituoso, gerados, muitas vezes, por situações de desconfiança e discriminação entre as categorias de profissionais. Tal situação, certamente, reflete na individualidade dos trabalhadores, como se pôde verificar.

Esses trabalhadores, por conseguinte, mergulham numa crise de incertezas por viverem na iminência do desemprego, o que os impossibilita de

concretizar projetos pessoais e de ter uma vida cercada de atributos essenciais ao seu conforto. Depoimentos carregados de emoções, ressentimentos e frustrações revelaram os sentimentos mais íntimos daqueles que estão precariamente incluídos no mercado de trabalho. O medo de passar pela vida sem que alcancem projetos particulares rondam o cotidiano dos trabalhadores contratados, que vivem submetidos às condições instáveis e precárias de trabalho no interior do banco público social, a Caixa Econômica Federal.

Tal situação, no entanto, tende a persistir enquanto os homens que são os responsáveis diretos pela construção da realidade objetiva não se dispõem a construir uma sociedade que priorize o pleno desenvolvimento humano. Esse projeto, que ainda está por vir, certamente estará condicionado ao aniquilamento de todas as determinações estruturais que sustentam o atual “sistema metabólico do capital”.

Acredita-se que uma formação política junto à classe trabalhadora, baseada no real entendimento da sociedade, talvez seja o caminho de não somente levantar os ânimos dos trabalhadores, como também despertar neles o interesse em encampar um projeto emancipatório para a sociedade. Essa bandeira aqui colocada, se posta em prática, quem sabe perspective o que propôs em um determinado tempo histórico o clássico Karl Marx : “proletários de todos os países, uni-vos”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SOR, Bila. **Subcontratação e trabalho a domicílio**: a influência do gênero. In RAMALHO, José Ricardo *ET AL.* (Org). Terceirização. São Paulo: HUCITEC, 1994.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: BOITEMPO, 2000.

_____. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – O Brasil no anos noventa. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ANTÔNIO, Alzir. Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90. In: WWW.upf/cepeac/download/rev.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo; Boitempo, 2006. Parte I.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: **Neoliberalismo, trabalho sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

APPLEBAUM, Herbert. **The concept of work: ancient, medieval, and modern**. New York: state University of New York Press, 1992.

APPAY, Béatrice. "Precarisation sociale et restructurations productives". In: APPAY, Béatrice; THÉBAUD-MONY, Annie. **Précarisation sociale, travail et santé**. Paris: IRESCO, 1997, p.509-553.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômano**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez. 1991.

BLANCO, Manoel Castaño. O processo de terceirização nos bancos. In: **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Automação Bancária: práticas e representações**. In: Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 7, n. 4, 1993.

_____. **Estamos em Greve!: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BORGES, Altamiro. Novidades na exploração dentro das fábricas. **Revista Princípios**, n. 22, ago./set./out. 1990.

BÓRON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LTC, 1987.

CHAVES, Luciano Athayde. **Trabalho, tecnologia e ação sindical**. São Paulo: Annablume, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: Gestão por Resultados. Brasília: Caixa, 1999.

CANO, Wilson. Notas sobre o imperialismo hoje. **Crítica Marxista**. N. 03. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **Terceirização e intermediação de mão-de-obra: ruptura do sistema trabalhista, precarização do trabalho e exclusão social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan, UFRJ, 1994.

COSTA, Gilmaisa Macêdo da. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria de personalidade em Geog Lukács**. Macéio: EDUFAL, 2007.

COLLI, Juliana Marília. **A trama da terceirização**. Campinas- SP: Editora Unicamp, 2000.

DIAS, Ana Patrícia. **A terceirização no segmento bancário**: o caso da Caixa Econômica Federal de Natal/RN.2002.p.121.Dissertação [mestrado em Ciências Sociais da UFRN]. Natal-RN: UFRN/PPGCS, 2002.

DIAS, Ana Patrícia. Trabalho, Precarização e Qualificação Profissional. In: **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

DIEESE. **Os Trabalhadores Frente à Terceirização**. Pesquisa Dieese. Rio de Janeiro, n.7, São Paulo, 1993.

DIEESE. **Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 anos de Linha de Produção**. São Paulo: DIEESE,1994.

DIEESE. **A Situação dos Trabalhadores no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Anuário dos Trabalhadores**: 2007. São Paulo: DIEESE, 2007.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (dê)sfordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DRUCK, Maria Graça; FRANCO, Tânia. Flexibilização e precarização; o binômio anti-social em indústrias. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich. Humanização do macaco pelo trabalho (apêndice). In: **A dialética da natureza**. 5ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo**. Para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, Ana Elisabete Simões da Mota. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1982.

HAYEK, Frederico. **O caminho para a servidão**. Lisboa: Teoremas, 1977.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6.ed. São Paulo:edições Loyola,1992.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, H. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, A. e tal (org). **Empregabilidade e Educação: novos caminhos da aprendizagem**. São Paulo: EDUC, 1997.

JINKINGS, Nise. **O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário**. São Paulo: Boitempo, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Editora Mestre Jou. [s.d]

LEITE, Márcia Paula. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais**. 2003. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional**. Novos Estudos, São Paulo, Cebrap, n.45, p.79-96, jul.1996.

_____. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In. OLIVEIRA, Carlos Alonso et alli (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, [s.d.].

LEIRIA, Jerônimo Souto. **Terceirização**. 5. Ed. São Paulo: Sagra-DC Luzzato Editores, 1992.

_____. **Terceirização passo a passo: o caminho para a administração pública e privada**. 2.ed. Porto Alegre: Sagra Dcluzzato, 1993.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A divisão internacional do trabalho sob a modernidade líquida do capitalismo globalizado. In: CUNHA, Daisy Moreira; LAUDARES, João Bosco (Org). **Trabalho: diálogos multidisciplinares**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. São Paulo: Nobel, 1988.

LUKÀCS, Georg. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx** (trad.: Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.63-240.

MARTINS, Heloísa de Souza; Ramalho, José Ricardo. **Terceirização: diversidade no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARNTINS, Sergio Pinto. **Flexibilização das Condições de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 4ª edição, São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I., V. II. 21. Ed. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Manuscrito econômico-filosófico e outros textos escolhidos**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **O Capital** (Capítulo VI inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In. OLIVEIRA, Carlos Alonso et alli (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, [s.d.]. MARQUES, Rosa Maria. Globalização e Estados nacionais. **Crítica Marxista**. N. 03, São Paulo: Brasiliense, 1996.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. A Logística da Precarização : terceirização do trabalho na Honda do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MELO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 3 ed. São Paulo: editora brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MORATO, João Marcos Castilho. **Globalismo e Flexibilização Trabalhista**. Belo Horizonte: Inédita, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 22, out./1988.

OLIVEIRA, Francisco José Soares. **O mundo “preto-e-branco” do pós-fordismo quanto pior, melhor**. Disponível em: www.img.org.br/artigos.html. Acesso em 26/07/2001.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v.4, n.10, São Paulo, Anpocs, jun.1989.

PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. **Terceirização e reestruturação produtiva**. São Paulo: LTr, 2008.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José, **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Apêndice à terceira edição: cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2007.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio; BORGES, Itamiro. **“Era FHC”: a regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

REINECK, Gerhard. Qualidade de Emprego e Emprego Atípico no Brasil. In. POSTUMA, Ana Caroline (org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT e MTE, São Paulo, Ed. 34, 1999.

RIEZNIK, Pablo. **Las formas del trabalho y La historia: una introducción al estudio de la economía política**. Buenos Aires: Biblos, 2003.

RIFIKIN, Jeremy. O fim dos empregos. O declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makro Books, 1995.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**.

SILVA, Antônio Álvares da. **Flexibilização das relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

SILVA, Jair Batista. A Face Privada de um Banco Público: os experimentos flexíveis no Banco do Brasil. In. **Antunes Ricardo (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. São Paulo:Hermus, 1981.

SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2005..

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Neoliberalismo: liberdade de mercado ou mercado da liberdade?**[s/d].

TEIXEIRA, Francisco J S; OLIVERIA; Manfredo Araújo. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez,1998.

_____.O neoliberalismo em debate. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

VASSAPOLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. IN. Antunes Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DOS RN: A Evolução dos (Des)emprego Bancário no Rio Grande do Norte 1990 a 2002.

Jornal Consultado:

LUTA BANCÁRIA, ANO XIX, NATAL, 30 DE ABRIL DE 2003, N.16

Tribuna do Norte, Natal/RN, 08/11/2003.

Relatórios consultados:

CEF: BALANÇO SOCIAL, 2009

CEF: BALANÇO SOCIAL, 2008

CEF: BALANÇO SOCIAL, 2007

CEF: BALANÇO SOCIAL, 2006

CEF: BALANÇO SOCIAL, 2005

CEF: BALANÇO SOCIAL, 2004

CEF: BALANÇO SOCIAL, 2003

APÊNDICE

Título da Pesquisa: A FACE PERVERSA DA TERCEIRIZAÇÃO: a reprodução das desigualdades e dos conflitos entre os trabalhadores

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE I: Perfil do Entrevistado

NOME DO ENTREVISTADO _____

1 – SEXO

☐ F

☐ M

2 ESTADO CIVIL

☐ Solteiro

☐ Casado

☐ Divorciado

☐ Relação Estável

3 ESCOLARIDADE

☐ analfabeto

☐ Ensino Fundamental

☐ Ensino Médio Completo

☐ Ensino

Médio incompleto ☐ 3 grau incompleto ou completo ☐ Pós-Graduação

4 – IDADE

☐ 16 a 20 anos

☐ até 25 anos

☐ 26 a 30 anos

☐ 31 a 39 anos

☐ 40 a 50 anos

☐ mais de 50 anos

PARTE II: A CONDIÇÃO TERCEIRIZANTE

5 O Sr (a). é sindicalizado?

☐ Sim ☐ Não

6 O Sr (a) trabalha com carteira assinada?

☐ Sim

☐ Não

7 Quanto tempo o Sr (a) trabalha no interior da CEF?

- 8 Em quantas empresas o Sr(a) já trabalhou prestando serviços à CEF?
- 9 Nome da empresa em que trabalha prestando serviços à CEF? _____
- 10 O Sr(a) é contratado como o quê? _____
- 11 Quais as atividades que o Sr(a) executa? _____
- 12 Qual o valor do seu salário?
- 13 Quais os benefícios sociais que a empresa oferece?
- 14– O que significa estar terceirizado?

PARTE III: O BANCÁRIO DESFILADO

- 15 Como se dá a convivência do Sr (a) com os trabalhadores efetivos da CEF?
- 16 O Sr (a) chega a se comparar com os funcionários da Caixa?
- 17 Existem lugares em que o acesso aos terceirizados é proibido no interior da CEF?
- 18 Em caso de dúvidas na operacionalização das atividades, em caso de alterações de horários o Sr(a) se reporta a quem?
- 19 Já existiu alguma situação em que o Sr(a) se sentiu discriminado por um bancário?
- 20 O Sr (a) gostaria de ser um funcionário CEF?
- 21 Em sua opinião há diferença para a sociedade entre ser um funcionário do quadro efetivo da CEF e um trabalhador terceirizado dentro da CEF?
- 22 O Sr (a) se sente desprivilegiado em relação a um funcionário CEF?

